



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE
BAIXO ALENTEJO



RELATÓRIO E CONTAS **2023**



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE



SNS
SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE
BAIXO ALENTEJO



www.ulsba.min-saude.pt



SEDE
Hospital José Joaquim Fernandes,
Rua Dr. António Fernando Covas Lima
7801-849 Beja

RELATÓRIO E CONTAS ANO 2023

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE

ÍNDICE

ÍNDICE	III
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	VII
ÍNDICE DE QUADROS.....	VIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XIV
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	XVII
1. BREVE APRESENTAÇÃO DA ULSBA	19
1.1. VISÃO, MISSÃO E VALORES.....	20
1.2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA.....	21
1.2.1. Perfil Demográfico.....	21
1.2.2. Evolução Demográfica e Estrutura Etária da População Residente.....	22
1.2.3. Natalidade e Mortalidade.....	25
1.2.4. Perfil Socioeconómico.....	27
1.3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA	29
1.3.1. Conselho de Administração.....	30
1.3.2. Fiscal Único.....	30
1.3.3. Conselho Consultivo	31
2. ATIVIDADE ASSISTENCIAL	32
2.1. CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS	32
2.1.1. Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados/Unidade de Saúde Familiar.....	34
2.1.2. Unidades de Cuidados na Comunidade.....	43
2.1.3. Unidade de Saúde Pública.....	49
2.1.4. Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados.....	52
2.1.5. Serviços Atendimento Complementar e Recurso.....	59
2.1.6. Centro de Diagnóstico Pneumológico	59
2.1.7. Centro de Aconselhamento, Detecção e Promoção De Uma Sexualidade Responsável.....	61
2.1.8. Outras Equipas	63
2.1.9. Contratualização Interna nos CSP.....	67

2.2.	CUIDADOS DE SAÚDE HOSPITALARES	69
2.2.1.	<i>Internamento</i>	72
2.2.2.	<i>Bloco Operatório</i>	76
2.2.3.	<i>Bloco de Partos</i>	83
2.2.4.	<i>Consulta Externa</i>	85
2.2.5.	<i>Rede de Urgência e de Emergência</i>	91
2.2.6.	<i>Hospital de Dia</i>	95
2.2.7.	<i>Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica</i>	97
3.	RECURSOS HUMANOS	100
3.1.	ANÁLISE GERAL	100
3.2.	SAÚDE OCUPACIONAL.....	107
3.3.	FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	108
4.	EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS.....	110
4.1.	RENDIMENTOS E GANHOS	111
4.2.	GASTOS E PERDAS.....	112
4.3.	ESTRUTURA PATRIMONIAL	121
5.	INVESTIMENTOS	124
6.	LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO	128
7.	AUDITORIA INTERNA	129
8.	ÁREAS DE SUPORTE	131
8.1.	QUALIDADE E SEGURANÇA DO DOENTE E DOS TRABALHADORES	131
8.1.1.	<i>Grupo coordenador local do programa de prevenção e controlo de infeções e de resistência a antimicrobianos</i>	131
8.1.2.	<i>Serviço de Gestão Integrada Qualidade segurança e Ambiente</i>	132
8.2.	SERVIÇO DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	134
9.	CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	138
9.1.	OBJETIVOS DE GESTÃO	138
9.2.	GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	158
9.3.	LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO.....	158
9.4.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E ATRASOS NOS PAGAMENTOS	159
9.5.	RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NAS APROVAÇÕES DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ANOS ANTERIORES E DILIGÊNCIAS TOMADAS	160
9.6.	REMUNERAÇÕES.....	161
9.6.1.	<i>Dos órgãos sociais</i>	161
9.6.1.1.	<i>Conselho de Administração</i>	161

9.6.1.2.	Fiscalização.....	165
9.6.2.	Do auditor externo	166
9.7.	APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO EGP.....	166
9.8.	DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS	167
9.9.	RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES	167
9.10.	ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO.....	168
9.11.	CONTRATAÇÃO PÚBLICA	168
9.12.	ADESÃO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP).....	169
9.13.	PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO	170
9.14.	MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS	171
9.15.	PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO.....	173
9.16.	AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	173
9.17.	ELABORAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 1 DE AGOSTO	174
9.18.	DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA	174
9.19.	INFORMAÇÃO NO SITE DO SEE.....	175
9.20.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	177
10.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	179
11.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	180
11.1.	BALANÇO ANALÍTICO.....	180
11.2.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	181
11.3.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA.....	182
11.4.	DEMONSTRAÇÃO NAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	184
12.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	185
	NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	185
	NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	188
	NOTA 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS	190
	NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	192
	NOTA 6 – LOCAÇÕES	196
	NOTA 10 – INVENTÁRIOS.....	198
	NOTA 12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	199
	NOTA 14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	200
	NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO	203
	NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	204
	NOTA 23 - INFORMAÇÃO MENCIONADA NO ANTERIOR NORMATIVO SNC	218
13.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	229

13.1.	ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL.....	230
13.1.1.	<i>Orçamento Inicial da Receita e Plurianual.....</i>	230
13.1.2.	<i>Orçamento Inicial da Despesa e Plurianual.....</i>	231
13.2.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	232
13.3.	DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	233
13.4.	DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (CONT)	234
13.5.	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	235
13.6.	DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	236
13.7.	DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (CONT)	237
13.8.	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	238
13.9.	DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (CONT.).....	239
14.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	240
14.1.	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA	240
14.2.	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA.....	241
14.3.	ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	242
14.4.	OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....	242
14.5.	CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	243
14.5.1.	<i>Contratação administrativa – situação dos contratos</i>	<i>243</i>
14.5.2.	<i>Contratação administrativa – contratação por tipo de procedimento.....</i>	<i>243</i>
14.6.	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS.....	244
14.6.1.	<i>Transferências e subsídios concedidos</i>	<i>244</i>
14.6.2.	<i>Transferências e subsídios recebidos.....</i>	<i>245</i>
14.7.	DÍVIDA POR ANTIGUIDADE DE SALDOS (INTERVALOS DE ANTIGUIDADE)	246
14.8.	DÍVIDA POR ANTIGUIDADE DE SALDOS (NATUREZA DA DESPESA)	247

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1.1: Estrutura da ULSBA	19
Ilustração 1.2: ULSBA – Cuidados de Saúde	19
Ilustração 1.3: Mapa de Portugal.....	21
Ilustração 1.4: Mapa do Baixo Alentejo.....	21

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1: População residente (N.º) por Local de residência e Sexo	22
Quadro 1.2: População residente (N.º) por Local de residência e Grupo etário.....	23
Quadro 1.3: Taxas de Crescimento por Local de residência.....	24
Quadro 1.4: Índices Populacionais.....	24
Quadro 1.5: Taxas e Índices de Natalidade.....	25
Quadro 1.6: Taxas e Índices de Mortalidade	26
Quadro 1.7: Taxa de mortalidade por algumas causas de mortalidade.....	27
Quadro 1.8: Indicadores de Empregabilidade	27
Quadro 1.9: Indicadores Sociais.....	28
Quadro 1.10: Indicadores Económicos	28
Quadro 1.11: Indicadores Educacionais.....	29
Quadro 2.1: Movimento assistencial ao nível dos CSP	32
Quadro 2.2: Atividade médica no âmbito das UCSP/USF	36
Quadro 2.3: Movimento de Enfermagem realizado nas UCSP/USF	39
Quadro 2.4: Movimento de “Outros grupos profissionais” realizado nas UCSP/USF	42
Quadro 2.5: Atividade Médica no âmbito das UCC	44
Quadro 2.6: Movimento de Enfermagem realizado nas UCC.....	44
Quadro 2.7: Movimento de “Outros grupos profissionais” realizado nas UCC.....	46
Quadro 2.8: Movimento assistencial USP.....	49
Quadro 2.9: Atividades desenvolvidas na área de Autoridade de Saúde.....	51
Quadro 2.10: Atividade no âmbito da URAP – Nutrição/Dietética	52
Quadro 2.11: Atividade no âmbito da URAP – Serviço Social.....	53
Quadro 2.12: Atividade no âmbito da URAP – Ortopática	53
Quadro 2.13: Atividade no âmbito da URAP – Higiene Oral.....	54
Quadro 2.14: Atividade no âmbito da URAP – Terapia da Fala	54
Quadro 2.15: Contactos de Enfermagem no âmbito da URAP – Saúde Materna	55
Quadro 2.16: Contactos de Enfermagem no âmbito da URAP - Diabetes.....	57
Quadro 2.17: Atividade no âmbito da URAP – Psicologia.....	57
Quadro 2.18: Atividade no âmbito da URAP – Fisioterapia.....	58
Quadro 2.19: Movimento de consultas nos SAC	59
Quadro 2.20: Movimento do Centro de Diagnóstico Pneumológico	60

Quadro 2.21: Movimento no Centro de Aconselhamento, Detecção e Promoção de uma Sexualidade Responsável.	61
Quadro 2.22: Equipas Coordenadoras Locais	63
Quadro 2.23: Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos	64
Quadro 2.24: Movimento da ECCI Vidigueira	65
Quadro 2.25: Processo Interno de Contratualização CSP – Resultados médios provisórios.....	67
Quadro 2.26: Produção Hospitalar	71
Quadro 2.27: Internamento – Produção e Comparação com Contrato-Programa	72
Quadro 2.28: Doentes Saídos por Especialidade	73
Quadro 2.29: Internamento – Indicadores de desempenho	73
Quadro 2.30: Internamento – Demora média das ULS 2023 e 2022.....	74
2.31: Produção por tipo de cirurgia realizada em 2023 e variação face a 2022	77
Quadro 2.32: Produção cirúrgica normal e adicional realizada em 2023 e variação face a 2022.	78
Quadro 2.33: Produção cirúrgica realizada em 2023 e variação face a 2022	78
Quadro 2.34: Tempo médio de resposta das cirurgias programadas realizadas por tipo e especialidade (em dias) – 2023 e 2022	79
Quadro 2.35: Tempo médio de espera das cirurgias programadas realizadas por prioridade e especialidade 2023 (em dias)	79
Quadro 2.36: Tempo mediano de espera das cirurgias programadas realizadas por tipo e especialidade (em dias) – 2023	79
Quadro 2.37: Lista de espera para cirurgia 2023 e comparação face a 2022	80
Quadro 2.38: Procedimentos ambulatorizáveis mais frequentes 2023	82
Quadro 2.39: Partos 2023	83
Quadro 2.40: Nascimentos por sexo, tempo de gestação e peso 2023	83
Quadro 2.41: Partos por região e taxa de cesarianas 2023.....	84
Quadro 2.42: Atividade de Consulta Externa.....	86
Quadro 2.43: Atividade de Consulta Externa por especialidade	86
Quadro 2.44: Produção Adicional de Consulta Externa.....	87
Quadro 2.45: Produção por tipo de atendimento na Consulta Externa.....	88
Quadro 2.46: Tempos Médios de Resposta das Consultas referenciadas via CTH/RSE	88
Quadro 2.47: Pedidos em Espera e Tempos Médios de Espera para Consultas referenciadas via CTH/SER.....	90
Quadro 2.48: Atividade do Serviço de Urgência.....	91

Quadro 2.49: Peso de cada nível de prioridade no total de atendimentos triados	93
Quadro 2.50: Peso de cada nível de prioridade no total de atendimentos triados - SUMC	93
Quadro 2.51: Proporção face ao total de episódios por prioridade - SUB	94
Quadro 2.52: Tempos médios de espera por prioridade – Rede SU	94
Quadro 2.53: Tempos médios de espera por prioridade –SUMC.....	94
Quadro 2.54: Tempos médios de espera por prioridade – SUB	95
Quadro 2.55: Atividade do Hospital de Dia Polivalente	95
Quadro 2.56: Atividade do Hospital de Dia Oncológico	96
Quadro 2.57: MCDT por especialidade/exame	97
Quadro 2.58: MCDT da área da Patologia	97
Quadro 2.59: MCDT da área da Imagiologia.....	98
Quadro 2.60: MCDT da área da Gastreenterologia	98
Quadro 2.61: MCDT da área da Cardiologia	98
Quadro 2.62: MCDT por especialidade/exames no exterior HJJF - Quantidade	99
Quadro 3.1: Evolução dos Recursos Humanos	100
Quadro 3.2: Distribuição dos recursos humanos por tipo de vínculo jurídico em 31-12-2023 ..	101
Quadro 3.3: Distribuição das saídas por grupo profissional e tipo de motivo em 31-12-2023...	101
Quadro 3.4: Distribuição de entradas e saídas de médicos por especialidade	102
Quadro 3.5: Distribuição das admissões e saídas por grupo profissional em 31-12-2023.....	102
Quadro 3.6: Distribuição de médicos em CPS a 31/12/2023.....	103
Quadro 3.7: Peso por grupo profissional no total de trabalhadores em 31-12-2023	104
Quadro: 3.8 PNT por grupo profissional em 31-12-2023	104
Quadro: 3.9 Média de Idades dos Trabalhadores em 31-12-2023	105
Quadro 3.10: Médicos Formação Pós-Graduada a 31/12/2023.....	105
Quadro 3.11: Dias de ausência por tipo de ausência e grupo profissional	106
Quadro 3.12: Remunerações mais elevadas em 2023	107
Quadro 3.13: Vacinas Administradas pelo Serviço de Saúde Ocupacional	107
Quadro 3.14: Acidentes em Serviço Registados pelo Serviço de Saúde Ocupacional.....	107
Quadro 3.15: Consultas de Medicina do Trabalho	108
Quadro 3.16: Consultas de Enfermagem do Trabalho	108
Quadro 3.17: número de participações em ações internas, por grupo profissional, em 2023 ...	108
Quadro 3.18: Formação externa.....	108
Quadro 3.19: Formação em contexto de trabalho por grupo profissional	109
Quadro 4.1: Resultados.....	110

Quadro 4.2: Rendimentos.....	111
Quadro 4.3: Prestações de Serviços não SNS	111
Quadro 4.4: Gastos	112
Quadro 4.5: Consumos	113
Quadro 4.6: Gastos com material consumo clínico	115
Quadro 4.7: Fornecimentos e Serviços Externos.....	116
Quadro 4.8: Fornecimentos e Serviços Externos.....	117
Quadro 4.9: Gastos com Pessoal	119
Quadro 4.10: Suplementos	121
Quadro 4.11: Ativo Corrente e Não Corrente.....	121
Quadro 4.12: Património Líquido	122
Quadro 4.13: Passivo	122
Quadro 4.14: Indicadores de Endividamento	123
Quadro 4.15: Indicadores de Liquidez	123
Quadro 4.16: Indicadores de Eficiência	123
Quadro 5.1: Execução Física e Financeira dos Investimentos Candidatados previstos no PAO em 2023.....	125
Quadro 9.1: Produção SNS –CP 2023.....	140
Quadro 9.2: Proporção do SNS – Programas Verticais CP 2023	141
Quadro 9.3: Índice de Desempenho Global - ULSBA.....	142
Quadro 9.4: Matriz Multidimensional ACES Baixo Alentejo – ULSBA.....	143
Quadro 9.5: Objetivos de Acesso estabelecidos no Contrato Programa 2023.....	144
Quadro 9.6: Objetivos de Desempenho Assistencial estabelecidos no Contrato Programa 2023	145
Quadro 9.7: Objetivos Desempenho Económico-Financeiro estabelecidos no Contrato Programa 2023	146
Quadro 9.8: Objetivos Resultados em Cuidados de Saúde Evitáveis estabelecidos Contrato Programa 2023	146
Quadro 9.9: -Evolução dos Resultados e comparação com PAO 2023.....	148
Quadro 9.10: -Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023 - PRC - Grau de Cumprimento	148
Quadro 9.11: : Eficiência Operacional – Grau de Cumprimento do PAO e comparação com execução anos anteriores.....	149

Quadro 9.12: Gastos com Viaturas – Grau de Cumprimento do PAO e comparação com execução anos anteriores.....	150
Quadro 9.13: Dotação de Pessoal a 31/12/2023– Comparação com previsão e ano transato ..	150
Quadro 9.14: Evolução de Recursos Humanos	151
Quadro 9.15: Gastos Horas Extraordinárias e Serviços Médicos (em euros)	152
Quadro 9.16: Execução do Plano de Investimentos 2023 (parte 1)	153
Quadro 9.17: Execução do Plano de Investimentos 2023 (parte 2)	154
Quadro 9.18: Execução Orçamental – Comparação com os anos anteriores	155
Quadro 9.19: Empréstimo financeiro	158
Quadro 9.20: Passivo remunerado	158
Quadro 9.21: Prazo Médio de Pagamento	159
Quadro 9.22: Pagamentos em atraso – Fornecedores Externos	159
Quadro 9.23: Pagamentos em atraso – SNS	160
Quadro 9.24: Pagamentos em atraso – Outras entidades do Estado	160
Quadro 9.25: Mandato do Conselho de Administração	161
Quadro 9.26: Mandato do Conselho de Administração	162
Quadro 9.27: Estatuto do Gestor Público do Conselho de Administração	162
Quadro 9.28: Remuneração Anual dos membros do Conselho de Administração	162
Quadro 9.29: Benefícios Sociais dos membros do Conselho de Administração	163
Quadro 9.30: Encargos com Viaturas.....	163
Quadro 9.31: Gastos anuais associados a deslocações em serviço dos membros do Conselho de Administração	163
Quadro 9.32: Estatuto do Gestor Público do Conselho de Administração	163
Quadro 9.33: Remuneração Anual dos membros do Conselho de Administração	164
Quadro 9.34: Benefícios Sociais dos membros do Conselho de Administração	164
Quadro 9.35: Acumulação de funções dos membros do Conselho de Administração	164
Quadro 9.36: Encargos com Viaturas.....	164
Quadro 9.37: Gastos anuais associados a deslocações em serviço dos membros do Conselho de Administração	165
Quadro 9.38: Remuneração Agregada dos membros do Conselho de Administração	165
Quadro 9.39: Identificação SROC/ROC	166
Quadro 9.40: Remuneração Anual ROC.....	166
Quadro 9.41: Gastos com Comunicações dos membros do CA	167
Quadro 9.42: Procedimentos de Aquisição e Volume Financeiro	169

Quadro 9.43: Gastos com viaturas em 2023 e 2022.....	170
Quadro 9.44: Gastos Operacionais	171
Quadro 9.45: Indicadores de Eficiência Operacional.....	171
Quadro 9.46: Gastos Horas Extraordinárias e Serviços Médicos.....	172
Quadro 9.47: Informação a constar no <i>site</i> do SEE	176
Quadro 9.48: Cumprimentos de Orientações Legais.....	177
Quadro 9.49: Cumprimentos de Orientações Legais (continuação).....	178
Quadro 11.1: Balanço Analítico em 31-12-2023 (em euros)	180
Quadro 11.2: Demonstração de Resultados por Natureza de 01-jan 2023 a 31 de dezembro 2023 (em euros)	181
Quadro 11.3: Demonstração de Fluxos de Caixa a 31 Dezembro 2023 (em euros)	182
Quadro 11.4: Demonstração de Fluxos de Caixa a 31 Dezembro 2023 (em euros) (Cont)	183
Quadro 11.5: Demonstração individual das alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2023 (em euros)	184
Quadro 14.1: Operações de tesouraria	242
Quadro 14.2: Contratação administrativa (em euros).....	243
Quadro 14.3: transferências e subsídios concedidos (em euros).....	244
Quadro 14.4: transferências e subsídios recebidos (em euros)	245

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1: Baixo Alentejo – Pirâmide etária 2021.....	23
Gráfico 2.1: Contactos presenciais vs. Contactos não presenciais	33
Gráfico 2.2: Pirâmide etária – População Residente (Censos 2021) vs. Inscritos com inscrição ativa (dez 2022).....	35
Gráfico 2.3: Utentes inscritos por Unidade Funcional.....	35
Gráfico 2.4: Utentes inscritos.....	36
Gráfico 2.5: Evolução de inscritos com e sem MF	36
Gráfico 2.6: Consultas P. Familiar, por faixa etária	38
Gráfico 2.7: Consultas Saúde Materna, por faixa etária	38
Gráfico 2.8: Consultas Saúde Infantil, por faixa etária	38
Gráfico 2.9: Consultas Saúde Adultos, por faixa etária.....	38
Gráfico 2.10: Internamento – Índice Demora Média Ajustada 2021, 2022, 2023, por ULS.....	75
Gráfico 2.11: Internamento – Índice Mortalidade Ajustada 2021, 2022 e 2023, por ULS	75
Gráfico 2.12: Doentes saídos por sexo Gráfico 2.13: Doentes saídos por grupo etário.....	76
Gráfico 2.14: Intervenções cirúrgicas por tipo de intervenção	77
Gráfico 2.15: Intervenções cirúrgicas por especialidade	77
Gráfico 2.16: Evolução mensal do tempo de espera de Ortopedia – Tempo em dias	80
Gráfico 2.17: Evolução mensal do tempo de espera de Oftalmologia – Tempo em dias.....	81
Gráfico 2.18: Evolução mensal do tempo de espera de Cirurgia Geral (em dias) - Tempo em dias	81
Gráfico 2.19: Evolução mensal da lista de espera cirúrgica - Tempo em dias.....	81
Gráfico 2.20: % de doentes intervencionados por grupo etário	82
Gráfico 2.21: Total de partos por grupo etário da mãe.....	84
Gráfico 2.22: Total de nascimentos por residência da mãe	84
Gráfico 2.23: Nascimentos por nacionalidade da mãe	85
Gráfico 2.24: Nascimentos por nacionalidades estrangeiras da mãe.....	85
Gráfico 2.25: Total de urgências por sexo	92
Gráfico 2.26: Proporção do Total de urgências por grupo etário.....	92
Gráfico 2.27: Total de urgências por nacionalidade	92
Gráfico 2.28: Atendimentos a estrangeiros por Região do Mundo.....	92
Gráfico 2.29: Total de urgências por residência	93

Gráfico 4.1: Consumos	113
Gráfico 4.2: Consumos	114
Gráfico 4.3: Peso dos vários grupos de produtos nos gastos totais com consumo material de consumo clínico.....	115

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Com a elaboração e apresentação do presente relatório e contas, para além do cumprimento das obrigações legais decorrentes do estatuto de EPE, pretende-se espelhar, com transparência e integridade, a forma como a ULSBA utilizou os recursos que teve à sua disposição para cumprir a missão que lhe está atribuída no SNS, em particular, de que forma conseguiu garantir, no ano de 2023, a prestação de cuidados de saúde, preferencialmente, aos cidadãos da sua área de influência.

No ano de 2023 a ULSBA assistiu à designação de um novo Conselho de Administração no início do segundo trimestre, tendo ESTE desde logo diligenciado junto das entidades competentes a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023, dado o impacto do mesmo na gestão operacional da ULSBA, o que veio a verificar-se, pela primeira vez.

Os principais problemas que condicionam a atividade da ULSBA, designadamente, a incapacidade de formar, atrair e fixar médicos de família e de algumas especialidades hospitalares, assim como a degradação das instalações (em particular do Hospital) e a obsolescência de alguns equipamentos, continuam a representar obstáculos difíceis de ultrapassar sem a adoção de medidas que transcendem as competências da ULSBA, mas que impactam negativamente na sua atividade, não só na qualidade e tempestividade da resposta às necessidades em saúde da população, mas também na sustentabilidade económico-financeira.

A persistência de um elevado número de utentes sem médico de família atribuído constitui um entrave ao acesso equitativo dos cidadãos aos nossos serviços de saúde, a que os dois concursos nacionais do ano de 2023 não conseguiram dar resposta, acabando por traduzir-se num aumento do recurso aos Serviços de Urgência, muitas vezes para tratar situações clínicas de menor gravidade.

Por outro lado, o desafio de manter a funcionar regularmente os Serviços de Urgência do Hospital José Joaquim Fernandes, atendendo ao contexto nacional vivido nos últimos meses do ano, só foi possível graças ao empenho, disponibilidade e compromisso dos profissionais de saúde da ULSBA, bem como de um conjunto de prestadores de serviços.

Apesar destas vicissitudes, o ano de 2023 fica marcado, em termos assistenciais, pela consolidação da recuperação assistencial pós-pandemia iniciada no ano anterior, observada nos diversos níveis de cuidados de saúde, com especial enfoque no aumento do número de utilizadores na generalidade dos principais programas de saúde dos cuidados de saúde primários (e nos respetivos indicadores setoriais de acesso e de gestão da saúde e da doença), bem como no aumento da atividade em praticamente todas as linhas de atividade hospitalar, destacando-se o aumento significativo das primeiras consultas hospitalares e do número de cirurgias programadas.

Quanto aos investimentos, foram concretizadas as aquisições de equipamentos relevantes para o funcionamento dos serviços (por exemplo na área da imagiologia), tendo-se iniciado a construção do novo Centro de Saúde de Ourique e a instalação do equipamento de ressonância magnética, o qual entrou em funcionamento já no decorrer deste ano, sendo igualmente de salientar a concretização de vários projetos na área das tecnologias de informação e comunicação focadas na melhoria da relação e interação da ULSBA com os cidadãos, cujos principais exemplos são a APP MyULSBA e o atendimento automático de chamadas suportado num sistema de inteligência artificial.

Não obstante a situação patrimonial da ULSBA continuar a ser muito negativa, outro aspeto importante que resulta do presente relatório é a inversão, no ano de 2023, da trajetória de insustentabilidade económico-financeira evidenciada nas demonstrações financeiras, patente na obtenção de resultados operacionais e líquidos positivos, fruto, essencialmente do aumento registado nos rendimentos provenientes do Contrato-Programa celebrado com o Ministério da Saúde.

Uma palavra final de agradecimento para os profissionais da ULSBA, os principais responsáveis e protagonistas das melhorias registadas no ano de 2023, e que mereceram por parte do Conselho de Administração a máxima atenção na resolução conjunta de questões associadas à reconstituição jurídico-funcional de várias carreiras, bem como na aplicação dos respetivos sistemas de avaliação do desempenho. São, sem dúvida, o principal ativo da ULSBA, que importa valorizar e desenvolver.

O Presidente do Conselho de Administração

JOSÉ
CARLOS
CAPUCHO
QUEIMADO

Assinado de forma
digital por JOSÉ
CARLOS CAPUCHO
QUEIMADO
Dados: 2024.07.15
12:19:44 +01'00'

José Carlos Queimado

1. BREVE APRESENTAÇÃO DA ULSBA

A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE, adiante designada por ULSBA, é uma entidade pública empresarial integrada no SNS, criada pelo Decreto-lei nº 183/2008, e que rege a sua atuação nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto (na sua redação atual), assente num modelo de organização e prestação de serviços de saúde baseado na integração dos vários níveis de cuidados de saúde que a integram, designadamente:

- *Cuidados de Saúde Primários*, através do Departamento de Cuidados de Saúde Primários, que assume as atribuições e competências correspondentes ao Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Alentejo, e integra os Centros de Saúde dos 13 concelhos que fazem parte da sua área de influência e respetivas unidades funcionais, designadamente, a Unidade de Saúde Pública (USP) a Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), 13 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), 1 Unidade de Saúde Familiar (USF), 5 Unidades de Cuidados na Comunidade, o Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP) e o Centro de Aconselhamento e Detecção Precoce para Infecção HIV (CAD);
- *Cuidados de Saúde Hospitalares*, assegurados pelo Hospital José Joaquim Fernandes, localizado em Beja, disponibilizando 22 especialidades médicas, organizadas em Departamentos (Saúde Mental, Especialidades Cirúrgicas, Especialidades Médias, Mulher e Criança, Ambulatório e Urgência, Emergência e Anestesiologia, MCDT);
- *Cuidados Continuados Integrados e Cuidados Paliativos*, assegurados, respetivamente, pelas 6 Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI), que integram a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), e pela Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos (ECSCP Beja+), parte integrante da Rede Nacional de Cuidados Paliativos.



Ilustração 1.1: Estrutura da ULSBA



Ilustração 1.2: ULSBA – Cuidados de Saúde

A ULSBA está integrada na rede de referência regional definida pelo Ministério da Saúde, devendo criar as necessárias condições para uma efetiva articulação com as outras entidades prestadoras de cuidados de saúde.

1.1. VISÃO, MISSÃO E VALORES

A ULSBA tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde integrados, com qualidade, equidade, efetividade e em tempo útil, através da utilização sustentável dos recursos, em estreita articulação com outros serviços de saúde e parceiros, com a finalidade de obter ganhos em saúde para a comunidade.

A **visão** da ULSBA tem como propósito o reconhecimento como instituição de referência na qualidade dos cuidados de saúde prestados, no contexto do Baixo Alentejo e do SNS.

Na prossecução da sua missão, a ULSBA e os profissionais que a integram, devem basear a sua prática profissional nos seguintes **valores**:

- *Centralidade no cidadão*, no respeito pela dignidade da vida humana;
- *Equidade no acesso*, garantindo a todos os utentes o acesso, nas mesmas condições, às prestações de saúde necessárias ao seu estado de saúde;
- *Qualidade e segurança* na prestação de cuidados de saúde, promovendo a adoção de boas práticas baseadas na evidência e ambientes seguros para os profissionais e utentes;
- *Integração e parcerias*, desenvolvendo uma organização orientada para a integração de recursos e cuidados, assente no trabalho em equipa e em parcerias com a comunidade;
- *Ética, integridade e transparência*, nos comportamentos e decisões adotadas no exercício profissional;
- *Sustentabilidade*, promovendo a eficiência e efetividade na utilização dos recursos, do ponto de vista clínico, económico-financeiro, ambiental e social;
- *Inovação*, estimulando uma cultura centrada na aprendizagem, no conhecimento e na investigação.

A par das atividades assistenciais, são desenvolvidas as funções de formação, treino e investigação consideradas necessárias ao desenvolvimento técnico-profissional dos trabalhadores e colaboradores da ULSBA.

1.2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA

A área de influência da ULBA, EPE coincide geograficamente com o Baixo Alentejo¹, sendo limitada a Norte pelo Distrito de Évora, a Este por Espanha, a Sul pelo Distrito de Faro e a Oeste pelo Concelho de Odemira, que integra a região do Alentejo Litoral.



Ilustração 1.3: Mapa de Portugal



Ilustração 1.4: Mapa do Baixo Alentejo

O Baixo Alentejo é uma sub-região da extensa Região do Alentejo, abrangendo uma superfície de 8.542,7 Km², correspondente a cerca de 9,3% do território nacional. A área média das freguesias desta sub-região é de 137,8 Km², bastante superior à média nacional (29,8 Km²). Em termos administrativos, o Baixo Alentejo integra 13 Concelhos: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira que, por sua vez, integram um total de 62 freguesias.

1.2.1. PERFIL DEMOGRÁFICO

De acordo com os dados provisórios do recenseamento censitário de 2021, a população residente no Baixo Alentejo rondava os 114 860 habitantes, o que representa uma diminuição de 9,3% do efetivo populacional face aos dados do Censos de 2011, correspondendo a uma redução da densidade populacional dos 14,8 habitantes/Km², em 2011 para 13,4 habitantes/Km², em 2021.

Esta tendência decrescente observada no Baixo Alentejo em termos populacionais é transversal à região Alentejo, com a perda de residentes a ser um problema comum a todos os concelhos do Baixo Alentejo e particular incidência nos concelhos de Barrancos, Mértola e Vidigueira.

Em 2021, os residentes na região do Baixo Alentejo representavam 1,1% da população portuguesa e 16,3% do total de habitantes do Alentejo, com os concelhos de Beja, Serpa e Moura a serem os mais representativos em termos da região do Baixo Alentejo, com 29,1%, 12,0% e 11,5%, respetivamente.

¹ Na designação atual, em termos de NUTS III (INE), a região do Baixo Alentejo engloba os concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.

Quadro 1.1: População residente (N.º) por Local de residência e Sexo

População Residente									
Local Residência	2001 (Censos)			2011 (Censos)			2021 (Censos)		
	Total	Δ (%)		Total	Δ (%)		Total	Homens	Mulheres
Portugal	10 356 117	2,0%		10 562 178	-2,1%		10 343 066	4 920 220 47,6%	5 422 846 52,4%
Alentejo	776 585	-2,5%		757 302	-7,0%		704 533	341 403 48,5%	363 130 51,5%
Alentejo Litoral	99 976	-2,1%		97 925	-1,5%		96 442	49 025 50,8%	47 417 49,2%
Alto Alentejo	127 026	-6,8%		118 506	-11,5%		104 923	49 827 47,5%	55 096 52,5%
Alentejo Central	173 646	-3,9%		166 726	-8,6%		152 444	73 202 48,0%	79 242 52,0%
Lezíria do Tejo	240 832	2,7%		247 453	-4,7%		235 861	113 005 47,9%	122 856 52,1%
Baixo Alentejo	135 105	-6,2%		126 692	-9,3%		114 863	56 344 49,1%	58 519 50,9%
Aljustrel	10 567	-12,4%		9 257	-4,1%		8 874	4 378 49,3%	4 496 50,7%
Almodôvar	8 145	-8,5%		7 449	-9,9%		6 712	3 308 49,3%	3 404 50,7%
Alvito	2 688	-6,8%		2 504	-8,9%		2 280	1 089 47,8%	1 191 52,2%
Barrancos	1 924	-4,7%		1 834	-21,6%		1 438	703 48,9%	735 51,1%
Beja	35 762	0,3%		35 854	-6,9%		33 394	16 296 48,8%	17 098 51,2%
Castro Verde	7 603	-4,3%		7 276	-5,5%		6 873	3 324 48,4%	3 549 51,6%
Cuba	4 994	-2,3%		4 878	-10,4%		4 373	2 152 49,2%	2 221 50,8%
Ferreira do Alentejo	9 010	-8,4%		8 255	-6,9%		7 684	3 868 50,3%	3 816 49,7%
Mértola	8 712	-16,5%		7 274	-14,7%		6 206	3 078 49,6%	3 128 50,4%
Moura	16 590	-8,6%		15 167	-12,6%		13 258	6 432 48,5%	6 826 51,5%
Ourique	6 199	-13,1%		5 389	-10,2%		4 839	2 368 48,9%	2 471 51,1%
Serpa	16 723	-6,6%		15 623	-11,9%		13 757	6 840 49,7%	6 917 50,3%
Vidigueira	6 188	-4,1%		5 932	-12,8%		5 175	2 508 48,5%	2 667 51,5%

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011 e 2021 (fevereiro 2023)

À população residente no Baixo Alentejo acresce ainda a população flutuante, constituída maioritariamente por estudantes, veraneantes e migrantes, com os dados do INE a apontarem para uma população média de aproximadamente 115 829 habitantes durante o ano de 2020.

1.2.2. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE

A análise dos dados estatísticos referentes à evolução da estrutura etária dos residentes no Baixo Alentejo, segundo as estimativas do INE, permite destacar, quer a diminuição dos efetivos, quer o elevado grau de envelhecimento destes.

O fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, continua bem vincado nos resultados dos Censos 2021. Desta forma, observa-se ter ocorrido, no período intercensitário 2011-2021, uma redução de cerca 9,3% no número de residentes no Baixo Alentejo, constatando-se tratar-se de um decréscimo transversal aos diversos grupos etários, com particular incidência nas camadas jovens.

Em 2021, Portugal apresentava cerca de 12,9% da população no grupo etário mais jovem (0-14 anos) e cerca de 23,4% da população com 65 ou mais anos de idade. No Baixo Alentejo esta população mais idosa ascendia aos 27,6%.

De facto, observou-se uma redução do peso relativo da camada mais jovem da população face ao total

de residentes no Baixo Alentejo de 13,3% em 2011, para 12,7% em 2021. Em oposição, a camada mais envelhecida da população viu aumentar, em 2021, a sua representatividade para mais de 27,6% face aos 25,2% registados em 2011.

Quadro 1.2: População residente (N.º) por Local de residência e Grupo etário

População Residente										
		0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		≥ 65 anos		Total
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Portugal	2001	1 656 602	16,0%	1 479 587	14,3%	5 526 435	53,4%	1 693 493	16,4%	10 356 117
	Δ (%)	-5,1%		-22,5%		5,5%		18,7%		2,0%
	2011	1 572 329	14,9%	1 147 315	10,9%	5 832 470	55,2%	2 010 064	19,0%	10 562 178
	Δ (%)	-15,3%		-5,2%		-5,7%		20,6%		-2,1%
	2021	1 331 188	12,9%	1 088 087	10,5%	5 500 152	53,2%	2 423 639	23,4%	10 343 066
	Δ (%)	-13,9%		-12,1%		-11,9%		-0,6%		-9,3%
Baixo Alentejo	2001	18 404	13,6%	17 380	12,9%	66 945	49,6%	32 376	24,0%	135 105
	Δ (%)	-8,3%		-27,2%		-2,5%		-1,5%		-6,2%
	2011	16 884	13,3%	12 659	10,0%	65 264	51,5%	31 885	25,2%	126 692
	Δ (%)	-13,9%		-12,1%		-11,9%		-0,6%		-9,3%
	2021	14 543	12,7%	11 131	9,7%	57 495	50,1%	31 694	27,6%	114 863
	Δ (%)	-13,9%		-12,1%		-11,9%		-0,6%		-9,3%

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011 e 2021 (fevereiro 2023)

Dentro da população em idade ativa ou adulta, observaram-se igualmente perdas ao nível dos residentes, bem como ao nível das respetivas representatividades, com a população em idade ativa mais jovem (15-24 anos) a apresentar um peso relativo de 9,7% em 2021, enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos diminuiu a sua representatividade para 50,1%.

Os dados dos Censos 2021 confirmam assim o que as últimas estimativas do INE já deixavam antever, permanecendo o Baixo Alentejo como uma das regiões mais envelhecidas do País, com a camada mais idosa da população a representar cerca de 27,6% do total de residentes face aos 23,4% observados a nível nacional. A este facto alia-se ainda a baixa representatividade dos residentes com idade inferior a 25 anos, com 22,4% do total face aos 23,4% registados a nível nacional

O envelhecimento da população representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes das sociedades modernas do século XXI. Este fenómeno tem marcadamente reflexos de âmbito socioeconómico e impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade.

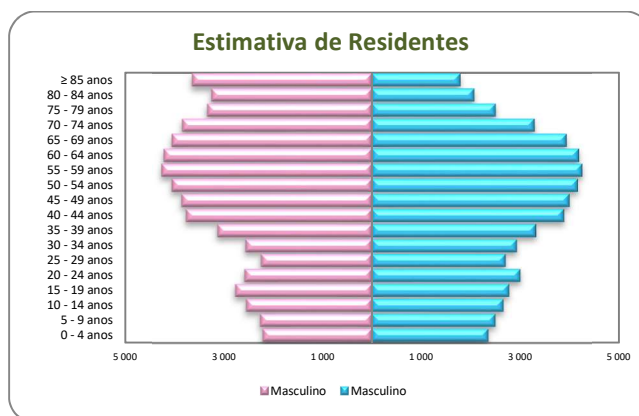


Gráfico 1.1: Baixo Alentejo – Pirâmide etária 2021

Fonte: INE Censos 2021 (fevereiro 2023)

Segundo as taxas de crescimento previstas pelo INE, para o ano de 2020, pode inferir-se que as perdas populacionais, observadas no Baixo Alentejo, se devem essencialmente a saldos naturais negativos (-0,98%), ligeiramente atenuados pelos saldos migratórios (0,11%), o que conduz a taxas negativas de crescimento efetivo na região (-0,87%), que se propagam a todos os concelhos que a integram.

Quadro 1.3: Taxas de Crescimento por Local de residência

Taxas de Crescimento									
	Taxa Crescimento Efetivo (%)			Taxa Crescimento Natural (%)			Taxa Crescimento Migratório (%)		
Local Residência	2020	2011	2001	2020	2011	2001	2020	2011	2001
Portugal	0,02	-0,29	0,62	-0,38	-0,06	0,07	0,40	-0,23	0,54
Alentejo	-0,73	-0,24	0,07	-0,84	-0,52	-0,47	0,11	-0,05	0,54
Alentejo Central	-0,89	-0,08	-0,1	-0,87	-0,39	-0,36	-0,02	-0,38	0,26
Alentejo Litoral	-0,43	-1,29	0,18	-0,67	-0,48	-0,49	0,24	0,24	0,67
Alto Alentejo	-1,32	-0,77	-0,45	-1,22	-0,86	-0,77	-0,10	-0,43	0,32
Baixo Alentejo	-0,87	-1,42	-0,33	-0,98	-0,78	-0,7	0,11	-0,08	0,37
Lezíria do Tejo	-0,43	-0,86	0,64	-0,66	-0,34	-0,24	0,24	0,26	0,89

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente, Indicadores Demográficos (fevereiro 2022)

O fenómeno da migração está igualmente patente nos dados do Censos 2021, com os residentes no Baixo Alentejo de nacionalidade estrangeira a observarem um aumento de 42,1% face aos dados de 2011. Assim, em 2021 os residentes estrangeiros representam cerca de 3,7%, uma proporção superior aos 2,4% registados em 2011. Dos residentes estrangeiros no Baixo Alentejo, cerca de 76,4% são provenientes de fora da União Europeia, com particular relevância para os oriundos da Ásia (21,4%), sobretudo da Índia, os provenientes do Brasil (16,9%) e os do continente Africano (11,2%).

As taxas de crescimento sucessivamente negativas deixam antever uma realidade pouco animadora para a região em termos de população residente, com as estimativas a deixarem transparecer uma região envelhecida no contexto nacional, com um grau de envelhecimento superior ao observado no País e índices de dependência também superiores aos nacionais.

Quadro 1.4: Índices Populacionais

Índices Populacionais												
	Índice Envelhecimento (N.º)			Índice Dependência Total (N.º)			Índice Dependência Idosos (N.º)			Índice Longevidade (%)		
Local Residência	2021	2011	2001	2021	2011	2001	2021	2011	2001	2021	2011	2001
Portugal	182,1	127,6	102,6	57,0	51,4	48,6	36,8	28,8	24,6	48,7	48,6	42,2
Alentejo	218,6	175,0	163,6	65,0	59,6	57,4	44,6	37,9	35,6	52,7	53,2	43,7
Alentejo Central	224,0	183,5	161,9	64,7	59,7	58,1	44,7	38,6	35,9	53,7	55,2	43,4
Alentejo Litoral	223,4	188,2	167,7	61,0	57,9	53,8	42,1	37,8	33,7	51,0	51,8	41,2
Alto Alentejo	253,5	208,8	197,8	71,5	64,3	65,4	51,3	43,6	43,4	55,3	57,3	46,4
Baixo Alentejo	217,9	179,8	177,1	67,4	60,5	61,4	46,2	38,9	39,2	52,3	54,3	44,6
Lezíria do Tejo	199,6	149,1	139,5	63,0	57,6	52,5	42,0	34,5	30,6	51,7	49,4	42,7

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente, Indicadores Demográficos (fevereiro 2022)

Durante o período intercensitário de 2011-2021 observou-se um acentuado agravamento do fenómeno do envelhecimento, com um rácio de quase 218 idosos para cada 100 jovens no Baixo

Alentejo, face aos cerca de 180 registados em 2011 e 177 em 2001.

Muito embora na década anterior se tenha assistido a um agravamento dos índices de dependência, na última década assistiu-se a um agravamento destes índices, continuando o Baixo Alentejo a apresentar valores bastante superiores aos registados a nível nacional. O índice de dependência total avalia a relação entre a população em idade ativa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos), notando-se um acréscimo de 60,5 dependentes em 2011 para 67,4 em 2021. Em 2021, o Baixo Alentejo continuava a ser uma das regiões com maior número de dependentes a cargo, suportando praticamente mais 10 dependentes que a média nacional.

O envelhecimento populacional no Baixo Alentejo está igualmente patente no índice de longevidade, com a população idosa com idade superior a 75 anos a subir para mais de metade em 2011 (54,3%) embora tenha descido ligeiramente para 52,3% em 2021.

1.2.3. NATALIDADE E MORTALIDADE

No que respeita à Natalidade, estima-se que a taxa bruta de natalidade da região do Baixo Alentejo para 2020 se mantem em níveis similares aos observados em 2011, estimando-se que seja a mais elevada do Alentejo e similar ao valor do país.

Quadro 1.5: Taxas e Índices de Natalidade

Taxas e Índices de Natalidade															
	Taxa bruta de natalidade (‰)			Taxa de fecundidade geral (‰)			Taxa de fec. na adolescência (‰)			Índice sintético de fecundidade (N.º)			Idade média mãe ao nascimento do 1º filho (Anos)		
Local Residência	2020	2011	2001	2020	2011	2001	2020	2011	2001	2020	2011	2001	2020	2011	2001
Portugal	8,2	9,2	10,9	37,2	38,6	43,0	6,7	13,3	20,7	1,40	1,35	1,45	30,7	29,2	26,8
Alentejo	7,6	8,1	8,8	37,5	37,9	39,3	11,9	16,6	23,1	1,43	1,35	1,37	29,7	28,5	26,4
Alentejo Central	7,4	8,2	8,6	36,4	37,6	38,0	9,0	14,9	25,4	1,40	1,33	1,3	30,3	28,9	26,2
Alentejo Litoral	8,0	8,5	7,9	41,4	41,6	35,3	7,9	17,6	18,4	1,52	1,46	1,3	30,0	28,3	26,3
Alto Alentejo	7,1	7,5	8,1	35,5	35,5	37,9	18,1	14,5	25,6	1,37	1,28	1,34	29,1	28,1	26,0
Baixo Alentejo	8,1	8,0	8,3	41,1	38,7	38,9	24,3	28,1	26,5	1,53	1,40	1,36	28,7	27,9	25,9
Lezíria do Tejo	7,6	8,3	10,0	36,0	37,5	42,7	6,8	12,7	20,2	1,40	1,32	1,45	29,9	28,9	26,9

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente, Indicadores Demográficos (fevereiro 2022)

Em 2011, a taxa de fecundidade geral registou um comportamento similar ao observado em 2001, apresentando um valor ligeiramente superior ao verificado para o País, estimando-se que, em 2020, se tenha registado um aumento desta taxa no Baixo Alentejo.

O Baixo Alentejo continua a registar uma das maiores taxas de gravidez na adolescência, com a Taxa de Fecundidade na Adolescência, em 2001, a ser de 28,1‰ na região do Baixo Alentejo, bastante acima dos valores registados, quer na região Alentejo, quer a nível nacional, com 16,6‰ e 13,3‰, respetivamente. Em 2020, o Baixo Alentejo manteve-se como uma das regiões com maiores níveis de fecundidade na adolescência, apesar do ligeiro decréscimo observado neste item face a 2011.

Em 2011, o Baixo Alentejo apresentava um índice sintético de fecundidade superior à média nacional,

com 1,4 crianças por mulher, mas, ainda assim, inferior ao nível de substituição das gerações (2,1 crianças por mulher), estimando-se que, em 2020, se tenha observado uma aproximação deste índice ao nível de substituição das gerações (cerca de 1,53 crianças por mulher).

No Baixo Alentejo, à semelhança das restantes regiões do país, existe uma aparente tendência crescente para adiar a maternidade, uma vez que, de acordo com dados de 2011, a idade média da mãe à data do nascimento aumentou 2 anos face a 2001, estimando-se que, em 2020, tenha observado um novo aumento.

Uma das principais causas explicativas do envelhecimento no topo da pirâmide por idades encontra-se, provavelmente, na diminuição da mortalidade e, sobretudo, no modelo de mortalidade por idades, dado que os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número cada vez maior de pessoas idosas, conforme se pode confirmar pelos aumentos da esperança média de vida, quer à nascença, quer aos 65 anos.

Quadro 1.6: Taxas e Índices de Mortalidade

Taxas e Índices de Mortalidade										
	Taxa bruta de mortalidade (‰)			Taxa de mortalidade infantil (‰)			Esperança vida à nascença (N.º)		Esperança vida aos 65 anos de idade (N.º)	
Local Residência	2020	2011	2001	2020	2011	2001	2018-2020	2010-2012	2018-2020	2010-2012
Portugal	12,0	9,7	10,1	2,4	3,1	5,0	81,08	79,93	19,82	18,84
Alentejo	16,1	13,4	13,5	3,2	2,3	3,7	80,42	79,26	19,42	18,48
Alentejo Central	16,1	12,1	12,3	2,7	1,5	7,6	80,65	80,01	19,92	19,39
Alentejo Litoral	14,7	13,3	12,7	2,7	1,2	3,4	80,29	78,86	20,02	18,57
Alto Alentejo	19,3	16,1	15,8	5,4	3,4	1,9	79,84	78,25	19,56	18,43
Baixo Alentejo	17,9	15,9	15,3	4,2	3,0	2,7	78,74	77,75	18,47	17,52
Lezíria do Tejo	14,2	11,7	12,4	2,2	2,4	3,7	80,57	79,19	19,60	18,57

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente, Tábuas Completas de Mortalidade (fevereiro 2022)

Em termos nacionais, a taxa bruta de mortalidade em 2020, aumentou para 12 óbitos por mil habitantes, com o Baixo Alentejo a apresentar uma das mais elevadas taxas brutas de mortalidade da região do Alentejo: 17,9‰, bastante superior à observada a nível nacional. A taxa de mortalidade infantil, que, em 2011, se mantinha em valores similares aos registados a nível nacional, terá sofrido em 2020 um agravamento substancial, observando-se 4,2 óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por cada 1 000 nados vivos.

No entanto, este acréscimo deve-se mais ao número reduzido de nascimentos do que propriamente a um aumento significativo do número de óbitos infantis que passou de 3 em 2011 para 4 em 2020.

Os indicadores de saúde relacionados com as doenças crónicas manifestam igualmente sinais de alguma preocupação. Embora sejam visíveis alguns resultados positivos na última década, verifica-se que o Baixo Alentejo apresenta valores mais elevados do que a média nacional e do que a região Alentejo, no que concerne sobretudo à mortalidade por doenças dos aparelhos circulatório e por tumores malignos.

Quadro 1.7: Taxa de mortalidade por algumas causas de mortalidade

Algumas causas de mortalidade (por 10.000 habitantes)									
Local Residência	Baixo Alentejo			Alentejo			Portugal		
	2020	2011	2001	2020	2011	2001	2020	2011	2001
Diabetes	7,7	6,3	8,2	7,7	7,3	6,1	4,0	4,3	3,8
Doenças do aparelho circulatório	59,8	59,4	64,8	48,1	44,8	53,4	33,3	30,7	39,2
Doenças do aparelho digestivo	7,7	5,4	5,9	7,2	5,7	5,4	5,0	4,3	4,3
Doenças do aparelho respiratório	12,5	17,4	9,5	14,6	14,3	9,3	10,9	11,3	8,7
SIDA	0,1	0,2	0,3	0,1	0,4	0,4	0,2	0,5	1,0
Suicídio	2,0	2,3	2,6	2,1	2,4	1,7	0,9	1,0	0,7
Tuberculose	0,0	0,0	0,4	0,1	0,1	0,3	0,2	0,2	0,3
Tumores malignos	37,8	32,9	29,7	33,0	29,5	25,8	27,4	24,2	21,2

Fonte: Óbitos por algumas causas de morte - PORDATA (fevereiro 2023)

1.2.4. PERFIL SOCIOECONÓMICO

Em termos económicos, observa-se que, no Baixo Alentejo, as principais atividades se desenvolvem em torno da exploração mineira (pirites), silvicultura, exploração das espécies cinegéticas, agropecuária, pastorícia e produtos derivados, podendo tomar-se como exemplo a cortiça, o azeite, os queijos, os enchidos e presuntos, os vinhos, a aguardente de medronho e o mel. A economia regional apresenta, pois, uma especialização relevante do sector agrícola, muito embora as atividades relacionadas com os Serviços e o Turismo tenham vindo a revelar um potencial de crescimento económico para a região.

De acordo com dados do INE, nos últimos anos, o Alentejo tem mantido uma taxa de atividade abaixo da média nacional e, paralelamente, uma taxa de desemprego sempre superior à média nacional, constituindo-se como uma das mais elevadas do País. No entanto, em 2021, à data dos Censos, este valou atingia 8,1% no Baixo Alentejo, valor superior ao registado no Alentejo (6,9%), mas em linha com o valor observado a nível nacional (8,1%), com a população feminina a ser a mais afetada. De igual forma, também o Desemprego Registado em pessoas com 15 ou mais anos de idade (referente aos inscritos nos Centros de Emprego sem emprego e com disponibilidade para trabalhar) apresenta valores superiores aos da região Alentejo e do país, com tendência crescente nos últimos anos. O desemprego jovem em residentes entre os 25 e 34 anos apresenta igualmente valores preocupantes, com o Baixo Alentejo a registar um aumento de 7,3% em 2019 para 8,4% em 2020.

Quadro 1.8: Indicadores de Empregabilidade

Indicadores de Empregabilidade								
	Taxa de Atividade (%)			Taxa de Desemprego (%)			Desemprego Registado (%)	
	2021	2011	2001	2021	2011	2001	2020	2011
Portugal	46,6	47,6	55,9	8,1	13,2	6,8	4,3	6,2
Alentejo	44,6	45,3	52,4	6,9	12,8	8,4	3,9	5,3
Alentejo Central	45,4	45,9	48,8	6,1	15,7	8,0	3,7	4,9
Alentejo Litoral	46,9	46,2	52,9	6,2	11,2	6,3	4,4	4,2
Alto Alentejo	42,0	42,6	52,9	7,7	10,9	9,8	4,5	6,0
Baixo Alentejo	43,5	43,6	50,3	8,1	14,4	11,5	4,8	5,8
Lezíria do Tejo	44,7	46,6	54,6	6,8	12,6	8,1	3,2	5,3

Fonte: INE, PORDATA (fevereiro 2023)

No Baixo Alentejo, dos desempregados inscritos em Centros de Emprego em 2021, cerca de 19,7% encontrava-se à procura do primeiro emprego, com os restantes a estarem à procura de novo emprego, dos quais metade no setor terciário. Em termos de grau de escolaridade, observa-se que 21,8% dos desempregados inscritos tinha o ensino secundário e 5,5% tinham curso superior.

Em 2021, no Baixo Alentejo, 5,3% da população em idade ativa (15 ou mais anos) eram beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) ou do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), valor bastante superior, quer ao da região Alentejo (3,0%), quer ao nacional (2,9%). O Baixo Alentejo apresenta igualmente valores superiores em termos de percentagem de pensionistas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, com praticamente metade da população com 15 e mais anos a ser pensionista (47,7%).

Quadro 1.9: Indicadores Sociais

Indicadores Sociais				
	Beneficiários do RMG ou RSI (%)		Pensionistas da Segurança Social e CGA (%)	
	2021	2011	2020	2011
Portugal	2,9	5,0	40,6	39,4
Alentejo	3,0	5,0	47,3	46,9
Alentejo Central	2,8	4,9	49,4	47,8
Alentejo Litoral	1,7	3,2	43,9	44,0
Alto Alentejo	4,0	7,2	53,7	53,5
Baixo Alentejo	5,3	7,4	47,7	49,3
Lezíria do Tejo	2,2	3,6	44,2	42,9

Fonte: INE, PORDATA fevereiro 2023)

De acordo com os dados do INE, em 2019, a região do Baixo Alentejo era a região do Alentejo com menor poder de compra *per capita* (86,5%), sendo que os trabalhadores por conta de outrem auferiam uma remuneração mensal média inferior à observada a nível nacional.

Quadro 1.10: Indicadores Económicos

Indicadores Económicos								
	Ganho médio mensal (€)		Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€)		Poder de compra <i>per capita</i> (%)		Proporção de poder de compra (% - no total do País)	
	2020	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011
Portugal	1 247,2		1 001,5	905,1	100,0	100,0	100,0	100,0
Alentejo	1 107,8	982,2	868,9	796,7	90,8	88,0	6,2	6,3
Alentejo Central	1 086,8	1 169,7	861,1	774,3	95,4	89,9	1,4	1,4
Alentejo Litoral	1 206,6	991,7	916,5	900,1	95,1	92,9	0,9	0,9
Alto Alentejo	1 029,5	964,2	828,8	742,4	86,5	81,7	0,9	0,9
Baixo Alentejo	1 166,3	881,2	885,3	763,6	86,3	81,2	1,0	1,0
Lezíria do Tejo	1 075,2	937	858,8	801,1	90,2	91,3	2,1	2,1

Fonte: INE, PORDATA (fevereiro 2023)

Em termos educacionais, na última década, o Baixo Alentejo registou progressos que podem ser considerados como bastante positivos, com a população com ensino superior a passar de 3% em 2001

para 8,4% em 2011 e 13,9% em 2021. Simultaneamente, a população do Baixo Alentejo sem qualquer escolaridade diminuiu de 34% para 24% do total da população, com a taxa de analfabetismo no Baixo Alentejo a registar uma redução 18,2% em 2001 para 11,1% em 2011 e 6,4% em 2021, mas ainda assim bastante acima da taxa observada na região Alentejo (5,4%) e sobretudo no País (3,1%).

Quadro 1.11: Indicadores Educacionais

Indicadores Educacionais										
	Taxa de analfabetismo		Taxa bruta de pré-escolarização		Taxa bruta de escolarização – Ensino Básico		Taxa bruta de escolarização – Ensino Secundário		Taxa de escolarização – Ensino Superior	
	2021	2011	2020/21	2010/11	2020/21	2010/11	2020/21	2010/11	2021/22	2010/11
Portugal	3,1	5,2	95,2	82,5	107,8	115,6	123,4	128,4	41,4	31,9
Alentejo	5,4	9,6	105,6	100,8	113,4	127,5	119,5	144,7	28,3	20,8
Alentejo Central	5,2	9,3	110,4	96,2	114,3	123,1	117,1	154,2	51,8	36,9
Alentejo Litoral	6,3	11,6	103,4	112	113	134,8	125,9	152,1	-	0,4
Alto Alentejo	6,3	11,0	110,4	116,9	120	136,1	118,5	144,1	28,6	21,8
Baixo Alentejo	6,4	11,1	102,2	103,7	112,7	128,3	122,2	173,5	26,6	20,1
Lezíria do Tejo	4,3	7,5	105	92,8	111,2	123,9	115,8	122,3	20,4	17,2

Fonte: INE (fevereiro 2023)

Apesar da evolução positiva, a região do Baixo Alentejo apresentava em 2021 a maior taxa de abandono escolar da região (2,4%), acima do valor do Alentejo (1,8%) e do País (1,7%).

O Baixo Alentejo apresentava, em 2020, uma taxa de criminalidade (26,1‰) inferior à observada na região Alentejo (28,1‰) e a nível nacional (29,0‰), com os crimes contra o património a serem os mais frequentes.

A baixa densidade populacional aliada a uma extensa área territorial traduz-se num elevado grau de dispersão populacional, obrigando os baixo alentejanos a percorrer grandes distâncias para aceder a educação, cultura e lazer e cuidados de saúde, em particular nos concelhos mais periféricos.

Paralelamente, constata-se tratar-se de uma população envelhecida, que se debate com dificuldades económicas, baixo poder de compra, afetada pelo desemprego, a quem é fundamental garantir um acesso privilegiado aos cuidados de saúde, nomeadamente no que se refere à promoção e prevenção da sua saúde e qualidade de vida.

1.3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A ULSBA é uma pessoa coletiva de direito público, pertencente ao Setor Empresarial do Estado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Em termos de estrutura organizativa, a ULSBA é constituída pelos Órgãos Sociais, Comissões e Auditor Interno.

De acordo com o disposto no artigo n.º 68.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto os Órgãos Sociais são:

- Conselho de Administração
- Fiscal Único
- Conselho Consultivo

1.3.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da ULSBA, constituído por 5 elementos, foi nomeado através do Despacho conjunto n.º 4610/2023, de 10 de abril de 2023, de Sua Excelência o Ministro da Saúde e do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Tesouro, para um mandato de três anos 2023-2025, com efeitos a 6 de abril de 2023. O diretor clínico para a área dos cuidados de saúde primários, foi nomeado, com efeitos a 3 de julho de 2023, por Despacho n.º 7307/2023 de Sua Excelência o Ministro da Saúde e do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Tesouro, de 30 de junho de 2023.

Presidente José Carlos Capucho Queimado

Vogal Executivo Vanessa Pinto de Almeida Faria Almodôvar

**Diretora Clínica para os Cuidados de Saúde
Hospitalares** Vera Cláudia Raposo Guerreiro Balsinha

**Diretor Clínico para os Cuidados de Saúde
Primários** Luís Carlos Paixão Coentro

Enfermeiro Diretor António Joaquim Inácio Páscoa

1.3.2. FISCAL ÚNICO

Por despacho n.º 1517/2016, de 29 de dezembro, do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, foi nomeado, para o triénio 2016-2018, o **Fiscal Único Efetivo, CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.**, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o n.º 89 e na CMVM sob o n.º 20161416, representada por Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 938, e na CMVM sob o n.º 20160555, portadores do cartão de cidadão n.º 7853126 e com o domicílio profissional em Lisboa, na Rua Castilho, n.º 39 – 9.º A, cujo mandato produz efeitos à data da sua assinatura, em 29 de dezembro de 2016. Como Fiscal Único Suplente foi nomeado o Dr. Luís Manuel da Silva Rosa, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 628 e na CMVM sob o n.º 20160274 e com domicílio profissional em Lisboa, na Rua Castilho, n.º 39 – 9º A.

Entretanto em janeiro de 2023, a referida sociedade CRC, SROC, Lda., realizou uma fusão por incorporação na sociedade Moore Stephens & Associados, SROC, S.A, com o NIF 505062615, e inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 173, e registada na CMVM com o n.º 20161476.

Não foi nomeado novo Fiscal Único para o triénio 2019-2022 nem para o subsequente, pelo que este continua em funções até nova nomeação.

1.3.3. CONSELHO CONSULTIVO

A Unidade Local de Saúde não tem Conselho Consultivo.

2. ATIVIDADE ASSISTENCIAL

De acordo com o já referido anteriormente, a ULSBA, enquanto Unidade Local de Saúde, disponibiliza cuidados de saúde primários, hospitalares, integrados e paliativos, sendo a análise do movimento assistencial efetuada de acordo com duas grandes áreas – Cuidados de Saúde Primários e Cuidados de Saúde Hospitalares.

2.1. CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

Os Cuidados de Saúde Primários são assegurados à população da área de abrangência da ULSBA através do Departamento de Cuidados de Saúde Primários (DCSP). O DCSP integra 13 Centros de Saúde (um por cada concelho), a Unidade de Saúde Pública (USP), a Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), o Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP) e o Centro de Aconselhamento e Detecção (CAD), bem como outras equipas de saúde que, embora, não constituindo Unidades Funcionais merecem particular destaque pelo trabalho desenvolvido em prol da comunidade, nomeadamente as Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos (ECSCP) e as Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI).

Os Centros de Saúde, por sua vez, são constituídos por uma ou mais Unidades Funcionais (UF) – Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), Unidades de Saúde Familiar (USF) e Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC), num total de 13 UCSP, 1 USF e 5 UCC, com as UCSP e USF a integrarem um total de 65 Polos de Saúde, dispersos por toda a região, de modo a garantir uma maior proximidade e acesso da população do Baixo Alentejo aos serviços de saúde primários.

O atendimento em situação de doença aguda é assegurado por dois serviços de Atendimento Complementar existentes nos concelhos de Cuba e Mértola, bem como pelas consultas de recurso/reforço disponibilizadas na maioria das UCSP/USF.

A atividade desenvolvida pelas diferentes Unidades Funcionais do DCSP será alvo de análise mais detalhada nos respetivos subcapítulos, apresentando-se, de seguida, um resumo do movimento assistencial observado em cada uma das tipologias de UF.

Quadro 2.1: Movimento assistencial ao nível dos CSP

Movimento Assistencial dos CSP								
Unidade Funcional	Consultas médicas			Contactos de Enfermagem			Outras consultas	
	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023	2022	2023
UCSP/USF	431 560	-0,9%	427 880	237 429	-1,6%	233 653		895
UCC	32	28,1%	41	22 051	-14,7%	18 812	1 016	1 187
USP	5 497	-92,7%	400	197	-85,8%	28		2
URAP				8 902	-21,0%	7 031	24 309	23 452
AC e Recurso	9 418	-0,2%	9 398	5 492	-2,1%	5 378		
ADR Comunidade	3 872	-100,0%	0	21 362	-100,0%	0		
CDP	374	62,8%	609	1 323	65,1%	2 184		
CAD						3	274	271
ECSCP	540	-20,9%	427	634	29,5%	821	658	865
ECCI			1	1 190	24,3%	1 479	123	133
Total	451 293	-2,8%	438 756	298 580	-9,8%	269 389	26 380	26 805

Movimento Assistencial dos CSP									
	Consultas médicas			Contactos de Enfermagem			Outras consultas		
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Consulta com a presença do utente (direta)	249 157	1,4%	252 533	277 626	-11,6%	245 459	23 786	-0,3%	23 725
Consulta sem a presença do utente (indireta)	202 136	-7,9%	186 223	20 954	14,2%	23 930	2 594	18,7%	3 080
Total	451 293	-2,8%	438 756	298 580	-9,8%	269 389	26 380	1,6%	26 805
	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	449 774	-21,90%	436 924	243 244	-6,1%	228 402	22 891	-0,7%	22 736
Domicílio	1 519	-32,40%	1 832	39 418	-3,7%	37 968	3 489	15,1%	4 017
Outro				15 918	-81,0%	3 019			52
Total	451 293	-2,8%	438 756	298 580	-9,8%	269 389	3 489	668,3%	26 805

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Em 2023 continua a notar-se uma tendência decrescente ao nível das consultas médicas e de enfermagem, com a atividade médica a registar um retrocesso de 2,8%, observando-se uma descida de 9,8% ao nível da enfermagem.

Por outro lado, as consultas de outros grupos profissionais registaram um aumento de 1,6%, sendo de salientar o carácter diversificado das “outras consultas” onde se incluem diversas especialidades não médicas como nutrição, psicologia, serviço social, higiene oral, entre outras, disponibilizadas essencialmente ao nível da URAP.

Em 2023, registou-se um aumento de 1,4% das consultas médicas presenciais, mas uma diminuição de 11,2% dos contactos presenciais de enfermagem e de 0,3% de “outras consultas” presenciais. Ao nível das consultas médicas, a distribuição relativa de contactos presenciais e não presenciais parece paulatinamente estar a regressar ao observado no período pré-pandemia, observando-se, em 2023, que a maioria dos contactos já foi realizado com a presença do utente (57,6%).



Gráfico 2.1: Contactos presenciais vs. Contactos não presenciais

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Apesar de ainda se fazerem sentir alguns efeitos da pandemia, as Unidades Funcionais do DCSP continuaram a colaborar na promoção de projetos e atividades de educação para a saúde nos diversos concelhos da área de influência da ULSBA, designadamente através dos seguintes projetos:

- **“Des(COBRE) o teu corpo”**, projeto promovido pelo Centro de Aconselhamento, Detecção e Promoção de uma Sexualidade Responsável que pretende intervir ao nível da prevenção primária da violência e do abuso sexual de menores, nos 13 concelhos do Baixo Alentejo;
- **“A Minha Lancheira”**, promovido pela Administração Regional de Saúde da Região Alentejo, IP, e cuja implementação conta com a colaboração dos profissionais de saúde afetos aos Cuidados de Saúde Primários das várias Unidades de Saúde das Unidades Locais de Saúde do Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Norte Alentejano, que visa a promoção de lanches saudáveis em crianças do pré-escolar e 1.º ciclo;
- **“Organização dos Cuidados ao Pé Diabético – um passo à frente da Diabetes”**, que visa a promoção da interligação regular e permanente entre os vários níveis de cuidados ao pé diabético e o aumento dos níveis de vigilância dos utentes com diabetes, existindo em todas as UCSP/USF, a Consulta de Enfermagem de Pé-diabético;
- **“Saúde a Gosto!”**, projeto na área da prevenção da Diabetes, que tem como objetivo a promoção de uma alimentação saudável, de base mediterrânica nos utentes identificados com Risco Moderado de desenvolver Diabetes tipo 2 no prazo de dez anos.

Em 2023, a implementação destes e de outros projetos, debateu-se ainda com algumas dificuldades decorrentes da pandemia de COVID-19 não se conseguindo ainda que a sua execução retomasse os níveis pré-pandemia.

2.1.1. UNIDADES DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS/UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR

As Unidades de Cuidados de Saúde Personalizadas/Unidade de Saúde Familiar têm por missão assegurar a prestação de cuidados de saúde, individuais, e familiares, garantindo a máxima acessibilidade possível, a continuidade e a globalidade dos mesmos.

O número de inscritos na região do Baixo Alentejo, nos últimos anos, tem-se mantido relativamente constante, observando-se apenas ligeiras alterações. No final de 2023 encontravam-se inscritos nos 13 Centros de Saúde da região **123 434** utentes com inscrição ativa, repartidos pelas 13 UCSP e 1 USF, o que representa um decréscimo de 1,2% face a dezembro de 2022.

Observa-se que o número de inscritos supera a população residente registada nos Censos de 2021, que aponta para um total de 114 863 habitantes no Baixo Alentejo, significando que representa 93,1% do número de inscritos.

Em termos etários, a distribuição dos utentes frequentadores é similar à observada na população residente, com a estrutura da pirâmide etária a manter-se praticamente inalterada, observando-se uma grande percentagem de utentes nos escalões etários mais elevados e uma ligeira prevalência do género feminino (50,9%).

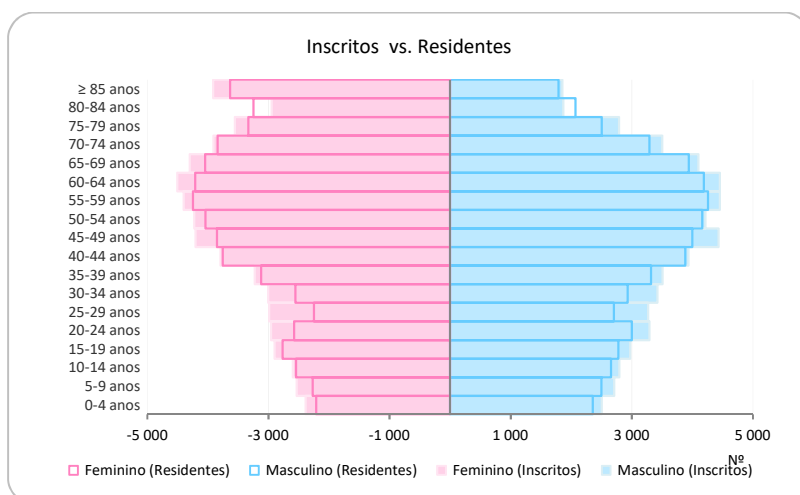


Gráfico 2.2: Pirâmide etária – População Residente (Censos 2021) vs. Inscritos com inscrição ativa (dez 2022).

Fonte: INE e SIARS (fevereiro 2024)

As Unidades Funcionais com maior número de inscritos correspondem aos concelhos urbanos e, por conseguinte, com maior densidade populacional, com os inscritos nas UF existentes no concelho de Beja (UCSP Beja e USF Alfa-Beja) a representarem 30,2% do total de inscritos da região.

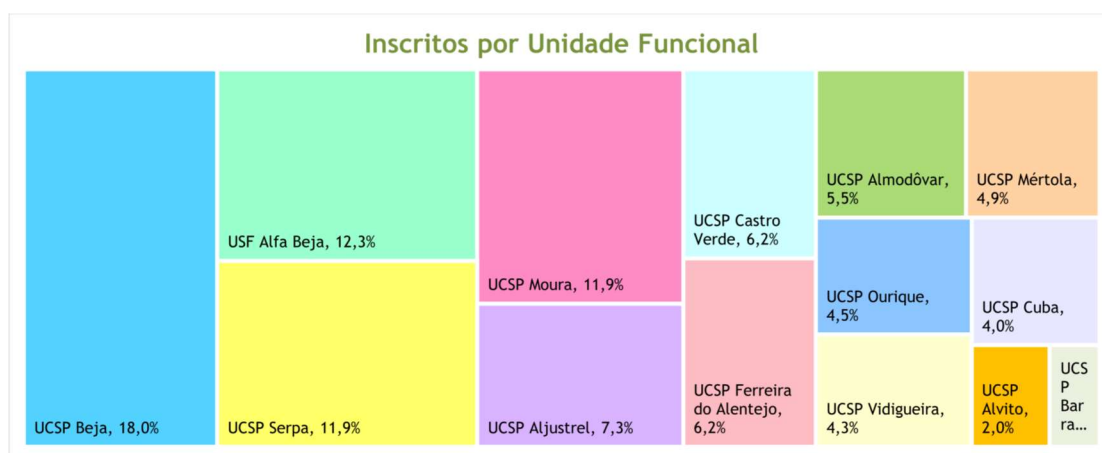


Gráfico 2.3: Utentes inscritos por Unidade Funcional

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Acessibilidade

No final do ano de 2023, cerca de 81,8% dos utentes com inscrição ativa tinha médico de família e/ou médico assistente atribuído, o que constituiu nova regressão face ao observado em anos anteriores. De facto, o número de inscritos sem médico de família tem observado uma tendência crescente ao longo dos últimos anos, evoluindo de 4 466 no final de 2020 para 22 151 utentes sem médico de família, no final de 2023.

Este facto é particularmente notório nos concelhos de Mértola (36,7% dos utentes sem MF), Cuba (31,1%), Aljustrel (29,7%), Vidigueira (23,5%), Serpa (22,5%), Ourique (20,7%), Beja (20,4%) e Castro Verde (15,6%), com os praticamente todos os concelhos a serem afetados por este problema. Apenas nos concelhos de Alvito, Barrancos e Ferreira do Alentejo não existiam utentes sem médico de família, no final de 2023.

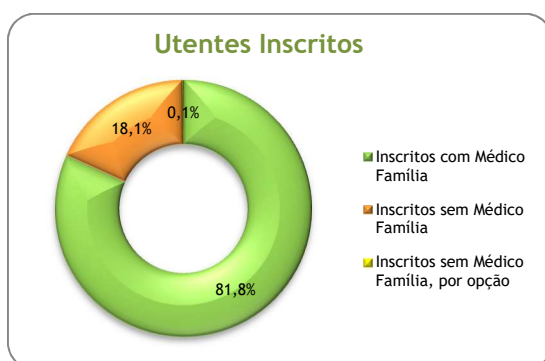


Gráfico 2.4: Utentes inscritos

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

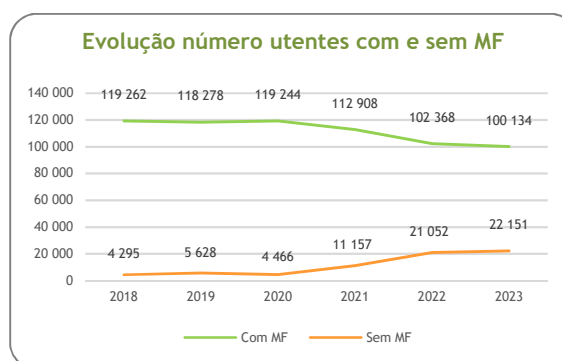


Gráfico 2.5: Evolução de inscritos com e sem MF

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Ainda neste âmbito, destaca-se o facto de 35,2% dos utentes terem atribuídos médicos de família prestadores de serviços, muitos dos quais sem especialidade MGF e ainda o facto de 5,1% dos utentes terem médico de família com contrato de aposentado.

No final de 2023, nas UCSP/USF do DCSP, cada profissional médico ETC assegurava, em média, o atendimento a uma lista de 1 617 utentes inscritos, com listas entre os 452 e os 2 439 utentes.

A atividade das UCSP/USF resulta essencialmente de atividades de cariz assistencial, que se traduzem em atividades médicas e de enfermagem. No entanto, paralelamente à atividade de cariz mais assistencial, as UCSP/USF promovem e colaboram em diversas atividades de promoção da saúde, foco principal de atuação ao nível dos cuidados de saúde primários, principalmente nos concelhos onde ainda não existe UCC.

Atividade Assistencial

Atividade Médica

A atividade médica desenvolve-se fundamentalmente em torno da vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença nas diversas fases da vida, onde se incluem os diferentes programas de saúde – Planeamento Familiar, Saúde Materna, Saúde Infantil, Saúde de Adulto, integrando também a prestação de cuidados no domicílio e os cuidados em situação de doença aguda.

Quadro 2.2: Atividade médica no âmbito das UCSP/USF

Atividade Médica – UCSP/USF						
Vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença nas diversas fases de vida	Consultas			Utilizadores		
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Planeamento Familiar	3 710	27,0%	4 713	3 047	26,4%	3 852
Saúde Materna	7 190	-2,9%	6 978	1 720	13,7%	1 955
Saúde Infantil	38 322	-2,6%	37 343	16 134	8,9%	17 567
Saúde Adultos	382 244	-0,9%	378 726	99 912	11,6%	111 549
Especialidade	13	338,5%	57	13	338,5%	57
Atendimento Complementar	81	-22,2%	63	81	-22,2%	63
Total	431 560	-0,9%	427 880	120 907	11,7%	135 043

Atividade Médica – UCSP/USF						
Vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença nas diversas fases de vida	Consultas			Utilizadores		
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Consulta com a presença do utente (direta)	234 382	3,3%	242 091	93 593	11,7%	104 503
Consulta sem a presença do utente (indireta)	197 178	-5,8%	185 789	70 574	1,4%	71 589
Total	431 560	-0,9%	427 880	164 167	7,3%	176 092
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Planeamento Familiar	2 744	27,6%	3 502	2 268	32,9%	3 014
Saúde Materna	6 260	-0,8%	6 212	1 671	35,5%	2 264
Saúde Infantil	26 353	-3,0%	25 559	12 068	26,5%	15 264
Saúde Adultos	182 888	-11,4%	161 948	71 371	-0,1%	71 268
Diabetes	17 683	11,0%	19 633	9 492	8,7%	10 314
Hipertensão	8 706	10,9%	9 659	5 696	16,3%	6 626
COVID-19	7 227	-99,5%	35	5 672	-99,4%	35
Consulta ADR	2 366	-99,7%	6	2 190	-99,7%	6
Consulta de Hipocoagulação	4 154	-2,1%	4 065	516	1,6%	524
Consulta de Cessação Tabágica	13	330,8%	56	7	242,9%	24
Rastreio Cancro Mama – RCM	100	4561,0%	4 661	99	4260,6%	4 317
Rastreio Cancro Colo do Útero – RCCU	1 362	57,5%	2 145	1 277	61,9%	2 067
Rastreio Cancro Colo Rectal – RCCR	488	29,9%	634	423	26,7%	536
Rastreio Retinopatia Diabética – RRD	10	3080,0%	318	10	3060,0%	316
Saúde Escolar	146	-2,1%	143	145	-2,1%	142
Consulta Reforço/Recurso	35 840	32,0%	47 292	20 691	49,8%	30 988
Consulta de Substituição	14 388	-3,7%	13 858	7 642	8,7%	8 310
Receituário	118 253	6,3%	125 738	42 895	17,1%	50 251
Atestados/Baixas	2 407	-13,3%	2 086	1 341	-22,4%	1 040
Outras	172	91,9%	330	161	68,3%	271
Total	431 560	-0,9%	427 880	185 635	11,8%	207 577
Local da consulta	2021	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)	2022
Consultório	346 104	3,3%	357 566	88 958	20,3%	106 986
Consulta por telefone	5 498	-93,2%	376	3 411	-91,1%	304
Teleconsulta	58	1284,5%	803	52	1186,5%	669
Reforço	84 311	-18,4%	68 800	40 458	-13,8%	34 886
Domicílio	1 064	36,4%	1 451	765	37,8%	1 054
Outros	81	-22,2%	63	81	-22,2%	63
Total	431 560	-0,9%	427 880	130 262	9,8%	142 989

Fonte: SIARS (março 2024)

No decorrer de 2023, nas UCSP/USF do Baixo Alentejo foram realizadas **427 880 consultas de medicina geral e familiar**, o que representa uma diminuição de cerca 3 680 consultas, correspondendo a um decréscimo de 0,9% face ao registado no ano anterior.

Em termos de número de consultas por Programa de Saúde observa-se uma diminuição em quase todos os programas de saúde, excetuando em Planeamento Familiar. Em termos de utilizadores registam-se aumentos em todos os programas de saúde.

A distribuição das consultas de medicina geral pelos diversos programas de saúde, mantém o comportamento registado em anos anteriores, com uma acentuada prevalência das consultas de Saúde de Adultos (88,5%), com as consultas de Saúde Infantil a representarem 8,7% do total de

atendimentos, 1,6% a corresponderem a consultas na área da Saúde Materna e 1,1% a atendimentos de Planeamento Familiar.



Gráfico 2.6: Consultas P. Familiar, por faixa etária

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

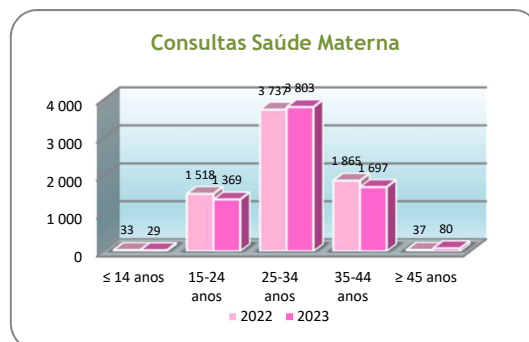


Gráfico 2.7: Consultas Saúde Materna, por faixa etária

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

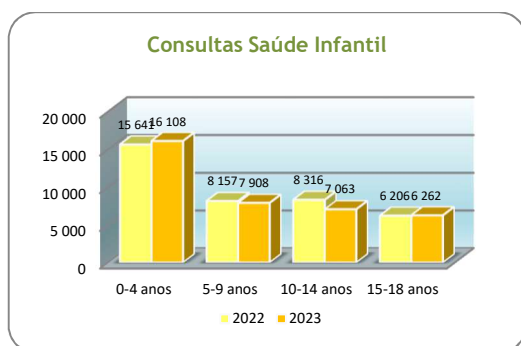


Gráfico 2.8: Consultas Saúde Infantil, por faixa etária

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

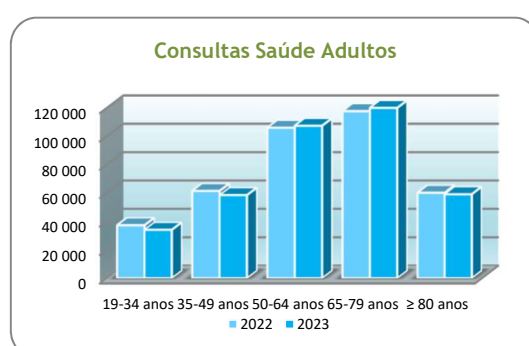


Gráfico 2.9: Consultas Saúde Adultos, por faixa etária

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Quando se observa a distribuição das consultas médicas realizadas em cada um dos programas de saúde de acordo com a faixa etária dos utentes, pode constatar-se que o acréscimo existente em **Planeamento Familiar** é transversal a praticamente todas as faixas etárias, com exceção da faixa etária dos menores de 14 anos de idade, com a faixa etária mais representativa (entre os 30 e os 44 anos) a apresentar um aumento de 12,9% face às consultas realizadas em 2022.

No que se refere ao programa de **Saúde Materna**, verificou-se uma diminuição no número de consultas médicas a grávidas em quase todas as faixas etárias, destacando-se o decréscimo de 9,0% na faixa etária dos 35 aos 44 anos.

Na **Saúde Infantil** observou-se um decréscimo de 15,1% na faixa etária dos 10 aos 14 anos, continuando a faixa etária até aos 4 anos de idade a ser a mais representativa (mais de 40% do total de consultas deste programa de saúde).

No programa de **Saúde de Adultos** observa-se alguma predominância das consultas realizadas na faixa etária 65-79 anos, com um aumento de 1,7% das consultas realizadas a utentes com 80 ou mais anos.

Observando a distribuição por **tipo de contacto**, verifica-se uma prevalência das consultas presenciais (56,6%), mantendo-se a tendência observada no pós-pandemia, ou seja, um crescimento ao nível das consultas com contacto direto (3,3%) por contrapartida de um decréscimo das consultas não presenciais (-5,8%), com cada utente a ter tido, em média, 2,3 contactos presenciais (diretos) e 2,6 contactos não presenciais.

Em termos do **tipo de consulta**, importa destacar os acréscimos observados em planeamento familiar (27,6%), diabetes (11,0%), hipertensão (10,9%) e sobretudo ao nível dos rastreios oncológicos e não oncológicos.

No contexto da atividade médica importa ainda destacar os **cuidados prestados no domicílio**, transversais a todos os Programas de Saúde, quer pelo seu carácter de proximidade com o utente, quer pelo peso relativo que representam fundamentalmente no que concerne à Saúde de Adultos. Em 2023 foram realizadas 1 451 **visitas domiciliárias médicas**, invertendo-se a tendência decrescente observada em anos anteriores, com um acréscimo de 36,4% face aos domicílios médicos efetuados em 2022.

O recurso à **realização de consultas por meios não tradicionais**, como o telefone e as teleconsultas, prática bastante incentivada dos últimos dois durante a pandemia, parece estar a perder fulgor, observando-se um decréscimo substancial no número de consultas médicas via telefone. O recurso a Teleconsulta, embora ainda quase inexpressivo, aumentou bastante face ao registado em 2022.

Atividade de Enfermagem

A atividade de enfermagem representa outro dos principais vértices da prestação de cuidados de saúde primários, assumindo particular relevância no seio das UCSP/USF no que se refere às atividades desenvolvidas no âmbito da **vigilância e promoção da saúde** dos utentes, de acordo com os vários programas de saúde de enfermagem em vigor.

Em 2023, ao nível dos contactos de enfermagem, registou-se uma diminuição de 1,6%, que foi acompanhada por uma descida de 11,1% no número de utilizadores, realçando-se a centralidade no utente com 99,8% dos contactos a ter o utente como alvo.

Quadro 2.3: Movimento de Enfermagem realizado nas UCSP/USF

Área de Enfermagem – UCSP/USF						
Vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença nas diversas fases de vida	Contactos			Utilizadores		
Alvo do contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Utente	237 390	-1,7%	233 299	75 688	-11,1%	67 282
Família	3	0,0%	3	2	50,0%	3
Comunidade	36	875,0%	351	6	83,3%	11
Total	237 429	-1,6%	233 653	75 696	-11,1%	67 296
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	190 109	0,4%	190 837	67 742	-9,9%	61 012
Domicílio	22 189	6,1%	23 546	2 954	-0,1%	2 952
Estabelecimento de Ensino	748	-73,3%	200	611	-94,8%	32
Empresa	1	5200,0%	53	1	5200,0%	53
Estabelecimento Prisional	10	750,0%	85	10	750,0%	85
Lar	8 760	-92,5%	661	2 933	-79,8%	593
Centro Dia	1	6700,0%	68	1	1700,0%	18
Locais Comunitários	1 044	-64,3%	373	1 011	-66,0%	344

Área de Enfermagem – UCSP/USF						
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Sem a presença do utente	14 567	22,4%	17 830	13 187	18,9%	15 682
Correio Postal	978	98,4%	1 940	921	90,8%	1 757
E-mail / Chat / SMS	84	6,0%	89	79	-1,3%	78
Telefone / Telemóvel	2 428	62,0%	3 934	2 024	53,2%	3 101
Videochamada	3	0,0%	3	3	0,0%	3
Através do secretariado clínico	745	41,5%	1 054	723	41,4%	1 022
Outro tipo	10 329	4,7%	10 810	9 437	3,0%	9 721
Total	237 429	-1,6%	233 653	88 450	-8,7%	80 771
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023			
Saúde Reprodutiva e Planeamento Familiar	11 734	11,8%	13 117			
Saúde Materna	4 892	40,8%	6 887			
Puerpério	1 345	9,8%	1 477			
Saúde Infantil	22 976	10,5%	25 389			
Saúde Juvenil	2 213	13,5%	2 512			
Saúde do Adulto	28 797	9,1%	31 409			
Saúde Idoso	29 115	12,2%	32 680			
Grupo de Risco: Diabetes	24 332	20,0%	29 206			
Grupo de Risco: Hipertensão	25 885	14,7%	29 700			
Grupo de risco - Cardiovascular	26 976	17,9%	31 799			
Hipocoagulados	5 503	-5,2%	5 215			
Tratamento Feridas / Úlceras	61 116	10,2%	67 339			
COVID-19 (Temporário)	4 788	-97,2%	132			
ADR Comunidade	18 047	-93,1%	1 248			
Intervenções Breves em fumadores	412	89,1%	779			
Acompanhamento de Doentes com Tuberculose	825	-39,8%	497			
Acompanhamento de Conviventes de Doentes com Tuberculose	9	22,2%	11			
Ostomizados	172	-15,1%	146			
Programas de Narcóticos de Substituição	4 139	63,8%	6 779			
Saúde Mental e Psiquiatria	3 111	16,2%	3 615			
Dependentes	896	17,9%	1 056			
Programa de Cuidados Continuados	63	219,0%	201			
Programa Nacional de Cuidados Paliativos	378	26,7%	479			
Saúde da Família	3	500,0%	18			
Saúde da Comunidade	52	584,6%	356			
P.N.S.E.: Saúde Individual e Coletiva	59	328,8%	253			
P.N.S.E.: Inclusão Escolar	4	1425,0%	61			
P.N.S.E.: Ambiente Escolar	13	461,5%	73			
P.N.S.E.: Estilos de Vida	11	900,0%	110			
Programa de Intervenção Precoce	16	468,8%	91			
Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral	2	250,0%	7			
Outros	94	16,0%	109			
Total	277 978	5,3%	292 751			

Área de Enfermagem – UCSP/USF				
Outras Atividades	2022	Δ (%)	2023	
Vacinação – Inoculações	132 879	-65,8%	45 449	
Inoculações – PNV	20 849	3,1%	21 486	
Inoculações – extra PNV	112 030	-78,6%	23 963	
Vacinação COVID-19	84 955	-88,3%	9 907	
Vacinação Gripe	23 865	-55,2%	10 689	
Outra vacinação	3 210	4,9%	3 367	

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

O decréscimo observado ao nível dos contactos de enfermagem é sobretudo evidente no que se refere aos contactos presenciais, uma vez que os contactos sem a presença do utente registaram um aumento de 22,4, motivado essencialmente pela diminuição de contactos em lar e locais comunitários dada a diminuição de contactos para vacinação.

Um dos focos de atenção em termos de enfermagem é a prestação de cuidados no domicílio, que tem sido uma das principais apostas dos cuidados de saúde primários no Baixo Alentejo, com vista a promover uma maior proximidade de cuidados a todos os cidadãos. O número de contactos de enfermagem no domicílio tem, nos últimos anos, demonstrado uma tendência decrescente, que se inverteu em 2023, ano em que se realizaram 23 576 contactos de enfermagem em contexto de domicílio, mais 6,1% que em 2022, mantendo-se o número de utilizadores constante, o que significa um acréscimo da média de domicílios por utilizador para cerca de 8,0.

Em termos de programas de saúde com maior expressão, observou-se que, durante o ano de 2023, 23,0% dos contactos de enfermagem foram registados no âmbito de Tratamento de Feridas/Úlceras, 11,2% na Saúde do Idoso, 10,9% no grupo de risco cardiovascular, 10,7% em Saúde do Adulto, 10,1% no acompanhamento da Hipertensão e 10,0% na área da Diabetes.

Outra das grandes áreas de atuação da Enfermagem é a **vacinação**, fundamentalmente no que se refere ao cumprimento do Plano Nacional de Vacinação, que denotou um acréscimo de 3,1% das inoculações. Em termos da vacinação extra PNV, destaca-se a vacinação contra a Gripe e COVID-19, ambas com diminuições significativas, fruto muito provavelmente do facto da vacinação ter ocorrido também nas farmácias comunitárias.

Atividades de outros grupos profissionais

Em dezembro de 2023, os profissionais de outros grupos profissionais como Nutrição/Dietética, Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia, Terapia da Fala e Ortopática passaram a efetuar registos nas UCSP/USF.

Quadro 2.4: Movimento de “Outros grupos profissionais” realizado nas UCSP/USF

Outros grupos profissionais – UCSP/USF						
	Total			Primeiras consultas		
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Nutrição / Dietética			117			12
Psicologia			160			42
Serviço Social			189			38
Fisioterapia			32			8
Terapia da Fala			190			37
Higiene Oral			3			2
Ortótica			204			9
Total			895			148
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
<u>Consulta com a presença do utente (direta)</u>			737			113
Nutrição / Dietética			117			12
Psicologia			160			42
Serviço Social			57			11
Fisioterapia			15			3
Terapia da Fala			181			34
Higiene Oral			3			2
Ortótica			204			9
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
<u>Consulta sem a presença do utente (indireta)</u>			158			35
Nutrição / Dietética						
Psicologia						
Serviço Social			132			27
Fisioterapia			17			5
Terapia da Fala			9			3
Higiene Oral						
Ortótica						
Total			895			148
Local de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
<u>Unidade de Saúde</u>			803			133
Nutrição / Dietética			117			12
Psicologia			159			42
Serviço Social			161			32
Fisioterapia			28			8
Terapia da Fala			131			28
Higiene Oral			3			2
Ortótica			204			9
<u>Domicílio</u>			92			15
Nutrição / Dietética						
Psicologia			1			
Serviço Social			28			6
Fisioterapia			4			
Terapia da Fala			59			9
Higiene Oral						
Ortótica						
Total			895			148

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Atividade de Âmbito Comunitário

Nos concelhos onde não existe UCC (Aljustrel, Alvito, Barrancos, Castro Verde, Cuba, Mértola, Moura e Vidigueira), as atividades de âmbito comunitário, nomeadamente em termos do Programa Nacional de Saúde Escolar, Apoio a Crianças e Jovens em Risco, Intervenção Precoce, Prevenção da Violência nos Adultos, bem como a promoção da saúde e prevenção da doença, através de Projetos de Intervenção na Comunidade, são asseguradas pelas USCP existentes nesses concelhos.

2.1.2. UNIDADES DE CUIDADOS NA COMUNIDADE

As Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) têm por missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, visando a obtenção de ganhos em saúde e concorrendo assim, de um modo direto, para o cumprimento da missão do ACES em que se integra. As UCC prestam cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas e famílias de grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco, de dependência física e funcional ou de doença que requeira acompanhamento próximo e atuam ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

Estas Unidades Funcionais estão essencialmente vocacionadas para a promoção da saúde, por via da implementação de projetos nas comunidades onde se inserem, não descurando as atividades assistenciais às pessoas e famílias de grupos mais vulneráveis, sobretudo em termos de enfermagem.

O Baixo Alentejo dispõe de duas Unidades Móveis que atuam nos concelhos de Almodôvar e Ourique, com vista a melhor garantir o acesso a todos os cuidados de saúde e no sentido de aproximar os cuidados de enfermagem aos utentes que deles necessitam.

Atividade Assistencial

Uma parte bastante significativa da atividade desenvolvida no seio das UCC não permite ainda o registo informático, pelo que o nível da atividade assistencial poderá estar subvalorizado, nomeadamente no que se refere ao cumprimento da carteira básica de serviços, em áreas como a Intervenção Precoce, Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, Comissão de Proteção de Jovens, Equipas de Prevenção da Violência em Adultos e outras.

Atividade Médica

Ainda que a atividade de enfermagem represente uma área fundamental de atuação nas UCC, existe igualmente um contributo médico, particularmente no apoio aos utentes em equipas domiciliárias de cuidados continuados integrados.

Quadro 2.5: Atividade Médica no âmbito das UCC

Atividade Médica – UCC						
Vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença nas diversas fases de vida	Consultas			Utilizadores		
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Saúde Infantil			4			4
Saúde Adultos	32	15,6%	37	29	10,3%	32
Total	32	28,1%	41	29	24,1%	36
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Consulta com a presença do utente (direta)	17	23,5%	21	16	6,3%	17
Consulta sem a presença do utente (indireta)	15	33,3%	20	13	53,8%	20
Total	32	28,1%	41	29	27,6%	37
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Saúde Infantil			3			3
Saúde Adultos	31	19,4%	37	28	17,9%	33
Receituário	1	-100,0%		1	-100,0%	
Total	32	28,1%	41	29	27,6%	37
Local de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Unidade Saúde	32	25,0%	40	30	23,3%	37
Domicílio			1			1
Total	32	28,1%	41	30	26,7%	38

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Em 2023, observou-se um aumento do apoio médico prestado no âmbito das UCC, sobretudo ao nível dos contactos não presenciais, comprovado pela ausência de contactos médicos no domicílio.

Atividade de Enfermagem

Ao nível das UCC também se observa uma predominância do número de contactos em que o alvo é o utente, embora o apoio a comunidades tenha demonstrado um acréscimo considerável.

Quadro 2.6: Movimento de Enfermagem realizado nas UCC

Área de Enfermagem - UCC						
Vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença nas diversas fases de vida	Contactos			Utilizadores		
Alvo do contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Utente	21 668	-17,2%	17 950	6 037	-48,5%	3 112
Família						
Comunidade	383	125,1%	862	5	0,0%	5
Total	22 051	-14,7%	18 812	6 042	-48,4%	3 117
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	1 626	-8,5%	1 487	1 143	-17,1%	947
Domicílio	12 580	-0,7%	12 496	1 014	-27,6%	734
Estabelecimento de Ensino	488	41,8%	692	188	-63,3%	69
Empresa			244			244
Lar	2 311	-82,8%	397	1 012	-61,0%	395
Centro Dia	7	157,1%	18	7	-42,9%	4
Locais Comunitários	1 384	-85,8%	197	1 149	-95,5%	52

Área de Enfermagem - UCC						
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Sem a presença do utente	3 655	-10,2%	3 281	2 490	-37,6%	1 554
Correio Postal			5			5
E-mail / Chat / SMS	22	627,3%	160	20	580,0%	136
Telefone / Telemóvel	1 610	18,8%	1 912	648	10,0%	713
Videochamada	4	-75,0%	1	3	-66,7%	1
Através do secretariado clínico	222	-84,2%	35	221	-85,5%	32
Outro tipo	1 797	-35,0%	1 168	1 598	-58,3%	667
Total	22 051	-14,7%	18 812	7 003	-42,9%	3 999
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023			
Saúde Reprodutiva e Planeamento Familiar	20	25,0%	25			
Saúde Materna	28	53,6%	43			
Puerpério			2			
Saúde Infantil	297	36,4%	405			
Saúde Juvenil	77	-26,0%	57			
Saúde do Adulto	975	5,9%	1 033			
Saúde Idoso	2 605	9,4%	2 851			
Grupo de Risco: Diabetes	1 169	3,6%	1 211			
Grupo de Risco: Hipertensão	222	-37,4%	139			
Grupo de risco - Cardiovascular	1 064	-3,0%	1 032			
Hipocoagulados	6	-33,3%	4			
Tratamento Feridas / Úlceras	6 601	-0,1%	6 596			
COVID-19 (Temporário)	1 136	-99,8%	2			
ADR Comunidade	1 986	-99,4%	11			
Intervenções Breves em Fumadores	33	-75,8%	8			
Acompanhamento de Doentes com Tuberculose	1 441	13,5%	1 636			
Acompanhamento de Conviventes de Doentes com Tuberculose			29			
Ostomizados	33	87,9%	62			
Saúde Mental e Psiquiatria	1 702	61,8%	2 753			
Dependentes	2 053	43,0%	2 935			
Programa de Cuidados Continuados	9 773	19,9%	11 721			
Programa Nacional de Cuidados Paliativos	1 199	8,0%	1 295			
Saúde da Família	2	50,0%	3			
Saúde da Comunidade	163	169,3%	439			
P.N.S.E.: Saúde Individual e Coletiva	466	109,4%	976			
P.N.S.E.: Inclusão Escolar	102	118,6%	223			
P.N.S.E.: Ambiente Escolar	110	145,5%	270			
P.N.S.E.: Estilos de Vida	289	43,9%	416			
Programa de Intervenção Precoce	71	240,8%	242			
Programa Nacional Promoção da Saúde Oral	185	-24,3%	140			
Total	33 808	8,1%	36 560			
Outras Atividades	2022	Δ (%)	2023			
Vacinação - Inoculações	1 479	-36,5%	939			
Inoculações - PNV	59	-11,9%	52			
Inoculações - extra PNV	1 420	-37,5%	887			
Vacinação COVID-19	1 127	-65,0%	394			
Vacinação Gripe	275	70,9%	470			
Outra vacinação	18	27,8%	23			

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

O carácter de maior proximidade ao utente por parte das UCC pode ser confirmado pelo facto de apenas 7,9% dos contactos presencias ser realizado no Centro de Saúde, com 66,4% a serem efetuados no domicílio, observando-se uma diminuição de 0,7% face aos contactos realizados em contexto domiciliário no ano anterior.

Em 2023, observou-se um decréscimo substancial de contactos realizados, quer em Lar, quer em Locais Comunitários, fruto da diminuição do acompanhamento, realização de rastreios e vacinação no âmbito do COVID.

Em termos de contactos de enfermagem por programa de saúde observa-se uma maior representatividade dos contactos registados em programas de saúde relacionados com algum tipo de dependência, como sejam o caso dos programas de Cuidados Continuados (32,1%), Tratamento de Feridas (18,0%), Dependentes (8,0%), Saúde do Idoso (7,8%) e Saúde Mental e Psiquiatria (7,5%), que, no conjunto, representam 73,5% do total de contactos em programas de saúde no âmbito das UCC.

Em 2023, a colaboração das UCC na vacinação foi residual, como seria expectável, uma vez que se trata de uma atividade no âmbito das UCSP/USF e não das UCC.

Atividades de outros grupos profissionais

As UCC do Baixo Alentejo, contam ainda com o apoio de outros grupos profissionais sendo se salientar que até dezembro de 2023, apenas os técnicos de Serviço Social efetuavam registos nestas unidades, tendo, à semelhança do sucedido com as UCSP/USF, todos os grupos profissionais, passado a efetuar registos nas UCC.

Quadro 2.7: Movimento de “Outros grupos profissionais” realizado nas UCC

Outros grupos profissionais – UCC						
	Total			Primeiras consultas		
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Nutrição / Dietética						
Psicologia						
Serviço Social	1 016	9,5%	1 113	249	10,4%	275
Fisioterapia			37			2
Terapia da Fala			37			29
Higiene Oral						
Ortótica						
Total	1 016	16,8%	1 187	249	22,9%	306
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
<u>Consulta com a presença do utente (direta)</u>	626	4,3%	653	169	-12,4%	148
Nutrição / Dietética						
Psicologia						
Serviço Social	626	-6,2%	587	169	-26,0%	125
Fisioterapia			36			1
Terapia da Fala			30			22
Higiene Oral						
Ortótica						

Outros grupos profissionais – UCC						
	Total			Primeiras consultas		
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
<u>Consulta sem a presença do utente (indireta)</u>	390	36,9%	534	80	97,5%	158
Nutrição / Dietética						
Psicologia						
Serviço Social	390	34,9%	526	80	87,5%	150
Fisioterapia			1			1
Terapia da Fala			7			7
Higiene Oral						
Ortótica						
Total	1 016	16,8%	1 187	249	22,9%	306
Local de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
<u>Unidade de Saúde</u>	770	5,8%	815	187	26,7%	237
Nutrição / Dietética						
Psicologia						
Serviço Social	770	-0,6%	765	187	12,3%	210
Fisioterapia			16			1
Terapia da Fala			34			26
Higiene Oral						
Ortótica						
<u>Domicílio</u>	246	51,2%	372	62	11,3%	69
Nutrição / Dietética						
Psicologia						
Serviço Social	246	41,5%	348	62	4,8%	65
Fisioterapia			21			1
Terapia da Fala			3			3
Higiene Oral						
Ortótica						
Total	1 016	16,8%	1 187	249	22,9%	306

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Em 2023, observou-se um aumento de 9,5% no número de contactos de serviço social nas UCC, sobretudo nos realizados em domicílio.

Atividade de Âmbito Comunitário

Adicionalmente e conforme já mencionado anteriormente, o enfoque primordial das UCC é a atividade desenvolvida na comunidade, de acordo com as áreas chave das UCC a nível nacional, essencialmente em termos de:

- ✓ Programa Nacional de Saúde Escolar
- ✓ Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)
- ✓ Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NCJR)
- ✓ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)
- ✓ Equipa de Prevenção de Violência no Adulto (EPVA)
- ✓ Programas e Projetos de Intervenção Comunitária

As UCC do Baixo Alentejo colaboram ativamente na implementação do **Programa Nacional de Saúde Escolar**, nomeadamente no que concerne à promoção e proteção da saúde e prevenção da doença no

seio da comunidade educativa; apoio à inclusão escolar de crianças com Necessidades de Saúde Especiais (NSE); promoção de um ambiente escolar seguro e saudável; reforço dos fatores de proteção relacionados com os estilos de vida saudáveis, entre outros.

Não obstante o retomar, após o período de pandemia, da atividade no âmbito da Saúde Escolar, em 2023 apenas 30,0% das turmas existentes nos concelhos abrangidos por UCC teve, pelo menos um contacto no âmbito do Programa Nacional de Saúde Escolar face a um objetivo esperado de 55% (embora represente uma melhoria face aos 9,9% de 2022) e, paralelamente, 38,2% das crianças com NSE tiveram pelo menos um contacto de enfermagem.

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) é desenvolvido através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, com envolvimento das famílias e da comunidade. Tem como destinatários crianças, com idades compreendidas entre os 0-6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo, que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias. A Intervenção Precoce (IP) na Infância é uma medida de apoio integrado, centrada na criança até à idade escolar e na sua família, com o objetivo de minimizar efeitos nefastos ao seu desenvolvimento. As UCC estão representadas nas Equipas Locais de Intervenção Precoce (ELIP), participando em reuniões, nomeadamente para discussão dos Planos de Intervenção Individual das crianças em acompanhamento como forma de dar resposta às necessidades de saúde detetadas.

Em 2023 foram registados 242 contactos de enfermagem neste âmbito, representando um acréscimo significativo face aos 71 realizados no ano anterior.

A proteção de crianças e jovens em risco tem vindo a merecer, nas últimas décadas, uma maior atenção por parte da sociedade e em especial das entidades com competência em matéria de vigilância na infância e na juventude. Neste contexto, as UCC desenvolvem as suas intervenções, sempre que tomam conhecimento de situações de maus tratos em crianças ou jovens em risco, no sentido de proceder à identificação, avaliação, intervenção, encaminhamento e acompanhamento de todos casos identificados, sinalizando as diferentes áreas de intervenção.

O Ministério da Saúde, como resposta ao fenómeno de violência interpessoal, nas suas múltiplas formas, criou um modelo de intervenção integrada denominada “Ação de Saúde sobre o Género, Violência e Ciclo de Vida” (ASGVCV) que conta com a colaboração dos profissionais das UCC para o acompanhamento e sinalização de situações de risco.

Em termos de **Cuidados Continuados Integrados**, as ECCI integradas em UCC, apresentaram uma taxa de ocupação média de 72,5% (superior aos 61,4% registados em 2022), com 82,1% dos utentes a ter um contacto pela equipa multiprofissional nas primeiras 48h após integração. Em média, os utentes permaneceram internados em ECCI cerca de 149,7 dias (menos 25 dias que em 2022), com 74,3% dos utentes a terem alta com os objetivos atingidos. Nestas ECCI, 21,3% das visitas domiciliárias foram realizadas aos fins de semana e feriados, com uma média de 14,5 visitas por mês a cada utente em ECCI. É de destacar que 61,4% dos utentes tiveram ganhos expressos no controlo da dor, com 50,4% a demonstrarem melhorias ao nível do autocuidado (valor inferior aos 64,2% do ano anterior). A taxa de incidência de úlceras por pressão registou valores similares aos de 2022, com 4,4% dos utentes a ter contraído pelo menos uma úlcera por pressão, com 5,7% de utentes a sentir necessidade de recorrer a internamento hospitalar. As ECCI do Baixo Alentejo apresentam uma taxa de efetividade na prevenção de UP de 100%.

Da carteira básica das UCC constam ainda o desenvolvimento de **Programas e Projetos de Intervenção Comunitária**, atividades que em 2020 e 2021 foram largamente afetadas pelo contexto pandémico. Em 2022 e 2023 foi possível retomar, nas UCC do Baixo Alentejo, o desenvolvimento de intervenções de âmbito comunitário, através da participação, promoção e implementação de projetos comunitários.

Na UCC Almodôvar, vigilância de grupos de risco com apoio da unidade móvel e prevenção de úlceras de pressão na ECCI.

Na UCC Cuidar Ferreira foi iniciado o desenvolvimento do projeto "Literacia em Saúde", em parceria da Biblioteca Municipal de Ferreira do Alentejo, procedendo-se à emissão/divulgação de spots/informações sobre a vacinação COVID/Gripe, no âmbito do Projeto "Informar em Parceria".

Na UCC de Ourique, "Prevenção de quedas"; "Cuidar de quem Cuida" e "Viver com a Diabetes".

Em Serpa, a UCC colaborou com a Academia Sénior na implementação do projeto "Saúde e Bem-Estar".

2.1.3. UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA

A Unidade de Saúde Pública (USP) tem por missão contribuir para a melhoria do nível da saúde da população do Baixo Alentejo, pelo que, segundo o Decreto de Lei n.º 137/2013, compete à USP, elaborar informação e planos em domínios da saúde pública, proceder à vigilância epidemiológica, gerir programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção da saúde da população em geral ou de grupos específicos e colaborar, de acordo com a legislação respetiva, no exercício das funções de autoridade de saúde.

A USP desenvolve a sua atividade de acordo com as seguintes áreas de atuação - Autoridade de Saúde, Vigilância Epidemiológica, Saúde Ambiental, Saúde Ocupacional, Sanidade Internacional, Promoção e Proteção da Saúde e Planeamento e Gestão de Projetos em Saúde e, desde setembro 2023, na área da Saúde Oral.

Em 2023, a unidade teve alterações ao nível da coordenação e da sua equipa, com a saída de um médico de saúde pública, um técnico de saúde ambiental e um enfermeiro.

Em setembro a equipa de higienista orais (3) integrou a USP e em novembro integrou mais uma higienista oral. A unidade recebeu o apoio de 4 médicos de medicina geral e familiar como Autoridade de Saúde. As juntas médicas de avaliação de incapacidade estiveram sob a responsabilidade de 3 médicos externos.

A Saúde Pública carece de um sistema de registo, que permita mostrar as atividades realizadas por este serviço. Desta forma, os dados apresentados resultam de registos internos, passíveis de serem verificados.

Quadro 2.8: Movimento assistencial USP

Unidade de Saúde Pública – USP						
Área Médica	Consultas			Utilizadores		
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Consulta com a presença do utente (direta)	591	-47,9%	308	535	-46,0%	289
Consulta sem a presença do utente (indireta)	4 906	-98,1%	92	4 121	-97,8%	90
Total	5 497	-92,7%	400	4 656	-91,9%	379

Unidade de Saúde Pública – USP						
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	202
Autoridade de Saúde						
Autoridade de Saúde	1	1400,0%	15	1	1100,0%	12
Avaliações Junta Médica	114	-18,4%	93	109	-16,5%	91
Saúde Pública	151	-89,4%	16	146	-89,7%	15
Vigilância Epidemiológica						
Saúde Infantil	1 191	-100,0%		956	-100,0%	
Saúde de Adultos	3 688	-99,7%	12	3 083	-99,8%	7
COVID-19	158	-100,0%		129	-100,0%	
Consulta ADR	161	-100,0%		129	-100,0%	
Consulta de Migrantes	32	-100,0%		32	-100,0%	
Outras	1	26300,0%	264	1	25200,0%	253
Sanidade Internacional						
Consulta do Viajante						
Total	5 497	-92,7%	400	4 586	-91,8%	378
Área de Enfermagem	Consultas			Utilizadores		
Local de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	7	85,7%	13	7	71,4%	12
Sem a presença do utente	190	-92,1%	15	186	-96,8%	6
Correio Postal						
E-mail / Chat / SMS	6	-100,0%		6	-100,0%	
Telefone / Telemóvel	184	-91,8%	15	180	-96,7%	6
Total	197	-85,8%	28	193	-90,7%	18
Área de Enfermagem	Consultas			Utilizadores		
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023			
Saúde Infantil / Juvenil	5	0,0%	5			
Saúde do Adulto / Idoso	13	400,0%	65			
COVID-19 (Temporário)	1 789	-93,7%	112			
ADR Comunidade	1	800,0%	9			
Outros						
Total	1 808	-89,4%	191			
Sanidade Internacional – Vacinação	2022	Δ (%)	2023			
Inoculações						
Febre Amarela (VFA)						
Febre Tifoide (VFT)						
Cólera (VC)						
Encefalite Japonesa (VEJ)						
Meningite Tetravalente (A, C, W135,Y)						
Raiva (VR)						
Outras						
Outras áreas de atuação	Consultas					
	2022	Δ (%)	2023			
Psicologia						
Serviço Social						
Higiene Oral			2			

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Na área de **Autoridade de Saúde**, foram desenvolvidas, entre outras, as atividades previstas no Decreto-Lei nº 82/2009, de 2 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 135/2013, de 4 de outubro, nomeadamente:

Quadro 2.9: Atividades desenvolvidas na área de Autoridade de Saúde

Atividades desenvolvidas na área de Autoridade de Saúde			
	2022	Δ (%)	2023
Mandados de Condução	31	77,4%	55
Atestados de isenção da obrigatoriedade do uso de cinto de segurança	1		9
Cartas de condução	1		5
Transladações	6	-50,0%	3
Verificação de óbitos	27	11,1%	30
Pareceres de interdições - <i>Legionella</i>	84	-79,8%	67
Pareceres de incumprimentos - Águas de Consumo Humano	271	-50,9%	138
Pareceres de incumprimentos - Piscinas	80	-65,0%	52

Fonte: Unidade de Saúde Pública (fevereiro 2024)

Em 2023 realizaram-se 1 423 Juntas Médicas de Avaliação de Incapacidade, um aumento de 57,4%.

Na área de **vigilância epidemiológica** foram desenvolvidas atividades de vigilância e investigação epidemiológicas dos fenómenos de saúde e dos seus determinantes, nomeadamente, com a realização de 70 inquéritos epidemiológicos, menos 61,4% que em 2022. Foram elaborados fluxogramas na área do Mpx e foi dada formação na mesma área.

Na área de **saúde ambiental** foram desenvolvidas atividades de vigilância destinadas a prevenir, localizar e identificar riscos ambientais e ocupacionais para a saúde ocasionados por fenómenos naturais e/ou por atividades humanas, nomeadamente, água nas suas diversas utilizações, projetos e licenciamentos, situações de insalubridade, resíduos hospitalares, alterações climáticas, vigilância de vetores e investigação em saúde ambiental. Em 2023 foram efetuadas 722 colheitas de água, 16,8% das quais em águas para consumo humano e 18,0% em águas de piscina, 437 colheitas com vista à prevenção e controlo da Doença dos Legionários. Nesta área foram ainda realizados 12 pareceres para projetos de licenciamentos e 15 pareceres e 18 vistorias em situações de insalubridade. Foram ainda realizadas atividades no âmbito da vigilância de vetores com identificação pela primeira vez no Alentejo, a presença do mosquito *Aedes albopictus* na forma adulta. A identificação desta espécie invasora, que é vetor de doenças como o Dengue, criou a necessidade de que o programa que ocorre entre maio e outubro tenha ficado ativo o ano todo, com mais de 405 colheitas.

Na área da **saúde escolar** foram realizadas 52 vistorias para avaliação dos riscos do ambiente escolar. Foram elaborados 2 planos de contingências, módulo Verão e Inverno.

Na área da **saúde oral** não há registos porque os mesmos foram realizados na URAP.

Na área de **saúde ocupacional** foram desenvolvidas atividades de coordenação, elaboração, participação e execução de programas de saúde ocupacional destinados a proteger e a promover a saúde dos trabalhadores no local de trabalho, nomeadamente, através do registo e caracterização de acidentes de trabalho, quer a nível interno da ULSBA, quer pelas autarquias, registando-se a participação de 50 acidentes de trabalho na ULSBA correspondendo a um decréscimo de 74,6% face aos 67 acidentes reportados em 2022. Ao nível das autarquias observou-se um aumento de 23 para 39 acidentes de trabalho reportados. Adicionalmente foram retomadas as visitas programadas, tendo sido realizadas 3.

Na área de **Promoção e Proteção da Saúde**, destacam-se os projetos "A minha lancheira" e "+Pulmão", este último em parceria com o IPBeja, no âmbito da prevenção e controlo do consumo de tabaco.

Na área do **planeamento em saúde** foi elaborado o Perfil de Saúde do Baixo Alentejo 2022 e iniciaram-se as reuniões para a elaboração do Plano Local de Saúde.

A USP encontra-se representada em diversos grupos de trabalho da ULSBA, bem como em projetos regionais como REVIVE regional, PPCIRA Regional, Programa Regional de Controlo da *Legionella*.

2.1.4. UNIDADE DE RECURSOS ASSISTENCIAIS PARTILHADOS

A Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) que foi extinta em dezembro de 2023, no âmbito de um processo de reorganização do trabalho dos profissionais de saúde que a integravam, prestava cuidados de saúde e serviços de consultadoria às restantes Unidades Funcionais do DCSP, promovendo a articulação com os cuidados hospitalares e com outros recursos da comunidade. A URAP dispunha, até novembro de 2023, de serviços na área da **Psicologia, Nutrição, Serviço Social, Ortopédia, Saúde Oral, Fisioterapia, Terapia da Fala, Saúde Materna e Diabetes**, os dois últimos na vertente de enfermagem. No que se refere à Fisioterapia, embora formalmente estas valências integrassem a URAP, o registo da produção associada estava a ser efetuado no sistema hospitalar, existindo apenas registos residuais da sua produção em termos de CSP.

Os técnicos da URAP, à semelhança de outros profissionais, desenvolviam a sua atividade em duas vertentes fundamentais, a atividade assistencial e atividade de intervenção na comunidade, através da colaboração em projetos de promoção da saúde, foco principal de atuação ao nível dos cuidados de saúde primários, em articulação com as restantes Unidades Funcionais do DCSP.

Em dezembro de 2023, a URAP foi dissolvida, passando a produção realizada por estes técnicos a ficar associada às UCSP/USF, UCC e outras Unidades Funcionais onde prestem colaboração, pelo que a produção aqui apresentada se reporta ao acumulado entre janeiro e novembro de 2023, motivo pelo qual não se tecem quaisquer considerações em termos comparativos.

Nutrição e Dietética

A atividade assistencial de **Nutrição/Dietética** desenvolve-se fundamentalmente através da realização de consultas e acompanhamento de utentes inscritos nas UCSP/USF que integram o DCSP.

Quadro 2.10: Atividade no âmbito da URAP – Nutrição/Dietética

URAP – Nutrição / Dietética			
	Contactos		
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023 (jan a nov)
Primeiras Consultas	960		929
Consultas Subsequentes	2 090		1 770
Total	3 050		2 699
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	3 045		2 697
Domicílio	5		2
Total	3 050		2 699
URAP – Nutrição / Dietética			

	Contactos		
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023 (jan a nov)
Com a presença do utente (direto)	3 044		2 698
Sem a presença do utente (indireto)	8		1
Total	3 052		2 699
Tempos de espera	2022	Δ (%)	2023
Tempo médio para obtenção consulta (em dias)	28,4		32,4
Tempo médio após chegada do utente (em minutos)	19,4		22,3

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Serviço Social

A nível do Serviço Social, a maioria dos atendimentos prendia-se com referências para a Rede Nacional de Cuidados Continuados, nomeadamente com vista a futura integração em ECCI.

Quadro 2.11: Atividade no âmbito da URAP – Serviço Social

URAP – Serviço Social			
	Contactos		
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023 (jan a nov)
Primeiras Consultas	2 228		1 746
Consultas Subsequentes	2 078		1 932
Total	4 306		3 678
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	3 482		2 935
Domicílio	824		743
Total	4 306		3 678
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023
Com a presença do utente (direto)	2 359		1 706
Sem a presença do utente (indireto)	1 947		1 972
Total	4 306		3 678
Tempos de espera	2022	Δ (%)	2023
Tempo médio para obtenção consulta (em dias)	0,4		0,5
Tempo médio após chegada do utente (em minutos)	0,5		0,4

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Ortóptica

As atividades desenvolvidas na área da **Ortóptica**, durante o ano de 2023, incidiram exclusivamente no Programa de Diagnóstico Sistemático e Tratamento da Retinopatia Diabética no Baixo Alentejo, não tendo sido possível a realização de rastreios de acuidade visual, por existir apenas um profissional desta área. O Rastreio da Retinopatia Diabética (RRD) decorreu apenas nos concelhos de Ferreira do Alentejo, Beja, Moura, Alentejo, Barrancos, Cuba e Vidigueira.

Quadro 2.12: Atividade no âmbito da URAP – Ortóptica

URAP – Ortóptica			
	2022	Δ (%)	2023 (jan a nov)
Atendimentos realizados	2 916		4 264
No âmbito RRD	2 916		4 264

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Higiene Oral

As atividades ao nível da Saúde Oral centram-se essencialmente no atendimento a crianças e jovens no âmbito do Projeto SOCI – Saúde Oral para Crianças e Jovens, bem como no atendimento a outros grupos, como por exemplo grávidas e idosos.

Quadro 2.13: Atividade no âmbito da URAP – Higiene Oral

URAP – Higiene Oral			
	Contactos		
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023 (jan a nov)
Primeiras Consultas	3 064		2 546
Consultas Subsequentes	1 001		688
Total	4 065		3 234
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	4 064		3 182
Domicílio	1		
Escola			52
Total	4 065		3 234
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023
Com a presença do utente (direto)	4 063		3 227
Sem a presença do utente (indireto)	2		7
Total	4 065		3 234
Tempos de espera	2022	Δ (%)	2023
Tempo médio para obtenção consulta (em dias)	1,4		1,6
Tempo médio após chegada do utente (em minutos)	1,9		2,5

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Terapia da Fala

Em termos da atividade no âmbito da **terapia da fala** são particularmente relevantes as atividades desenvolvidas em contexto de Intervenção Precoce na Infância.

Quadro 2.14: Atividade no âmbito da URAP – Terapia da Fala

URAP – Terapia da Fala			
	Contactos		
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023 (jan a nov)
Primeiras Consultas	344		376
Consultas Subsequentes	4 211		4 010
Total	4 555		4 386

URAP – Terapia da Fala			
	Contactos		
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	3 224		2 917
Domicílio	1 331		1 469
Total	4 555		4 386
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023
Com a presença do utente (direto)	4 335		4 145
Sem a presença do utente (indireto)	220		241
Total	4 555		4 386
Tempos de espera	2022	Δ (%)	2023
Tempo médio para obtenção consulta (em dias)	2,6		2,6
Tempo médio após chegada do utente (em minutos)	3,5		3,6

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Saúde Materna

Em termos de Saúde Materna, a atuação centra-se essencialmente na preparação para o parto, realização de cardiocografias e consultas de enfermagem especializadas, desenvolvendo ainda, sempre que possível, atividades no âmbito do planeamento familiar, visitação domiciliária à puérpera e ao recém-nascido e educação para a saúde.

Não são efetuados quaisquer comentários comparativos, dada a alteração nas unidades de registo, motivadas pela transferência da equipa de enfermagem de saúde materna da URAP para as UCSP/USF e UCC em outubro de 2023.

Quadro 2.15: Contactos de Enfermagem no âmbito da URAP – Saúde Materna

URAP - Saúde Materna						
	Contactos			Utilizadores		
Alvo do contacto	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)
Utente	8 033		7 838	2 526		2 492
Família						
Comunidade	345		402	1		1
Total	8 378		8 240	2 527		2 493
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)
Unidade de Saúde	6 225		6 448	2 095		2 182
Domicílio	78		74	76		72
Estabelecimento de Ensino	44		31	38		1
Locais comunitários	19		6	18		4
Outros	36			36		
Sem a presença do utente	1 976		1 681	1 345		1 057
Correio Postal	1 039		852	643		494
E-mail / chat / SMS Telefone / Telemóvel						
Videochamada	8		33	8		33
Através do secretariado clínico	1 976		1 681	1 345		1 057
Outro tipo	110		825	107		607
Total	8 378		8 240	3 608		3 316

URAP - Saúde Materna						
	Contactos			Utilizadores		
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)
Saúde Reprodutiva e Planeamento Familiar	680		625			
Saúde Materna	5 868		4 462			
Puerpério	415		235			
Saúde Infantil/Juvenil	319		321			
Saúde do Adulto/Idoso	212		265			
Tratamento Feridas / Úlceras	28		27			
Saúde da Comunidade	57		36			
Saúde Escolar	29		49			
Outros	56		12			
Total	7 667		7 664			
Outras Atividades	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)			
Vacinação – Inoculações	471		423			
Inoculações – PNV	433		382			
Inoculações – extra PNV	38		41			
Vacinação COVID-19	-		-			
Vacinação Gripe	2		2			
Outra vacinação	36		39			

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

À semelhança de enfermeiros de outras Unidades Funcionais, também as enfermeiras de Saúde Materna colaboram na implementação do Plano de Vacinação, sobretudo no que se refere à inoculação de grávidas e recém-nascidos.

Em 2023, o grupo de saúde materna continuou a colaborar na dinamização de atividades em termos de Saúde Escolar, assim como na realização de algumas atividades na área do Planeamento Familiar, nomeadamente na realização de colpocitologias, colheita de exsudato por zaragatoa para pesquisa de estreptococos tipo B, colocação de dispositivos intrauterinos e implantes, realização de testes de gravidez, entre outras.

Diabetes

A **gestão da doença crónica** tem sido alvo de continuada atenção, nomeadamente no que respeita à problemática da **Diabetes** e complicações associadas, tida como uma das áreas prioritárias de intervenção no seio da ULSBA, particularmente no que concerne à vigilância do pé diabético, com o objetivo da redução do número de amputações na região. Neste contexto, em 2023, o enfermeiro Elo de Articulação para a Diabetes, continuou a prestar apoio em termos da prestação de cuidados ao pé diabético aos utentes inscritos na UCSP Beja, realizando um total de 548 contactos até final de setembro de 2023, altura em que saiu da URAP para integrar a UCSP Beja e a UCC Beja, ficando os registos realizados desde então associados a essas Unidades Funcionais.

Quadro 2.16: Contactos de Enfermagem no âmbito da URAP - Diabetes

URAP - Diabetes						
	Contactos			Utilizadores		
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)
Unidade de Saúde	660		547	292		319
Sem a presença do utente	2		1	2		1
Videochamada	2		1	2		1
Total	662		548	294		320
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)	2022	Δ (%)	2023 (jan a set)
Grupo de Risco: Diabetes	639		535			
Tratamento Feridas/Ulceras	15		20			
Grupo Risco Cardiovascular	1					
Total	655		555			

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Não se tecem quaisquer comparações, em virtude das alterações observadas, devido ao término da URAP Diabetes no final de setembro de 2023.

Psicologia

Quadro 2.17: Atividade no âmbito da URAP – Psicologia

URAP - Psicologia			
	Contactos		
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023
Primeiras Consultas	1 241		1 113
Consultas Subsequentes	3 700		3 908
Total	4 941		5 021
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	4 928		5 016
Domicílio	13		5
Total	4 941		5 021
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023
Com a presença do utente (direto)	4 935		5 007
Sem a presença do utente (indireto)	6		14
Total	4 941		5 021
Tempos de espera	2022	Δ (%)	2023
Tempo médio para obtenção consulta (em dias)	19,2		18,9
Tempo médio após chegada do utente (em minutos)	12,6		12,7

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Fisioterapia

Tal como referido anteriormente, a situação do grupo de fisioterapia é algo ambígua, uma vez que, embora formalmente os profissionais integrassem a URAP, a maioria dos registos é efetuada nos

sistemas hospitalares, não existindo praticamente registos de atividade ao nível dos CSP, devendo-se a mesma essencialmente a atendimentos no âmbito da Intervenção Precoce ou ECCI.

Quadro 2.18: Atividade no âmbito da URAP – Fisioterapia

URAP – Fisioterapia			
	Contactos		
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023
Primeiras Consultas	27		63
Consultas Subsequentes	454		673
Total	481		736
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	40		201
Domicílio	441		535
Total	481		736
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023
Com a presença do utente (direto)	481		652
Sem a presença do utente (indireto)			84
Total	481		736
Tempos de espera	2022	Δ (%)	2023
Tempo médio para obtenção consulta (em dias)	7,9		6,8
Tempo médio após chegada do utente (em minutos)	5,4		4,8

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Atividade de Âmbito Comunitário

Em 2023, o grupo de **Nutrição** manteve a colaboração com outras Unidades Funcionais na implementação de projetos e atividades de âmbito comunitário, nomeadamente no desenvolvimento do projeto da ARS Alentejo, em parceria com a USP, “A minha lancheira”, com escolas aderentes em praticamente toda a área de abrangência da ULSBA, bem como no projeto “Saúde a Gosto!”. A nível concelhio, existe colaboração com o projeto “Viver com Diabetes” em Ourique e Academia Sénior em Moura e Serpa. Adicionalmente o grupo colaborou com o estudo COSI nos concelhos de Serpa, Beja e Vidigueira, contribuindo também com artigos no E-BISA.

A atividade do grupo de **Serviço Social** envolve a participação em reuniões de acompanhamento dos processos da RNCCI e nas EPVA/NACJR, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ao nível das comissões restritas e alargadas, Equipa de Apoio Psicossocial (EAPS) no apoio aos Cuidados Paliativos. Os profissionais participam ainda em reuniões da Rede Social, Concelhos Locais de Ação Social, de Saúde e de Educação, entre outras.

Em 2023, manteve-se a colaboração do técnico de **Ortótica** no projeto “Viver com a Diabetes” da UCC Ourique com a dinamização de sessões subjacentes ao tema “As complicações tardias da Diabetes”.

Na área da **Diabetes**, deu-se continuidade ao acompanhamento e monitorização do projeto “**Organização dos Cuidados ao Pé Diabético – um passo à frente da Diabetes**”, garantindo-se o funcionamento das consultas de enfermagem de Pé Diabético no CSP, com espaço e horário próprio.

Em 2023, em virtude da alteração nos sistemas de registo, nomeadamente com a transição para o SClínico Centralizado, deixou de ser possível o apuramento do número de consultas de pé diabético realizadas, um constrangimento que se tentará ultrapassar em 2024.

Nesta área foram ainda dinamizadas algumas atividades no âmbito da Comemoração do Dia Mundial da Diabetes, nomeadamente através de participação em ações de sensibilização em rádios locais e colocação de faixas “Unidos pela Diabetes” nas sedes de todas as UCSP/USF da região, mantendo-se a colaboração do enfermeiro Elo de Articulação para a Diabetes com a equipa do Programa Nacional para a Diabetes, da Direção Geral de Saúde.

2.1.5. SERVIÇOS ATENDIMENTO COMPLEMENTAR E RECURSO

O Departamento de Cuidados de Saúde Primários da ULSBA engloba dois Serviços de Atendimento Complementar e Recurso (AC e Recurso), para atendimento a utentes em **situação de doença aguda**, disponíveis nos concelhos de Cuba e Mértola.

Quadro 2.19: Movimento de consultas nos SAC

Serviços de Atendimento Complementar - SAC						
	Consultas Médicas			Contactos de Enfermagem		
	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Consultas	9 418	-0,2%	9 398	5 492	-2,1%	5 378
Utilizadores	5 096	16,5%	5 938	3 021	-7,3%	2 800
Tipo de consulta / programa	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Recurso	8 418	10,3%	9 288			
COVID-19	1 000	-99,9%	1			
Outros			109			
Total	9 418	-0,21%	9 398			
Período horário	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
08 – 12 h	3 787	6,5%	4 034	2 175	-4,6%	2 075
12 – 16 h	3 009	11,1%	3 343	1 949	0,1%	1 951
16 – 20 h	2 622	-22,9%	2 021	1 368	-1,3%	1 350
20 – 24 h						2
Total	9 418	-0,2%	9 398	5 492	-2,1%	5 378

Fonte: SIARS (março 2024)

Em 2023 observou-se um estagnar do total de consultas médicas de recurso e uma ligeira diminuição (2,1%) na enfermagem, com comportamentos distintos em termos de períodos horários, com acréscimos até às 16 horas e diminuição no período entre as 16 e as 20 horas. O número de utilizadores denotou um aumento de 16,5% em termos médicos e diminuiu 7,3% ao nível da enfermagem, com cada utilizador a ter recorrido em média a cerca de 1,6 consultas médicas e 1,9 contactos de enfermagem.

As UCSP/USF dos restantes concelhos dispõem de **consultas de reforço**, salientando-se ainda que, os utentes em situação de doença aguda, podem recorrer aos Serviços de Urgência Básica existentes nos concelhos de Castro Verde e Moura e que integram a rede de emergência e urgência da ULSBA.

2.1.6. CENTRO DE DIAGNÓSTICO PNEUMOLÓGICO

O Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP) é o serviço responsável pela prevenção e tratamento da tuberculose, nas suas múltiplas formas, tendo como âmbito de atuação a população do distrito de Beja

(exceto o concelho de Odemira), ou seja, toda a população na área de abrangência da ULSBA.

Quadro 2.20: Movimento do Centro de Diagnóstico Pneumológico

Centro de Diagnóstico Pneumológico						
Área médica	Consultas			Utilizadores		
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Saúde Infantil	8	937,5%	83	8	450,0%	44
Saúde Adultos	366	43,7%	526	190	29,5%	246
Total	374	62,8%	609	198	46,5%	290
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Consulta com a presença do utente (direta)	346	34,4%	465	192	19,3%	229
Consulta sem a presença do utente (indireta)	28	414,3%	144	24	395,8%	119
Total	374	62,8%	609	216	61,1%	348
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Consultas de âmbito pneumológico	334	74,9%	584	172	57,6%	271
Cessação tabágica						
Saúde Infantil	1	0,0%	1	1	0,0%	1
Saúde Adultos	23	4,3%	24	22	0,0%	22
Consulta Migrantes	16	-100,0%		16	-100,0%	
Total	374	62,8%	609	211	39,3%	294
Local de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Unidade Saúde	374	62,8	608	210	40,5	295
Total	374	62,8%	609	210	40,5%	295
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	659	51,4%	998	236	42,4%	336
Domicílio			30			30
Sem a presença do utente	664	74,1%	1 156	344	170,6%	931
Correio Postal	7	-85,7%	1	7	-85,7%	1
E-mail / chat / SMS	21	-90,5%	2	16	-87,5%	2
Telefone / Telemóvel	383	12,0%	429	159	64,8%	262
Através do secretariado clínico			1			1
Outro tipo	253	185,8%	723	162	310,5%	665
Total	1 323	65,1%	2 184	580	123,6%	1 297
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023			
Saúde Infantil/Juvenil	5	200,0%	15			
Saúde do Adulto/Idoso	46	-8,7%	42			
Intervenções breves em fumadores						
Acompanhamento de doentes com tuberculose	569	53,6%	874			
Acompanhamento de conviventes de doentes com tuberculose	577	113,9%	1 234			
Total	1 197	81,1%	2 168			

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

Durante o ano de 2023, foram realizadas no CDP 609 consultas médicas, observando-se um aumento de 62,8%, face ao realizado no ano anterior. As consultas de âmbito pneumológico, em 2023, representaram 95,9% do total de consultas médicas, o que seria expectável, dada a inexistência das consultas de cessação tabágica, suspensas desde março 2021.

Na área de enfermagem, observou-se um acréscimo de 65,1% nos contactos de enfermagem, que foi acompanhado de um aumento substancial ao nível do número de utilizadores. Os contactos sem a

presença do utente representaram mais de metade do total de contactos de enfermagem (52,9%).

Os programas relacionados com o acompanhamento de utentes e familiares com tuberculose representam 97,2% dos contactos de enfermagem registados no CDP.

2.1.7. CENTRO DE ACONSELHAMENTO, DETEÇÃO E PROMOÇÃO DE UMA SEXUALIDADE RESPONSÁVEL

O Centro de Aconselhamento, Detecção e Promoção de uma Sexualidade Responsável (CAD) foi inicialmente criado com a missão de prevenir a transmissão da infeção pelo VIH e contribuir para o diagnóstico precoce, contudo, na prática, a sua atuação sempre foi mais abrangente. Em 2019, o CAD viu alargado o âmbito da sua atuação ao rastreio de outras infeções sexualmente transmissíveis com teste rápido disponível, bem como reforçada a participação em projetos de cariz comunitário na área da sexualidade responsável.

Adicionalmente, o CAD é ainda responsável pelo acompanhamento de utentes encaminhados pela Direção Regional de Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP) com vista à implementação de programas formativos e de acompanhamento psicológico na área da sexualidade, por determinação judicial.

Quadro 2.21: Movimento no Centro de Aconselhamento, Detecção e Promoção de uma Sexualidade Responsável.

Centro de Aconselhamento, Detecção e Promoção de uma Sexualidade Responsável			
Âmbito do Contacto	2022	Δ (%)	2023
Deteção de IST e Sexualidade Responsável			
Atendimentos sem realização de teste	169	-26,0%	125
Atendimentos com realização de teste	53	175,5%	146
Testes rápidos VIH	53	175,5%	146
Testes reativos	1	0,0%	1
Testes não reativos	52	178,8%	145
Testes rápidos HBV	25	424,0%	131
Testes reativos			3
Testes não reativos	25	412,0%	128
Testes rápidos HCV	25	424,0%	131
Testes reativos			
Testes não reativos	25	424,0%	131
Testes rápidos Sífilis	25	304,0%	101
Testes reativos			1
Testes não reativos	25	300,0%	100
Total	222	22,1%	271
DGRSP			
Total de atendimentos	52		
Utentes atendidos	6		6
Total	52		
Total atendimentos CAD	274		271

Fonte: Relatório de Atividades do CAD 2023 (fevereiro 2024)

Durante o ano de 2023 foram realizados 271 atendimentos no âmbito da deteção de infeções

sexualmente transmissíveis e/ou promoção sexualidade responsável. Do total de atendimentos neste contexto, 146 tiveram como objetivo a realização de testes rápidos para VIH e/ou Hepatites (B e C), observando-se um aumento de 175,5%.

Nos restantes atendimentos desta área (125) não se verificou a realização de teste, quer pela contingência do período de janela do teste, quer porque o atendimento se destinava a aspetos informativos e de aconselhamento na área da sexualidade ou com o levantamento de métodos contracetivos de barreira – preservativos masculinos e/ou femininos.

Em 2023, no âmbito do acompanhamento de utentes para implementação de medida aplicada judicialmente, foram acompanhados 6 utentes para programa formativo na área da Sexualidade.

À semelhança de outras Unidades Funcionais, a intervenção do CAD assenta em dois pilares fundamentais, a área assistencial e a área da promoção da saúde e prevenção da doença.

Atividades de Âmbito Comunitário

O CAD é responsável pela planificação, execução e implementação do **Projeto “Des(COBRE) o teu corpo”**, um projeto na área da prevenção da violência e abuso sexual de menores, em todos os concelhos da área de abrangência da ULSBA. Após paragem durante a pandemia COVID, no ano letivo 2022/2023 o projeto retomou a sua implementação.

A psicóloga do CAD é ainda responsável pela implementação do **Programa “CUIDA-TE”**, ao nível da sexualidade, promovido pelo Instituto Português da Juventude IP, que tem como principal objetivo trabalhar na área da saúde juvenil e na promoção de estilos de vida saudáveis, promovendo junto dos jovens o aconselhamento e a prevenção primária, por intermédio de estratégias de comunicação, de informação e de apoio à ação. Em 2023 foram recebidas 3 candidaturas a este programa, para implementação pela ULSBA, tendo sido executadas 8 sessões, com a participação de 213 jovens.

A psicóloga do CAD é uma das técnicas responsáveis pela implementação na ULSBA do **projeto ADÉLIA**, tem como objetivo a capacitação das famílias para o exercício de uma parentalidade responsável, garantindo a participação efetiva das crianças. O projeto visa ainda a capacitação dos técnicos/as das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude no domínio da melhoria das competências e desempenho parental, nomeadamente no âmbito dos Programas “Anos Incríveis”, “Mais Família-Mais Jovem” e “Crianças no Meio do Conflito”.

Durante o ano de 2023, a técnica do CAD participou em ações de formação e supervisão, tendo implementado um destes programas e 3 *workshops* na área da parentalidade positiva.

O CAD desenvolve ainda outras atividades no âmbito da promoção da saúde na área da sexualidade, colaborando ativamente com as equipas de Saúde Escolar, na realização de **sessões de esclarecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva**, num total de 140 atividades que contaram com a presença de 2 614 alunos, nos concelhos de Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Mértola, Moura e Vidigueira. As temáticas abordadas passaram pela Gravidez na Adolescência; Métodos Contracetivos; Infecção VIH; Violência no Namoro; Afetos e Consentimento e abuso sexual.

Adicionalmente foram realizadas duas ações, para técnicos e utentes, na área da Sexualidade na ERPI da Santa Casa da Misericórdia de Vila Alva e, a pedido de entidades parceiras, colaborou na realização de 13 sessões de esclarecimento, nas quais participaram 413 utentes.

2.1.8. OUTRAS EQUIPAS

As outras equipas que não constituem Unidades Funcionais do DCSP são essencialmente formadas por profissionais de enfermagem e por técnicos da URAP, embora algumas delas também contem com apoio médico que, conjuntamente, desenvolvem esforços no sentido da melhoria da qualidade de saúde da população baixo alentejana.

Equipas Coordenadoras Locais

As Equipas Coordenadoras Locais (ECL), da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) são equipas multidisciplinares de coordenação de âmbito local que asseguram a articulação de recursos, assumindo os fluxos de referência e o acompanhamento das unidades e equipas da sua área de influência.

Neste contexto, o DCSP da ULSBA integra seis Equipas Coordenadoras Locais (ECL), designadamente as ECL Aljustrel, Alvito, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira; ECL Almodôvar e Mértola; ECL Beja; ECL Castro Verde e Ourique; ECL Moura e Barrancos e ECL Serpa.

Quadro 2.22: Equipas Coordenadoras Locais

Equipas Coordenadoras Locais - ECL			
Utentes referenciados por tipologia	2022	Δ (%)	2023
Equipas de Cuidados Continuados Integrados – ECCL	155	33,5%	207
Unidades de Média Duração e Reabilitação – UMDR	178	37,1%	244
Unidades de Média Duração e Reabilitação Saúde Mental – UMDR Saúde Mental	4	25,0%	5
Unidades de Longa Duração e Manutenção – ULDM	127	36,2%	173
Unidades de Convalescença – UC	320	-3,4%	309
Unidades de Cuidados Paliativos – UCP	95	-15,8%	80
Unidades de Cuidados Paliativos Pediátricos – UCPP			
Residência de Apoio Moderado – RAMo (Saúde Mental)	1	300,0%	4
Residência de Apoio Máximo – RAMa (Saúde Mental)	2	-100,0%	0
Equipa de Apoio Domiciliário – EAD (Saúde Mental)	16	-25,0%	12
Total	898	15,1%	1034

Fonte: Equipas Coordenadoras Locais (fevereiro 2024)

Em 2023 observou-se um aumento significativo no número de referências para as ECL da área de abrangência da ULSBA, particularmente no que se refere às tipologias Unidades de Média e Longa Duração e Equipas de Cuidados Continuados Integrados.

Durante o ano 2023, as ECL estiveram ainda envolvidas em vários processos com necessidade de tomada de decisões, nomeadamente admissões, transferências e prorrogações, tendo igualmente realizado visitas trimestrais de acompanhamento às unidades, com preenchimento das respetivas grelhas de avaliação, assim como prestado todos os esclarecimentos necessários no âmbito do processo do maior acompanhado.

Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos

No sentido de permitir ao doente, sempre que possível e que este o deseje, a sua permanência no domicílio em fase final de vida, reduzindo assim o recurso ao Serviço de Urgência e internamentos hospitalares evitáveis, o DCSP conta com a colaboração de duas equipas comunitárias de suporte em

cuidados paliativos – a Equipa **Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos Beja+** (ECCSP Beja+) que atua em 10 dos 13 concelhos do Baixo Alentejo (Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Ourique, Serpa e Vidigueira) e a ECSCP Mértola que atua no concelho de Mértola, estando os concelhos de Barrancos e Moura sem apoio nesta área, embora contem com apoio, via telefone, da equipa Beja+.

A ECSCP Beja+ é constituída por uma equipa nuclear formada por duas médicas, uma a tempo integral e outra a tempo parcial, três enfermeiras a tempo integral, que articulam com a Equipa de Apoio Psicossocial, constituída por psicólogos e técnicos de serviço social. A área de intervenção desta equipa abrange 10 concelhos, pelo que a prestação direta de cuidados aos doentes em acompanhamento é, em grande medida, assegurada pelas equipas de enfermagem das diversas Unidades Funcionais dos Centros de Saúde (USCP, USF e UCC). A ECSCP Mértola integra pessoal médico e de enfermagem, ambos em tempo parcial.

Quadro 2.23: Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos

Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos						
Área Médica	Consultas			Utilizadores		
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Consulta com a presença do utente (direta)	532	-20,1%	425	353	-15,9%	297
Consulta sem a presença do utente (indireta)	8	-75,0%	2	7	-71,4%	2
Total	540	-20,9%	427	360	-16,9%	299
Tipo de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Saúde Adultos	478	-20,3%	381	340	-15,0%	289
Cuidados Paliativos	45	-15,6%	38	34	-23,5%	26
Receituário	17	-52,9%	8	17	-52,9%	8
Total	540	-20,9%	427	391	-17,4%	323
Local da consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	86	-44,2%	48	74	-40,5%	44
Domicílio	454	-16,5%	379	315	-13,0%	274
Total	540	-20,9%	427	389	-18,3%	318
Área de Enfermagem	Consultas			Utilizadores		
Local de consulta	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	89	-58,4%	37	83	-61,4%	32
Domicílio	418	20,8%	505	273	11,7%	305
Lar	8	12,5%	9	8	12,5%	9
Locais Comunitários			1			1
Sem a presença do utente	119	126,1%	269	113	91,2%	216
Correio Postal						
E-mail / chat / SMS	25	-72,0%	7	25	-72,0%	7
Telefone / Telemóvel	79	183,5%	224	73	135,6%	172
Videochamada	12	66,7%	20	12	66,7%	20
Através do secretariado clínico			6			6
Outro tipo	3	300,0%	12	3	266,7%	11
Total	634	29,5%	821	477	18,0%	563
Programa de Saúde	2021	Δ (%)	2022			
Programa Nacional de Cuidados Paliativos	532	38,2%	735			
Saúde Adulto / Idoso			1			
Outros	1	900,0%	10			
Total	533	40,0%	746			

Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos						
Outras áreas de atuação	Consultas			Utilizadores		
	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Consultas de Psicologia	494	49,2%	737	196	29,1%	253
Domicílio	394	54,3%	608	145	44,8%	210
Consultas de Serviço Social	148	-16,2%	124	24	66,7%	40
Domicílio	113	-23,9%	86	20	70,0%	34

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

As consultas médicas realizadas pelas ECSCP, no ano de 2023, registaram uma diminuição de 19,2%, tendo o número de utilizadores decrescido 14,4%, observando-se igualmente uma descida no número de consultas no domicílio (-15,2%), possivelmente motivada por ausência prolongada de uma das médicas.

Na área de enfermagem observou-se uma subida de 29,7% ao nível do número de contactos realizados, bem como de 18,3% no número de utilizadores. Salienta-se que 61,5% destes contactos foi efetuado no domicílio do utente e 29,7% por telefone, SMS ou videochamada.

Cada utente acompanhado pelas ECSCP usufruiu, em média, de 1,4 visitas domiciliárias médicas e de 1,7 consultas de enfermagem no domicílio, valor superior à média do ano anterior (1,5).

Em termos do acompanhamento de psicologia, observou-se um aumento de 49,2% e uma diminuição de 16,2% ao nível de serviço social, tendo o número de utilizadores aumentado em ambas as valências. A destacar a visita domiciliária que tem um peso significativo, representando 82,5% do total de consultas de psicologia e 69,3% dos atendimentos de serviço social. Cada utente usufruiu de 2,9 visitas domiciliárias de psicologia e 2,5 no âmbito de serviço social.

Equipas de Cuidados Continuados Integrados

O DCSP conta com seis Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) nos concelhos de Almodôvar, Beja, Ferreira do Alentejo, Ourique Serpa e Vidigueira, que asseguram os cuidados domiciliários a utentes em situação de dependência e respetivos cuidadores informais que possuem um contexto social ou familiar e uma situação de saúde cuja intensidade e complexidade dos cuidados permite a sua prestação no domicílio, tal como preconizado pela Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

As ECCI de Almodôvar, Beja, Ferreira do Alentejo, Ourique e Serpa encontram-se integradas nas UCC existentes nos respetivos concelhos pelo que o registo dessas atividades está espelhado no movimento assistencial das respetivas UCC.

Quadro 2.24: Movimento da ECCI Vidigueira

ECCI Vidigueira						
Área médica	Consultas			Utilizadores		
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Saúde Adultos	1			1		
Total	1	-100,0%	0	1	-100,0%	0

ECCI Vidigueira						
Área médica	Consultas			Utilizadores		
Tipo de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Consulta com a presença do utente (direta)	1			1		
Consulta sem a presença do utente (indireta)						
Total	1	-100,0%	0	1	-100,0%	0
Área de enfermagem	Contactos			Utilizadores		
Local de contacto	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Unidade de Saúde	133	-7,5%	123	41	-70,7%	12
Domicílio	1 052	28,5%	1 352	57	-63,2%	21
Outro	1	100,0%	2	1	100,0%	2
Sem a presença do utente	4	-50,0%	2	4	-50,0%	2
Correio Postal						
E-mail / chat / SMS						
Telefone / Telemóvel	1	-100,0%		1	-100,0%	
Videochamada						
Através do secretariado clínico						
Outro tipo	3	-33,3%	2	3	-33,3%	2
Total	1 190	24,3%	1 479	103	-64,1%	37
Área de enfermagem	Contactos			Utilizadores		
Programa de Saúde	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Saúde do Adulto / Idoso	45	-91,1%	4			
Tratamento Feridas / Úlceras	819	17,7%	964			
Acompanhamento de Doentes com Tuberculose	141	153,9%	358			
Saúde Mental e Psiquiatria	40	-100,0%	0			
Dependentes	36	63,9%	59			
Programa de Cuidados Continuados	871	62,1%	1 412			
Programa Nacional de Cuidados Paliativos	27	-100,0%	0			
Outros	12	-83,3%	2			
Total	1 991	40,6%	2 799			
Outras áreas de atuação	Consultas			Utilizadores		
	2022	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)	2023
Serviço Social	123	7,3%	132			
Domicílio	105	-3,8%	101			
Fisioterapia			1			
Domicílio			1			

Fonte: SIARS (fevereiro 2024)

A ECCI da Vidigueira é uma equipa multidisciplinar constituída por médico e enfermeiros, contando com apoio a nível de serviço social, psicologia, nutrição e fisioterapia dos técnicos da URAP, bem como com a assessoria técnica da ECSCP Beja+ no que concerne aos utentes paliativos. A ECCI Vidigueira tem um total de 15 vagas para internamento domiciliário, tendo em 2023 apresentado uma taxa de ocupação de 68,6% (superior aos 55,6% registados em 2022) e um tempo médio de permanência de 190,5 dias (bastante inferior aos 333,6 dias de permanência média em 2022) e em alinhamento com os 180 dias preconizados. Em 2023 nenhum utente admitido foi avaliado pela equipa multidisciplinar nas primeiras 48 horas (42,9% em 2022), facto que deverá ser alvo de análise interna. Cerca de 30,4% das visitas domiciliárias a utentes integrados em ECCI foi realizada ao fim-de-semana ou feriado, com cada utente a beneficiar de uma média de 12,0 domicílios por mês, superior ao registado em 2022

(com 7,3 domicílios por mês) e de acordo com o número esperado de 12 domicílios mensais.

2.1.9. CONTRATUALIZAÇÃO INTERNA NOS CSP

O processo de contratualização interna de qualquer UF do DCSP concretiza-se através da discussão e negociação do Plano de Ação da UF, operacionalizado através de uma matriz multidimensional com 5 áreas: Desempenho Assistencial, Serviços, Qualidade Organizacional, Formação e Atividade Científica. Cada uma destas áreas é operacionalizada através da definição das suas diferentes subáreas, dimensões e respetivos indicadores e/ou métricas, para os quais se identificaram os resultados esperados.

Em 2023, a fase de **negociação** concretizou-se apenas em maio/junho e não se contratualizou com todas as Unidades Funcionais, essencialmente devido à inexistência de coordenadores nomeados nas UCSP de Almodôvar, Alvito e Barrancos e na URAP.

As condições para o **acompanhamento/monitorização** foram asseguradas, através da plataforma BI-CSP, com a publicação de forma continuada dos resultados dos IDG, IDS e respetivas dimensões, operacionalizados pelas suas métricas e respetivos indicadores das Unidades Funcionais.

A **avaliação** do desempenho de cada UF faz-se por via do Índice de Desempenho Global (IDG), obtido pela soma ponderada dos Índices de Desempenho Sectoriais das Áreas (IDS_A), que por sua vez é obtido pela soma ponderada dos Índices de Desempenho Sectoriais das Subáreas (IDS_S), obtidos pela soma ponderada dos Índices de Desempenho Sectoriais das Dimensões (IDS_D), calculados de acordo com o mecanismo existente para Correção das Ponderações por Inexistência de Indicadores, ou seja, de forma proporcional tendo por base os IDS passíveis de calcular.

A não contratualização com 3 UCSP e a impossibilidade de uma UCSP efetuar o preenchimento dos relatórios correspondentes deverá ter efeitos negativos ao nível dos índices de desempenho sectoriais das áreas de Serviços, Qualidade Organizacional e Formação e consequentemente em termos do IDG.

De seguida apresentam-se os resultados médios provisórios obtidos pelos diferentes tipos de UF, ponderados em função da dimensão das Unidades Funcionais da tipologia correspondente, uma vez que o processo de avaliação ainda não se encontra totalmente finalizado.

Quadro 2.25: Processo Interno de Contratualização CSP – Resultados médios provisórios.

Processo de Contratualização Interna – 2023				
	UCSP/USF	UCC	USP	URAP
IDG - IPDA	66,8	69,9	76,5	
IDG	64,1	69,8	76,5	
Desempenho Assistencial - IPDA	57,8	64,2	NA	
Desempenho Assistencial	53,0	60,5		
Acesso	65,0	66,2		
Gestão da Saúde	40,6	53,0		
Gestão da Doença	49,5	44,4		
Qualificação da Prescrição	57,1			
Intervenção Comunitária		52,3		
Satisfação	NA	NA		

Processo de Contratualização Interna – 2023				
	UCSP/USF	UCC	USP	URAP
Serviços	81,4	96,3	100,0	
Serviços Assistenciais	86,5	100,0	100,0	
Serviços não Assistenciais	61,2	81,6	100,0	
Qualidade Organizacional	74,4	89,9	53,0	
Melhoria Contínua da Qualidade	82,9	100,0	37,5	
Segurança	69,3	87,0	65,5	
Centralidade do Cidadão	67,8	75,7	59,0	
Formação	80,1	93,0	100,0	
Formação Interna	80,1	93,0	100,0	
Formação Externa	NA	NA	NA	NA
Atividade Científica	NA	NA	NA	NA

Fonte: Plataforma BI CSP (março 2024)

Em termos do Desempenho Assistencial, observa-se que a subárea do Acesso foi aquela onde as UCSP/USF obtiverem melhores resultados. Nas UCC os melhores resultados registaram-se ao nível da Gestão da Saúde.

Nas UCSP/USF, por via do Índice de Perturbação do Desempenho Assistencial (IPDA), o valor médio do Desempenho Assistencial sobe de 53,0 para 57,8, com o IDG médio a passar de 64,1 para 66,7 e, nas UCC o valor médio do Desempenho Assistencial passa de 60,5 para 64,2, existindo uma correção no IDG de 68,0 para 69,9.

Nas UCSP/USF, os IDG após correção do Desempenho Assistencial pelo Índice de Perturbação do Desempenho Assistencial (IPDA) deverão oscilaram entre os 31,1 da UCSP Almodôvar (UF que não contratualizou e que tem IDS nulos ao nível de Serviços, qualidade Organizacional e Formação) e os 84,1 da USF Alfa-Beja e nas UCC os IGD após correção do Desempenho Assistencial pelo IPDA deverão oscilar entre os 91,9 da UCC Almodôvar e os 60,9 da UCC Beja.

2.2. CUIDADOS DE SAÚDE HOSPITALARES

Apesar de continuarmos a registar um agravamento na carência de recursos humanos médicos, motivada pela aposentação de vários profissionais ocorrida nos últimos anos e pela grande dificuldade de captação e de fixação de novos quadros, o ano de 2023 é marcado pelo esforço de recuperação da atividade programada e das listas de espera cirúrgica de primeira consulta hospitalar.

Em 2023 aposentaram-se um ortopedista e um internista e, não obstante os esforços realizados, não foi possível contratar e repor a especialidade de otorrinolaringologia após a aposentação, em 2021, do único especialista.

Nas **consultas externas hospitalares**, quando aplicável, continuou a registar-se consultas de atendimento não presencial, embora com muito menor expressão do que em 2022, em especial no que respeita a primeiras consultas. No âmbito da contratualização interna para a realização de consultas em regime adicional, fora do horário de trabalho das equipas, com vista à recuperação das listas de espera, foram estabelecidos acordos internos com diversas especialidades. De destacar o facto do total de consultas realizadas ter crescido, em termos globais, em especial o número de primeiras consultas médicas referenciadas dos CSP.

No **hospital de dia** registou-se um decréscimo de produção em quase todas as linhas, com exceção da área pediátrica.

No **internamento**, com a declaração do fim da pandemia, pela OMS, foram também extintas as unidades específicas para doentes COVID, o que permitiu uma gestão de camas mais ágil e eficiente, tendo-se verificado um aumento do número de doentes saídos, de doentes tratados e da taxa de ocupação.

No **bloco operatório** registou-se, em 2023, um crescimento da produção global, superior a vinte pontos percentuais, para o qual contribuiu a celebração de acordos internos para a realização de cirurgias em regime adicional (fora do horário de trabalho das equipas), com vista à recuperação das listas de espera.

A **unidade de cirurgia de ambatório**, onde os utentes são admitidos para cirurgia e fazem o recobro da intervenção tendo alta no próprio dia, voltou a registar a um aumento de resposta, cifrando-se o crescimento do número de cirurgias acima dos 26%.

No **serviço de urgência** foram encerradas as unidades dedicadas a doentes com ou com suspeita de COVID e a atividade voltou ao normal, ou seja, a população deixou de ter os receios que a pandemia incutia e registou um significativo aumento da afluência a este Serviço, com destaque para os SUB (16,1%).

Em resumo, da análise global da produção hospitalar realçam-se os seguintes aspetos:

- Um aumento de 10% no total de **consultas médicas** face ao verificado em 2022 e quase 14% das primeiras consultas, resultando numa melhoria da taxa de primeiras consultas, num valor muito próximo da meta contratualizada para o ano, correspondendo a uma execução de 99,6%.
- Um aumento de 46,8% do número de primeiras consultas realizadas por referência dos cuidados primários, ficando acima da meta contratada.
- A recuperação dos pedidos de consulta muito antigos, em especial de cardiologia, oftalmologia, urologia e cirurgia geral, fez com que o **tempo médio de resposta aos pedidos de primeira**

- consulta** referenciadas via CTH, tivesse aumentado 11 dias e a proporção de utentes cuja consulta se realizou dentro do tempo máximo de resposta garantido (TMRG) tivesse reduzido de 50% para 35%, muito abaixo dos 74,2% contratualizados.
- Apesar de, com menos médicos, termos conseguido realizar um número de primeiras consultas referenciadas dos cuidados de saúde primários acima do realizado em 2022, a **lista de espera de pedidos de consulta** no final do ano aumentou 12% face à existente no final de 2022. Existiam mais 709 pedidos em espera, o que se deveu, em grande medida, ao facto de ter havido, nos cuidados de saúde primários, uma maior referenciação para consulta hospitalar.
 - O **tempo médio de espera dos pedidos de primeira consulta em lista** no final do ano aumentou de 126 para 136 dias, o que corresponde a um acréscimo de 8% ou 10 dias.
 - A produção **cirúrgica programada convencional** cresceu 21% face a 2022, tendo mesmo ultrapassado os valores de 2019, o que representa um esforço de recuperação da produção e de listas de espera.
 - A **produção cirúrgica em ambulatório** voltou a registar um crescimento face a 2022, superando o nível de produção pré-pandemia (2019). Para este resultado contribuíram maioritariamente as especialidades de Ortopedia, Ginecologia e Oftalmologia, com taxas de crescimento de 44%, 38% e 21% respetivamente, mas destacando-se a Ortopedia e a Oftalmologia pelo aumento de produção em números absolutos.
 - O **número de cirurgias em espera** no final do ano aumentou 22%, o que não deixa de ser expectável tendo em conta a retoma da atividade em consulta externa que potenciou uma maior referenciação para cirurgia. O maior número de entradas na lista de espera e o facto de não se ter conseguido superar essas entradas com produção normal e adicional explicam o aumento. A percentagem de doentes operados dentro do TMRG teve um crescimento, tendo-se fixado nos 87%, abaixo um ponto percentual dos 88% contratualizados para o ano de 2023. O tempo médio de espera para os doentes operados (não deduzindo os períodos de suspensão) foi de 99 dias, menos 11 do que em 2022.
 - Os **indicadores de espera cirúrgica** apresentaram um agravamento. A percentagem de cirurgias da lista com um tempo de espera inferior ao tempo máximo de resposta reduziu de 93,6% para 87,2% tendo ficado a 2,8 pontos percentuais da meta contratada (90%). A média do número de dias em espera para os doentes em lista, a aguardar cirurgia, aumentou em 16 dias e a mediana registou um aumento de 20 dias.
 - No que respeita aos serviços de **internamento**, registaram-se 7 401 altas hospitalares (excluindo os recém-nascidos), mais 217 que no ano anterior, correspondendo a 98,6% da meta contratada. A demora média aumentou para cerca de oito dias e meio, correspondente a um crescimento de meio dia e a taxa de ocupação voltou a aumentar, sendo neste ano de 79,5%.
 - No serviço de urgência voltou a registar-se um acréscimo de episódios (7,1%), embora com um crescimento muito menos acentuado do que em 2022, sendo este aumento justificado sobretudo pelo número de atendimentos nos serviços de urgência básica, com um crescimento de 16,1% face a 2022. Verificou-se um acentuado acréscimo face ao inicialmente previsto, o que se explicará pela detioração da taxa de cobertura de médicos de família e pelos condicionamentos ainda existentes, do período de pandemia, nas consultas de recurso dos centros de saúde e ao aumento acentuado de atendimentos a trabalhadores migrantes.
 - No **hospital de dia**, contrariamente às restantes linhas de produção, a atividade decresceu 8,6%, sendo exceção a especialidade de Pediatria, onde o número de sessões de hospital de dia registou acréscimo de 23,2%.

Em Agosto de 2023, o Conselho de Administração da ULSBA propôs à ARS e ACSS uma alteração dos valores anteriormente contratualizados no PAO 2023, com vista a um reajustamento das metas definidas face à atividade efetivamente realizada no decorrer no ano, refletindo, por um lado, os condicionalismos decorrentes das aposentações de médicos ocorridas e a enorme dificuldade na contratação destes profissionais, e por outro, assumindo a capacidade de contratualizar com os serviços a realização de produção adicional nas áreas das consultas e cirurgias. Esta proposta de alteração ao PAO 2023 foi aceite, embora oficialmente a respetiva confirmação só tenha chegado já no ano 2024. Os seguintes quadros contemplam como Meta 2023 os valores referentes à proposta mais recente de contratualização e aceites pela ARSA e Direção Executiva.

Nos subcapítulos seguintes são analisadas em detalhe cada uma das linhas de produção.

Quadro 2.26: Produção Hospitalar

Consulta Externa	2023	2022	Δ (%)	Meta 2023	Taxa de Realização
Total de Consultas (médicas e não médicas)	124 260	110 165	12,8%	122 821	101,2%
Total de Consultas Médicas	88 100	80 091	10,0%	89 474	98,5%
* Primeiras consultas médicas	32 153	28 238	13,9%	32 784	98,1%
* Primeiras consultas médicas referenciadas dos CS pelo CTH	9 275	6 320	46,8%	8 877	104,5%
% Primeiras consultas médicas no total de consultas médicas	36,5%	35,3%	3,5%	37%	99,6%
Internamento	2023	2022	Δ (%)	Meta 2023	Taxa de Realização
Total Doentes Saídos (sem berçário)	7 401	7 184	3,0%	7 503	98,6%
Total GDH Doentes Saídos	8 363	8 035	4,1%	8 489	98,5%
Número Dias dos Doentes Tratados	62 706	57 216	9,6%	59 471	105,4%
Demora Média dos Doentes Tratados (em dias)	8,47	7,96	6,4%	7,93	106,9%
Taxa de Ocupação (%)	79,5%	75,3%	5,6%	76,1%	104,5%
Urgência	2023	2022	Δ (%)	Meta 2023	Taxa de Realização
N.º Total de Urgências	112 692	105 262	7,1%	115 400	97,7%
Médico-Cirúrgica	69 742	68 275	2,1%	70 380	99,1%
Básica	42 950	36 987	16,1%	45 020	95,4%
Bloco Operatório	2023	2022	Δ (%)	Meta 2023	Taxa de Realização
Total Intervenções cirúrgicas	5 606	4 632	21,0%	5 659	99,1%
Cirurgia programada convencional	1 485	1 223	21,4%	1 337	111,1%
Cirurgia programada ambulatório	2 687	2 126	26,4%	2 917	92,1%
Cirurgia urgente	1 434	1 283	11,8%	1 405	102,1%
% Cirurgias ambulatório no total de cirurgias programadas.	64,41%	63,48%	1,5%	69%	93,9%

Hospital de Dia	2023	2022	Δ (%)	Meta 2023	Taxa de Realização
Nr Total de Sessões	7 769	8 437	-7,9%		
Nr Sessões sem administração de quimio IV	5 616	6 142	-8,6%	5 586	100,5%
* Imunohemoterapia	1 608	1 929	-16,6%		
Base	1 401	1 679	-16,6%		
Especialidade	207	250	-17,2%	200	103,5%
* Quimioterapia	4 312	4 484	-3,8%		
Nr Sessões sem administração de quimio IV	2023	2022	Δ (%)	Meta 2023	Taxa de Realização
Base	2 159	2 189	-1,4%		
Administração IV citotóxicos	2 153	2 295	-6,2%		
* Pediatria (Base)	234	190	23,2%		
* Psiquiatria	1 567	1 826	-14,2%		
Base	102	263	-61,2%		
Especialidade	1 465	1 563	-6,3%	1 343	109,1%
* Total Sessões Base	3 944	4 329	-8,9%	4 043	97,6%

Fonte: SICA - Dez 2023/2022 (fevereiro 2024)

2.2.1. INTERNAMENTO

Em 2023 foram tratados no internamento um total de 7 401 utentes, (8 363 se incluídos os recém-nascidos), o que representa um aumento face aos anos anteriores, mas ainda assim abaixo do número registado em 2019 (7 960 doentes saídos ou 8 479 se considerado o berçário). O tempo médio de internamento (demora média) foi de 8,47 dias e a taxa de ocupação 79,5%. A proporção de admissões programadas no internamento apresentou um crescimento de 10,5% face a 2022.

Em termos de caracterização dos episódios de internamento em GDH, importa referir que esta é feita por estimativa a partir da codificação de 2022 e a partir dos episódios de 2023 que à data se encontram codificados.

É estimado um total de 2 815 internamentos agrupados em GDH cirúrgicos, mais 5,2% do que os registados em 2022, correspondendo a 97,9% do objetivo contratado para esta linha de produção.

Quadro 2.27: Internamento – Produção e Comparação com Contrato-Programa

Internamento	2023	2022	2021	Δ (%)	Contratado 2023	Taxa de Realização
Lotação (média anual)	216	208	211	3,8%	214	100,9%
Total Doentes Saídos (excl. berçário)	7 401	7 184	7 249	3,0%	7 503	98,6%
Total de GDH (inclui berçário)	8 363	8 035	8 169	4,1%	8 489	98,5%
Doentes Saídos - GDH Médicos	5 548	5 359	5 448	3,5%	5 614	98,8%
Doentes Saídos - GDH Cirúrgicos	2 815	2 676	2 721	5,2%	2 875	97,9%
Admissão Programada	2 203	1 993	2 055	10,5%	-	-
Admissão Urgente	6 160	6 042	6 114	2,0%	-	-
% Altas com Admissão Programada	26,3%	24,8%	25,2%	6,2%	-	-
% Altas com Admissão Urgente	73,7%	75,2%	74,8%	-2,0%	-	-
Número Dias Internamento dos Doentes Saídos	62 899	56 472	56 236	11,4%	59 733	105,3%
Número Dias Internamento dos Doentes Tratados	62 706	57 216	56 867	9,6%	59 471	105,4%

Fonte: SONHO e SIMH (fevereiro 2024)

Estimamos um total de 5 548 episódios de internamentos agrupados em GDH médicos, mais 3,5% do que em 2022 e correspondendo a 98,8% da meta contratualizada.

A distribuição das altas hospitalares por especialidade e o tempo médio de internamento de cada especialidade é a seguinte:

Quadro 2.28: Doentes Saídos por Especialidade

Especialidade	N.º Altas do hospital 2023	Δ 23/22 (%)	Demora Média 2023	Δ 23/22 (%)
Cardiologia	522	-2%	7,6	-1%
Cirurgia	1 315	0%	9,8	4%
Ginecologia	377	43%	3,5	0%
Medicina Interna	1 984	-12%	12,3	19%
Neonatologia	59	-64%	6,5	-22%
Obstetrícia	1 087	4%	3,1	3%
Oftalmologia	89	-13%	1,3	-1%
Ortopedia	1 178	26%	6,2	-1%
Otorrinolaringologia	0	0%	0,0	0,0%
Pediatria	346	1%	5,6	4%
Psiquiatria	194	4%	19,2	8%
UCIP	68	3%	28,0	-4%
Urologia	182	0%	7,3	17%
Total	7 401	3%	8,47	6%

Fonte: SICA – dez 2023/2022 (fevereiro 2024)

Os crescimentos mais significativos do número de altas verificaram-se na Ginecologia e Ortopedia. Apesar do aumento global desta linha de produção, os números ficaram ainda ligeiramente abaixo do existente no período pré pandémico.

No entanto, o esforço efetuado de recuperação da produção tem vindo a dar resultados, tendo a Ortopedia continuado a registar um número de altas acima dos valores de 2019. Realça-se, ainda, positivamente o facto de a especialidade de obstetrícia ter registado um aumento de 4%.

Relativamente à evolução dos principais indicadores de eficiência do internamento, baseámo-nos nos dados disponíveis no SICA (Índice Desempenho Global) e no BIMH que traduz a codificação realizada até 1 de fevereiro de 2024.

Quadro 2.29: Internamento – Indicadores de desempenho

Internamento	2023	2022	Δ 23/22 (%)	Contratado 2023	Taxa de Realização
Demora Médica Internamento dos Doentes Saídos (em dias)	8,47	7,96	6,4%	7,93	93,6%
Índice de demora média ajustada	0,9250	1,0193	-9,3%	1,000	108,1%
Taxa de mortalidade	6,6%	7,9%	-16,2%	-	-
Índice de mortalidade ajustada	1,1852	1,2679	-6,5%	1,340	113,1%
Taxa de ocupação	79,5%	75,3%	5,6%	-	-
% Reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de Diagnóstico	1,80	2,54	-29,1%	2,8	155,6%

Fonte: SICA: Fichas de Acompanhamento: Q1-Índice de Desempenho Global Dez 2023/2022 (fevereiro 2024) - Estimativa

A demora média não ajustada da ULSBA, quando comparada com a média da região Alentejo que é de 8,62 e com as das restantes unidades locais de saúde, indica um bom desempenho, uma vez que é inferior à maioria destas. Já a taxa de ocupação está abaixo da média da ARS Alentejo e da média nacional.

Relativamente à percentagem de Reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de Diagnóstico, o valor apresentado para o ano 2023 (1,80) carece de encerramento do processo de codificação clínica, pelo que se considera provisório, e estimamos, subvalorizado.

Quadro 2.30: Internamento – Demora média das ULS 2023 e 2022

Instituições	2023		2022		Δ Demora Média %	Δ Taxa Ocupação %
	Demora Média	Taxa Ocupação	Demora Média	Taxa Ocupação		
ULS da Guarda	11,01	73,00%	11,56	76,00%	-5%	-4%
ULS do Norte Alentejo	9,83	77,70%	9,75	74,10%	1%	5%
ULS do Nordeste	9,13	74,70%	9,61	75,30%	-5%	-1%
ULS Litoral Alentejano	8,34	87,40%	8,39	85,40%	-1%	2%
ULS do Baixo Alentejo	8,47	79,50%	7,96	75,30%	6%	6%
ULS de Castelo Branco	7,59	74,50%	7,75	71,10%	-2%	5%
ULS de Matosinhos	8,89	90,70%	8,50	89,30%	5%	2%
ULS do Alto Minho	8,35	86,90%	7,88	86,10%	6%	1%
Média ARS Alentejo	8,62	80,92%	8,37	79,01%	3%	2%
Média Nacional	8,95	91,05%	8,81	85,86%	2%	6%

Fonte: SICA - Relatórios Standard, Doentes Saídos, Dias de Internamento e Lotação Praticada 2022 e 2023 (Fev. 2024)

O Índice de Demora Média Ajustada procede ao ajustamento do tempo médio de internamento em função da distribuição dos episódios pelos diferentes níveis de severidade da doença calculados pelo Agrupador de GDH em vigor. De acordo com os dados disponíveis no SICA, o índice de demora média ajustada da ULSBA tem vindo sustentadamente a registar uma descida, encontrando-se abaixo da média das ULS (0,985).

Será muito prematuro fazer-se a comparação do ano de 2023 entre as ULS, uma vez que os processos de codificação têm atrasos e não se encontram em igual estágio em todas as instituições. Para 2023 a ULSBA apresenta, à data, um IDMA de 0,925, abaixo do contratualizado (1,00) sendo de realçar que quanto menor o índice, melhor o desempenho.

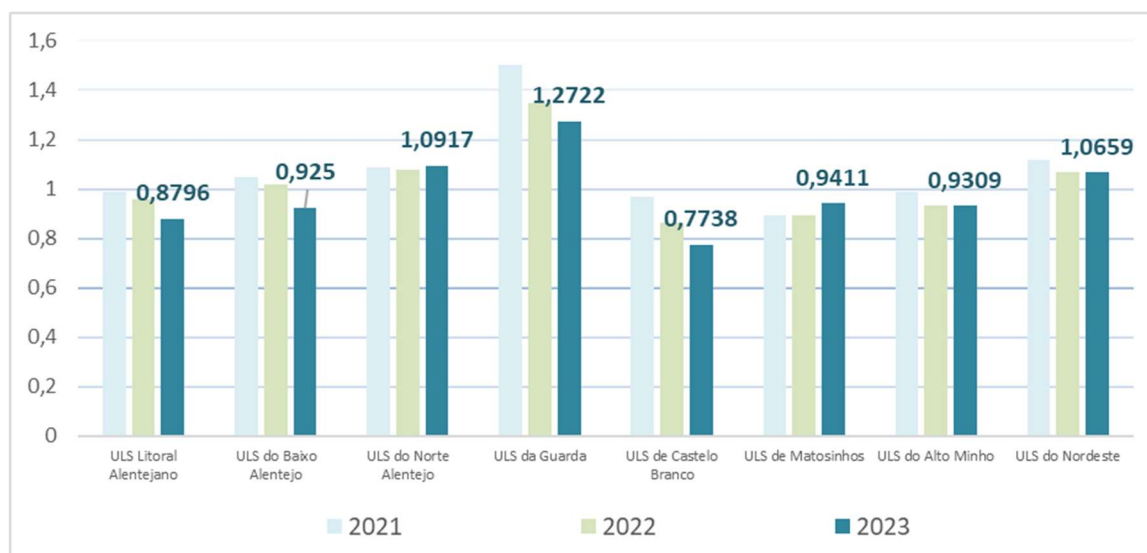


Gráfico 2.10: Internamento – Índice Demora Média Ajustada 2021, 2022, 2023, por ULS

Fonte: SICA, Fichas Acompanhamento, Índice Desempenho Global (fevereiro 2024)

Outra perspetiva da eficiência e qualidade do internamento é dada pelo **índice de mortalidade ajustada (IMA)**.

Tal como para o IDMA, e pelas mesmas razões, é prematuro fazer-se a comparação entre os diversos IMA de 2023. Na presente data, o IMA indicado no SICA é 1,1852, o que representa uma melhoria face aos anos anteriores, ficando abaixo do contratualizado (1,34), mas ainda assim acima do valor da média das ULS (1,0474).

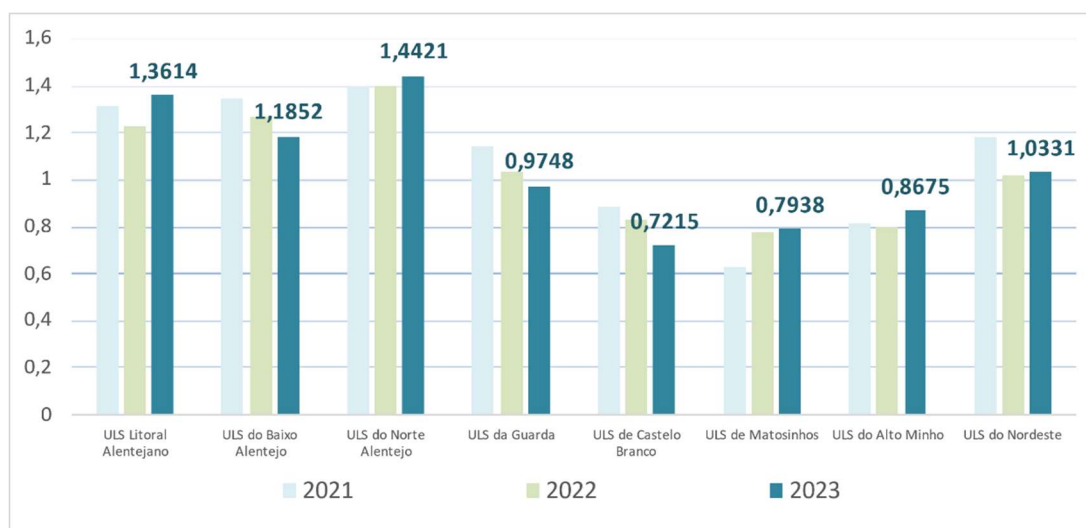


Gráfico 2.11: Internamento – Índice Mortalidade Ajustada 2021, 2022 e 2023, por ULS

Fonte: SICA, Fichas Acompanhamento, Índice Desempenho Global (fevereiro 2024)

A **percentagem de reinternamentos nos 30 dias após a alta hospitalar nos episódios agrupados na mesma Grande Categoria de Diagnóstico** é, segundo o SICA, de 1,8%, o que representa uma forte diminuição face a 2022 e um grau de cumprimento de 156% face à meta contratada de 2,8. No entanto, como já referido, este resultado é ainda provisório.

Como se pode observar nos gráficos abaixo, a distribuição dos doentes saídos do internamento evidencia, à semelhança dos anos anteriores, uma maior frequência dos doentes do sexo feminino,

sendo que o grupo etário predominante foi o dos 45 aos 65 anos (19,35) e mais de metade (50,3%) dos doentes tratados tem mais de 65 anos.

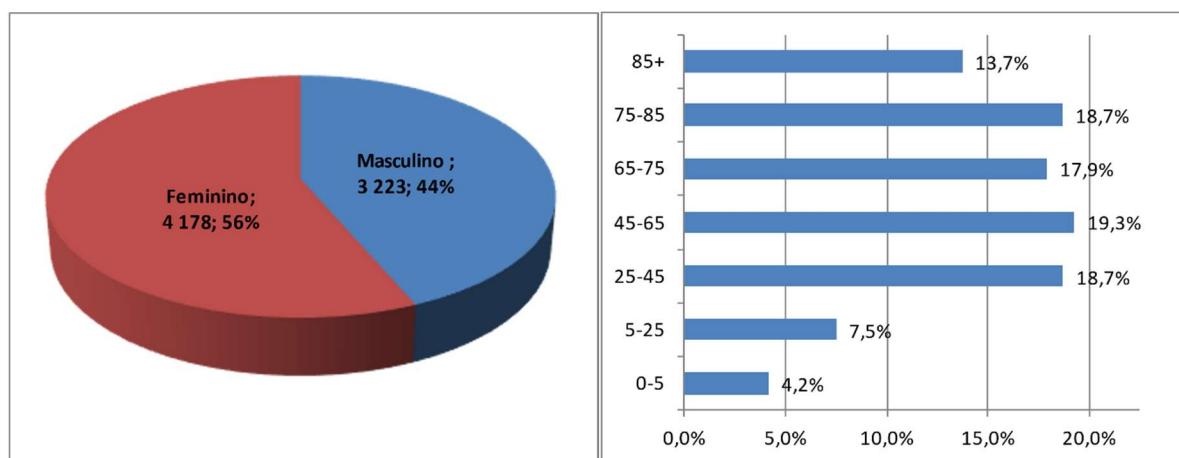


Gráfico 2.12: Doentes saídos por sexo
Fonte: SONHO (jan. 2024)

Gráfico 2.13: Doentes saídos por grupo etário
Fonte: SONHO (jan. 2024)

2.2.2. BLOCO OPERATÓRIO

A atividade do Bloco Operatório registou uma forte recuperação, tendo ultrapassado os níveis de produção pré-pandemia, mas sem que tal se traduzisse numa redução dos doentes em espera para cirurgia uma vez que por via do aumento do número de consultas realizadas também o número de referências para cirurgia cresceu.

Assim, durante o ano de 2023, realizaram-se 5 606 intervenções cirúrgicas, mais 21% que em 2022, acima do nível de 2019 (+9%), muito próximo do objetivo estabelecido para o ano em apreço, apresentando um grau de cumprimento de 99,1%.

O facto de parte das cirurgias de ambulatório (em especial de oftalmologia e algumas de ortopedia) não integrar, na sua equipa, um anestesiista em presença permitiu uma maior flexibilidade no agendamento das intervenções, pelo que foi possível ter um crescimento de 26,4%. No entanto, como as metas estabelecidas foram muito ambiciosas ficou-se abaixo do objetivo fixado. A produção convencional eletiva ficou apenas 1,2 pontos percentuais abaixo da meta estabelecida para essa linha de produção, apesar de ter registado um crescimento de 21,4%. Também, a produção de cirurgias urgentes teve um crescimento de 11,8%, mas neste caso ficando 4,5 pontos percentuais acima da quantidade prevista nesta linha.

2.31: Produção por tipo de cirurgia realizada em 2023 e variação face a 2022

Bloco Operatório	2023	Δ (%)	Objetivo 2023	Taxa de Realização
Total Intervenções cirúrgicas	5 606	21,0%	5 659	99,1%
Cirurgia programada convencional	1 485	21,4%	1 337	111,1%
Cirurgia programada ambulatório	2 687	26,4%	2 917	92,1%
Cirurgia urgente	1 434	11,8%	1 405	102,1%
% Cirurgias programadas no total cirurgias	74,4%	2,9%	75,2%	99,0%
% Cirurgias ambulatório no total cirurgias programadas	64,4%	1,5%	68,6%	93,9%
% Cirurgias urgentes no total cirurgias	25,6%	-7,6%	24,8%	103,0%

Fonte: SICA - Dez 2023/2022 (janeiro 2024)

Cerca de 48% das cirurgias são de ambulatório, 26,5% são cirurgias programadas convencionais (que obrigaram a internamento) e 25,5% urgentes. As cirurgias oftalmológicas representam 37% do total de intervenções realizadas em Bloco Operatório, o que se justifica pelo facto de grande parte das intervenções ter uma duração muito curta e não ter necessidade do apoio de anestesista. A Cirurgia Geral é responsável pela realização de 19% das cirurgias e a Ortopedia por 29%.

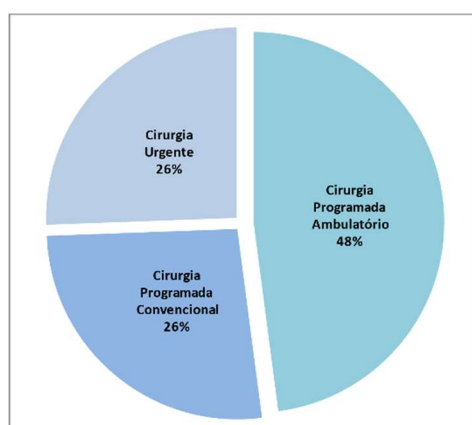


Gráfico 2.14: Intervenções cirúrgicas por tipo de intervenção

Fonte: SONHO – Dez 2023 (jan. 2024)

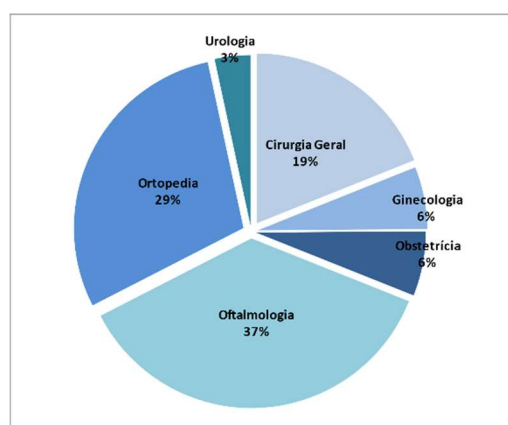


Gráfico 2.15: Intervenções cirúrgicas por especialidade

Fonte: SONHO – Dez 2023 (jan. 2024)

A proporção de cirurgias programadas no total de cirurgias realizadas subiu para 74,4% e a proporção de cirurgias de ambulatório no total de cirurgias programadas subiu para os 64,4%.

A Oftalmologia, a Cirurgia Geral e a Ortopedia contratualizaram atividade adicional realizada após os tempos operatórios normais e aos fins-de-semana. Contrariamente a 2022, a contratualização em 2023 efetuou-se de modo a que a produção adicional se pudesse realizar ao longo de todo o ano, pelo que se registou um grande aumento do número de intervenções realizadas em regime adicional. Paralelamente, as especialidades, com exceção da Cirurgia Geral, registaram também aumentos da produção base.

Para a recuperação da capacidade cirúrgica contribuiu também o facto de ter sido declarado o fim da pandemia, pela OMS, tendo os serviços recuperado as lotações originais, pré-pandémicas.

Quadro 2.32: Produção cirúrgica normal e adicional realizada em 2023 e variação face a 2022

	BASE	Δ%	ADICIONAL	Δ%	URGENTE	Δ%	TOTAL	Δ%
Cirurgia Geral	471	-14%	179	121%	412	-6%	1 062	-1%
Ginecologia	258	29%	0	0%	75	83%	333	38%
Obstetrícia					345	12%	345	12%
Oftalmologia	1 479	15%	563	39%	0	0%	2 042	21%
Ortopedia	355	5%	693	117%	586	23%	1 634	44%
Urologia	174	3%	0	0%	16	-6%	190	2%
Total	2 737	8%	1 435	78%	1 434	12%	5 606	21%

Fonte: SONHO - Dez 2023/2022 (janeiro 2024)

Tendo em conta a enorme carência de anestesistas, a contratualização com os serviços para realização de **cirurgia ambulatoria** em produção adicional privilegiou as intervenções com recurso a anestesia local: na oftalmologia a extrações do cristalino e colocação de próteses/lentes intraoculares e na Ortopedia centrou-se na libertação dos tendões e nervos da mão e dos pés e na excisão de bolsas sinoviais. Desta forma, foi possível dar mais resposta nestas patologias e obter uma redução dos tempos médios de espera para cirurgia.

Quadro 2.33: Produção cirúrgica realizada em 2023 e variação face a 2022

	Cirurgia Programada - Convencional						Cirurgia Programada - Ambulatório						Cirurgia Urgente	
	BASE	Δ%	ADIC.	Δ%	TOTAL	Δ%	BASE	Δ%	ADIC.	Δ%	TOTAL	Δ%	TOTAL	Δ%
Cirurgia Geral	292	-18%	179	121%	471	8%	179	-8%	0	0%	179	-8%	412	-6%
Ginecologia	203	33%	0	0%	203	33%	55	17%	0	0%	55	17%	75	83%
Obstetrícia													345	12%
Oftalmologia	84	-13%	0	0%	84	-13%	1 395	17%	563	39%	1 958	23%	0	0%
Ortopedia	224	1%	346	111%	570	48%	131	11%	347	124%	478	75%	586	23%
Urologia	157	3%	0	0%	157	3%	17	0%	0	0%	17	0%	16	-6%
Total	960	-2%	525	114%	1 485	21%	1 777	14%	910	62%	2 687	26%	1 434	12%

Fonte: SONHO - Dez 2023/2022 (janeiro 2024)

O tempo médio de espera das cirurgias programadas realizadas foi de 99 dias, menos 11 que em 2022, sendo que é na especialidade de Ginecologia que o utente, em média, aguardou mais tempo para ser operado: 152 dias. Esta especialidade, bem como a Urologia, registaram um agravamento do tempo médio de resolução/espera da cirurgia. Em todas as outras especialidades, existe uma redução, com destaque para a ortopedia, com menos 35 dias, e para a oftalmologia, com menos 14 dias.

O tempo médio de resposta das intervenções realizadas em regime de ambulatório foi de 95 dias, menos 15 do que em 2022. Reduziu-se também o tempo médio de resposta das intervenções convencionais, embora de modo mais discreto, passando a 106 dias, menos 3 dias que em 2022.

A percentagem de operados dentro do TMRG registou um acréscimo muito positivo, situando-se em 87%.

Quadro 2.34: Tempo médio de resposta das cirurgias programadas realizadas por tipo e especialidade (em dias) – 2023 e 2022

	Convencional		Ambulatório		Total		Δ%
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Cirurgia Geral	92	98	88	77	91	92	-1%
Ginecologia	174	161	74	79	152	142	7%
Oftalmologia	68	52	92	108	91	104	-13%
Ortopedia	119	147	114	158	117	152	-23%
Urologia	32	23	60	31	35	24	44%
TOTAL	106	109	95	110	99	110	-10%

Fonte: SIGLIC e SONHO (janeiro 2024)

É de sublinhar que, no geral, conseguimos manter o acesso atempado dos utentes com **cirurgias prioritárias e muito prioritárias**, tendo-se registado apenas um agravamento de 1 dia. Com exceção da ginecologia, o tempo médio de resposta a doentes prioritários situou-se muito abaixo dos 60 dias (o TMRG para este nível de prioridade).

Já nas **cirurgias com prioridade normal**, em média, os utentes aguardaram 128 dias para serem operados, menos 15 do que em 2022, representando uma melhoria de 11% face a 2022.

Quadro 2.35: Tempo médio de espera das cirurgias programadas realizadas por prioridade e especialidade 2023 (em dias)

	Normal	Δ%	Prioritário e Muito prioritário	Δ%
Cirurgia Geral	121	-1%	17	6%
Ginecologia	205	3%	69	42%
Oftalmologia	123	-9%	30	-7%
Ortopedia	135	-26%	30	-6%
Urologia	51	60%	14	-21%
TOTAL	128	-11%	30	4%

Fonte: SIGLIC e SONHO (janeiro 2024)

É conveniente complementar a análise dos tempos médios com a dos tempos medianos, já que estes traduzem melhor a posição dos tempos de espera, não sendo influenciados por casos isolados de utentes inscritos há muitos meses. O tempo mediano de espera é de 106 dias, mais 21 que no ano anterior.

Quadro 2.36: Tempo mediano de espera das cirurgias programadas realizadas por tipo e especialidade (em dias) – 2023

	Convencional		Ambulatório		Total	
	2023	Δ%	2023	Δ%	2023	Δ%
Cirurgia Geral	98	58%	84	31%	90	43%
Ginecologia	172	42%	55	-9%	119	14%
Oftalmologia	61	55%	77	-7%	76	6%
Ortopedia	129	-7%	122	-13%	126	-9%
Urologia	25	39%	41	58%	27	50%
TOTAL	116	49%	99	9%	106	25%

Fonte: SIGLIC e SONHO (janeiro 2024)

A **lista de inscritos para cirurgia (LIC)** registava a 31 de dezembro de 2023 um total de 1 868 utentes a aguardar a realização de cirurgia, mais 337 utentes (+22%) que em 31 de dezembro de 2022. Todas as

especialidades registaram um aumento da LIC, o que decorre em grande parte do aumento do número de consultas. A mediana do **tempo de espera dos utentes a aguardar cirurgia era**, no final de 2023, de 97 dias, mais 20 do que em 31/12/2022. Destaca-se a redução do número de vales de cirurgia cativados, 156, menos 39 do que em 2022 (-20%).

Quadro 2.37: Lista de espera para cirurgia 2023 e comparação face a 2022

Especialidades	Nº Episódios em LIC	Δ%	Tempo Médio de Espera (dias)	Δ%	Mediana Tempo Espera	Δ%	% Episódios TE > 180d	Δ%	Nº Vales Cirurgia	Δ%
Cirurgia Geral	397	63%	170	114%	170	154%	44,1%	976%	68	656%
Ginecologia	164	16%	118	-19%	106	-26%	18,9%	-53%	25	0%
Oftalmologia	719	7%	82	3%	82	11%	0,7%	-78%	40	-60%
Ortopedia	566	24%	91	1%	82	1%	4,2%	-41%	21	-76%
Urologia	22	16%	85	-35%	41	-47%	18,2%	-31%	2	0%
Total	1 868	22%	107	18%	97	26%	12,8%	52%	156	-20%

Fonte: SIGLIC (janeiro 2024)

A Ortopedia e Oftalmologia conseguiram manter a proporção de utentes em espera há mais de 180 dias em valores muito baixos, apesar dos ligeiros aumentos dos tempos médios e mediana de espera. A dimensão da sua lista de utentes inscritos aumentou em 22%, resultante do maior número primeiras consultas realizadas, que motivou mais inscrições de propostas cirúrgicas.

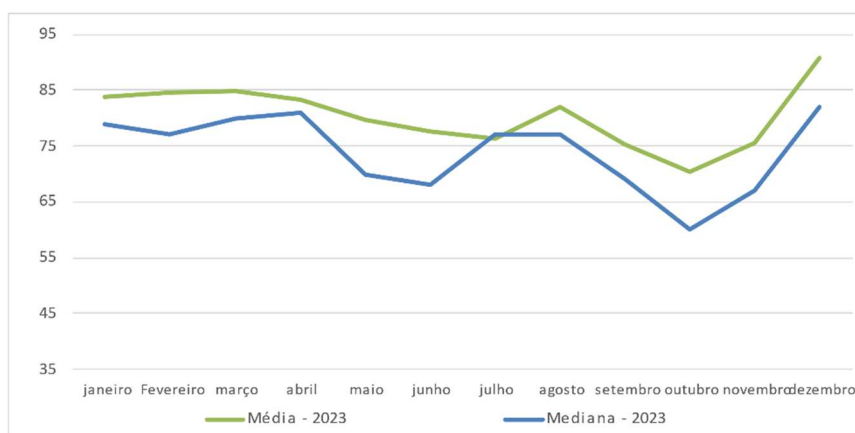


Gráfico 2.16: Evolução mensal do tempo de espera de Ortopedia – Tempo em dias

Fonte: SIGLIC (Janeiro 2024)

A Oftalmologia conseguiu controlar perfeitamente os tempos de espera. Contudo, tal como a Ortopedia, como aumentou o número de primeiras consultas, produziu um maior número de propostas cirúrgicas, o que resultou num crescimento do número de doentes em lista de espera – mais 7%, face 2022. Há a realçar que os tempos médios continuam, relativamente ao panorama nacional, a ser muito bons e que, em 2023, houve uma redução de 60% no número de vales de cirurgia emitidos.

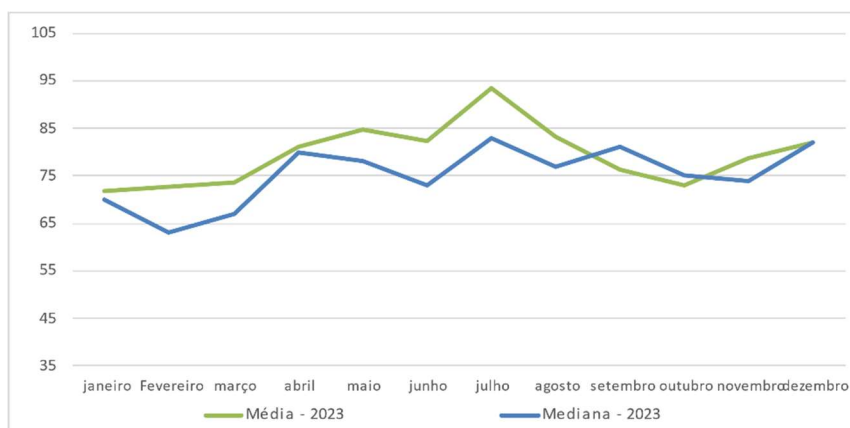


Gráfico 2.17: Evolução mensal do tempo de espera de Oftalmologia – Tempo em dias

Fonte: SIGLIC (Janeiro 2024)

A Cirurgia Geral, em consequência da falta de médicos e a necessidade de assegurar as escalas de urgência, teve uma ligeira redução da atividade cirúrgica, que aliada a um aumento do número de consultas se traduziu num agravamento de todos os indicadores associados: o número de doentes em LIC, a média e a mediana de tempo de espera, os doentes fora do TMRG e o número de vales emitidos.

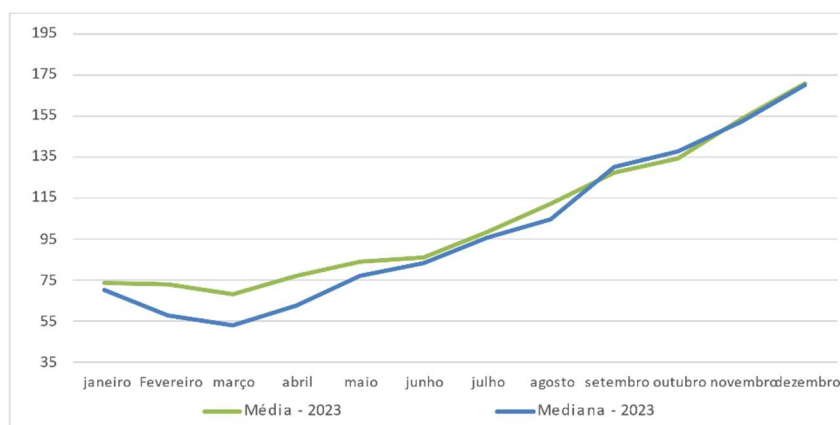


Gráfico 2.18: Evolução mensal do tempo de espera de Cirurgia Geral (em dias) - Tempo em dias

Fonte: SIGLIC (Janeiro 2024)

A evolução da dimensão das listas de inscritos para cirurgia destas três especialidades referidas está representada no seguinte gráfico.

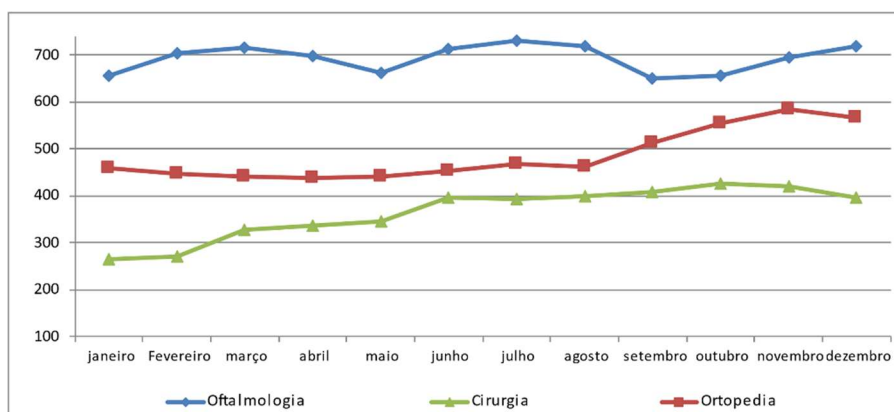


Gráfico 2.19: Evolução mensal da lista de espera cirúrgica - Tempo em dias

Fonte: SIGLIC (Janeiro 2024)

Segundo os dados do Portal da Transparência, do total de **procedimentos programados ambulatorizáveis** registados na ULSBA, 80,5% foram realizados em regime de ambatório, abaixo dos 88,4% registados a nível nacional, mas há que ser prudente na análise já que existem atrasos na codificação em várias instituições. Em 2022 a proporção na ULSBA foi de 81,4%, contra 87,0% a nível nacional.

Os procedimentos programados ambulatorizáveis mais frequentes são os seguintes, sendo que as taxas de ambulatorização são, maioritariamente, mais baixas que as registadas em média a nível nacional:

Quadro 2.38: Procedimentos ambulatorizáveis mais frequentes 2023

Procedimento	Taxa ambulatorização		
	ULSBA 2023	Nacional	ULSBA 2022
Operação no cristalino (cirurgia de catarata)	95%	99%	95%
Libertação do túnel cárpico	99%	96%	100%
Reparação de hérnia inguinal	27%	75%	39%
Libertação de contractura de Dupuytren (fasciotomia da mão)	80%	85%	87%
Extracção de prótese de fixação interna de osso	58%	62%	54%
Reparação de hérnia umbilical	30%	61%	27%

Fonte: BIMH - Cirurgia Ambulatório - Procedimentos Ambulatorizáveis (fevereiro 2024)

Nota: As quantidades indicadas correspondem às que estão disponíveis no BIMH e não as indicadas no SONHO. Uma vez que os processos registam atrasos na codificação, é possível que as taxas de ambulatorização sejam na realidade superiores.

Quanto à proporção do total de procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis realizados em ambatório estima-se que se situe nos 21,5%, abaixo da meta contratada de 23%), mas acima da proporção verificada em 2022 (19,1%). Apesar da melhoria registada, este é um indicador difícil de aumentar, pois as características sociais e demográficas da área de influência da ULSBA, com destaque, para as distâncias e o isolamento, dificultam o tratamento no domicílio deste tipo de cirurgias, com destaque para as mastectomias, prostatectomia, colecistectomias e lobectomias.

Relativamente à distribuição dos doentes por grupo etário, tal como verificado no Internamento, existe predominância da faixa etária entre os 45 e os 65 anos, mas ainda assim a maioria das cirurgias é realizada em pessoas com 65 ou mais anos (55,2%).

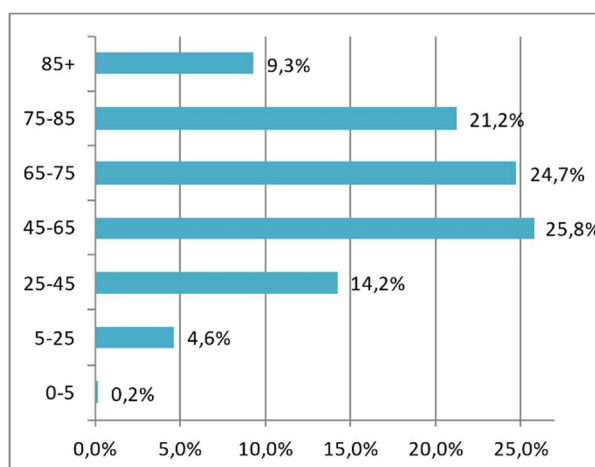


Gráfico 2.20: % de doentes intervencionados por grupo etário
Fonte: SONHO (janeiro 2024)

2.2.3. BLOCO DE PARTOS

No ano de 2023 realizaram-se 1 000 partos na maternidade do Hospital José Joaquim Fernandes, mais 86 do que em 2022, um crescimento mais acentuado do que o verificado na região Alentejo e do que o registado em Portugal Continental, onde se verificaram acréscimos de 6,0% e 2,7%, respetivamente. Os partos realizados nesta unidade de saúde representam 40% do total da Região do Alentejo.

De referir que, apesar das graves dificuldades de contratação de obstetras, foi possível manter esta prestação de cuidados disponível à população com os níveis de segurança exigidos.

Quadro 2.39: Partos 2023

Partos	2023	2022	2021	Δ 23/22 (%)
Total de Partos	1 000	914	1 006	9,4%
Eutócitos	514	463	537	11,0%
Distócitos	486	451	469	7,8%
% Partos por Cesariana	33,6%	32,7%	28,3%	2,7%
% Partos com anestesia / analgesia	71,5%	73,9%	69,7%	-3,2%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Dos 1 000 partos resultaram 1 015 recém-nascidos, mais 93 do que em 2022. Houve mais 23,7% de nascimentos pré-termo e mais 77 nascimentos de baixo peso – recém-nascidos com peso inferior a 2500gr.

Quadro 2.40: Nascimentos por sexo, tempo de gestação e peso 2023

Nascimentos	2023	2022	Δ (%)
Total de Nascimentos	1015	922	10,1%
Nados Vivos	1011	921	9,8%
Nados Mortos	4	1	300,0%
Total de Nascimentos por sexo			
Feminino	495	468	5,8%
Masculino	520	454	14,5%
Total de Nascimentos por tempo de gestação			
Pré-termo	73	59	23,7%
De termo	942	863	9,2%
Total de Nascimentos por peso			
< 1500 gr	4	1	300,0%
1500 gr - 2500 gr	84	71	18,3%
>= 2500 gr	927	850	9,1%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

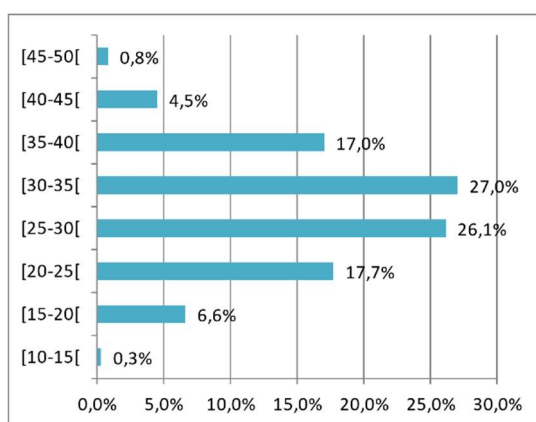
A taxa de cesarianas foi de 33,6%, um aumento de 2,7% face a 2022, mas ainda abaixo da taxa média da Região de Saúde do Alentejo que foi de 37,7%, mas ligeiramente acima da taxa média de Portugal Continental (32,2%).

Quadro 2.41: Partos por região e taxa de cesarianas 2023

Região	N.º Partos	Δ 23/22 (%)	Taxa Cesarianas	Δ 23/22 (%)
Região de Saúde do Alentejo	2 503	6,0%	37,7%	0,8%
Região de Saúde do Algarve	3 725	8,5%	32,1%	6,1%
Região de Saúde do Centro	11 992	6,5%	29,8%	-0,9%
Região de Saúde LVT	25 308	1,6%	31,7%	-0,3%
Região de Saúde Norte	22 566	0,8%	33,4%	4,4%
Total Geral	66 094	2,7%	32,2%	1,5%

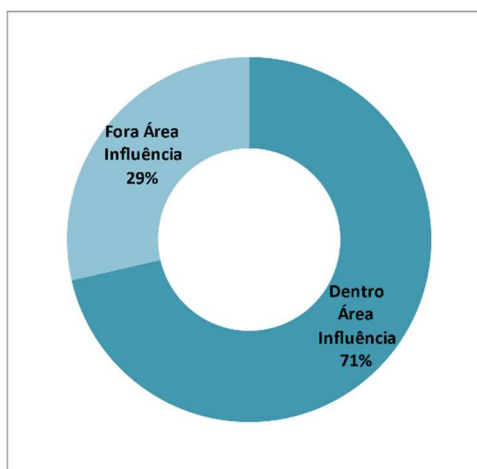
Fonte: Portal do SNS-Transparência, dados de dezembro 2021, 2022 e 2023, extraídos em fevereiro de 2024.

A maioria das parturientes encontra-se no grupo etário dos 30 aos 34 anos, sendo que as mulheres com 35 ou mais anos representam 22,3% de todas as parturientes.


Gráfico 2.21: Total de partos por grupo etário da mãe

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

A proporção de nascimentos registados na maternidade do HJJF de parturientes residentes fora da área de influência da ULSBA passou para os 29%, mais 5,6 pontos percentuais do que o registado em 2022.


Gráfico 2.22: Total de nascimentos por residência da mãe

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

A proporção de nascimentos de parturientes com nacionalidade estrangeira, tem vindo sempre a aumentar e este ano foi de 22%, sendo que as de nacionalidade Indiana e Nepalesa representam já 29% deste grupo.

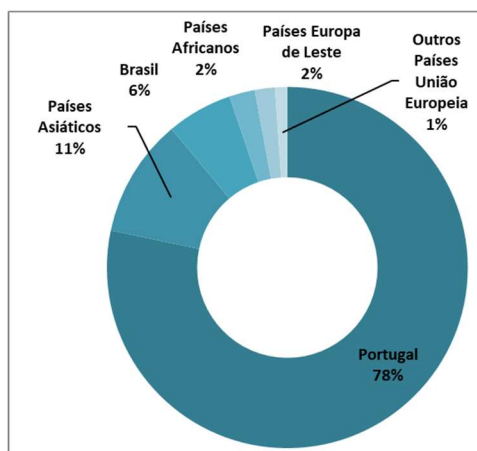


Gráfico 2.23: Nascimentos por nacionalidade da mãe

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

De entre as nacionalidades estrangeiras, 49% das parturientes são de origem de países asiáticos.

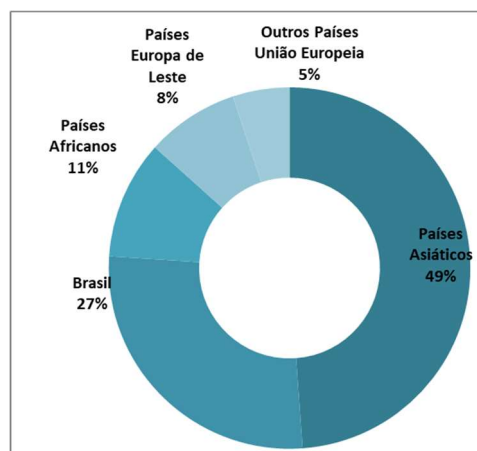


Gráfico 2.24: Nascimentos por nacionalidades estrangeiras da mãe

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

2.2.4. CONSULTA EXTERNA

Em 2023 realizaram-se 88 100 consultas externas médicas, mais 10% do que em 2022, das quais 32.153 primeiras consultas, mais 13,9% do que em 2022. As subseqüentes totalizaram 55 947, traduzindo-se em 8% de aumento relativamente ao ano anterior. Considerando também as consultas não médicas, designadamente as de psicologia, psicoterapia, terapia da fala, e outras terapias, bem como as de nutrição e de enfermagem, temos que em 2023 se realizaram um total de 124 260 consultas, mais 12,8% do que em 2022, acima também do realizado em 2019, ano pré-pandémico.

No entanto, nas consultas médicas e não obstante o crescimento registado, a produção continua

abaixo do realizado em 2019, situação que se explica em grande parte pela redução do número de profissionais médicos durante este período.

Ficámos apenas 1,5% aquém da quantidade contratada de consultas médicas (excluindo as da medicina no trabalho) e 1,9% abaixo da meta de primeiras consultas médicas (sem medicina no trabalho), o que se regista positivamente pois o grau de cumprimento do contratualizados nestas duas linhas, melhorou muito, apesar de ser ter aumentado, também as quantidades contratadas como objetivo.

Quadro 2.42: Atividade de Consulta Externa

Consulta Externa	2023	2022	Δ (%)	Contratado 2023	Taxa de Realização
Total de Consultas (médicas e não médicas)	124 260	110 165	12,8%	122 821	101,2%
Total de Consultas Médicas (sem Med. Trabalho)	88 100	80 091	10,0%	89 474	98,5%
Primeiras consultas médicas	32 153	28 238	13,9%	32 784	98,1%
% Primeiras consultas médicas no total de consultas médicas (sem Med. Trabalho)	36,5%	35,3%	3,5%	36,6%	99,6%
Primeiras consultas referenciadas pelos CSP via CTH	9 275	6 320	46,8%	8 877	104,5%
% de consultas referenciadas dos CSP no total de primeiras consultas externas	28,8%	22,4%	28,9%	27,1%	106,5%
% das consultas externas com registo de alta no total de consultas externas	12,7%	14,1%	-10,0%	-	-%

Fonte: SONHO e SICA (janeiro 2024)

Também positivo é o facto de a taxa de primeiras consultas ter ficado apenas a uma décima da meta contratada de 36,6%, sendo que a proporção de primeiras consultas realizadas cujo pedido teve origem nos Cuidados de Saúde Primários via CTH/SIGA foi de 28,8%, acima dos 27,1% contratados.

Como referido acima, a dificuldade no cumprimento destes objetivos é maioritariamente explicada pelas aposentações, ausências por doença e por parentalidade de profissionais médicos.

O quadro seguinte apresenta os dados das consultas externas médicas e não médicas por especialidade.

Com exceção das especialidades de Cardiologia, Medicina Interna, Obstetrícia, Patologia Clínica e a Psiquiatria da Infância e Adolescência, todas as outras registaram aumentos na atividade da consulta, embora no caso da Cardiologia e a da Medicina Interna as reduções sejam pouco expressivas, -0,7% e -1,3%, respetivamente.

Quadro 2.43: Atividade de Consulta Externa por especialidade

Especialidades	2023	2022	Δ (%)	Contratado 2023	Taxa de Realização
CONSULTAS MÉDICAS	88 100	80 091	10,0%	89 474	98,5%
Anestesiologia e Dor	1 475	1 356	8,8%	1 631	90,4%
Cardiologia	3 801	3 829	-0,7%	3 770	100,8%
Cirurgia Geral	10 189	8 587	18,7%	10 114	100,7%
Ginecologia	2 319	2 220	4,5%	2 047	113,3%
Hematologia Clínica	1 858	1 963	-5,3%	2 216	83,8%
Imuno-hemoterapia	3 473	3 072	13,1%	3 729	93,1%
Medicina Física e Reabilitação (Fisiatria)	4 146	3 221	28,7%	3 853	107,6%

Especialidades	2023	2022	Δ (%)	Contratado 2023	Taxa de Realização
Medicina Interna	7 784	7 887	-1,3%	8 958	86,9%
Medicina Interna	3 936	4 457	-11,7%	5 073	77,6%
Diabetologia	2 524	2 106	19,8%	2 406	104,9%
Infeciologia (VIH + Hepatologia)	1 324	1 324	0,0%	1 480	89,5%
Neurologia	1 205	1 179	2,2%	1 227	98,2%
Obstetrícia	4 163	4 603	-9,6%	5 414	76,9%
Oftalmologia	8 186	7 181	14,0%	7 063	115,9%
Oncologia Médica	5 204	4 908	6,0%	5 732	90,8%
Ortopedia	12 648	9 420	34,3%	10 984	115,1%
Otorrinolaringologia	0	0	0,0%	0	-
Patologia Clínica - Anticoagulação Oral	627	684	-8,3%	712	88,1%
Pediatria	4 913	4 341	13,2%	4 727	103,9%
Pneumologia	2 531	2 446	3,5%	2 971	85,2%
Psiquiatria Adultos	9 979	9 496	5,1%	10 013	99,7%
Psiquiatria da Infância e Adolescência	1 783	1 930	-7,6%	2 344	76,1%
Urologia	1 816	1 768	2,7%	1 968	92,3%
Medicina no Trabalho	0	0	0,0%	0	-
CONSULTAS NÃO MÉDICAS	36 160	30 074	20,2%	33 347	108,4%
Psicologia	4 588	3 637	26,1%	4 070	112,7%
Nutrição e Dietética	1 699	1 695	0,2%	1 989	85,4%
Outras consultas não médicas	29 873	24 742	20,7%	27 289	109,5%
Total Geral	124 260	110 165	12,8%	122 821	101,2%

Fonte: SONHO e SICA (janeiro 2024)

A extensão, até março de 2024, do regime excecional de incentivos veio permitir continuar a remunerar a primeira consulta realizada fora do horário de trabalho a um valor mais compensador do que o vigente antes da pandemia, pelo que se conseguiu celebrar acordos com médicos de várias especialidades que manifestaram disponibilidade para realizar este trabalho adicional. Nas especialidades em que era preocupante o avolumar da lista de pedidos de primeira consulta e/ou onde os tempos de espera eram muito dilatados, foi absolutamente necessário fazer-se consultas em regime adicional, caso contrário não conseguiríamos recuperar o atraso na resposta.

No total das primeiras consultas, as realizadas em regime adicional representaram 16,8%, sendo que as consultas da Ortopedia representam cerca de 42%, do total da produção adicional, seguindo-se a Oftalmologia com 18%.

Quadro 2.44: Produção Adicional de Consulta Externa

Especialidade da Consulta	2023	2022	Δ%
Cardiologia	171	0	-
Cirurgia Geral	733	415	77%
Medicina Física e Reabilitação	339	138	146%
Obstetrícia	659	492	34%
Oftalmologia	960	885	8%
Ortopedia	2258	1425	58%
Urologia	273	160	71%
Total	5393	3515	53%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Em contraciclo de crescimento, as consultas não presenciais, via telemedicina e telefónica, registaram uma forte diminuição tendo sido substituídas por consultas presenciais.

Quadro 2.45: Produção por tipo de atendimento na Consulta Externa

Tipo	Primeiras			Subsequentes		
	2023	2022	Δ%	2023	2022	Δ%
Presencial	31 450	25 844	22%	50 852	46 344	10%
Sem presença utente	361	820	-56%	4 437	4 477	-1%
Telemedicina	342	1 574	-78%	658	1 032	-36%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Em 2023 realizaram-se 9 275 consultas cuja referenciação foi feita através do CTH e do RSE-SIGA, mais 46,8% do que em 2022.

O **tempo médio de resposta** aos pedidos de consultas via CTH/SIGA aumentou 11 dias, tendo sido de 153 dias e a **proporção de consultas CTH realizadas em tempo adequado** dos 50% para 35%.

Refira-se que este acréscimo no tempo médio de resposta das consultas realizadas foi reflexo da tentativa de recuperação/realização de pedidos que se encontram em lista de espera há mais tempo, o que, aquando da sua efetivação, fez subir os tempos médios de resposta. Esta situação foi particularmente evidente na especialidade de Cardiologia.

Abaixo apresenta-se o quadro com os tempos médios de resposta (desde o pedido à realização da consulta) e a proporção de consultas realizadas dentro do tempo máximo recomendado por especialidade.

Quadro 2.46: Tempos Médios de Resposta das Consultas referenciadas via CTH/RSE

Especialidade	Tempo Médio de Resposta (dias)			% Consultas realizadas dentro do tempo adequado		
	2023	2022	Δ%	2023	2022	Δ%
Anestesiologia e Dor	415,0	309,3	34%	72%	14%	43%
Cardiologia	426,2	207,0	106%	0%	0%	0%
Cirurgia Geral	178,8	180,3	-1%	39%	29%	32%
Ginecologia	174,9	107,2	63%	82%	55%	50%
Hematologia Clínica	207,4	164,6	26%	17%	19%	-11%
Imuno-hemoterapia	38,0	-	-	100%	-	0%
Medicina Física e Reabilitação (Fisiatria)	139,2	117,4	19%	41%	52%	-21%
Medicina Interna	66,6	62,3	7%	95%	92%	4%
Neurologia	17,9	19,5	-8%	99,5%	100%	-0,5%
Obstetrícia	34,9	33,9	3%	100%	100%	0%
Oftalmologia	187,5	235,7	-20%	2%	1%	100%
Oncologia Médica	43,7	46,7	-6%	96%	100%	-4%
Ortopedia	130,4	152,3	-14%	23%	10%	141%
Pediatria	44,5	59,6	-25%	98%	97%	2%
Pneumologia	138,5	125,6	10%	50%	54%	-8%

Especialidade	Tempo Médio de Resposta (dias)			% Consultas realizadas dentro do tempo adequado		
Psiquiatria Adultos	93,9	96,0	-2%	82%	77%	6%
Psiquiatria da Infância e Adolescência	209,6	208,6	0%	17%	20%	-16%
Urologia	338,3	256,9	32%	22%	38%	-43%
Total	153,2	144,5	6%	35%	50%	-31%

Fonte: ARSA/SONHO/RSE SIGA (fevereiro 2024)

A recuperação da atividade nos cuidados de saúde primários teve como consequência um maior volume de pedidos entrados, o que, apesar do esforço suplementar realizado com acréscimo da produção base e da produção adicional, se traduziu em mais 709 pedidos de consulta em espera, representando um aumento de 12% da lista e um total de 6 742 doentes em espera. Com exceção da Hematologia e da Pediatria, todas as restantes especialidades viram a sua lista de espera crescer, sendo de destacar os aumentos das listas da Ginecologia (+116%), Cardiologia (+323%), da Pneumologia (+40%), da Fisiatria (+79%) e da Ortopedia (+78%).

Em 2023 continuou a ser dada especial atenção ao acesso dos doentes às consultas de especialidade e à recuperação da atividade prejudicada durante a pandemia, tendo sido essencial para esta recuperação a prorrogação do regime excecional de incentivos que permitiu motivar os profissionais para a realização de mais consultas fora do horário normal de trabalho. No entanto, e também como resultado desta medida, a maior oferta gerou automaticamente uma maior procura de consultas de especialidade, movimento ao qual se associou o retorno, em pleno, da atividade médica nos centros de saúde, resultando num equilíbrio muito difícil de alcançar.

Algumas das variações percentuais do quadro em baixo não são significativas em termos absolutos e as variações têm explicações diferentes consoante a especialidade em questão.

Salientamos, porém, algumas das oscilações verificadas:

- **Dor:** o médico que assegura estas consultas está em vias de se aposentar pelo que estamos a procurar reorganizar a resposta;
- **Cardiologia:** foi possível reforçar a equipa com um médico em prestação de serviços, que permitiu uma recuperação muito importante das primeiras consultas internas e externas em espera, em paralelo com a contratualização de produção adicional de consultas com os dois especialistas do quadro;
- **Cirurgia e Ginecologia:** a carência extrema de médicos da especialidade e a necessidade de assegurar escalas de urgência que ficaram de repente a descoberto tiveram um impacto negativo de difícil inversão;
- **Fisiatria:** registámos uma maior procura desta especialidade e uma procura induzida pelo aumento da atividade cirúrgica de ortopedia (designadamente via SIGIC), a par de uma menor realização de consultas em modalidade adicional; Note-se que existe apenas um fisiatra no quadro de efetivos da ULSBA e que a contratação de especialistas através de contrato de prestação de serviços, no atual enquadramento legal, é especialmente difícil para especialidades sem serviço de urgência.
- **Oftalmologia:** esta especialidade mostra que apesar de um aumento significativo da atividade e do número de consultas realizadas durante o ano, designadamente em produção adicional, a procura acaba por ser estimulada e a lista de espera é difícil, senão impossível, de resolver;

- Ortopedia: as características próprias da especialidade e da sua equipa permitiram obter níveis excelentes, que estão muito suportados no recurso à produção adicional resultante da implementação do programa excecional de incentivos às equipas que foi prorrogado até março de 2024; A extinção deste programa e a alteração do modelo de remuneração da produção terão seguramente um impacto negativo no acesso;
- Especialidades como a Neurologia, Hematologia, Pneumologia, Pedopsiquiatria e Urologia, que contam com apenas um médico, têm uma enorme dificuldade de resposta atempada aos pedidos de consulta;
- Psiquiatria: o acréscimo de pedidos não concluídos tem relação direta com a não comparência aos agendamentos, característica de alguns doentes, que vão deslocando a efetivação da consulta na linha do tempo e, por outro lado, com a devolução de referências com informação aos Médicos de Família que ficam pendentes na origem.

Os pedidos de consultas CTH/SIGA em espera no final do ano bem como os tempos médios de espera, são os indicados abaixo.

Quadro 2.47: Pedidos em Espera e Tempos Médios de Espera para Consultas referenciadas via CTH/SER

Especialidade	Pedidos não concluídos (em espera)			Pedidos não concluídos (Tempo médio de espera)		
	2023	2022	Δ%	2023	2022	Δ%
Dor e Anestesiologia	81	49	65%	138,7	215,6	-36%
Cardiologia	309	527	-41%	196,4	204,3	-4%
Cirurgia	1 327	1 294	3%	290,8	228,7	27%
Ginecologia	539	361	49%	184,1	136,7	35%
Hematologia e Hematoncologia	111	116	-4%	220,1	208,2	6%
MFR - Fisiatria	721	586	23%	199,6	110,6	80%
Medicina Interna	200	147	36%	109,4	106,5	3%
Neurologia	17	26	-35%	84,8	148,7	-43%
Obstetrícia	69	77	-10%	43,0	46,5	-8%
Oftalmologia	1 330	911	46%	123,8	95,3	30%
Oncologias/Hematoncologia	20	10	100%	55,7	27,3	104%
Ortopedia	767	827	-7%	64,4	69,0	-7%
ORL	0	0	0,0%	0,0	0,0	0,0%
Pediatria	63	45	40%	100,3	67,6	48%
Pneumologia	278	304	-9%	192,4	176,5	9%
Pedopsiquiatria	113	81	40%	212,2	205,2	3%
Psiquiatria	319	266	20%	157,8	96,0	64%
Senologia	12	6	100%	56,4	94,3	-40%
Urologia	466	400	17%	214,4	215,4	0%
Total	6 742	6 033	12%	139,2	129,1	8%

Fonte: SONHO (março 2024)

2.2.5. REDE DE URGÊNCIA E DE EMERGÊNCIA

A rede de Urgência e Emergência da ULSBA é constituída pelo Serviço de Urgência Médico Cirúrgica localizado no Hospital José Joaquim Fernandes, que integra a Urgência Geral, a Urgência Pediátrica e Urgência Ginecológica e Obstétrica e por dois Serviços de Urgência Básica localizados em Castro Verde e Moura. Conta com o apoio do sistema de emergência pré-hospitalar, dependente do INEM, com uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) sediada no Hospital e duas ambulâncias SIV (Suporte Imediato de Vida) nos SUB de Castro Verde e de Moura. A articulação entre a rede de Urgência e o sistema de emergência pré-hospitalar está perfeitamente implementada e tem sido muito eficaz, havendo uma boa integração dos profissionais da VMER no SU Médico-cirúrgica e dos profissionais das SIV nos SUB. Existe ainda um protocolo de articulação celebrado entre a ULSBA e a SCM de Serpa para o atendimento urgente no Hospital de São Paulo, em Serpa. Complementarmente existem consultas de Recurso/atendimento complementar nos centros de saúde de Beja, Castro Verde, Cuba e Mértola.

Durante o ano de 2023, após a declaração do fim da pandemia pela OMS, em Março, foram desativadas definitivamente as unidades de atendimento urgente a doentes com suspeita ou infeção pelo SARS-Cov-2: não só as instalações físicas que funcionaram em módulos contentorizados e outras estruturas provisórias que foram dotadas de equipamentos médicos e não médicos, como também as respetivas equipas de trabalho.

Em 2023, o número total de atendimentos na rede de urgência da ULSBA, cresceu cerca de 7%, embora a Urgência Pediátrica tenha registado uma pequena diminuição de 4%.

No Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica do HJFF, realizaram-se 69 742 atendimentos, mais 1 467 que em 2022, o que representa um acréscimo de 2,2% e nos Serviços de Urgência Básica registaram-se 42950 atendimentos, mais 16,1% que em 2022.

O acréscimo era já esperado, pelo que o número de atendimentos contratualizados teve em conta a existência de acréscimo de afluxo. Na verdade, na Urgência Geral de Adultos ficou apenas 1 ponto percentual acima da meta contratada. A urgência obstétrica superou em 12 pontos a meta, reflexo do maior número de grávidas e partos registados. É na Urgência Pediátrica que se registou a única redução de atendimentos e em que a meta contratualizada não foi atingida, ficando 7 pontos percentuais abaixo da mesma.

Quadro 2.48: Atividade do Serviço de Urgência

Urgência Médico-Cirúrgica	2023	2022	Δ (%)	Contratado 2023	Taxa de Realização
Nr Total de Urgências	112 692	105 262	7,1%	115 400	98%
* Urgência Geral / Adultos	47 435	45 780	3,6%	47 191	101%
* Urgência Pediátrica	18 106	18 841	-3,9%	19 422	93%
* Urgência Obstétrica	4 201	3 654	15,0%	3 767	112%
* SUB (Castro Verde e Moura)	42 950	36 987	16,1%	45 020	95%
Média Diária de Urgências	309	288	7,1%	316	98%
* Urgência Geral / Adultos	130	125	3,6%	129	101%
* Urgência Pediátrica	50	52	-3,9%	53	93%
* Urgência Obstétrica	12	10	15,0%	10	112%
* SUB (Castro Verde e Moura)	118	101	16,1%	123	95%

Urgência Médico-Cirúrgica	2023	2022	Δ (%)	Contratado 2023	Taxa de Realização
% Óbitos	0,5%	0,5%	11,3%	-	-
% Abandono	2,7%	2,5%	8,0%	-	-
% Altas (Domicílio, etc.)	54,7%	56,9%	-3,8%	-	-
% Internados	4,5%	4,8%	-6,9%	4,5%	100%
% Referenciados para Consulta Externa	3,5%	4,0%	-13,0%	-	-
% Transferidos para outro Hospital	0,8%	0,9%	-9,0%	-	-
% Encaminhados para Médico Família	33,3%	30,4%	9,3%	-	-

Fontes: SONHO (janeiro 2024)

Cerca de 33% dos doentes assistidos no Serviço de Urgência foram encaminhados para o seu médico de família, 54,7% tiveram alta direta para o domicílio e 4,5% foram internados no hospital.

O sexo feminino foi o mais representativo no Serviço de Urgência, mantendo-se as mesmas proporções de 2022 e, em 2023, continuamos a atender, mais crianças do que utentes idosos, nas urgências.

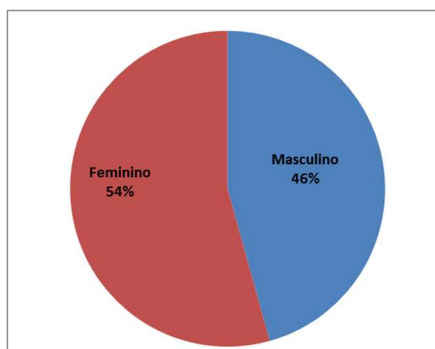


Gráfico 2.25: Total de urgências por sexo

Fonte: SONHO (Janeiro 2024)

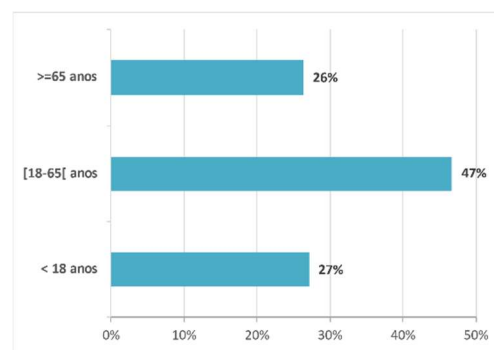


Gráfico 2.26: Proporção do Total de urgências por grupo etário

Fonte: SONHO (Janeiro 2024)

Foram atendidos 7 377 estrangeiros, representando 6,5% dos atendimentos no Serviço de Urgência, a maioria europeia (considerando a soma das várias regiões da Europa), mas também muitos da América do Sul, África e Ásia, o que é consequência do movimento migrante e imigrante, sobretudo dos trabalhadores rurais nas explorações agrícolas dos perímetros de rega do Alqueva e do Mira.

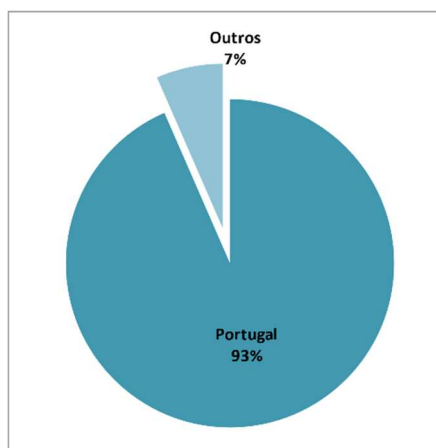


Gráfico 2.27: Total de urgências por nacionalidade

Fonte: SONHO (Janeiro 2024)

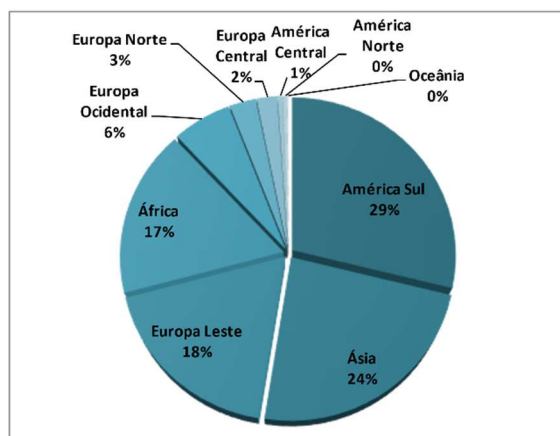


Gráfico 2.28: Atendimentos a estrangeiros por Região do Mundo

Fonte: SONHO (Janeiro 2024)

Quanto à distribuição dos atendimentos a residentes em Portugal, 25% são residentes no concelho de Beja e 16% são de Moura e Barrancos. Os residentes de Odemira representam 1% dos atendimentos e os atendimentos de utentes residentes em concelhos fora do distrito de Beja representam, em conjunto, 8%.

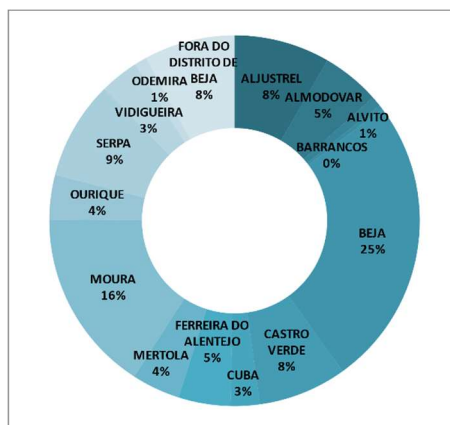


Gráfico 2.29: Total de urgências por residência

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Em 2023 cerca de 79,9% dos episódios de urgência foram atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem para cada nível de prioridade clínica, o que representa um nível de cumprimento de 101% da meta contratualizada.

De entre os atendimentos que foram triados (99% do total), cerca de 63% foram classificados como situações clínicas urgentes (emergentes, muito urgentes e urgentes) e 36% não urgentes ou pouco urgentes.

Quadro 2.49: Peso de cada nível de prioridade no total de atendimentos triados

Cor Manchester	2023	Δ (%)
Emergente	0,3%	-7,5%
Muito Urgente	10,4%	-5,4%
Urgente	52,4%	6,2%
Pouco Urgente	34,9%	-5,8%
Não Urgente	1,2%	-13,9%
Sem critério de urgência	0,8%	-9,1%

Fonte: SONHO (Janeiro 2024)

No Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica do HJF os atendimentos classificados como pouco urgentes, não urgentes e sem critério de urgência (verdes, azuis e brancos) passou de 30% para 26%, em 2023.

Quadro 2.50: Peso de cada nível de prioridade no total de atendimentos triados - SUMC

Cor Manchester	2023	Δ (%)
Emergente	0,2%	2,5%
Muito Urgente	14,5%	-3,1%
Urgente	59,1%	8,9%
Pouco Urgente	23,7%	-15,4%
Não Urgente	1,2%	1,5%
Sem critério de urgência	1,2%	-3,9%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Nos Serviços de Urgência Básica (SUB) a proporção de atendimentos classificados na triagem como pouco urgentes, não urgentes e sem critério de urgência manteve-se elevado, sendo em 2023 de 54%, uma redução de apenas um ponto percentual.

Quadro 2.51: Proporção face ao total de episódios por prioridade - SUB

Cor Manchester	2023	Δ (%)
Emergente	0,3%	-19,4%
Muito Urgente	3,6%	-1,4%
Urgente	41,7%	2,7%
Pouco Urgente	53,0%	-0,6%
Não Urgente	1,1%	-34,1%
Sem critério de urgência	0,2%	-24,8%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Não considerando os abandonos e os atendimentos com ausência de resposta à chamada do médico, o tempo médio desde a 1ª triagem até à 1ª observação médica foi de 41:24 minutos, um agravamento de 8% - cerca de 3 minutos – face a 2022. O tempo médio de permanência foi de 6 horas e 20 minutos, quase mais 1 hora que tempo médio registado no ano anterior.

Quadro 2.52: Tempos médios de espera por prioridade – Rede SU

Cor Manchester	1ª triagem à 1ª observação médica	Δ (%)	Tempo médio permanência	Δ (%)
Emergente	00:08:49	-17%	06:33:14	-9%
Muito Urgente	00:20:43	-15%	10:53:19	5%
Urgente	00:46:29	1%	06:18:23	11%
Pouco Urgente	00:39:40	20%	04:44:03	39%
Não Urgente	01:00:49	28%	03:43:55	11%
Sem critério de urgência	00:42:14	36%	22:12:44	38%
Total 2023	00:41:24	8%	06:20:22	17%
Total 2022	00:38:30		05:25:50	

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Nota: não inclui abandonos, ausência de respostas a chamada e destino desconhecido

Analisando apenas o Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica do HJF, observamos um aumento do tempo médio de permanência, que foi de 7:07 horas (9%), mas o tempo médio desde a 1ª triagem até à 1ª observação médica não cresceu mantendo-se em cerca de 50 minutos.

Quadro 2.53: Tempos médios de espera por prioridade –SUMC

Cor Manchester	1ª triagem à 1ª observação médica	Δ (%)	Tempo médio permanência	Δ (%)
Emergente	00:11:40	-20%	10:11:29	-16%
Muito Urgente	00:22:31	-16%	11:56:26	9%
Urgente	00:58:03	-3%	06:56:34	4%
Pouco Urgente	00:46:14	4%	03:47:37	9%
Não Urgente	01:12:42	13%	04:37:54	3%
Sem critério de urgência	00:44:30	34%	00:28:16	37%
Total 2023	00:49:52	0%	07:07:49	9%
Total 2022	00:50:01		06:32:39	

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Nota: não inclui abandonos, ausência de respostas a chamada e destino desconhecido

Nos SUB assistiu-se ao mesmo movimento – um aumento de 55% do tempo médio entre a 1ª triagem e a 1ª observação médica e um aumento de 47% do tempo de permanência, que é superior a 5 horas.

Quadro 2.54: Tempos médios de espera por prioridade – SUB

Cor Manchester	1ª Triagem à 1ª observação médica	Δ (%)	Tempo médio permanência	Δ (%)
Emergente	00:05:29	-17%	02:19:22	8%
Muito Urgente	00:09:03	22%	04:01:20	-36%
Urgente	00:20:33	54%	04:52:46	43%
Pouco Urgente	00:34:57	57%	05:24:23	61%
Não Urgente	00:39:38	60%	02:07:53	15%
Sem prioridade	00:21:55	57%	02:12:24	-6%
Total 2023	00:27:52	55%	05:04:24	47%
Total 2022	00:18:00		03:27:06	

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Nota: não inclui abandonos, ausência de respostas a chamada e destino desconhecido

2.2.6. HOSPITAL DE DIA

Foram tratados no Hospital de Dia, ao longo de 2023, 1 241 doentes, menos 10% do que no ano anterior e realizadas 7 769 sessões, menos 8% do que em 2022.

Todas as especialidades, com exceção da Pediatria, realizaram menos sessões. No entanto, a meta estabelecida para o número de sessões base de hospital de dia foi praticamente atingida, com uma taxa de execução de 98%. Em compensação, o número de sessões de especialidade ultrapassou o objetivo em oito pontos percentuais (execução de 108%).

Quadro 2.55: Atividade do Hospital de Dia Polivalente

Hospital de Dia	2023	2022	Δ (%)	Contratado 2023	Taxa de Realização
Nr de Doentes Tratados	1 241	1 373	-10%	-	-
Nr de Sessões	7 769	8 437	-8%	-	-
* Total de sessões Base	3 944	4 329	-9%	4 043	98%
* Total de sessões de Especialidade	1 672	1 813	-8%	1 543	108%
* Total de sessões Quimioterapia IV/IM (GDH ambulatório)	2 153	2 295	-6%	-	-
					-
* Imunohemoterapia	1 608	1 929	-16,6%	-	-
Base	1 401	1 679	-16,6%	-	-
Especialidade	207	250	-17,2%	200	104%
* Quimioterapia	4 312	4 484	-3,8%	-	-
Base	2 159	2 189	-1,4%	-	-
Com administração IV citotóxicos	2 153	2 295	-6,2%	-	-
* Pediatria (Base)	234	190	23,2%	-	-
* Psiquiatria	1 567	1 826	-14,2%	-	-
Base	102	263	-61,2%	-	-
Especialidade	1 465	1 563	-6,3%	1 343	109%

Fonte: SICA – Dez 2023/2022 (janeiro 2024)

O polo de proximidade de Oncologia funciona no Hospital de Dia. São efetuadas consultas por médicos oncologistas do Serviço de Oncologia de Évora, um dos quais responsável pela atividade oncológica da região. Estão igualmente afetos a este polo, um médico internista com vasta experiência na área da Oncologia, uma médica pneumologista e uma médica hematologista.

Para além das consultas de oncologia, existem consultas de decisão terapêutica constituídas por equipas multidisciplinares e orientadas por um oncologista que se revestem de uma importância fulcral na orientação e planeamento terapêutico dos doentes das várias áreas, nomeadamente de patologia do sistema digestivo, cabeça e pescoço, mama, pneumologia e da hematologia. O Hospital de Dia de Oncologia, apesar da carência de recursos humanos médicos, continua a assegurar em pleno a capacidade de resposta, constituindo um elemento fundamental no tratamento dos doentes oncológicos do distrito de Beja e no seu seguimento próximo e constante. Nas situações clínicas com necessidade de radioterapia como terapêutica adjuvante ou neoadjuvante, os doentes foram devidamente orientados para a Unidade de Radioterapia do Hospital de Évora.

Este ano foram tratados no Hospital de Dia de Oncologia 552 utentes, mais de 44% dos doentes seguidos em Hospital de Dia Polivalente e realizaram-se 4 312 sessões, mais de 56% do total de sessões. Destas, 2 153 são com administração endovenosa ou intravenosa de antineoplásicos ou anticorpos monoclonais, apresentando, um ligeiro decréscimo em 2023.

Realizaram-se, em 2023, mais 400 consultas da área oncológica, o que representa um aumento de quase 6% face a 2022.

Quadro 2.56: Atividade do Hospital de Dia Oncológico

	2023	2022	2021	Δ (%)
Nr Doentes Tratados	552	574	558	-4%
Nr Sessões	4 312	4 484	4 285	-4%
Com administração citotóxicos EV/IM	2 153	2 295	2 335	-6%
Nr sessões p/ doente tratado	7,81	7,81	7,68	0%
Nr Cadeiras	11	11	11	0%
Nr Sessões IV por cadeira	196	209	212	-6%
Nr Consultas Oncologia	7 133	6 733	6 426	5,9%
Oncologia Médica	4 264	4 052	4 029	5,2%
Hemato-oncologia	1 828	1 693	1 535	8,0%
Pneumo-oncologia	101	132	117	-23,5%
Decisão Terapêutica	940	856	745	9,8%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

2.2.7. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Registou-se em 2023 um aumento de 2% na produção realizada no Hospital José Joaquim Fernandes de meios complementares de diversas áreas clínicas. Não se incluem nestes os procedimentos gerais, tais como: administração de fármacos ou soros, a avaliação parâmetros clínicos, injeções, pensos, oxigenoterapia, suturas e extração de pontos, entre outros gerais. Destacar que os aumentos de produção, quando os houve, foram todos, com exceção da Urologia, com taxas de dois dígitos.

Quadro 2.57: MCDT por especialidade/exame

Especialidade	2023	2022	Δ (%)
Anatomia Patológica	6 141	6 328	-3%
Cardiologia	8 693	7 792	12%
Gastrenterologia	6 628	7 346	-10%
Ginecologia	793	1 050	-24%
Imagiologia	117 978	104 121	13%
Imunohemoterapia	21 530	18 374	17%
Medicina Física e Reabilitação	178 852	150 542	19%
Obstetrícia	3 604	4 388	-18%
Oftalmologia	6 116	4 434	38%
Oncologia Médica	2 428	2 561	-5%
Ortopedia	2 004	1 217	65%
Patologia Clínica	1 151 297	1 167 020	-1%
Pediatria (exames ORL e Imagiologia)	1 228	1 131	9%
Pneumologia	2 337	2 334	0%
Psiquiatria	25 279	29 546	-14%
Urologia	246	257	-4%
Anestesiologia	1 438	1 300	11%
Dermatologia (pequenas cirurgias)	408	300	36%
Total Geral	1 537 000	1 510 041	2%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Nota: No R&C 2022 valores de MCDT, diferentes por registos posteriores à data de extração dos dados.

Na área da patologia clínica registou-se um decréscimo de -1%, em grande parte explicado pela diminuição na área das análises microbiológicas. Esta situação é essencialmente explicada pela acentuada redução na quantidade de testes Covid, por nos encontrarmos em fase pós-pandémica.

Quadro 2.58: MCDT da área da Patologia

Especialidade/Exame	2023	2022	Δ (%)
Bioquímica	914 634	872 110	5%
Hematologia e Hemóstase	147 652	140 511	5%
Imunológicas	22 037	19 824	11%
Microbiológicas	66 974	134 575	-50%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Na área da Imagiologia há a salientar o acréscimo de 13%, apesar da redução do número de exames de radiologia de intervenção, salientando-se o aumento de 12% dos exames de TAC realizados. Note-se que, presentemente, temos apenas três médicos do quadro, pelo que recorremos a prestação de serviços e telerradiologia.

Quadro 2.59: MCDT da área da Imagiologia

Especialidade/Exame	2023	2022	Δ (%)
Ecografias	6 249	5 281	18%
Estudos por Doppler	365	395	-8%
Radiologia de Intervenção	351	237	48%
Rx Convencional	87 252	76 875	13%
TAC	23 754	21 330	11%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Infelizmente, uma vez mais, pela dificuldade em recrutar e manter recursos médicos especializados na área da gastroenterologia, verificou-se uma redução da atividade de 10% no global e em quase todas as linhas, com exceção das biópsias, polipectomias e outros exames de gastro.

Quadro 2.60: MCDT da área da Gastroenterologia

Especialidade/Exame	2023	2022	Δ (%)
CPRE	268	352	-24%
Endoscopias Altas	994	1 391	-29%
Endoscopias Baixas	1 453	1 752	-17%
Biópsias transendoscópicas	1 720	1 217	41%
Polipectomias	628	527	19%
Teste Helicobacter Pylori	3	215	-99%
Anuscopia e retoscopia	250	321	-22%
Outros	510	471	8%
Sedação por gastroenterologista	802	1 100	-27%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

Na área da cardiologia registou-se um aumento de 12%, com destaque para as ecocardiografias com 51% de crescimento, apesar de área do *pacing* e dos cardiodesfibrilhadores se ter mantido o nível de prestação de cuidados.

Quadro 2.61: MCDT da área da Cardiologia

Especialidade/Exame	2023	2022	Δ (%)
Atos Terapêuticos - Colocação ou Substituição de Pacemakers e CDI	218	219	0%
Ecocardiografia	657	436	51%
Provas de Esforço	17	16	6%
Holter	244	200	22%
Electrocardiologia	7 468	6 814	10%
Outros - Análise eletrónica de Sistemas de Pace e CDI, Estudo Eletrofisiológico	307	326	-6%

Fonte: SONHO (janeiro 2024)

MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO SUBCONTRATADOS REALIZADOS NO EXTERIOR

No que respeita aos exames realizados no exterior e prescritos nos cuidados de saúde hospitalares, a análise está sempre condicionada pela existência de atrasos na conferência da faturação. De acordo com a faturação conferida até à data, registamos uma redução global de 25% da quantidade (não ponderada) de exames realizados em prestadores externos face a 2022, que poderá ser mais reduzida com o fecho da faturação. De referir que não são consideradas na análise as pesquisas de SARS-Cov-2.

Quadro 2.62: MCDT por especialidade/exames no exterior HJJF - Quantidade

Especialidade/Exame	2023	2022	2021	Δ (%)
Anatomia Patológica	174	133	174	31%
Cardiologia	964	2 358	2 697	-59%
Gastroenterologia	23	59	43	-61%
Genética	293	401	572	-27%
Imagiologia	5 558	7 130	7 082	-22%
Medicina Nuclear	455	505	795	-10%
Neurologia	799	1 284	1 156	-38%
Obstetrícia/ Ginecologia	70	110	157	-36%
Otorrinolaringologia	347	713	836	-51%
Análises Clínicas	3 936	4 085	4 217	-4%
Pneumologia	35	183	126	-81%
Urologia	36	90	67	-60%
Outras especialidades	109	95	1 746	15%
Total sem Pesquisa SARS-Cov-2	12 799	17 146	19 668	-25%

Fonte: SONHO (fevereiro 2024)

Nota: não é possível, através do sistema interno distinguir as pesquisas de SARS COV feitas no HJJF e no Exterior, pelo que se deduzem da análise

3. RECURSOS HUMANOS

3.1. ANÁLISE GERAL

Efetivos

A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., no final do exercício de 2023, contava com **1770** colaboradores.

Em comparação com o ano transato verificou-se um decréscimo de 1,17 % no total de recursos humanos, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 3.1: Evolução dos Recursos Humanos

QUADRO PESSOAL	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Recursos Humanos sem Órgãos Sociais	1635	1664	1700	1801	1789	1773	1752
Cargos de Dirigentes sem Órgãos Sociais	12	12	12	14	13	13	13
Órgãos Sociais (membros do C.A)	5	4	5	6	6	5	5
Total de Recursos Humanos	1.652	1.680	1.717	1.821	1.808	1.791	1.770

Fonte: Recursos Humanos

Deste número de trabalhadores, 1259 estavam a exercer funções nos cuidados hospitalares e 511 nos cuidados primários.

É de referir que a ULSBA, EPE dispõe de um mapa de pessoal referente aos trabalhadores com relação jurídica de emprego público, através de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP), correspondendo a **585** profissionais que representam **33,05 %** do total de trabalhadores.

Os colaboradores com vínculo laboral através da celebração de um Contrato Individual de Trabalho (CIT - por tempo indeterminado e a Termo Resolutivo Certo ou Incerto), nos termos do Código do Trabalho, representa **63,67 %** do total de efetivos, correspondendo a **1127** colaboradores.

Em relação aos Contratos de Trabalho a Termo Resolutivo, à data de 31/12/2023 existiam 49 colaboradores, o que representam **2,76 %** do total. Há ainda uma avença com um técnico superior da área jurídica e 8 trabalhadores em regime de mobilidade interna, cedência de interesse público e ocasionais.

Para além deste número de trabalhadores que estavam a prestar serviço na ULSBA, EPE, no final do ano, havia 32 trabalhadores ausentes em situações de cedência, licenças sem vencimento, licenças especiais para assistência a filhos, mobilidades e comissões de serviço.

Relação Jurídica de Emprego

A distribuição dos colaboradores pelos vários vínculos jurídicos era em 31-12-2023 a seguinte:

Quadro 3.2: Distribuição dos recursos humanos por tipo de vínculo jurídico em 31-12-2023

TIPO DE VÍNCULO	31-Dez-2022	31-Dez-2023	Variação
Contrato de Trabalho em Funções Públicas	626	585	-7,0%
Contrato Individual de Trabalho sem Termo	982	1027	4,4%
Contrato Individual de Trabalho com Termo	108	100	-8,0%
Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto	66	49	-34,7%
Prestação de Serviços - Avença	1	1	0,0%
Cedência Ocasional / C. Interesse Público	8	8	0,0%
TOTAL	1.791	1.770	-1,2%

Fonte: Recursos Humanos

Durante o ano de 2023 verificaram-se **95** entradas, com destaque para as admissões nos grupos profissionais de assistentes operacionais, de enfermagem e de assistentes técnicos, sendo os contratos individuais de trabalho com termo e sem termo as modalidades de vínculo laboral mais utilizadas para a admissão de pessoal.

Durante o ano de 2023 transitaram 56 trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho com Termo para Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado.

Também, pela aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2023, foi possível a conversão de 4 Contrato Individual de Trabalho com Termo, celebrados ao abrigo da COVID, em contratos por Tempo Indeterminado, nomeadamente, sete enfermeiros, dois Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica e uma Farmacêutica.

No período em análise **116** colaboradores cessaram funções, sendo os motivos da sua saída os constantes do Quadro 3.3.

Quadro 3.3: Distribuição das saídas por grupo profissional e tipo de motivo em 31-12-2023

GRUPO DE PESSOAL	Aposentação	Rescisão / caducidades	Concursos	Outro Motivo
Dirigentes				4
Médico	4	5		
Internato Médico		14	12	
Enfermagem	10	9		2
Residente de Farmácia		1		
Técnico Superior	1	2		3
Informática	1			1
Técnico de Diagnóstico e Terapêutica		3		2
Docente	1			
Assistente Técnico	13	2		
Assistente Operacional	12	11	2	1
TOTAL	42	47	14	13

Fonte: Recursos Humanos

No ano de 2023 verificou-se o seguinte movimento de entradas e saídas de médicos por especialidade:

Quadro 3.4: Distribuição de entradas e saídas de médicos por especialidade

MÉDICOS	Entradas/ Regressos	Saídas
Cirurgia Geral	2	1
Ginecologia/Obstetrícia		2
Medicina Geral e Familiar	2	3
Medicina Interna	3	3
Ortopedia		1
Patologia Clínica	1	
Psiquiatria	3	
Radiologia		1
Total	11	11

Verificou-se a seguinte distribuição de trabalhadores por grupo profissional no final do ano de 2023 e variação face ao proposto em PAO.

Quadro 3.5: Distribuição das admissões e saídas por grupo profissional em 31-12-2023

GRUPO DE PESSOAL	31-Dez- 2022	Admissões/ Regressos / Alterações GP	Saídas/ Alterações GP	31-Dez- 2023	Mapa de Pessoal Proposto em PDO	Variação Proposto /Real (%)
Conselho de Administração	5	5	5	5	6	-20%
Dirigentes	13	1	1	13	14	-8%
Médico	136	11	11	136	171	-26%
Internato Médico	66	9	26	49	74	-51%
Enfermagem	630	20	22	628	643	-2%
Técnico Superior Saúde	21	0	1	22	21	5%
Farmacêutico	8	1	0	9	10	-11%
Residente de Farmácia	0	1	0	1	0	100%
Técnico Superior	52	6	5	53	68	-28%
Informática	12	0	2	10	13	-30%
Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	141	10	5	146	163	-12%
Docente	1	0	1	0	1	-
Assistente Técnico	257	16	15	258	276	-7%
Assistente Operacional	448	18	27	439	457	-4%
Outras categorias	1	0	0	1	1	0%
TOTAL	1.791	95	116	1.770	1.918	-8%

Foi ainda previsto em sede de orçamento para 2023 a possibilidade de regularização de diversas situações funcionalmente desajustadas, nomeadamente de Assistentes Operacionais que desempenham funções de Assistente Técnicos, bem como de Assistentes Técnicos que desempenham funções de Técnicos Superiores e reúnem os requisitos habilitacionais para transitarem para esta carreira. Contudo, esta regularização não foi autorizada em sede de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento, encontrando-se pendente da autorização casuística da Tutela.

Médicos em Regime de contratos de Prestação de Serviço

A localização geográfica da Instituição e as múltiplas e atrativas ofertas de trabalho que os médicos encontram noutras Instituições do SNS, em especial nas zonas litorais ou junto a grandes zonas urbanas, servidas por boas vias de comunicação e outro tipo de serviços e com presença forte no mercado de unidades de saúde privadas, retiram à ULSBA, EPE capacidade competitiva, tornando muito difícil o recrutamento e a fixação destes profissionais na ULSBA, EPE.

Desta forma, foi necessário manter e até reforçar o recurso a Contratos de Prestação de Serviço (CPS) em algumas especialidades com o objetivo de manter e promover a acessibilidade aos cuidados de saúde, primários e hospitalares.

O quadro seguinte regista o número de médicos que trabalharam em regime de Contrato de Prestação de Serviços e as suas especialidades.

Quadro 3.6: Distribuição de médicos em CPS a 31/12/2023

CS HOSPITALARES	CPS/MÉDICOS/ EMPRESA	CPS/MÉDICOS/ INDIVIDUAL
Anestesiologia	6	2
Cardiologia		1
Cirurgia Geral	7	4
Gastrenterologia	6	1
Obstetrícia/Ginecologia.	12	2
Imuno-hemoterapia	1	0
Medicina Física e Reabilitação	2	0
Medicina Geral e Familiar	8	4
Medicina Interna	4	6
Oncologia	0	1
Ortopedia	3	0
Oftalmologia	1	0
Pediatria	6	1
Psiquiatria	3	0
Radiologia	1	1
Sem especialidade	17	16
TOTAL	77	39
CS PRIMÁRIOS	CPS/MÉDICOS/ EMPRESA	CPS/MÉDICOS/ INDIVIDUAL
Clinica Geral	3	14
Medicina Geral e Familiar	1	4
TOTAL	4	18

Fonte: Recursos Humanos

Para além dos médicos citados no Quadro 3.6, a ULSBA contou adicionalmente com a colaboração de mais médicos, ao abrigo de Protocolos Interinstitucionais, celebrados com o Hospital do Espírito Santo – Évora, com o Centro Hospitalar Lisboa Central, E.P.E. e Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, para áreas de Imuno-hemoterapia, Anatomia Patológica, Genética Médica, Cardiologia Pediátrica e Oncologia.

Representatividade por Grupo Profissional

Os grupos profissionais com maior representatividade percentual são os de Enfermagem e Assistentes Operacionais que correspondem a mais de **60 % do total de profissionais**.

Quadro 3.7: Peso por grupo profissional no total de trabalhadores em 31-12-2023

GRUPO DE PESSOAL	Efetivos	%
Pessoal Dirigente (Conselho de Administração)	5	0,3
Pessoal Dirigente / Admins. Hosp. / Chefe Divisão	13	0,7
Médico	136	7,7
Internato Médico	49	2,7
Enfermagem	628	35,5
Técnico Superior Saúde	22	1,20
Farmacêutico	9	0,5%
Residente de Farmácia	1	0.1%
Técnico Superior	53	3,0
Informática	10	0,6
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	146	8,2
Assistente Técnico	258	14,6
Assistente Operacional	439	24,80
Religioso	1	0,1
TOTAL	1.770	100%

Fonte: Recursos Humanos

Do total de 439 Assistentes Operacionais, cerca de 100 não estão na prestação direta de cuidados de saúde, desempenhando funções nos serviços de Instalações e Equipamentos, Armazém, Farmácia, Central Telefónica, Receção, Serviço de Viaturas e, outros, a desempenhar funções administrativas.

Frisamos ainda que o grupo profissional de Assistentes Operacionais é aquele que continua a apresentar o maior número de pedidos para reconhecimento, pela Medicina do Trabalho, para realização de trabalhos moderados ou pedidos de mobilidade interna.

Período Normal de Trabalho (PNT)

A distribuição dos trabalhadores pelos diferentes períodos normais de trabalho semanal é a seguinte:

Quadro: 3.8 PNT por grupo profissional em 31-12-2023

GRUPO DE PESSOAL	35 Horas	40 horas	42 horas	Outros
Conselho de Administração	5			
Dirigentes	12	1		
Médico	19	66	39 a)	12
Internato Médico		49		
Enfermagem	625	2		1
Técnico Superior Saúde	11	11		
Farmacêutico	5	4		
Residente de Farmácia	1			
Técnico Superior	41	12		
Informática	8	2		
Técnico Sup. Diag. e Terapêutica	146			
Assistente Técnico	206	51		1
Assistente Operacional	436	3		
Outras categorias	1			
TOTAL	1.516	201	39	14

Fonte: Recursos Humanos

Nota: Os médicos com regime de 42 horas semanais e com mais de 55 anos de idade podem pedir redução da carga horária semanal, 1 horas por cada ano, até perfazer 35 horas semanais. Assim, a maioria dos médicos com 42 horas semanais na prática estão a efetuar um número mais reduzido de horas.

Estrutura Etária

A idade média dos profissionais da Instituição, a 31/12/2023 era de **47 anos**, sendo que no grupo profissional dos médicos é de **54** anos.

Quadro: 3.9 Média de Idades dos Trabalhadores em 31-12-2023

GRUPO DE PESSOAL	31-Dez-2023
Dirigentes	53
Médico	54
Internato Médico	34
Enfermagem	45
Técnico Superior Saúde	47
Farmacêutico	48
Residente de Farmácia	25
Técnico Superior	47
Informática	47
Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	42
Assistente Técnico	51
Assistente Operacional	50
Outro Pessoal	63
Média Geral	47

Fonte: Recursos Humanos

Internos do Internato Médico

Durante o ano de 2023, a ULSBA, no âmbito do seu carácter formativo na área médica, recebeu 9 médicos para formação pós-graduada, 2 médicos para a formação geral e 7 para a formação específica (1 Cirurgia Geral, 2 Medicina Geral e Familiar, 2 de Medicina Intensiva, 1 Ortopedia, 1 de Pediatria).

Em 2023 terminaram a sua formação 12 Internos, de várias especialidades, sendo que apenas 6 aceitaram celebrar contratos com a ULSBA.

No final de 2023 estavam em formação pós-graduada 49 médicos internos. O quadro seguinte dá a conhecer a distribuição dos médicos internos, pelas várias especialidades.

Quadro 3.10: Médicos Formação Pós-Graduada a 31/12/2023

ANO COMUM EM 2023	
TOTAL	2
FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM 2023	
Medicina Interna	6
Medicina Intensiva	7
Cirurgia Geral	3
Ortopedia	4
Medicina Geral e Familiar	15
Psiquiatria	6
Obstetrícia/Ginecologia	1
Pediatria	5
Total Médicos F.Pós-Graduada	49

Fonte: Recursos Humanos

Procedimentos Concursais

No ano de 2023 das 39 vagas de Medicina Geral e Familiar, Saúde Pública, Medicina do Trabalho, e Medicina Física e Reabilitação atribuídas a ULSBA, apenas 1 foi preenchida (Medicina Geral e Familiar).

Reconstituição das Carreiras de trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho, sem Termo

Com a aplicação do Decreto-Lei nº 80-B/2022, 236 Enfermeiros viram a reconstituição da sua carreira efetuada, com o pagamento em 2023 de retroativos à data de janeiro de 2022.

Também, durante o ano de 2023, foi efetuada a reconstituição da carreira de mais de 300 Trabalhadores, com vínculo de contrato de individual de trabalho sem termo e o pagamento de retroativos à data da aplicação dos acordos coletivos de trabalho em julho de 2018.

ABSENTISMO

De 1 de Janeiro a 31 de dezembro, registou-se uma diminuição do absentismo em relação ao ano transato, menos **1217 dias**, sendo a doença o motivo mais verificado.

Com efeito, o número médio de ausência por colaborador foi de **27,4 dias**.

Quadro 3.11: Dias de ausência por tipo de ausência e grupo profissional

GRUPO DE PESSOAL	COLABORAD ORES A 31-12- 2023	DOENÇA			PARENTALIDADE			REstantes FALTAS			TOTAL DE FALTAS		
		ANO 2023			ANO 2023			ANO 2023			ANO 2023		
		M	F	MÉDIA	M	F	MÉDIA	M	F	MÉDIA	M	F	MÉDIA
Pessoal Dirigente (Conselho de Administração)	5	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
Pessoal Dirigente	13	23	254	21,31	0	0	0,00	13	16	2,23	36	270	23,54
Médico + Internato Médico	185	700	1053	9,48	58	1387	7,81	1748	3322	27,41	2506	5762	44,69
Enfermagem	628	593	5100	9,07	340	7598	12,64	434	2795	5,14	1367	15493	26,85
Técnico Superior Saúde	22	2	79	3,68	0	181	8,23	16	65	3,68	18	325	15,59
Farmacêuticos	9	0	23	2,56	0	0	0,00	0	124	13,78	0	147	16,33
Residente de Farmácia	1	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
Técnico Superior	53	2	110	2,11	0	187	3,53	43	321	6,87	45	618	12,51
Informática	10	320	1	32,10	0	0	0,00	22	6	2,80	342	7	34,90
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	146	84	1029	7,62	20	1778	12,32	166	696	5,90	270	3503	25,84
Assistente Técnico	258	329	3547	83,00	80	1445	5,91	127	946	4,16	536	5938	25,09
Assistente Operacional	439	1574	5581	16,30	51	1155	2,75	474	1556	4,62	2099	8292	23,67
Religioso	1			0,00			0,00			0,00	0	0	0,00
TOTAL	1770	3627	16777	11,53	549	13731	8,07	3043	9847	7,28	7219	40355	26,88

Fonte: Recursos Humanos

Verifica-se que o absentismo continua a apresentar um peso muito significativo, tendo uma taxa de **11,11%** o que se revela um fator de condicionamento da normal dinâmica de funcionamento dos Serviços e das equipas podendo conduzir a significativas perdas de produtividade.

Perante esta realidade, impõe-se a continuação do desenvolvimento e consolidação de uma política integrada de gestão de recursos humanos no sentido da prevenção e monitorização dos indicadores referentes ao absentismo com uma forte intervenção e trabalho multidisciplinar das equipas que integram o Serviço de Saúde Ocupacional, o Grupo de Coordenação Local do Programa de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistência ao Antimicrobianos, o Gabinete de Gestão de Risco e o Serviço de Recursos Humanos.

Remunerações mais elevadas

Tendo em vista a transparência e divulgação de práticas de gestão, divulgam-se as cinco remunerações mais elevadas, explicitando e justificando as causas respeitantes a cada uma das componentes que

concorreram para a remuneração total global desses profissionais.

Quadro 3.12: Remunerações mais elevadas em 2023

Tipo Abono / Especialidade	Ortopedia	Anestesiologia	Oftalmologia	Cirurgia Geral	Anestesiologia
Remuneração base	35 758,92 €	35 758,92 €	17 255,88 €	33 826,08 €	28 027,32 €
Remuneração dedicação exclusiva	13 906,32 €	13 906,32 €		13 154,52 €	10 899,48 €
Remuneração horário alargado	15 892,92 €	15 892,92 €		15 033,84 €	12 456,60 €
Compensação	- €				
Subsídio de Férias	5 463,18 €	5 463,18 €	1 437,99 €	5 167,87 €	4 281,95 €
Subsídio de Natal	5 463,18 €	5 463,18 €	1 437,99 €	5 167,87 €	4 281,95 €
Codificação				7 528,00 €	
Acr. de funções - Direção.(5%)	2 483,28 €			2 349,00 €	
Acr. por funções - Direção(10%)	4 966,56 €	4 966,56 €		4 698,12 €	3 892,68 €
Acr. Funções - Director Serv. Hosp. em valor					
Adicional de 2%	315,84 €			453,00 €	
Premio de Desempenho					
Subsídio alimentação - Admin.Pública	1 318,01 €	1 368,00 €	1 110,00 €	1 356,01 €	1 362,00 €
Ajudas Custo/Transporte(Dec.Lei 106/98) em valor				100,40 €	175,70 €
Subsídio transporte - Kms perc. (pessoal instit.)				129,60 €	
Produção Adicional	18 504,38 €		19 950,06 €	5 355,79 €	
Sistema de Gestão de Inscritos para Cirurgia SIGIC	169 955,51 €	112 199,20 €	277 574,96 €	9 644,55 €	
Suplementos		1 176,02 €		170,37 €	
Horas Extraordinárias	246 496,15 €	154 287,12 €		190 511,33 €	7 980,00 €
Prevenções	45 876,70 €				181 729,88 €
Incentivos					
Total	566 400,95 €	350 481,42 €	318 766,88 €	294 646,35 €	255 087,56 €

Fonte: RHV

3.2. SAÚDE OCUPACIONAL

Apesar das várias tentativas, não se conseguiu contratar nenhum médico desta especialidade, pelo que se recorreu à contratação externa da prestação de serviços de medicina do trabalho.

Os quadros que se seguem apresentam alguns dados estatísticos da atividade desenvolvida pelo Serviço de Saúde Ocupacional.

Quadro 3.13: Vacinas Administradas pelo Serviço de Saúde Ocupacional

TIPO DE VACINAS	NÚMERO
Gripe sazonal	784
Vacina COVID	588
Hepatite B	0
Tetânica	0
TOTAL DE VACINAS ADMINISTRADAS	1.372

Fonte: Saúde Ocupacional

Quadro 3.14: Acidentes em Serviço Registados pelo Serviço de Saúde Ocupacional

TIPO DE ACIDENTES	NÚMERO
Acidentes de Serviço	52
Incidentes	14
TOTAL	66

Fonte: Saúde Ocupacional

Quadro 3.15: Consultas de Medicina do Trabalho

CONSULTAS DE MEDICINA DO TRABALHO	NÚMERO
Exames de Admissão	17
Exames iniciais	25
Exames Periódicos	168
Exames Ocasionais	37
TOTAL	247

Fonte: Saúde Ocupacional

Quadro 3.16: Consultas de Enfermagem do Trabalho

CONSULTAS DE ENFERMAGEM DO TRABALHO	NÚMERO
Consultas de Enfermagem do Trabalho	127
Consultas de Enfermagem Psiquiatria do Trabalho	21
TOTAL	148

3.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2023 foram realizadas 45 ações de formação que integraram o Plano de Formação e que envolveram a participação de 620 profissionais, num total de 7.087 horas e de gastos com formadores num total de 13.466,28 €.

Quadro 3.17: número de participações em ações internas, por grupo profissional, em 2023

GRUPO PROFISSIONAL	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
DIRIGENTES	6
MÉDICO	59
ENFERMAGEM	251
TÉCNICO SUPERIOR DE SAÚDE	4
TÉCNICO SUPERIOR DE DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	88
INFORMÁTICA	2
TÉCNICO SUPERIOR	31
ASSISTENTE TÉCNICO	117
ASSISTENTE OPERACIONAL	62
TOTAIS	620

Fonte: Gabinete Formação Documentação e Investigação

Foi apoiada a participação em **formação externa** dos profissionais, em regime de autoformação ou por iniciativa dos serviços, por não haver resposta no Plano de Formação Interno, num total de 5.653 horas de formação assistidas. Foram ainda apoiadas financeiramente (custos diretos), participações no valor de 10.398,38€.

Quadro 3.18: Formação externa

GRUPO PROFISSIONAL	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
DIRIGENTE	4
MÉDICO	218
ENFERMAGEM	151
TÉCNICO SUPERIOR DE SAÚDE	42
TÉCNICO SUPERIOR DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	109
TÉCNICO SUPERIOR	35
ASSISTENTE TÉCNICO	2
TOTAIS	561

Fonte: Gabinete de Formação Documentação e Investigação

Apoiámos ainda a realização de 227 sessões formativas em contexto de trabalho, em que participaram 1.393 profissionais num total de 1.033 horas de formação assistida.

Quadro 3.19: Formação em contexto de trabalho por grupo profissional

GRUPO PROFISSIONAL	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
MÉDICO	166
ENFERMAGEM	664
TÉCNICO SUPERIOR	18
TÉCNICO SUPERIOR DE SAÚDE	55
TÉCNICO SUPERIOR DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA	68
ASSISTENTES TÉCNICOS	389
ASSISTENTES OPERACIONAIS	33
TOTAIS	1.393

Fonte: Gabinete de Formação Documentação e Investigação

Outras atividades

- Gestão da informação dos estágios de formação pré e pós-graduados, internos e externos.
- Celebração de protocolos/parcerias no âmbito da formação profissional.

4. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Decorridos mais de três anos de pandemia da COVID-19, o ano de 2023, foi para a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE, um ano de consolidação do regresso à normalidade da sua atividade, depois de anos de desafios inesperados e de instabilidade económica.

As demonstrações financeiras, os indicadores e os rácios que integram este relatório pretendem demonstrar a situação económico-financeira em 2023, bem como a análise comparativa com o período homólogo, com o orçamento, e com os objetivos definidos para o presente ano, constantes no Plano de Atividades e Orçamento de 2023 e ainda salientar os factos que objetivamente influenciaram o desempenho económico-financeiro durante o período em análise.

Quadro 4.1: Resultados

	Realizado 2022	Realizado 2023	Δ (%) 23/22	Orçamento 2023	Desvio/ Orçamento
euros					
Consumos	17 172 174	17 848 315	3,9%	18 496 556	-3,5%
Fornecimentos e serviços externos	30 542 470	30 165 089	-1,2%	30 695 024	-1,7%
Gastos com pessoal	62 854 239	65 257 913	3,8%	65 963 652	-1,1%
Restantes gastos	3 259 992	4 556 962	39,8%	3 307 299	37,8%
Total de Gastos	113.828.875	117.828.279	3,5%	118.462.531	-0,5%
Prestação de serviços	98 189 622	110 511 319	12,5%	113 887 521	-3,0%
Contralto Programa SNS	96 758 983	110 089 945	13,8%	113 494 789	-3,0%
Outras entidades responsáveis	377 358	385 711	2,2%	326 452	18,2%
Impostos, contribuições e taxas	357 452	468 303	31,0%	381 216	22,8%
Restantes rendimentos	3 256 466	7.024.184	115,7%	3 220 527	118,1%
Total de Rendimentos	101.803.540	118.003.806	15,9%	117.489.264	0,4%
Resultado operacional	-12.004. 886	209.089	-101,7%	-955.443	-121,9%
Resultado líquido antes impostos	-12.025.335	175.527	-101,5%	-973.267	-118,0%
Imposto S/ rendimento	-96.970	-95.609	-1,4%	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	-12.122.306	79.918	-100,7%	-973.267	-108,2%
EBITDA	-10.399.551	2.183.052	-121,0%	648.479	236,6%

Fonte: SICC

O exercício económico de 2023 apresentou um total de gastos de 117.828.279€ e 118.003.806€ de rendimentos, o que originou um resultado líquido positivo, de 79.918 euros, desagravado em 12.202.224 euros face ao resultado obtido em 2022 e um resultado operacional positivo de 209.089 euros. O EBITDA ascendeu em 2023 a um valor positivo de 2.183.052 euros. A melhoria de resultados, comparativamente ao período homólogo, é explicada, essencialmente, pelo aumento do valor da captação recebido em 2023 face ao valor recebido no ano de 2022, bem como ao reforço financeiro, no valor global de 3 milhões e 82 euros, para fazer face às despesas com pessoal, registadas em 2023 decorrentes das valorizações das carreiras, nos termos do Despacho n.º 1025/2023/SEO.

4.1. RENDIMENTOS E GANHOS

Em 2023 o total dos rendimentos é de 118.003.806€, registando-se um crescimento de 16,2M€, decorrente do aumento do valor da capitação do contrato programa, bem como do acréscimo, na conta de transferências, dos rendimentos decorrentes do reforço para pagamento a pessoal.

Quadro 4.2: Rendimentos

euros				
Rendimentos	2022	2023	Var €	Δ (%) 23/22
Rendimentos	101 803 540	118 003 806	16 200 267	15,9%
Impostos, contribuições e taxas	357 452	468 303	110 852	31,0%
Prestação de serviços e concessões	98 189 622	110 511 319	12 321 697	12,5%
SNS - Contrato programa	96 758 983	110 089 945	13 330 962	13,8%
Transferência e subsídios correntes obtidos	115 880	3 343 889	3 228 009	2785,7%
Reversões	109 807	112 725	2 918	2,7%
Outros rendimentos e ganhos	3 030 779	3 566 482	535 703	17,7%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	3270	1088	761	233,0%
TOTAL	101.803. 540	118.003.806	16.200.267	15,9%

Fonte: SICCC

O contexto sócio demográfico da área de influência da ULSBA não permite encontrar alternativas de receita complementares à prestação de serviços no âmbito do SNS, pelo que a evolução dos proveitos depende em grande medida da evolução do nível de financiamento do Ministério da Saúde.

O rendimento contabilizado na rubrica referente ao contrato programa (110.089.945,33€), engloba o valor apurado pela estimativa do cumprimento da produção contratada, (99.454.865,31€), de acordo com as orientações emanadas pela ACSS e constantes na Circular Normativa n.º 6/2019, de 21 março, o valor relativo à componente dos incentivos (10.044.288,92€) e ainda o montante proveniente do pagamento da formação dos médicos internos (590.791,10€). No global há um aumento de 13 milhões e 331 mil euros, (+13,8%).

Por outro lado, os outros rendimentos decorrentes de prestação de serviços de saúde a entidades não abrangidas pelo Contrato Programa, proporcionou um rendimento de 385.711 euros, valor muito idêntico ao realizado no ano anterior.

Quadro 4.3: Prestações de Serviços não SNS

euros			
Prestações de Serviços não SNS	2022	2023	Δ (%) 23/22
Internamentos	234 910	230 875	-1,7%
Consultas	3 262	4 006	22,8%
Atendimentos de Urgência/SAP	89 967	95 508	6,2%
Hospital Dia	-	2 668	
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	14 654	9 630	-34,3%
Outras prestações de serviços de saúde	34 566	43 024	24,5%
TOTAL	377.358	385.711	2,2%

Fonte: SICCC

A rubrica de impostos, contribuições e taxas, compreende, maioritariamente, os rendimentos provenientes das taxas moderadores cobradas pelos serviços de saúde prestados, totalizando no

período em análise 468.303 euros, representando um aumento de 31%, em relação ao ano anterior e de 22,8% comparativamente à verba inscrita em orçamento nesta rubrica. Não obstante a diversa legislação publicada relativa à isenção do pagamento de taxas moderadoras no acesso aos cuidados de saúde, verifica-se um incremento nesta rubrica, que se justifica pela cobrança central de taxas moderadoras referente a anos anteriores.

A rubrica de transferências e subsídios correntes, apresenta um desvio positivo de 2785,7%, comparativamente ao período homólogo, que se justifica, essencialmente pela transferência no valor de 3 milhões e 82 mil euros, para pagamento das valorizações remuneratórias de pessoal, e pela transferência de um subsídio, no valor de 100.447,13€, respeitante ao projeto “Saúde+Próxima - Beneficiação das TIC.”

A rubrica de outros rendimentos, totaliza 3.566.482€, o que representa um acréscimo de cerca de 18% face ao período homólogo. Esta rubrica inclui essencialmente os ganhos inerentes a atividades que não fazem parte do “core” da atividade da ULSBA, nomeadamente as receitas provenientes de arrendamentos de espaços e aluguer de equipamentos, bem como outros rendimentos, em particular as correções relativas a períodos anteriores, imputação de subsídios e transferências para investimento e outros serviços.

Em síntese, em 2023, os rendimentos totais registaram um acréscimo de 15,9% (+16,2M€), em relação ao período homólogo e um acréscimo de 0,4% face ao valor previsto.

4.2. GASTOS E PERDAS

Durante o ano 2023 os gastos totais ascenderam a 117.828.279 de euros, correspondendo a um acréscimo de 3,5% relativamente ao valor registado no período homólogo e uma diminuição de 0,5% relativamente ao valor orçamentado.

Como resultado da atividade ocorrida durante o ano, as rubricas de gastos operacionais, totalizam 117.792.335€, apresentando um acréscimo de 3,5%, mais cerca de 4M€ face a 2022 e um decréscimo de 0,6% face ao orçamento.

Quadro 4.4: Gastos

euros					
Gastos	Valor Orçamento	2022	2023	Variação Exec/orça	Δ (%) 23/22
Consumos	18 496 556	17 172 174	17 848 315	-3,5%	3,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	30 695 024	30 542 470	30 165 089	-1,7%	-1,2%
Gastos com o pessoal	65 963 652	62 854 239	65 257 913	-1,1%	3,8%
Perdas por imparidade	89 104	21 276	203 543	128,4%	856,7%
Provisões do período	105 637	376 466	1 011 295	857,3%	168,6%
Outros gastos e perdas	1 490 512	1 236 139	1 332 217	-10,6%	7,8%
Gastos de depreciação e amortização	1 603 922	1 605 335	1 973 964	23,1%	23,0%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	18 124	20 776	35 944	98,3%	73,0%
TOTAL GASTOS	118.462.531	113.828.875	117.828.279	-0,5%	3,5%
TOTAL GASTOS OPERACIONAIS	118.444.407	113.808.099	117.792.335	-0,6%	3,5%

Fonte: SICC

Como se pode observar na informação constante no quadro dos gastos, as rubricas que mais contribuíram para o acréscimo do total dos gastos foram os gastos com pessoal (+3,8%), os consumos

(+3,9%), e as provisões (+168,6%)

As rubricas que mais representatividade têm no total dos gastos são: o pessoal (55,4%), os consumos (15,1%), serviços especializados e outras rubricas (15,0%) e os subcontratos com (10,6%).

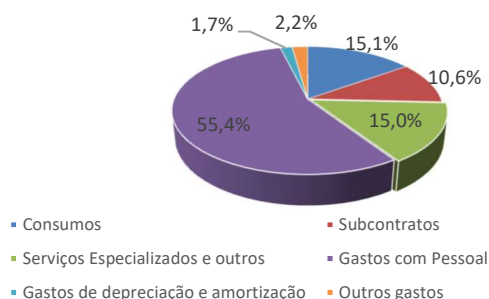


Gráfico 4.1: Consumos

O exercício de 2023 totalizou 17 milhões e 848 mil euros de gastos com as matérias consumidas, verificando-se uma variação positiva 3,9% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, resultante do aumento das rubricas de material de consumo clínico (+6,9%) e de produtos farmacêuticos (+3,0%). Em comparação com o orçamento, o valor executado foi inferior em 648 mil euros.

Quadro 4.5: Consumos

Consumos	euros		
	2022	2023	Δ (%) 23/22
Produtos farmacêuticos	11 713 091	12 061 743	3,0%
Medicamentos	9 502 485	9 599 932	1,0%
Reagentes e outros produtos farmacêuticos	2 210 606	2 461 811	11,4%
Material de consumo clínico	4 900 031	5 236 926	6,9%
Material de consumo hoteleiro	244 692	250 577	2,4%
Material de consumo administrativo	148 392	148 285	-0,1%
Material de manutenção e conservação	154 647	141 805	-8,3%
Outro material de consumo	11 322	8 979	-20,7%
TOTAL	17.172.174	17.848.315	3,9%

Fonte: SICC

As rubricas de produtos farmacêuticos e material de consumo clínico representam, respetivamente, cerca de 67,6% e 29,3% do total de CMVMC.

Produtos Farmacêuticos

Os medicamentos representam 53,8% do total dos gastos com os consumos de materiais, seguidos do material de consumo clínico com 29,3%, dos reagentes e outros produtos farmacêuticos com 13,8% e o restante material de consumo 3,1%.

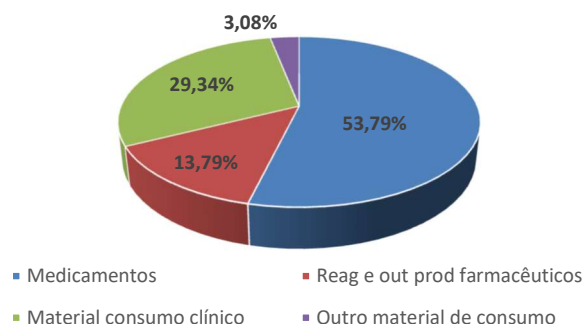


Gráfico 4.2: Consumos

Em 2023, a ULSBA registou uma despesa com o consumo de **medicamentos** de 9 milhões e 600 mil euros, representando um ligeiro aumento de 1,0% em relação ao período homólogo e uma diminuição de 7,8% (-806 mil euros) face ao valor previsto em orçamento.

Salienta-se que a rubrica de gastos com medicamentos encontra-se influenciada pelo reconhecimento de créditos, no valor de 3 milhões e 42 mil euros, atribuídos por via de acordos comerciais celebrados (em especial, Apifarma, Rappel e Payback), um valor superior em 1 milhão e 36 mil euros face ao obtido no período homólogo.

Do valor total dos gastos com o consumo de medicamentos, 6 milhões e 713 mil euros foram consumidos internamente e 2 milhões e 887 mil euros cedidos gratuitamente em ambulatório (representando 30% do total de medicamentos). Comparando o consumo nos dois períodos, registam-se discretos aumentos, tanto ao nível do consumo interno (+55 mil euros), como ao nível da cedência em ambulatório (+ 43 mil euros), que representa um acréscimo de 1,5%, desvio este justificado, essencialmente, pelo aumento do número de doentes tratados, (+51 doentes), sendo que aqueles onde se verificou maior crescimento são os que sofrem de patologias com terapêuticas muito onerosas, nomeadamente os doentes com HIV e com Artrite Reumatoide.

No contexto dos medicamentos cedidos gratuitamente em ambulatório, as patologias responsáveis pelos maiores encargos foram o HIV com 35,5%, seguido da artrite reumatoide, com 22,8%, das psicoses e patologias da saúde mental, com 19,4%, da esclerose múltipla, com 12,1%, das neoplasias e da Hepatite C, ambas com 3,4%.

Quanto ao consumo de medicamentos no Hospital de Dia (3 milhões 753 mil euros), constata-se uma diminuição no consumo de (-68 mil euros) comparativamente ao período homólogo, que se justifica pela diminuição quer do número de doentes (-136 doentes) quer do número de sessões (-670 sessões), comparativamente ao período homólogo.

Os gastos com o consumo de **reagentes e outros produtos farmacêuticos** totalizaram os 2 milhões e 462 mil euros, um desvio positivo de 11,4% relativamente ao período homólogo e de 13,6 comparativamente ao valor orçamentado. Este incremento justifica-se, em grande parte pela atualização tecnológica e pela realização de um maior número de análises com tecnologia PCR, cujos custos são elevados.

Material de Consumo Clínico

No que concerne aos gastos com a utilização de **material de consumo clínico** verifica-se, no período em análise, um total de 5 milhões e 237 mil euros, menos 115 mil euros que o valor orçamentado, representando um desvio de -2,2%. Já comparado com o período homólogo, registou-se um

crescimento de 6,9%, o que representa um aumento no consumo de 337 mil euros. Para este acréscimo contribuiu, em grande medida, o aumento dos gastos associados ao consumo de próteses e material de osteossíntese.

As rubricas de maior relevância financeira são: o consumo de próteses, com 2 milhões e 224 mil euros, o material de tratamento, com 1 milhão 179 mil euros, outro material de consumo clínico com 563 mil euros e o material de osteossíntese com 483 mil euros.

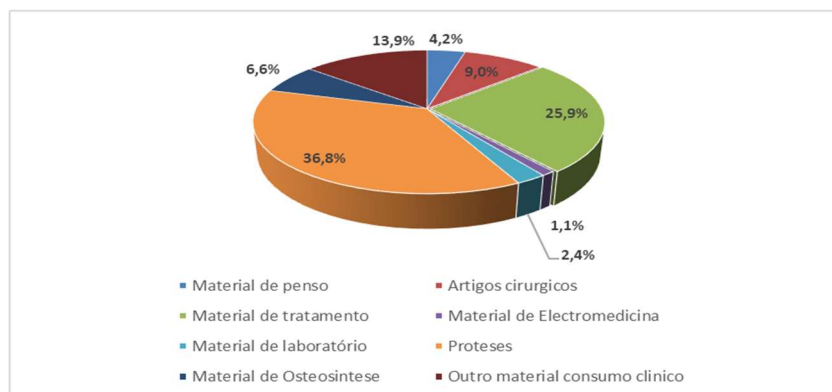


Gráfico 4.3: Peso dos vários grupos de produtos nos gastos totais com consumo material de consumo clínico

Em 2023 o consumo de próteses apresenta um incremento de 23,2% (+419 mil euros) comparativamente ao período homólogo, sendo as especialidades de cardiologia, ortopedia e oftalmologia, as que maior impacto têm nesta evolução, devido ao crescimento da atividade cirúrgica. Do total dos gastos em próteses, 1 milhão 306 mil euros são da área da cardiologia, 823 mil euros correspondem a próteses da especialidade de ortopedia e 82 mil euros foram consumidas pela oftalmologia.

Quadro 4.6: Gastos com material consumo clínico

Material de consumo clínico	euros		
	2022	2023	Δ (%) 23/22
Material de penso	206 807	211 423	2,2%
Artigos cirúrgicos	440 333	419 534	-4,7%
Material de tratamento	1 269 313	1 178 625	-7,1%
Material de Eletromedicina	54 247	52 818	-2,6%
Material de laboratório	118 432	103 810	-12,3%
Próteses	1 805 206	2 224 182	23,2%
Material de Osteossíntese	323 836	483 135	49,2%
Outro material de consumo clínico	681 857	563 399	-17,4%
TOTAL	4.900.031	5.236.926	6,9%

Fonte: SICC

Quanto ao acréscimo dos gastos com o consumo de material de osteossíntese (+49,2%), está diretamente relacionado com o aumento da produção cirúrgica da especialidade de ortopedia.

No que concerne ao gasto com o consumo de outro material clínico, verificou-se uma redução de 118 mil euros, contribuindo em grande medida a redução dos gastos associados aos EPI'S, tais como luvas e outro material de proteção muito utilizados no período de pandemia.

As restantes rubricas de consumo clínico apresentam diminuições comparativamente ao período

homólogo. Tendo em conta a pouca expressividade não é relevante fazer qualquer análise.

Fornecimentos e Serviços externos

A rubrica de **fornecimentos e serviços externos** apresenta um total de gastos de 30 milhões 165 mil euros, representando 26% dos gastos totais. Comparando com o período homólogo e com o valor orçamentado, verifica-se um decréscimo de 1,2% e 1,7%.

Subcontratos

Na rubrica de **subcontratos** o total dos gastos é de 12 milhões e 475 mil euros, apresentando um decréscimo, em relação ao período homólogo, de 6,1% (-809 mil euros) e um crescimento de 2,4% (+295 mil euros) em relação ao valor orçamentado. As oscilações mais significativas face ao período transato ocorreram nas rubricas de *Meios complementares de diagnóstico* (-939 mil euros), *meios complementares de terapêutica* (+200 mil euros) e *internamentos* (+83 mil euros).

Os gastos com os meios complementares de diagnóstico subcontratados apresentam um desvio negativo de 12% comparativamente ao período homólogo, o que representa uma diminuição de encargos 939 mil euros, justificado essencialmente pela diminuição dos gastos com as análises da Patologia Clínica (-1 milhão 629 mil euros), em grande parte explicado pela diminuição do número de testes COVID subcontratados a laboratórios externos. Em relação ao valor do orçamento, constata-se um desvio positivo de 3,7%, (+245 mil euros), essencialmente devido ao crescimento dos gastos da Imagiologia.

Relativamente à rubrica dos gastos com exames de Imagiologia, verifica-se um acréscimo nos gastos quer em relação ao período homólogo, quer em relação ao valor previsto, de 23% e de 26%, respetivamente.

Não obstante a produção realizada internamente ter aumentado, continua a ser necessário recorrer ao exterior, para a realização de determinados exames, como TAC's, uma vez que o número de médicos é deficitário (apenas 2 no quadro e 2 prestadores de serviços), não existindo capacidade para dar resposta a todos os pedidos.

O aumento do número de pedidos de Ressonância Magnética também contribuiu para o crescimento dos gastos, bem como o maior volume de mamografias realizadas no exterior no âmbito do rastreio do cancro da mama que se realizou em 2023.

Quadro 4.7: Fornecimentos e Serviços Externos

	euros		
Fornecimentos e Serviços Externos	2022	2023	Δ (%) 23/22
Fornecimento de Comunicações, Energia e outros serviços diversos e Especializados	17 258 333	17 690 361	2,5%
Sub-contratos	13 284 137	12 474 728	-6,1%
Assistência Ambulatória	66 632	74 662	12,1%
Meios Complementares de Diagnóstico	7 811 757	6 872 578	-12,0%
Patologia clínica	4 385 713	2 756 822	-37,1%
Anatomia patológica	234 146	235 464	0,6%
Imagiologia	2 296 291	2 810 075	22,4%
Cardiologia	527 341	614 390	16,5%
Medicina nuclear	81 596	147 727	81,0%
Gastroenterologia	57 122	118 188	106,9%
Outros MC de Diagnóstico	229 547	189 913	-17,3%

Fornecimentos e Serviços Externos (cont)	2022	2023	Δ (%) 23/22
Meios complementares de terapêutica	4 359 227	4 558 735	4,6%
Hemodiálise	3 369 570	3 531 936	4,8%
Cuidados Respiratórios	884 251	907 122	2,6%
Medicina física e reabilitação	70 004	93 236	33,2%
Outros MC de Terapêutica	35 401	26 441	-25,3%
Produtos vendidos farmácia	128 049	90 164	-29,6%
Internamentos	270 890	353 847	30,6%
Outros Subcontratos	647 582	524 743	-19,0%
TOTAL	30.542.470	30.165.089	-1,2%

Fonte: SICCC

O gasto com a subcontratação de meios complementares de terapêutica totaliza, em 2023, 4 milhões e 559 mil euros representando um desvio positivo de 4,0% face ao valor orçamentado e um incremento de 4,6% relativamente ao valor registado em 2022.

Os gastos com a **contratação de serviços não clínicos** ao exterior (fornecimentos de materiais, energia e outros serviços diversos e especializados) totalizaram 17 milhões e 690 mil euros, 2,5% acima do registado em 2022, representando um acréscimo de 432 mil euros face ao período homólogo.

Quadro 4.8: Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2022	2023	Δ (%) 23/22
Serviços Especializados	9 523 690	11 056 688	16,1%
Alimentação	1 460 929	1 819 189	24,5%
Lavandaria	832 984	928 944	11,5%
Conservação e reparação	926 462	1 186 191	28,0%
Vigilância e segurança	588 807	600 765	2,0%
Serviços técnicos de recursos humanos	3 451 470	4 025 019	16,6 %
Honorários	2 103 319	2 269 618	7,9%
Outros Serviços Especializados ²	159 719	226 962	42,1%
Matérias de consumo	38 191	39 067	2,3%
Combustíveis e outros fluídos	611 772	379 618	-37,9%
Eletricidade	1 939 348	1 066 196	-45,0%
Água	286 857	375 996	31,1%
Deslocações, estadas e transportes	3 156 161	3 186 966	1,0%
Deslocações e estadas	29 362	51 926	76,8%
Transportes de doentes e Outros transportes	3.126.799	3.135.039	0,3%
Serviços Diversos	1 702 314	1 585 830	-6,8%
Limpeza	893 332	920 096	3,0%
Rendas e alugueres	510 622	386 989	-24,2%
Comunicações	127 885	117 109	-8,4%
Seguros e Outros Serviços	170 474	161 637	-5,2%
TOTAL	17.258.333	17.690.361	2,5%

Fonte: SICCC

Os gastos com os **serviços especializados** totalizam o valor de 11 milhões e 57 mil euros, representando um acréscimo de 16,1% comparativamente ao período homólogo. Nesta rubrica, é de

² "Outros Serviços Especializados" incluem Serviços de natureza informática, Serviços de auditoria externa, publicidade, Serviços bancários e outros.

salientar o impacto do acréscimo do salário mínimo nacional, nomeadamente, nos contratos estabelecidos com empresas concessionárias de serviços de lavandaria, alimentação, segurança, e higiene e limpeza, por via do aumento das remunerações dos trabalhadores que se encontram ao serviço destas empresas.

Como se pode constatar, no quadro supra, os gastos com a **alimentação** dos doentes e funcionários registaram um aumento de 24,5%, justificado pela revisão extraordinária de preços dos contratos vigentes nos termos da Portaria 74-A/2023.

Os gastos com o tratamento de roupa hospitalar e fardas totalizaram 922mil euros, representando um acréscimo de 11,5% (+96 mil euros) comparativamente ao período homólogo e de 1,0% relativamente ao valor orçamentado, justificado pela atualização de preços devido a custos imprevisíveis decorrentes da situação económica financeira e da subida da taxa de inflação. Se excluirmos o efeito de uma nota crédito que está contabilizada em 2022, a variação é de (63 mil euros).

No que diz respeito aos gastos com os **contratos de prestação de serviços técnicos de recursos humanos** que totalizaram 4 milhões e 25 mil euros, registou-se um desvio de 16,6% (+574 mil euros) face ao período homólogo e de 20,7% (+689 mil euros), em relação ao previsto em sede de orçamento para 2023. O desvio explica-se, por um lado, pela necessidade de novas contratações de pessoal médico para reforçar equipas de urgência em déface resultado de aposentações e de escusas de realização de trabalho extraordinário, nomeadamente nas especialidades de obstetrícia/ginecologia, pediatria, anestesiologia, ortopedia e medicina geral e familiar. E, por outro lado, pelo aumento do valor hora das prestações de serviços médicos.

Verifica-se um aumento de (+260 mil euros) na rubrica de gastos de conservação e reparação comparativamente ao período homólogo, atingindo o valor de 1 milhão 186 mil euros. Este acréscimo está sustentado na elaboração de novos contratos de assistência técnica.

Gastos com Pessoal

Os gastos com as **remunerações do pessoal** assumem-se como a rubrica com maior peso na estrutura de gastos da ULSBA representando 55,4%.

Pese embora o número de recursos humanos ter diminuído em 2023, ou seja, menos 21 efetivos que em 2022, os **gastos com pessoal** totalizaram 65 milhões e 258 mil euros, registando um acréscimo de 3,8% em relação ao período homólogo (+2 milhões 404 mil euros), justificado, essencialmente, pelo aumento das remunerações certas e permanentes (+1 milhão 880 mil euros) e dos abonos variáveis (+545 mil euros). Em relação ao orçamento verificou-se um decréscimo de 1,1% face ao estimado (-706 mil euros).

Os aumentos são decorrentes da aplicação de várias medidas legislativas, ocorridas no ano de 2023, nomeadamente:

- o Decreto-Lei n.º 80-B/2022, de 28 de novembro (atualização reposicionamento remunerações dos enfermeiros);
- o Decreto-Lei n.º 84-F/2022 de 16 de dezembro (atualização valor base remuneratório Administração Pública (BRAD) para 761,58€);
- Decreto-Lei n.º -85-A/2002, de 22 de dezembro (atualização da RMMG para 760€);
- Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril (atualização intercalar remunerações em 1%);
- Decreto-Lei n.º 50-A/2022, de 25 de julho, na sua redação atual (regime remuneratório especial à prestação de trabalho suplementar aos médicos);

- Portaria n.º 280/2022, de 18 de novembro e Portaria 107-A/2023 de 18 de abril (atualização do subsídio de alimentação);
- Aplicação efetiva do Acordo Coletivo de Trabalho das carreiras gerais de julho de 2018, que não tinha acontecido até à data.

Destacamos as seguintes alterações:

1. Aumento da função pública – teve um impacto de **1.842.154 €** - Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro e Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril;
2. Aumento do salário mínimo – teve um impacto de **348.235€** – Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro e Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril;
3. Impacto do aumento do subsídio de alimentação –**385.530€** - Portaria n.º 107-A/2023, de 18 abril
4. Aplicação de diversa legislação em várias carreiras profissionais, alteração do nível remuneratório de 86 enfermeiros – **523.000€**
5. Aplicação dos Acordos Coletivos das várias carreiras – alteração do nível remuneratório - teve um impacto em 2023 de **422.380€**;
6. Pagamento de retroativos com especialização no exercício de 2023 da componente relativa ao próprio ano, que teve impacto de **1.695.505€**.

Quadro 4.9: Gastos com Pessoal

			euros
Gastos com Pessoal	2022	2023	Δ (%) 23/22
Remunerações órgãos sociais e de gestão	479 021	391 186	-18,3%
Remunerações do pessoal	49 941 046	52 365 902	4,9%
<i>Remunerações base</i>	30 585 751	31 930 869	4,4%
<i>Abonos variáveis ou eventuais</i>	11 493 081	12 037 845	4,7%
<i>Subsídio de refeição</i>	1 704 148	2 116 612	24,2%
<i>Subsídios de férias e Natal</i>	5 625 773	5 706 667	1,4%
Benefícios pós-emprego	57 134	47 624	-16,6%
Encargos sobre remunerações	11 836 250	11 999 637	1,4%
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	133 537	125 119	-6,3%
Outros gastos com pessoal	407 251	328 444	-19,4%
TOTAL	62.854.239	65.257.913	3,8%

Fonte: SICCC

Verifica-se uma diminuição dos gastos com as remunerações dos Órgãos Sociais, quer por redução do número de elementos (o conselho de administração em funções é composto por 5 elementos, enquanto o anterior era constituído por 6 elementos), quer pela redução da remuneração base e despesas de representação.

No conjunto das **remunerações do pessoal**, que inclui, para além da remuneração base e dos subsídios de férias e natal, o subsídio de refeição, as remunerações pelo trabalho extraordinário, pelo trabalho noturno, pela atividade cirúrgica em SIGIC, as ajudas de custo, os prémios de desempenho e outras remunerações variáveis, gastou-se 52 milhões e 366 mil euros, mais 4,9%, comparativamente ao ano transato e um valor muito idêntico ao previsto no orçamento.

O **subsídio de férias e natal** totalizou 5 milhões 707 mil euros apresentando um acréscimo de 1,4% face o valor do período homólogo, que se justifica pelo aumento da remuneração base, conforme já explicado, decorrente da aplicação das várias medidas governamentais.

Os gastos com os **abonos variáveis ou eventuais**, onde se inclui o pagamento das horas extraordinárias e das horas noturnas atingiram o valor de 12 milhões e 38 mil euros, mais 545 mil euros que o valor registado em 2022 e mais 536 mil euros que o montante orçamentado.

As rubricas que maior impacto tiveram neste incremento foram: as prevenções, o subsídio de trabalho noturno, as gratificações variáveis e os pagamentos às equipas cirúrgicas no âmbito do SIGIC, que apresentam variações positivas, quer em relação ao período homólogo, quer em relação ao valor previsto no orçamento.

Os gastos com as horas de **prevenções** registaram aumentos, quer em relação ao período homólogo, quer comparativamente ao valor inscrito em orçamento, de 27,2% (+254 mil euros) e de 53% (+411 mil euros), respetivamente. O grupo profissional médico foi o que mais contribuiu para este acréscimo, devido à aplicação do Decreto-Lei n.º 50-A/2022, de 25 de julho, que estabelece um regime remuneratório especial à prestação de trabalho suplementar dos médicos no serviço de urgência e o Decreto-Lei n.º 103/2023, de 7 de novembro que prorrogou o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 50-A/22, até 10 janeiro de 2024. Também contribuiu para esta variação a alteração do regime de trabalho de alguns grupos profissionais que prestavam serviço em presença física ao fim de semana e passaram a prestá-lo em regime de prevenção (o serviço de patologia clínica) bem como o facto de os técnicos superiores da equipa de apoio psicossocial passarem a estar de prevenção ao sábado no período de tarde e ao domingo.

Os gastos com **noites e suplementos** totalizaram 2 milhões 287 mil euros, mais 64 mil euros que o período homólogo e mais 215 mil euros comparativamente ao previsto no orçamento. Este desvio é mais representativo no grupo profissional de enfermagem, o que se justifica pelo aumento do valor hora face ao ano anterior, decorrente do aumento da tabela salarial da função pública e das progressões na carreira de enfermagem.

O incremento dos **encargos sobre remunerações** de 1,4%, mais de 163 mil euros, em relação ao período homólogo, explica-se pelo acréscimo das diversas remunerações que são tributadas.

O pagamento às equipas cirúrgicas no âmbito do **SIGIC** totaliza 1 milhão 461 mil euros, representando acréscimos, quer em relação ao período transato, quer ao valor previsto em orçamento, de 61,5% (+556 mil euros) e de 73% (+616 mil euros), respetivamente. Este incremento justifica-se pelo aumento da produção adicional cirúrgica inerente à recuperação da atividade, essencialmente nas especialidades de ortopedia, oftalmologia e cirurgia, no âmbito do regime excecional de incentivos à recuperação da atividade cirúrgica alargado até 31/3/2024, através da Portaria 189/2023, de 4 de julho, em que o valor unitário por ato aumentou substancialmente face ao que era pago no período pré-pandemia. O valor processado em SIGIC, além de ter contabilizado o pagamento da produção realizada em 2023, também reflete o pagamento em 2023 de alguma produção realizada em 2022.

Os gastos com **outros abonos**, que incluem gratificações variáveis ou eventuais, formação e outros abonos variáveis ascenderam a 402 mil euros, apresentando acréscimo relativamente ao período homólogo de 38,2% (+111 mil euros). Este aumento é explicado, essencialmente, pelo acréscimo na rubrica de prémios de desempenho, quer comparativamente ao período homólogo +59,5% (+100 mil euros), quer relativamente ao valor previsto no orçamento, 43,9% (+82 mil euros).

O pagamento de **horas extraordinárias** totalizou 6 milhões 429 mil euros, menos 408 mil euros que no período homólogo e menos 612 mil euros que o valor orçamentado. O grupo profissional que maior influência teve nesta diminuição foi o grupo de enfermagem, em que se verificou uma redução do número de horas prestadas, devido à diminuição de testes COVID e vacinação. Não obstante a redução dos gastos com horas extraordinárias, no grupo profissional médico verificou-se um acréscimo nas horas extras realizadas, justificado pelo aumento do valor hora, fruto do Decreto-Lei nº 50-A/2022 que foi prorrogado até 10 de janeiro de 2024, verificou-se um aumento de 419 mil euros.

Quadro 4.10: Suplementos

Abonos variáveis ou eventuais	euros		
	2022	2023	Δ (%) 23/22
Horas extraordinárias	6 837 109	6 428 994	-6,0%
Prevenções	931 951	1 185 621	27,2%
Noites e suplementos	2 222 526	2 286 648	2,9%
Abono para falhas	45 454	40 235	-11,5%
Subsídio e abono fixação e alojamento	142 759	118 928	-16,7%
Ajudas de custo	117 940	114 686	-2,8%
SIGIC	904 482	1 460 823	61,5%
Outros abonos	290 860	401 911	38,2%
TOTAL	11.493.081	12.037.845	4,7%

Fonte: SICC

De notar que estão contabilizados nos gastos com pessoal cerca de 2 milhões e 283 mil euros correspondentes a acréscimos de horas extraordinárias, suplementos, prevenções, incentivos, SIGIC e produção adicional e respetivos encargos sociais, ainda não pagos, mas referentes ao exercício.

4.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 a ULSBA apresenta um total do ativo de 67.829.508€, um total do passivo de 91.727.612€ e um património líquido negativo no montante de 23.898.104€.

Quadro 4.11: Ativo Corrente e Não Corrente

Ativo	euros		
	2022	2023	Δ (%) 23/22
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	26 231 239	28 510 727	8,7%
Ativos intangíveis	542 199	897 273	65,5%
Outros ativos financeiros	274 115	312 317	13,9%
Ativo não Corrente	27.047.554	29.720.317	9,9%
Ativo corrente			
Inventários	4 638 981	4 781 252	3,1%
Clientes, contribuintes e utentes	1 199 631	1 004 112	-16,3%
Estado e outros entes públicos	242.319	107 545	-55,6%
Outras contas a receber	29 681 616	29 106 009	-1,9%
Diferimentos	8.570	9 489	10,7%
Caixa e depósitos	836.119	3 100 784	270,9%
Ativo Corrente	36.607.236	38.109.191	4,1%
Total do ativo	63.654.790	67.829.508	6,6%

Fonte: SICC

O ativo total ascendeu a 67 milhões e 830 mil euros, registando um crescimento de 4 milhões 175 mil euros que representa um aumento de 6,6% em relação a 2022, justificado, essencialmente, pelo aumento dos ativos fixos e pelo aumento do valor registado em depósitos bancários.

Apesar do Resultado líquido do período de 2023 ter sido positivo, em, 80 mil euros, o património líquido ainda apresenta um valor negativo de 23 milhões 898 mil euros, apesar da variação positiva, de 1 milhão 425 mil euros. Esta resulta da injeção financeira, por parte da Tutela, determinada pelo Despacho Conjunto do Senhor Ministro das Finanças e do Senhor Ministro da Saúde, de 22 de dezembro de 2023, que estabeleceu a entrada de capital para regularização de pagamentos em atraso no montante de 1 milhão e 626 mil euros e 146 mil euros.

Quadro 4.12: Património Líquido

		euros	
Património Líquido	2022	2023	Δ (%) 23/22
Património/Capital	88 400 000	90 025 968	1,8%
Reservas	7 286	7 286	0,0%
Resultados transitados	-123 927 897	-138 888 957	12,1%
Excedentes de revalorização	8 713 888	8 485 762	-2,6%
Outras variações do Património Líquido	13 605 990	16 391 919	20,5%
Resultado líquido período	-12 122 306	79 918	-100,7%
Total do Património Líquido	-25.323.039	-23 898 104	-5,6%

Fonte: SICC

O total do passivo apresenta um aumento no montante 2 milhões e 750 mil euros, face ao ano de 2022, que resulta da conta de adiantamento de clientes, relativa aos rendimentos do contrato programa, que continua por regularizar, bem como da conta de diferimentos, cuja verba se refere ao subsídio da requalificação do bloco de partos ainda não executada. Analisando as restantes contas verifica-se uma redução, essencialmente na conta de fornecedores de investimento.

Quadro 4.13: Passivo

		euros	
Passivo	2022	2023	Δ (%) 23/22
Passivo não corrente			
Provisões	1 910 905	2 809 625	47,0%
	1.910.905	2.809.625	47,0%
Passivo corrente			
Fornecedores	12 932 750	12 240 771	-5,4%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	51 474 354	54 882 609	6,6%
Estado e outros entes públicos	2 842 175	2 317 021	-18,5%
Fornecedores de investimento	1 653 766	499 642	-69,8%
Outras contas a pagar	18 163 880	17 563 346	-3,3%
Diferimentos	-	1 414 598	-
Total Passivo Corrente	87.066.925	88.917.987	2,1%
Total do Passivo	88. 977.829	91.727.612	3,1%
Total do Património Líquido e Passivo	63.654.790	67.829.508	6,6%

Fonte: SICC

Nos períodos findos, de 2022 e 2023, o património líquido apresenta-se negativo em 25 milhões e 323 mil euros e 23 milhões 898 mil euros, respetivamente, o que evidencia a inexistência de autonomia financeira e as grandes dificuldades de tesouraria. Não obstante as entradas de capital para cobertura de prejuízos transitados, verificados nestes dois anos, a ULSBA continua a não dispor de meios financeiros adequados ao normal desenvolvimento da sua atividade. De facto, mantêm-se o problema crónico de desequilíbrio orçamental que penaliza, anualmente, a situação patrimonial decorrente de um sistemático subfinanciamento traduzido em recorrentes resultados líquidos negativos.

A proporção relativa dos ativos da ULSBA financiados por capitais próprios versus por capitais alheios continua deficitária, explicado pelo efeito negativo dos capitais próprios, evidenciando a enorme vulnerabilidade da ULSBA aos capitais alheios. Na mesma linha, o rácio de autonomia financeira, não obstante apresentar uma melhoria, ainda que pouco expressiva, relativamente ao do ano anterior, continua a evidenciar a incapacidade dos capitais próprios (que são negativos) financiarem a atividade da empresa, que só é possível com recurso a dívida dos fornecedores e outros credores, que representam um papel muito importante no financiamento da atividade da ULSBA. A tendência negativa dos rácios de autonomia financeira e de solvabilidade mostram a potencial falta de capacidade da ULSBA para honrar os compromissos de médio e longo prazo com meios próprios.

Quadro 4.14: Indicadores de Endividamento

Indicadores de Endividamento	2022	2023
Autonomia financeira	-0,40	-0,35
Solvabilidade	-0,29	-0,26

Fonte: SICCC

Os rácios de liquidez, continuam a manter-se em níveis significativamente baixos, originando constrangimentos de tesouraria sentidos há vários anos, que decorrem do subfinanciamento resultante do desajustamento do modelo de financiamento definido para as ULS's, mas também das características sociodemográficas da área de influência da ULSBA e das necessidades em saúde da população.

Quadro 4.15: Indicadores de Liquidez

Indicadores de Liquidez	2022	2023
Liquidez Geral	0,420	0,429
Liquidez Reduzida	0,367	0,375
Liquidez Imediata	0,010	0,035

Fonte: SICCC

O prazo médio de cobrança no final de 2023 é de 100 dias, tendo-se registado uma diminuição de 14 dias face a 2022. Quanto ao prazo médio de pagamento reduziu 37 dias face ao ano transato, tendo ficado nos 122 dias. Esta redução só foi possível, conforme já explicado, devido ao aumento do valor da capitação em 2023, bem como as verbas extraordinárias recebidas, no montante total de 4 milhões 877 mil euros, para regularização passivos e de pagamentos em atraso.

Quadro 4.16: Indicadores de Eficiência

Indicadores de Eficiência	2022	2023
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	114	100
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	159	122

Fonte: SICCC

5. INVESTIMENTOS

O Plano de Atividades e Orçamento para 2023 previa um conjunto de investimentos com cofinanciamento comunitário, conforme quadro seguinte, sendo que as operações, com cofinanciamento FEDER, e relativas ao programa de financiamento Portugal 2020 tiveram conclusão da execução física e financeira até final de 2023.

Simultaneamente, vários investimentos no âmbito do PRR, apresentaram execução em 2023, em concreto as submedidas i1.04 – *Alargar as Consultas do Pé Diabético nos ACES*, a i1.05 – *Disponibilizar capacidade de diagnóstico precoce e tratamento da Asma, DPOC e Tabagismo (espirómetros) nos centros de saúde*; i1.06 – *Disponibilizar de capacidade de dosear a PCR em todos os centros de saúde*; i1.07 – *Construir novas unidades/polos de saúde, com necessidades de energia primária pelo menos inferiores em 20% ao padrão NZEB, para substituir edifícios desadequados*; i1.15 – *Criar Gabinetes de Medicina Dentária nos centros de saúde* e i3.04 – *Criar equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência (viaturas elétricas)*.

O investimento referente à aquisição de viaturas para cuidados de proximidade está em fase de entrega de cinco unidades, estando em preparação o procedimento para a aquisição das restantes cinco, bem como das duas unidades móveis.

Outros investimentos, quer porque não foram publicados os respetivos avisos de abertura de concursos de cofinanciamento comunitário, quer porque a aprovação das candidaturas e subsequente autorização para a realização da despesa não ocorreram até à data ou, ainda, porque os procedimentos concursais ficaram desertos obrigando a reprogramação financeira e temporal, não tiveram qualquer execução física nem financeira em 2023, tendo transitado para 2024 e 2025.

A operação de aquisição de equipamentos hospitalares diversos apresenta o investimento com maior volume financeiro, 3 727 694,10 €, e compreende várias componentes, da qual se destaca a aquisição e instalação de um equipamento de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) com cerca de um milhão e meio de investimento. Estes investimentos concluídos em 2023, representam uma melhoria significativa na qualidade dos cuidados e da oferta de serviços. A realização dos primeiros exames de RMN está prevista para o primeiro trimestre de 2024.

O projeto de Modernização e Capacitação da ULSBA (“Saúde + Próxima”) candidatado ao SAMA2020 também teve conclusão em 2023, representando uma modernização das infraestruturas de rede e de soluções inovadoras que visam aproximar e facilitar o contacto e o serviço prestado aos utentes.

A operação relativa à construção do novo Centro de Saúde de Vidigueira, terminou, também 2023, estando prevista a mudança de instalações no primeiro trimestre de 2024

Tal como as restantes operações com financiamento do Programa Portugal 2020, o projeto de Construção de Extensão de Saúde em Rio de Moinhos ficou concluído em 2023.

O projeto de construção do Bloco de Parto que se previa concluído até final de 2023, sofreu atraso na elaboração do projeto de execução o que implica a sua continuidade para 2024.

Relativamente aos projetos inseridos no âmbito do Investimento RE-C01-i01 - Cuidados de Saúde Primários com mais respostas, enquadrado na Componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que visa dar suporte à reforma dos cuidados de saúde primários, existem várias situações na ULSBA como já referido anteriormente, nomeadamente, investimentos que se encontram a aguardar

a abertura dos avisos, a aguardar aprovação da candidatura, em preparação de procedimento de aquisição e situações de procedimentos desertos a serem reabertos.

No Plano de Atividades e Orçamento para 2023 estava previsto um conjunto de investimentos com cofinanciamento, indicados no quadro abaixo, sendo que as operações: Saúde + Próxima, Construção de Centro de Saúde em Vidigueira, Construção de Extensão de Saúde em Rio de Moinhos e Remodelação e Ampliação da UCIP, tiveram execução física e financeira.

Também as submedidas i1.04 – *Alargar as Consultas do Pé Diabético nos ACES*, a i1.05 – *Disponibilizar capacidade de diagnóstico precoce e tratamento da Asma, DPOC e Tabagismo (espirómetros) nos centros de saúde* e i1.06 – *Disponibilizar de capacidade de dosear a PCR em todos os centros de saúde*, no âmbito do PRR iniciaram a execução 2022.

Os restantes investimentos, quer porque não foram publicados os respetivos avisos de abertura de concursos de cofinanciamento comunitário, quer porque a aprovação das candidaturas e subsequente autorização para a realização da despesa não se deu em tempo útil para se poder dar início ao projeto ou, ainda, porque os procedimentos concursais ficaram desertos obrigando a reprogramação financeira e temporal, não tiveram qualquer execução física nem financeira em 2022, tendo transitado para 2023 e anos seguintes.

Quadro 5.1: Execução Física e Financeira dos Investimentos Candidatados previstos no PAO em 2023
Um: €

Investimento / Projeto	Total Previsto do Investimento	PAO 2023 (previsto)	Executado 2023	Executado acumulado	Execução	Estado
Aquisição e Instalação de Equipamento de RMN	1 500 000	1 500 000	1 499 625	1 499 625	100%	Concluído
Saúde + Próxima – beneficiação das TIC	1 083 461	291 870	439 434	1 083 461	100%	Concluído
Construção de Centro de Saúde em Vidigueira	2 180 001	237 754	603 328	2 180 001	100%	Concluído
Construção do Centro de Saúde de Ourique	3 075 000	2 020 615	390 524	390 524	13%	Execução
Construção de Extensão de Saúde em Rio de Moinhos	346 130	86 249	123 084	340 700	98%	Concluído
Construção Bloco de Partos	1 414 597	1 414 597	20 596	20 596	1%	Execução
Aquisição de Equipamentos Hospitalares Diversos	2 220 994	1 026 872	711 514	2 220 994	100%	Concluído
Dotar o ACES de equipamentos que disponibilizem serviços de MCDT	1 086 833	1 086 833	0	0	0%	Execução
Requalificação de edifícios do ACES	141 650	73 800	0	0	0%	Execução e Preparação
Dotar o ACES de viaturas e unidades móveis para cuidados de proximidade	541 200	307 500	0	0	0%	Execução e Preparação
Dotar o ACES de equipamentos no âmbito dos rastreios e do diagnóstico precoce	343 031	251 120	44 865	65 455	19%	Execução
Gabinetes de Consultas do Pé Diabético, de Saúde Oral, e de Movimento e Reabilitação	411 054	394 117	29 696	29 696	7%	Execução
Dotar o ACES de equipamentos para resposta qualificada em situações de emergência	113 652	113 652	0	0	0%	Preparação
Viaturas para as equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência	73 800	73 800	73 431	73 431	100%	Concluído
Alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados em lugares de ECCI	369 000	369 000	0	0	0%	Preparação
Criação das Equipas de Saúde Mental Comunitárias	265 559	265 559	0	0	0%	Preparação
Total em euros	15 165 961	9 513 338	3 936 097	7 904 484	52%	

Descrição individualizada dos processos de investimento no âmbito do PRR:

A. Construção de Centro de Saúde em Ourique:

- meta i1.07 – Construir novas unidades/polos de saúde, com necessidade de energia primária pelo menos inferior em 20% ao padrão NZEB, para substituir edifícios desadequados – representa o segundo maior volume de investimento com 3 075 000,00 €.

A empreitada encontra-se em execução e está prevista durar até ao final de 2024.

B. Requalificação de Edifícios do ACES:

- meta i1.08 – Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais – o processo de requalificação da Extensão de Saúde de Panóias aguarda a aprovação da candidatura submetida ao abrigo do Aviso Convite Nº 14/C01-i01/2023, 2.ª Fase.

Os investimentos referentes às pinturas dos centros de saúde de Castro Verde, Cuba e Moura apresentam estados diferentes.

O procedimento relativo a Cuba, ficou deserto estando a ser preparado no lançamento.

Os processos relativos aos Centros de Saúde de Castro Verde e de Moura foram alvo de pedido de reprogramação, uma vez que estes centros de saúde se encontram em processo de candidatura a requalificação conforme Avisos Convite Nº 16/C01-i01/2023 e Nº 17/C01-i01/2023, pelo que não se justifica a execução das pinturas em apreço, nestas unidades, sendo o investimento direcionado para outras unidades da ULSBA, mantendo-se o âmbito.

C. Dotar o ACES de Equipamentos que disponibilizem serviços de MCDT:

- meta i1.09 – Modernizar equipamentos, também se encontra em processo de reprogramação por se verificar uma alteração das necessidades e prioridades de aquisição de equipamentos;
- Criar centros de diagnóstico integrado (MCDT de baixa complexidade, pelo menos RX e Análises Clínicas) nos ACES - não foi publicado o aviso convite para a candidatura pelo que o processo ainda não teve início, embora se tenha à definição das ET para as peças contratuais.

D. Dotar o ACES de Viaturas e de Unidades Móveis para cuidados de proximidade:

- meta i1.10 – Disponibilizar viaturas elétricas para apoio à prestação de cuidados no domicílio nos Centros de Saúde – processo de aquisição de cinco viaturas através de compra centralizada pelos SPMS, encontrando-se adjudicado e aguardando-se a entrega durante 2024. As restantes cinco unidades serão adquiridas por processo autónomo a realizar em 2024
- meta i1.11 – Alargar o número de novas Unidades Móveis para cobertura das regiões do interior e/ou de baixa densidade – este projeto de investimento está programado para execução em 2024.

E. Dotar o ACES de Equipamentos no âmbito dos rastreios e do diagnóstico precoce:

- meta i1.03 – Disponibilizar exames Holter e MAPA em todas as unidades de saúde familiar e unidades de cuidados de saúde personalizados dos ACES – este investimento tem execução prevista para 2024.
- submedida i1.05 – Disponibilizar capacidade de diagnóstico precoce e tratamento da Asma, DPOC e Tabagismo (espirómetros) nos centros de saúde – o investimento teve execução física em 2022, mas o fornecedor apenas conseguiu fornecer em 2023, pelo que a execução financeira e física transitou para 2023;
- submedida i1.06 – Disponibilizar de capacidade de dosear a PCR em todos os centros de saúde

– este procedimento teve execução física e faturação em 2022 e 2023.

- F. Dotar o ACES de mais gabinetes de Consultas do Pé Diabético, de Saúde Oral e de Movimento e Reabilitação:
- submedida i1.04 – Alargar as Consultas do Pé Diabético nos ACES – teve início da execução física em 2022, sendo concluída a execução física e financeira em 2023;
 - submedida i1.15 – Criar Gabinetes de Medicina Dentária nos centros de saúde -. o processo transitou para 2023, tendo tido execução física e financeira neste ano, não estando ainda concluído;
 - Criar respostas de reabilitação nos centros de saúde (espaços físicos adequados e equipas de reabilitação, multiprofissionais e interdisciplinares) – não foi publicado o aviso convite para a candidatura pelo que o processo ainda não teve início, embora se esteja a proceder à realização dos projetos que visam as obras de requalificação/adaptação dos espaços, bem como ao levantamento da lista de equipamentos a adquirir.
- G. Dotar o ACES de Equipamentos de Emergência:
- submedida i1.18 – Dotar os centros de saúde com equipamentos (saco de emergência, desfibrilhador e monitor de sinais vitais) para resposta qualificada em emergência (suporte básico de vida) – este investimento tem execução prevista para 2024.
- H. Viaturas para as equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência
- meta i3.04 – Criar equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência – este investimento teve execução física e financeira em 2023 com a aquisição de duas viaturas.
- I. Alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados em lugares de ECCI
- meta i2.03 - Alargar a RNCCI em lugares em Equipas de Cuidados Continuados Integrados Domiciliários (ECCI) – este investimento apenas teve o contrato assinado em 2024, pelo que a execução do mesmo transita para 2024

Quanto aos investimentos realizados em 2023 com fundos próprios da ULSBA, ou seja, que não se enquadram em nenhum dos projetos acima referidos e que representam ativos/imobilizado, de modo a dar resposta às necessidades imediatas e imprescindíveis, o montante global foi de 741.930,89 €.

As variações nos Ativos fixos tangíveis estão detalhadas no ponto 5.15 do Anexo às demonstrações financeiras.

6. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

Em 21 de fevereiro de 2012, foi aprovada a Lei n.º 8/2012 – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), cujo princípio fundamental reside no facto de a execução orçamental não poder conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

O ano de 2022 iniciou com fundos disponíveis negativos de 26.897.678,72€ e terminou com 25.020.915,40€ fundos disponíveis negativos.

7. AUDITORIA INTERNA

A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo EPE (ULSBA) ao abrigo do art.º 19º do Anexo III do Decreto-Lei 18/2017, de 10 de fevereiro, alterado pelo art.º 86º do Decreto-Lei nº 52/2022, de 4 de agosto, deve constituir um Serviço de Auditoria Interna, a quem compete a avaliação dos processos de controlo interno de gestão de riscos, nos domínios contabilísticos, financeiro, operacional, informático e de recursos humanos, contribuindo para o seu aperfeiçoamento contínuo.

Assim, de acordo com os estatutos da ULSBA, o Conselho de Administração, após ter aberto concurso público para recrutamento de um auditor Interno, nomeou o atual Auditor Interno, conforme Aviso nº 17178/2020, publicado no Diário da República, 2ª série, de 27 de outubro de 2020 e cuja deliberação teve efeitos a 21 de setembro de 2020.

O Serviço de Auditoria Interna da ULSBA, é constituído pelo auditor Interno, exercendo as funções em regime de exclusividade, e competindo-lhe em especial:

- a) Fornecer ao conselho de administração análises e recomendações sobre as atividades revistas para melhoria do funcionamento dos serviços;
- b) Receber as comunicações de irregularidades sobre a organização e funcionamento da ULSBA, apresentadas pelos demais órgãos estatutários, trabalhadores, colaboradores, utentes e cidadãos em geral;
- c) Elaborar o plano anual de auditoria interna;
- d) Elaborar anualmente um relatório sobre a atividade desenvolvida, em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e as medidas corretivas a adotar;
- e) Elaborar o plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e os respetivos relatórios anuais de execução.

O serviço de auditoria interna, durante o ano de 2023, procedeu à análise e diagnóstico do sistema de controlo interno da instituição, executando em concreto as seguintes atividades:

- Envio de pedidos aos diversos serviços da ULSBA, bem como *Check Lists*, para verificação da conformidade legal e outros pontos do controlo interno;
- Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para o ano de 2024;
- Reunião com os serviços da ULSBA, para definição e identificação dos riscos de Corrupção e Infrações Conexas, elaboração das matrizes de risco e medidas de mitigação desses mesmos riscos;
- Execução de duas Auditorias Internas à aplicação dos Acordos Coletivos de Trabalho para as carreiras gerais e especiais – enfermagem;
- Elaborado do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para o triénio 2024-2026;
- Elaboração do Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para o ano de 2022;
- Monitorização da aplicação das medidas de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2023;
- Elaboração do Relatório anual de atividades de auditoria para o ano de 2022;
- Elaboração de quatro relatórios trimestrais de execução financeira da ULSBA;
- Acompanhamento das contagens físicas dos bens inventariáveis da ULSBA e elaboração do relatório de conformidade dos inventários;

- Receção de duas comunicações de irregularidades e elaboração dos respetivos relatórios de acordo com o Regulamento Interno de comunicação de Irregularidades para deliberação do Conselho de Administração;
- Acompanhamento e elaboração do contraditório da inspeção da IGAS ao Serviço de Auditoria Interna da ULSBA no âmbito da inspeção de todos os Serviços de Auditoria do SNS;
- Elaboração da parte respeitante ao serviço de auditoria interna do R&C 2023 e RGS 2023;
- Reuniões com diversos serviços no âmbito da verificação do controlo interno ou a pedido destes para verificação da conformidade legal;
- Resposta a pedidos solicitados internamente ao SAI;
- Envio, via Conselho de Administração, dos documentos estatutários às entidades externas;
- Arquivo e constituição do arquivo permanente do SAI.

O serviço de auditoria interna prevê no ano de 2024 executar o Plano de Auditoria Interna de 2024, executando as auditorias aí previstas e dar continuidade às obrigações plasmadas nos Estatutos da ULSBA respeitantes ao Serviço de Auditoria Interna, conforme art.º 86º e seguintes dos Anexos do Decreto-Lei nº 52/2022, de 4 de agosto.

8. ÁREAS DE SUPORTE

8.1. QUALIDADE E SEGURANÇA DO DOENTE E DOS TRABALHADORES

8.1.1. GRUPO COORDENADOR LOCAL DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE INFEÇÕES E DE RESISTÊNCIA A ANTIMICROBIANOS

Para o ano de 2023, o GCLPPCIRA desenhou um plano de ação em que foram definidas estratégias, atendendo às seguintes áreas de intervenção:

- **Retomar a atividade pós pandemia Covid-19;**
- **Estratégia Multimodal de Promoção das Precauções Básica de Controlo de Infeção (PBCI);**
- **Papa (Programa de apoio à prescrição de antibióticos);**
- **Projeto Stop IH 2.0;**
- **Vigilância epidemiológica (VE);**
- **Elaboração, revisão e implementação de normas e recomendações de boas práticas.**

No âmbito de retomar a atividade pós-pandemia Covid – 19, as atividades desenvolvidas foram no sentido de reabilitar todas as intervenções desta unidade ao nível das várias áreas consideradas como nucleares no controlo de infeção.

Estas atividades desenvolveram-se de acordo com as solicitações que foram feitas à ULPPCIRA e também por aquelas que puderam ser atempada e previamente planeadas pelas várias áreas de intervenção na ULSBA, e todas elas continuaram a constituir grande foco nas intervenções desta unidade.

A ULPPCIRA continuou a estabelecer algumas atividades com o objetivo de apoiar e informar/formar todos os profissionais de saúde sobre princípios de controlo de infeção de maneira a otimizar o desempenho dos vários intervenientes na área do controlo de infeção

No âmbito da estratégia Multimodal de (PBCI), a ULPPCIRA retomou, em 2023, a recomendação de que todas as unidades de saúde devem realizar uma auditoria interna anual à qualidade dos processos e das estruturas das prestações básicas em controlo de infeção.

Esta unidade local continuou a desenvolver a sua atividade na implementação de todos os itens constantes da norma 029 da DGS de 2012 com atualização em 2013, através da produção de documentos, afixação de lembretes, cartazes e acompanhamento direto nos serviços e unidades integrantes da ULSBA, EPE.

Quanto ao Programa de Apoio à Prescrição de Antibióticos (PAPA), as atividades desenvolvidas foram: a atualização de documento com orientações para prescrição e doseamento de gentamicina e vancomicina; a elaboração e divulgação de orientações de antibioterapia empírica de acordo com perfil genético de resistências detetados por PCR (Multiplex); a realização de uma sessão formativa clínica hospitalar "Apresentação do Antibiógrama da ULSBA e Inovações no Diagnóstico e Terapêutica Infeciosa"; a elaboração de protocolos de terapêutica empírica hospitalar para as infeções mais prevalentes, com base na carta epidemiológica; a análise trimestral do relatório de consumo de Antibióticos (relatório dipe - dashboard hospitalar PPCIRA/DGS e INFARMED) e a análise de tendência

de consumos de cefalosporinas 3ª geração e carbapenemes.

O STOP IH 2.0 é um projeto do Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e das Resistências aos Antimicrobianos, da Direção-Geral da Saúde (PPCIRA/ DGS), em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e com o apoio técnico-científico do Institute for Healthcare Improvement (IHI). Tem como objetivo reduzir a incidência de cinco tipos de infeção hospitalar em 50%, no prazo de 3 anos. A nível de operacionalização do projeto, foram constituídas as diversas equipas e realizaram-se reuniões com as respetivas equipas.

Relativamente à Vigilância Epidemiológica, a atividade da UL-PPCIRA centrou-se na monitorização em 12 serviços de internamento do HJJF (Cardiologia e UCIC, Cirurgia, Ortopedia, Medicina I e Medicina II, UCIP, Urologia/Ginecologia, Pediatria, Neonatologia e Psiquiatria), no Serviço de urgência e nas Consultas Externas, dos microrganismos isolados em colheitas realizadas nos diversos produtos. Continuaram a ser produzidas recomendações no âmbito das boas práticas de prevenção e controlo de infeção de acordo com os microrganismos e vias de transmissão identificadas, com vista à diminuição da ocorrência de transmissão cruzada de Infeção. Continuaram a ser monitorizados os dias de exposição a dispositivos invasivos, nomeadamente, cateter venoso central, cateter venoso periférico, cateter vesical e entubação endotraqueal.

Foi reforçada a divulgação e implementação de recomendações de Boas Práticas já elaboradas pelo UL-PPCIRA.

Foram realizadas ações de formação com diversos grupos profissionais e várias reuniões com os serviços.

8.1.2. SERVIÇO DE GESTÃO INTEGRADA QUALIDADE SEGURANÇA E AMBIENTE

O Serviço de Gestão Integrada Qualidade Segurança e Ambiente (SGIQSA) desenvolve a sua atividade nas áreas da Qualidade, Ambiente e Segurança na Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE.

No decorrer do ano de 2023 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1) Área da Qualidade

a. Gestão documental

- i. Desenvolvimento de documentação de apoio à prática clínica e organizacional, necessária para uniformizar procedimentos e metodologias de trabalho em várias áreas chave;

b. Reconhecimento externo da Qualidade

- i. Acompanhamento da manutenção dos Sistemas de Gestão da Qualidade implementados nos serviços de Imuno-hemoterapia e Serviços Farmacêuticos, de acordo com a norma ISO 9001:2015.
- ii. Acompanhamento do projeto para a Acreditação da Unidade de Saúde Familiar Alfa Beja de acordo com o referencial Modelo de Acreditação Nacional e Oficial (ACSA) da Direção Geral de Saúde.
- iii. Realização de atividades no âmbito da Autorização para a recolha de sangue e tecidos do cordão umbilical pela DGS.

c. Monitorização da satisfação dos utentes

- i. Organização na aplicação de questionários de satisfação em 11 unidades funcionais dos cuidados de saúde primários.

d. Atividades no âmbito da Segurança do doente, área de Enfermagem

- i. Auditorias à Norma nº 001/2017 DGS de 08/02/2017 – PR.346.1 da ULSBA.
- ii. Auditorias Orientação n.º 18/2011 DGS de 23/05/2011 e PR. 16.0 da ULSBA
- iii. Elaboração de mapas de risco clínico e ambiental dos serviços e / Unidades Funcionais (UF), com respetivo plano de ação associado que contemple as sugestões de melhoria
- iv. Notificação de quedas dos doentes internados nos serviços do hospital dando cumprimento à Norma 008 “Prevenção e Intervenção na queda do adulto em Cuidados Hospitalares da DGS (2019) e Norma ULSBA NR. 76.2 – prevenção, registo E sinalização de quedas (atualizada e aprovada em 2023)
- v. Elaboração de relatório semestral com as respetivas sugestões de melhoria acerca da notificação das quedas
- vi. Implementação do projeto prevenção de quedas no domicílio nos Centros de saúde De Mértola e Ourique

2) Área Segurança no Trabalho

- a. Avaliação de Riscos Profissionais
 - i. Realização de visitas aos Centros de Saúde de Castro Verde e Ourique e à Unidade de Saúde Familiar. Destas avaliações resultaram pedidos de intervenções nos Centros de Saúde e Unidade de Saúde Familiar;
 - ii. Realização de visitas às Instalações do Hospital José Joaquim Fernandes: Serviço do Jurídico e Contencioso, Serviços Farmacêuticos e Serviço de Esterilização.
 - iii. Atualização das avaliações de riscos dos profissionais do Hospital José Joaquim Fernandes e dos Centros de Saúde.
- b. Realização de Manual de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho para Grávidas, Puérperas e Lactantes e Manual de Segurança e Higiene no Trabalho.
- c. Auditoria e levantamento dos meios de combate a incêndio.
- d. Análise de acidentes e incidentes de toda a ULSBA.
- e. Organização dos elementos necessários às notificações obrigatórias.

3) Área Ambiente

- a. Atividades na gestão de Resíduos
 - i. Acompanhamento da produção dos resíduos perigosos no HJF;
 - ii. Auditorias aos Serviços produtores de resíduos no HJF;
 - iii. Reencaminhamento dos resíduos não perigosos para os operadores licenciados;
 - iv. Elaboração de documentação associada à triagem e separação dos resíduos;
 - v. Disponibilização de informação detalhada sobre a produção dos resíduos perigosos em cada Serviço hospitalar e trabalhado com os mesmos de modo

a reduzir a produção e melhorar a separação de resíduos perigosos e não perigosos.

b. Atividades no Controlo de Legionella das Instalações da ULSBA

- i. Acompanhamento das análises e medidas corretivas para o controlo de Legionella nas instalações da ULSBA.

8.2. SERVIÇO DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O plano de atividades do SSTI - Serviço de Sistemas e Tecnologias da Informação para o ano de 2023, está alicerçado numa estratégia de transformação digital na saúde, é uma estratégia de mudança organizacional orientada pelo ritmo da transformação imposta pela evolução das tecnológicas de informação e comunicação.

A evolução tecnológica que se tem vindo a assistir, de forma mais evidente na última década, impacta em todos nós com alterações na forma de pensar, agir e interagir com a sociedade.

Adquirem-se novas formas de trabalho, maior disseminação do conhecimento, a informação esta disponível como nunca tinha estado, impõem-se novos níveis de eficiência e de exigência por todos os cidadãos.

A Transformação Digital na saúde é, portanto, uma jornada de mudança organizacional que abrange desde os modelos de negócios tradicionais em saúde à forma dos profissionais interagirem com seus doentes. É uma mudança necessária tanto de processos e estratégias, quanto de cultura organizacional e *mindset*.

Neste contexto, o ano de 2023 caracterizou-se pela concretização de projetos distribuídos por 2 vetores estratégicos: modernização e simplificação de processos administrativos; e modernização dos ecossistemas de infraestrutura tecnológica.

1. Modernização e simplificação de processos administrativos

Os projetos de Modernização e simplificação de processos administrativos incluem-se na concretização da operação POCI-02-0550-FEDER-043954 - “Saúde+Próxima”, cofinanciada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que teve início no ano de 2021 e se prolongou até ao final do ano de 2023 devido, sobretudo, à complexidade técnica e à transversalidade organizacional. Estes projetos objetivaram dar resposta à necessidade de aproximação dos cidadãos do Baixo Alentejo às unidades de cuidados de saúde, e colmatar o défice de padronização e otimização dos processos internos da ULSBA, através de mudanças tecnológicas que disponibilizaram soluções disruptivas, capazes de quebrar as barreiras geográficas verificadas nesta região nacional.

• App MyULSBA

Direcionada para uma maior aproximação do Utente à ULSBA, esta solução pretende desempenhar um papel preponderante como ferramenta comunicacional, agregando toda a informação de saúde e disponibilizando um vasto conjunto de serviços e informações úteis para o Utente, acessíveis em qualquer lugar.

• Canais de comunicação VoiceBot

Numa época marcada pela transformação digital, recursos limitados e uma exigência cada vez

maior por parte do cidadão e das entidades centrais, é essencial a adoção de sistemas de comunicação inovadores e disruptivos que visem ultrapassar os constrangimentos associados ao atendimento telefónico da ULSBA.

O VoiceBot é um mecanismo de pré-atendimento com inteligência artificial de reconhecimento de voz e processamento de linguagem natural, a aplicar ao Contact Center, que vem colmatar, essencialmente, os constrangimentos verificados ao nível do contacto com o Utente e as ineficiências criadas em resultado da falta de capacidade de resposta a pedidos de informação.

- **Implementação de mecanismos de E-signing**

Esta solução foca-se na desmaterialização do processo de assinatura legal de documentos que, em Unidades Locais de Saúde, representam um peso considerável nas despesas. Promove, ainda, a gestão documental centralizada e virtual, com controlo e comunicação automática entre documentos, melhorando a eficiência dos processos clínico-administrativos.

O processo de assinatura inclui todos os dados que permitem comprovar a sua validade legal, sendo que o profissional clínico assina com base no cartão de cidadão e o Utente recorre ao signing-PAD. A partir destes, o Utente pode visualizar o documento e assiná-lo com uma caneta digital. O documento legalmente assinado pelos vários intervenientes é posteriormente arquivado no devido sistema, eliminando a necessidade de arquivação física.

- **Portal Colaborativo**

Direcionada para uma maior aproximação do Utente à ULSBA, esta solução pretende desempenhar um papel preponderante como ferramenta comunicacional, agregando toda a informação de saúde e disponibilizando um vasto conjunto de serviços e informações úteis para o Utente, acessíveis em qualquer lugar.

2. Modernização dos ecossistemas de infraestrutura tecnológica

A ULSBA adotou a transformação digital para preparar os seus processos de negócio para responder às exigências do futuro, o que implica também optar por estratégias de rentabilização de recursos tecnológicos através soluções que proporcionam escalabilidade, segurança, flexibilidade e eficiência operacional.

A incorporação dos serviços “Cloud” nesta estratégia procura dimensionar os recursos tecnológicos de acordo com as necessidades crescentes ou decrescentes conforme as necessidades. Esta flexibilidade é essencial para lidar com flutuações sazonais, picos inesperados de carga de trabalho ou mudanças nas condições das prestações de cuidados de saúde.

Além disso, a segurança torna-se uma prioridade fundamental na era digital. Ao migrar para a “Cloud”, a ULSBA pode aproveitar as práticas de segurança avançadas implementadas pelos fornecedores de serviços. Esses especialistas em cibersegurança investem significativamente em medidas proactivas, como criptografia robusta, monitoramento contínuo e protocolos de autenticação, para proteger os dados sensíveis dos clientes e as operações do negócio.

Neste vetor estratégico os projetos de destaque foram:

- **Modernização tecnológica do Sistema de Gestão de Doentes Hospitalar**

O sistema SONHO v1, desenvolvido na década de 90, e instalado no Hospital José Joaquim

Fernandes desde 2001, foi substituído pelo SONHO v2, tecnologicamente e funcionalmente mais adequado às necessidades atuais.

A instalação do SONHO v2 objetivou responder aos problemas técnicos sentidos pela ULSBA, resultantes da obsolescência tecnológica da aplicação SONHO v1.

O sistema SONHO v2 foi instalado na “Cloud” privada da SPMS resolvendo constrangimentos pendentes relacionados com a necessidade de renovação da infraestrutura e evolução tecnológica, necessidade de implementação de mecanismos de interoperabilidade modernos (service oriented), assim como funcionalidades de apoio à gestão.

- **Modernização tecnológica do Sistema de Gestão de Doentes Cuidados de Saúde Primários**

O sistema de gestão de doentes dos cuidados de saúde primários SINUS foi instalado em cada um dos 13 centros de Saúde, atualmente abrangidos pela ULSBA, no ano de 2006. Estes sistemas para além da obsolescência tecnológica apresentavam também constrangimentos sérios relacionados com a integração e partilha de informação entre as múltiplas entidades que constituem a ULSBA.

A modernização deste sistema consistiu na consolidação dos 13 Servidores locais SINUS e SClínicos (sistema de suporte à atividade clínica) da ULSBA, para passar a utilizar apenas um SClínico CSP Consolidado, instalado na Cloud Privada da SPMS, que reúne as funcionalidades administrativas e clínicas. Esta integração permitiu a desativação de 26 servidores instalados localmente nos 13 Centros de Saúde e respetiva desativação de 13 Salas de Sistemas, com toda a infraestrutura associada: servidores, sistemas de refrigeração, UPS (Baterias).

Esta consolidação veio, ainda, permitir o acesso à informação clínica variada do utente, a utilização e partilha dos dados com profissionais de saúde de diversas áreas e a sistematização dos mesmos, assim como homogeneizar as práticas e a informação recolhida a nível nacional, tornando a atuação dos profissionais de saúde mais eficaz e eficiente, fazendo com que desempenhem melhor o seu papel na equipa multidisciplinar, possibilitando, desta forma, um melhor apoio, assistência e acompanhamento ao utente.

- **Migração de Servidores para a Cloud**

Adicionalmente à concretização da migração para a Cloud dos servidores que suportam os Sistemas de Gestão de Doentes: SONHO e SINUS; e dos Sistemas de Suporte à Atividade Clínica: SClínico Hospitalar e SClínico Cuidados Primários; também foram migrados os outros servidores que constituem o ecossistema tecnológico da ULSBA.

Este ecossistema está suportado por uma infraestrutura tecnológica assente em 2 Enclosure's de 16 Blades cada (infraestrutura física que acomoda unidades compactas de processamento) que por sua vez suporta 128 servidores virtuais.

A execução do processo de migração dos servidores locais para a “Cloud” foi concretizada em 10%, prevendo-se atingir os 50% durante o ano de 2024.

A estratégia para a Transformação Digital adotada pela ULSBA está alicerçada no alojamento de servidores em ambiente de “Cloud” para obter vantagens significativas, como escalabilidade instantânea para lidar com necessidades variáveis, segurança aprimorada por meio de medidas avançadas, redução de custos ao evitar investimentos em renovação de infraestrutura física, implementação rápida de recursos e atualizações automáticas de

software. Essas características proporcionam eficiência operacional, agilidade e a capacidade de se adaptar rapidamente às mudanças da organização, tornando o alojamento em nuvem uma escolha estratégica para organizações modernas em busca de inovação e otimização de recursos.

9. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Este capítulo foi elaborado com base no ofício da Direção Geral do Tesouro e Finanças, com a referência SAI_DGTF/2024/271-06/02/2024, que divulga as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023, para as Entidades Públicas Empresariais.

9.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

1. Objetivos definidos pelo acionista para 2023 e explicitação do grau de execução dos mesmos e medidas de correção aplicadas ou a aplicar

O processo de contratualização implementado no Serviço Nacional de Saúde encontra-se vertido num Contrato-Programa trienal, atualizado anualmente por um Acordo Modificativo que estabelece o relacionamento entre os acionistas, financiadores/compradores e prestadores de cuidados de saúde e define as orientações e objetivos de gestão em termos de produção contratada e respetiva remuneração, bem como os incentivos institucionais atribuídos em função do cumprimento de objetivos de Acesso, Qualidade Assistencial e Eficiência Económico-Financeira.

O processo de contratualização iniciou-se no segundo semestre de 2022 e foi concluído em dezembro desse mesmo ano. Em agosto de 2023 foi assinada uma adenda e nesse mesmo mês foi feita uma nova proposta de alteração que foi aceite e aprovada pela ARSA, mas que não obteve resposta por parte da DE-SNS.

Neste capítulo apresentam-se os níveis de cumprimento face às metas e valores estabelecidos na Adenda.

À data da elaboração do presente relatório, o processo de faturação da produção contratada no âmbito do Contrato Programa de 2023 não foi concluído. Assim, não é possível identificar-se as quantidades globais do Contrato-Programa efetivamente aceites e faturadas, pelo que se indicam estimativas com base nos registos do SONHO que cumprem as condições e procedimentos de pagamento das prestações de saúde ao abrigo do Contrato-Programa 2023, previstas na Circular Normativa n.º 15/2022/DPS/ACSS, datada de 27/9/2022.

Em termos de produção de episódios agrupados em GDH, não é possível, a esta data, fazer-se uma caracterização rigorosa uma vez que o processo de codificação, à semelhança da maioria das instituições ainda se encontra com algum atraso (83,6% de processos codificados), situação agravada pelas desconformidades geradas pela implementação do SONHOv2, com a passagem diária de inúmeros episódios para a condição de “Alterado SI”.

Qualquer alteração que se opere no SONHO, por mais simples que seja, como é exemplo uma alteração de morada ou de contacto telefónico, provoca que, em todos os módulos onde esse utente tenha episódios codificados e até auditados, estes passem à condição de “Alterado SI”, sendo considerados como por codificar. Este constrangimento tem efeitos nos episódios do ano e de anos anteriores.

À data de extração dos dados que suportam a análise deste ponto, estavam na condição de “Alterado SI” 1 125 episódios de 2023 e 610 de 2022, apesar de já se ter corrigido as situações referentes ao ano de 2022 várias vezes.

Não só é inglório para as instituições o facto de diariamente terem muitas dezenas, por vezes centenas

de episódios para tratar, quando já estavam tratados, como os dados que se podem retirar dos sistemas não traduzem, de todo, a realidade. Esta é uma situação que carece de intervenção e resolução por parte dos SPMS, com urgência.

No quadro seguinte, apresenta-se a produção SNS tendo como base os episódios codificados e as estimativas por extrapolação, conforme já justificado anteriormente, sendo que globalmente, os episódios de internamento de utentes do SNS que se estima faturar são 8 009, menos 0,8% (67 episódios) do que os 8 076 episódios contratados no Acordo.

O número de GDH médicos do internamento também fica 0,8% (43 episódios) abaixo do contratualizado.

Quanto ao número de internamentos programados agrupados em GDH cirúrgicos, estimamos faturar um total de 2 665, menos 1,1% (16 episódios) do que os previstos no Plano de Atividades.

Os episódios de internamento com admissão urgente de utentes beneficiários do SNS e agrupados em GDH cirúrgicos que estimamos faturar são 1 232, menos 0,6% (8 episódios) do que a meta estabelecida no Acordo Modificativo.

No global dos internamentos com GDH cirúrgicos a taxa de execução foi de 99,1%. Note-se que em cerca de 29% dos internamentos com admissão urgente ao internamento agrupados em GDH Cirúrgico o utente não foi submetido a intervenção cirúrgica no bloco operatório, sendo exemplo casos de implantação de pacemakers e cardiodesfibriladores, colangiopancreatografias (CPRE), drenagem da cavidade peritoneal. Ou seja, muitos destes casos são dificilmente programáveis, pelo que não “transferíveis” para a linha de internamentos programados cirúrgicos.

Relativamente às cirurgias de ambulatório, estimamos que gerem GDH cirúrgicos de ambulatório um total de 1 874 episódios de beneficiários do SNS, menos 7,7% (156 episódios) do que a meta fixada.

Regista-se, ainda, que existem cirurgias de ambulatório que agruparam num GDH médico, sendo que, destas, apenas uma pequena parte é válida para faturação como GDH médico de ambulatório. Aos restantes não têm uma combinação de GDH e procedimento que se enquadre na Tabela II do Anexo III da Portaria de Preços do SNS e, por isso, não são aceites pela ACSS para faturação. Tratam-se, na sua grande maioria, de injeções intraoculares de fator anti-angiogénese em doentes com retinopatias e degenerescências maculares, mas também de pequenas incisões na pálpebra, de excisões locais de tecido da pele, excisões de bolsas sinoviais, excisões de cistos pilonidais e outros abscessos da pele, polipectomias intranasais, entre outros procedimentos. Do ponto de vista do financiamento, consideramos uma lacuna penalizadora a sua não inclusão na tabela de procedimentos médicos faturáveis como GDH médico de ambulatório de exceção.

Quadro 9.1: Produção SNS –CP 2023

<i>Produção SNS</i>	<i>Realizado 2019</i>	<i>Realizado 2020</i>	<i>Realizado 2021</i>	<i>Realizado/ Estimativa 2022</i>	<i>Realizado/ Estimativa 2023</i>	<i>AM CP 2023</i>	<i>% Cumprimento</i>
Internamento	8 666	7 223	7 802	7 669	8 009	8 076	99%
N.º GDH Médicos	5 650	4 683	5 240	5 152	5 344	5 387	99%
N.º GDH Cirúrgicos (total)	3 016	2 540	2 562	2 517	2 665	2 689	99%
GDH Cirúrgicos Programados	1 423	1 204	1 392	1 376	1 433	1 449	99%
GDH Cirúrgicos - Urgentes	1 593	1 336	1 170	1 141	1 232	1 240	99%
GDH Ambulatório	4 811	3 848	3 966	4 057	4 262	4 482	
GDH Médicos	2 758	2 632	2 664	2 637	2 388	2 452	97%
GDH Cirúrgicos	2 053	1 216	1 302	1 420	1 874	2 030	92%
Consultas Externas							
Nº Total Consultas Médicas	90 218	76 556	80 641	79 019	86 946	87 791	99%
Primeiras Consultas	32 689	25 998	29 346	27 818	31 705	31 997	99%
Com origem nos CSPreferenciadas via CTH	9 692	6 817	6 931	6 296	9 199	8 832	104%
Telemedicina em tempo real	55	684	2 177	1 531	334	361	93%
CRI	-	-	-	2 020	-	0	-
Descentralizadas	220	339	199	35	178	154	116%
Sem majoração de preço	22 722	18 158	20 039	17 936	21 994	22 650	97%
Consultas Subsequentes	57 529	50 558	51 295	51 201	55 241	55 794	99%
Telemedicina em tempo real	40	3 630	1 498	909	655	745	88%
CRI	-	-	-	9 372	-	0	-
Descentralizadas	935	616	1 000	364	1 830	1 780	103%
Sem majoração de preço	56 554	46 312	48 797	40 556	52 756	53 269	99%
Urgência							
Total de Atendimento (sem internamento)	92 495	63 410	73 708	93 575	100 162	103 216	97%
SU Médico-Cirúrgica	51 181	38 685	48 425	58 553	59 559	60 447	99%
SU Básica	41 314	24 725	25 283	35 022	40 603	42 769	95%
Hospital de Dia							
Sessões	6 339	4 315	5 244	6 075	5 558	5 523	101%
Imuno-hemoterapia	335	271	316	247	204	198	103%
Psiquiatria (Adultos e Infância e Adolescência)	1 639	462	1 360	1 491	1 450	1 335	109%
Base	4 365	3 582	3 568	4 337	3 904	3 990	98%

Fonte: SICA e BIMH (março 2024)

No que respeita aos GDH médicos de ambulatório estimamos que sejam faturados 2 388 episódios, menos 2,6% (64 episódios) do que o objetivo contratado.

O nível de produção SNS na área das consultas externas também ficou ligeiramente abaixo do contratualizado, em concreto menos 1% (845 episódios) do esperado pois houve algumas ausências médicas não esperadas. Quanto às primeiras consultas referenciadas pelos cuidados de saúde primários, foram realizadas 9 275, mais 46,8% do que em 2022 e mais 4,5% do que a meta contratada. Estimamos que sejam faturadas cerca de 55 241 consultas subsequentes, mais 8% do que em 2022, mas um ponto percentual abaixo da meta contratada.

Quanto aos atendimentos de urgência sem internamento do utente, estimamos que sejam faturados 100 162 episódios de beneficiários do SNS, situando-se 3% (3 054 episódios) abaixo do contratualizado. Note-se que, nesta linha de produção uma menor produção é um fator positivo.

O número de sessões de hospital de dia de utentes beneficiários do SNS, excluindo as que são agrupadas em GDH médico de ambulatório (administração endovenosa ou intramuscular de quimioterapia), ficou 0,6% (35 episódios) acima da meta contratada.

Quadro 9.2: Proporção do SNS – Programas Verticais CP 2023

<i>Produção SNS</i>	<i>Realizado 2019</i>	<i>Realizado 2020</i>	<i>Realizado 2021</i>	<i>Realizado/ Estimativa 2022</i>	<i>Realizado/ Estimativa 2023</i>	<i>AM CP</i>	<i>% Cumprimento</i>
Programas de Saúde							
VIH/Sida (doentes em TARC equivalentes/ano)	157	199	191	222	172	213	81%
Hepatite C (doentes tratados)	16	19	1	8	2	12	17%
PSCI - Nº Doentes Equivalentes/Ano Doentes Novos (Cuidados 1º ano)	-	-	-	-	14	16	88%
<i>Tipo 1 - PSCI - Débito Normal - 1ºAno</i>	-	-	-	-	4	1	400%
<i>Tipo 2 – 2B - PSCI Adesiva - 1ºAno</i>	-	-	-	-	0	3	0%
<i>Tipo 3 - 3B - PSCI de suspensão preditiva com CGM 1ºAno</i>	-	-	-	-	10	12	83%
PSCI - Nº Doentes Equivalentes/Ano Doentes em Seguimento (Cuidados 2º ano e seguintes)	-	-	-	-	17	21	81%
<i>Tipo 1 - PSCI - Débito Normal - (2ºAno e seguintes)</i>	-	-	-	-	13	19	68%
<i>Tipo 2 – 2B - PSCI Adesiva - (2ºAno e seguintes)</i>	-	-	-	-	3	2	150%
<i>Tipo 3 - 3B - PSCI de suspensão preditiva com CGM (2ºAno e seguintes)</i>	-	-	-	-	1	0	-
IVG até 10 semanas - Medicamentosa (n.º I.V.G.)	164	160	182	172	180	174	103%

Fonte: SONHO e SIMH (março 2024)

À presente data não é possível indicar uma estimativa rigorosa do número de meses/doentes elegíveis para financiamento no âmbito do Programa TARV. Com os dados disponíveis, estimamos que sejam faturados 173 doentes, o que representa um nível de cumprimento de 99% da meta contratada. Nos doentes a fazer terapêutica para tratamento de Hepatite C, estimamos poder faturar 2 tratamentos, muito abaixo da meta contratada. Relativamente às interrupções de gravidez medicamentosas o grau de cumprimento é de 103%.

Relativamente ao PSCI não existem registos pelo que o cumprimento é nulo.

Tendo em conta que à data de elaboração do presente relatório, ainda não foram disponibilizados os mapas do SICA referentes ao décimo terceiro mês, bem como verificando os constrangimentos relacionados com a codificação, já anteriormente referidos, considerando que não estamos em condições de apresentar uma estimativa adequada das penalizações financeiras a aplicar pelo incumprimento de objetivos de produção.

Uma parte do Contrato-Programa, ou seja, 11 349 479,00 €, está associado ao cumprimento de objetivos de incentivos dependentes do IDG, distribuindo-se em 4 grupos da seguinte forma:

- ✓ **4 539 791,60 €** estão dependentes do resultado do **Índice de Desempenho Global (%) dos Cuidados de Saúde Primários** apurado de acordo com a matriz multidimensional dos ACES. O

acordo modificativo ao Contrato-Programa, para 2023 é omissivo quanto à meta para o IDG dos CSP, pelo que se considera a meta proposta nível do Plano de Desempenho do ACES (PDACES). Assim, com todas estas condicionantes foi efetuada uma estimativa provisória, cujo detalhe está no quadro 9.4, e que aponta para um grau de cumprimento de 98,15%.

- ✓ **3 404 843,70€** estão associados ao cumprimento de um conjunto de objetivos referentes aos **cuidados hospitalares** que são agrupados em 2 eixos: a) Eixo do Acesso, com 6 indicadores relacionados com as listas de espera para cirurgia e consulta, os tempos de atendimento no serviço de urgência e o tempo para referência para a RNCCI, valorizado em 1 882 986,00 €, tendo-se atingido neste eixo um nível de cumprimento de 71,71% e b) Eixo do Desempenho Assistencial, com 6 indicadores e valorizado em 806 994,00 €, estimando-se um nível de cumprimento neste eixo de 98,85%;
- ✓ **1 134 947,90€** estão dependentes do cumprimento de objetivos de **desempenho económico-financeiro** definidos em 4 indicadores, em que num deles não é conhecida a priori a meta, já que esta é o valor registado na instituição com o indicador mais baixo. Estimamos um nível de cumprimento de 91,55%;
- ✓ **2 269 895,80€** estão sujeitos ao cumprimento de objetivos de **integração de cuidados**, avaliados por um conjunto de 10 indicadores que procuram avaliar o grau de internamentos, consultas hospitalares e urgências evitáveis, sendo a estimativa de nível de cumprimento de 91,85%.

A previsão interna, sujeita a algumas limitações no apuramento de vários indicadores, desde logo daqueles que dependem da codificação dos episódios, é de que o **Índice de Desempenho Global do Contrato Programa 2023** seja 90,7%, distribuído pelos vários eixos conforme indicado no quadro abaixo.

Quadro 9.3: Índice de Desempenho Global - ULSBA

IDG - Resumo	Ponderação	Dezembro 2023	
		IDG	Grau de Concretização
Cuidados de Saúde Primários	40,0%	39,3%	98,2%
Cuidados de Saúde Hospitalares	30,0%	23,9%	79,6%
Eixo do Acesso	21,0%	14,9%	71,1%
Eixo Desempenho Assistencial	9,0%	8,9%	99,4%
Desempenho Económico-Financeiro	10,0%	9,2%	91,6%
Resultados em internamentos, consultas e urgências evitáveis	20,0%	18,4%	91,9%
IDG - ULSBA	100,0%	90,7%	

Fonte: SICA, SICC e BIMH (março 2024)

A meta estabelecida para o objetivo relativo ao eixo dos cuidados de saúde primários é de que o Índice de Desempenho Global do ACES do Baixo Alentejo, seja, pelo menos, 64,39% (valor proposto no PDACES). Embora os dados ainda sejam provisórios, atualmente regista-se um IDG de 60,0, que corrigido pelo Índice de Perturbação do Desempenho Assistencial (IPDA) se situa no 63,2, o que resulta num grau de concretização de 98,2%.

Comparativamente com os resultados observados em 2022, o Desempenho Assistencial dos CSP (não corrigido pelo IPDA) registou uma melhoria de 50,9 para 53,7, transversal a todas as subáreas, com o

IDG a ter melhorado ligeiramente de 58,8 para 60,0.

Quadro 9.4: Matriz Multidimensional ACES Baixo Alentejo – ULSBA

Matriz Multidimensional ACES Baixo Alentejo				
Áreas, Subáreas	Estimativa 2023	Resultado 2022	Resultado 2021	Mediana ARSA 2023
Índice de Desempenho Global – IDG (corrigido pelo IPDA)	63,2			
Índice de Desempenho Global - IDG	60,0	58,8	62,0	
A - Desempenho Assistencial (corrigido pelo IPDA)	58,6			
A - Desempenho Assistencial	53,7	50,9	50,0	56,1
S - Acesso	64,4	62,5	68,0	63,3
D - Cobertura ou Utilização	55,7	52,8	52,2	56,7
D - Consulta no Próprio Dia	28,6	15,9	45,0	28,3
D - Distribuição das Consultas Presenciais no Dia	34,1	47,0	62,6	51,1
D - Personalização	39,4	23,3	17,3	32,7
D - Tempos Máximos de Resposta Garantidos	89,3	90,3	91,8	86,7
S - Gestão da Saúde	40,4	38,9	43,2	46,8
D - Saúde da Mulher	40,7	44,4	48,8	47,5
D - Saúde do Adulto	27,3	19,3	16,7	49,9
D - Saúde do Idoso	46,9	53,5	73,9	36,7
D - Saúde Infantil e Juvenil	46,9	38,6	33,3	55,2
S - Gestão da Doença	55,2	53,7	38,1	55,1
D - Diabetes Mellitus	40,9	31,8	23,3	36,9
D - Doenças Aparelho Respiratório	77,9	84,2	81,2	77
D - Doenças Cardiovasculares	39,9	50,9	39,4	53,5
D - Hipertensão Arterial	26,6	26,1	20,7	29,8
D - Multimorbilidade e Outros Tipos de Doenças	95,1	86,3	35,4	90,6
D – Saúde Mental e Gestão de Problemas Sociais e Familiares	51,1	43,2	28,5	50,9
S - Qualificação da Prescrição	55,0	48,5	50,7	60,5
D - Prescrição Farmacoterapêutica	55,1	45,2	46,1	58,2
D - Prescrição MCDT's	54,9	53,9	58,5	57,6
A - Qualidade Organizacional	63,4	70,9	76,9	2,0
S – Melhoria Contínua da Qualidade	80,0	93,6	100,0	4,0
D - Acesso	80,0	93,6	100,0	4,0
S – Segurança	39,5	45,5		0,0
D – Segurança de Utentes	39,5	45,5		0,0
S – Centralidade no Cidadão	58,0	52,0	19,0	0,0
D – Participação do Cidadão	58,0	52,0	19,0	0,0
A - Formação Profissional	86,0	80,5	100,0	3,5
S – Formação Interna	86,0	80,5	100,0	3,5
D – Formação Interna	86,0	80,8	100,0	3,5

Fonte: www.bicsp.min-saude.pt (12 abril 2024)

Quanto aos Cuidados de Saúde Hospitalares, na **área do acesso**, o nível de cumprimento estimado da meta contratada é de 71.71%, inferior ao de 2022, decorrente dos constrangimentos já anteriormente explanados.

A recuperação da atividade programada na área das consultas e cirurgias, impulsionada pela realização de produção adicional, que se iniciou em 2021, teve continuidade em 2022 e 2023, o que fez com que o indicador da proporção de utentes em lista de espera para cirurgia com um tempo inferior ao TMRG se mantivesse em níveis elevados, evidenciando o nível de cumprimento de 105%. O retorno da atividade nos CSP, com níveis de referência elevados, apesar do aumento da resposta hospitalar, levou a que o indicador relativo ao tempo de espera para primeira consulta hospitalar, piorasse dos 48%, para os 43,6%, mas superando largamente a meta contratualizada de 32%.

A recuperação das listas, em concreto de Cardiologia, fez com que o número de consultas realizadas dentro do TMRG baixasse dos 46,1% atingidos em 2022 para os 34,8% em 2023, muito abaixo dos 74,2% contratualizados, meta que dificilmente seria atingível dado o número de pedidos muito antigos que existiam em lista de espera no início do ano 2023. No entanto, na área cirúrgica, a proporção de utentes operados dentro do TMRG foi de 87,2%, acima dos 81,4% de 2022 e muito próximo da meta dos 88% contratados.

Apesar de, em termos globais, os tempos médios de espera desde a triagem até à observação médica nos serviços de urgência terem aumentado face a 2022, a proporção de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem aumentou, tendo passado de 79,2% em 2022 para 79,9% em 2023, traduzindo-se num nível de cumprimento da meta contratada de 101%.

O desempenho no indicador dos doentes sinalizados para a RNCCI tem que ver, sobretudo, com problemas técnicos e administrativos da plataforma de referênciação, ainda não solucionados, e não com falhas dos processos de articulação entre os serviços e a Equipa de Gestão de Altas e entre esta e a RNCCI, e que se traduzem cronicamente em incumprimento do objetivo com um grau de cumprimento ajustado igual a zero.

Quadro 9.5: Objetivos de Acesso estabelecidos no Contrato Programa 2023

A. Acesso					
Descrição do objetivo	Meta 2023	Resultado 2023 (estimativa)	% Cumprimento ajustado 2023	Resultado 2022 (provisório)	% Cumprimento ajustado 2022
Percentagem de utentes em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do TMRG	32	43,6	120,0	48	120
% de utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para consulta externa atendidos em tempo adequado	74,2	34,8	0,0	46,1	59
% de doentes em LIC com tempo de espera <= TMRG	90	85,4	94,9	90,9	105,4
Percentagem de doentes operados dentro do TMRG	88	87,2	99,1	81,4	91,5
% de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	79,1	79,9	101,0	79,2	96,6
Percentagem de doentes sinalizados para a RNCCI avaliados pela EGA até 2 dias úteis após a referênciação, no total de doentes referenciados para a RNCCI	50	13,5	0	13,5	0

Fonte: SICA (março. 2024)

Em relação aos objetivos da área do Desempenho Assistencial e de Resultados em Cuidados de Saúde Evitáveis há que fazer esta comparação com muitas reservas, uma vez que o atraso verificado na codificação dos episódios, bem como a necessidade de auditar a codificação dos mesmos, não permite ter estimativas completamente fiáveis dos valores dos indicadores para 2023 (mesmo os de 2022 não

podem ser considerados ainda definitivos).

Na **área do Desempenho Assistencial** as estimativas dos resultados são feitas com base nos valores disponíveis no momento, de acordo com a taxa de codificação existente a 14 de março de 2023, pelo que apesar de se tratar de estimativas, consideramos estarmos perante uma boa aproximação dos resultados finais.

Estimamos que o índice que avalia a adequação do tempo de internamento dos utentes face à sua condição clínica (ajustamento ao nível de severidade) – o índice de demora média ajustada – tenha piorado face ao registado em 2022, passando de 0,9996 para 1,0476, mas ainda assim ficando acima da meta contratualizada (1,0000).

Quanto ao nível de cumprimento da meta estabelecida para o índice de mortalidade ajustada, estimamos que seja de 104%, abaixo do realizado em 2022, mas acima da meta contratualizada (1,34).

A percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis, apresenta uma melhoria, passando de 19,1% para 21,5%, mas ainda assim correspondendo a uma taxa de cumprimento de apenas 93,5%.

Quadro 9.6: Objetivos de Desempenho Assistencial estabelecidos no Contrato Programa 2023

B. Desempenho assistencial					
Descrição do objetivo	Meta 2023	Resultado 2023 (estimativa)	% Cumprimento ajustado 2023	Resultado 2022 (provisório)	% Cumprimento ajustado 2022
% de reinternamentos 30 dias, na mesma grande categoria de diagnóstico	2,8	2,81	99,6	2,58	114,0
% de cirurgias realizadas em ambulatório para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	23	21,5	93,5	19,1	83,0
% de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	57,8	58,7	101,5	66,2	114,5
Índice de mortalidade ajustada	1,3400	1,2883	104,0	1,2573	106,2
Índice de demora média ajustada	1,0000	1,0476	95,5	0,9996	100,0
Demora média antes da cirurgia programada	0,82	0,80	102,5	0,9	91,5

Fonte: SICA, BIMH (março. 2024)

Na **área de Desempenho Económico-Financeiro**, a estimativa do nível de cumprimento está limitada pelo facto de não conhecermos a meta final do indicador dos gastos operacionais por residente ajustados pela utilização. No entanto, recorremo-nos da informação remetida em março pela ARSA e utilizando o valor do melhor do grupo à data (936€) temos uma referência para o nosso possível grau de cumprimento.

Os resultados esperados para os restantes indicadores são muito semelhantes aos de 2022, assim como os modestos graus de cumprimento.

Realça-se, no entanto, que os valores do doente padrão, tanto da ULSBA como das restantes instituições, não são os finais, na medida em que falta reportar os valores finais da produção de 2023, sendo que alguns programas de saúde, como por exemplo do PSCI, produzem alterações significativas.

Quadro 9.7: Objetivos Desempenho Económico-Financeiro estabelecidos no Contrato Programa 2023

C. Desempenho económico-financeiro					
Descrição do objetivo	Meta 2023	Resultado 2023 (estimativa)	% Cumprimento ajustado 2023	Resultado 2022 (provisório)	% Cumprimento ajustado 2022
Gastos operacionais por residente, ajustados pela utilização	936	1012,17	92,5	947,0	99,5
Doente padrão por Médico ETC	56,6	51,7	88,9	51,4	90,8
Doente padrão por Enfermeiro ETC	27,8	24,5	88,1	24,4	87,8
% dos custos com horas extraordinárias, suplementos, honorários e Prest. de Serv. Médicos no total de gastos com pessoal	26,1	27	96,7	27,0	96,6

Fonte: ARSA, SICA e BIMH (março 2024)

Quanto aos indicadores da **área dos Cuidados de Saúde Evitáveis** prevemos graus de cumprimento ajustados desde os 90% até aos 120% (limite máximo) com exceção do último indicador onde o grau de cumprimento continua no zero, situação a que a direção clínica irá dar atenção e uma resposta em 2024.

Quadro 9.8: Objetivos Resultados em Cuidados de Saúde Evitáveis estabelecidos Contrato Programa 2023

D. Objetivos Resultados em Cuidados de Saúde Evitáveis					
Descrição do objetivo	Meta 2023	Resultado 2023 (estimativa)	% Cumprimento ajustado 2023	Resultado 2022 (provisório)	% Cumprimento ajustado 2022
Taxa de internamento por complicações agudas da diabetes	16,9	17,4	97,1	17,9	94,1
Taxa de internamento por diabetes descompensada	3,8	2,8	120,0	2,8	120,0
Taxa de internamento por complicações crónicas da diabetes	53,6	58,8	99,2	56,4	94,8
Taxa de internamento por asma ou DPOC em adultos	155,4	173,0	89,9	155,4	100,0
Taxa de internamento por asma em jovens adultos	9,3	9,3	100,5	3,1	120,0
Taxa de internamento por pneumonia	282	230,8	120,0	213,4	120,0
Taxa de internamento por hipertensão arterial	22,6	24,0	94,4	23,5	96,0
Taxa de internamento por insuficiência cardíaca congestiva	299,9	307,9	97,4	293,3	96,0
Percentagem de especialidades (categorias) com protocolos clínicos de referência ascendente e descendente elaborados	60,9	60,9	100	60,1	72,8
Percentagem de utilizadores frequentes do serviço de urgência (>4 episódios no último ano) com plano de cuidados estabelecido entre os cuidados primários e os hospitais	8,3	0	0	0	0

Fonte: SICA e BIMH (março. 2024)

A contrapartida financeira contratualizada com a ULSBA por cumprimento dos objetivos indicados neste capítulo é de 11 349 479,00€ e o IDG estimado apurado é de 90,7%, conforme demonstrado acima, pelo que o valor de incentivos que se espera receber é de cerca de 10 293 296,48€, o que traduz

uma penalização de 1 056 182,52€.

Não foram consideradas outras penalidades, designadamente as constantes do Capítulo XXXV da Circular Normativa n.º 15/2022/DPS/ACSS, que podem constituir até 2% do valor do contrato-programa, pelo facto dos valores dos indicadores serem apurados e disponibilizados pela ARSA/ACCS e não termos dados internos que nos possibilitem poder estimá-los.

2. Execução do plano de atividades e orçamento para 2023, designadamente quanto aos princípios financeiros de referência e medidas de correção aplicadas ou a aplicar

O Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, vem adaptar às entidades públicas empresariais (EPE) integradas no Serviço Nacional de Saúde (SNS) o Despacho n.º 252/2022-SET, de 18 de agosto de 2022, relativo às instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IEIPG) para 2023 - 2025.

Esse Despacho Conjunto vem estabelecer que, para efeitos do cumprimento do ponto “3. Princípios Financeiros” dos IEIPG, os indicadores de gastos operacionais a considerar para avaliação da eficiência operacional, são os seguintes:

1. Evolução favorável do rácio dos gastos operacionais anuais pelo indicador de produção anual traduzida numa redução do valor deste rácio ao longo do triénio 2023-2025. O indicador de produção a utilizar para o cálculo do rácio é o n.º de doentes padrão que é obtido como média ponderada na qual as quantidades são o número de doentes ou atos médicos por linha de atividade e o ponderador é, para todo o triénio, a relação de preços entre as linhas de atividade utilizadas para o cálculo do doente padrão em 2023;
2. Os gastos globais com horas extraordinárias e prestações de serviços médicos devem ser mantidos em valores não superiores aos estimados para o ano de 2022;
3. Os gastos com pessoal excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo, podem ser superiores ao valor global estimado para o ano de 2022 desde que os gastos com aquisições de serviços e fornecimentos externos diminuam, em relação ao valor estimado para o ano de 2022, em montante não inferior;
4. O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria deve ser mantido em valor não superior ao estimado para o ano de 2022.

O nível de cumprimento dos indicadores de Resultados face ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento é apresentado nos quadros abaixo:

O Resultado Líquido do Exercício, foi de 175.527€, apresentando um desvio positivo ao que estava previsto no Plano de Atividades e Orçamento. Da mesma forma o EBITDA apresenta valor positivo de 2.183.052€ teve um desvio favorável de quase 2 milhões face ao Orçamentado.

Quadro 9.9: -Evolução dos Resultados e comparação com PAO 2023

Unid. €

Indicadores	PAO 2023	Executado 2023	Desvio (+/-) exec/PAO	Observações/medidas
Resultado Líquido	-1 088 028	79 918	1 167 946	
EBITDA	648 479	2 183 052	1 534 573	
Resultado Operacional (EBIT)	-955 443	209 089	1 164 532	
Volume de Negócios	114 268 737	110 979 622	-3 289 115	
Endividamento¹	0,00	0,00	0,00	
Dívida Financeira Líquida/EBITDA	-50,62%	-142,04%	-91,42%	
Disponibilidade	328 254	3 100 784	2 772 530	

Fonte: SICC (mar. 2024)

O nível de cumprimento dos indicadores do Plano de Redução de Custos, de acordo com as instruções de Prestação de Contas de 2023 é o seguinte:

Quadro 9.10: -Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023 - PRC - Grau de Cumprimento

Eficiência Operacional	Garantir que o rácio dos gastos operacionais anuais (CMVMC+FSE+Pessoal), pelo n.º de doentes-padrão de 2023 não é superior ao obtido em 2022	Não Cumpriu (7,9%)
Plano de Redução de Custos	Os gastos globais com horas extraordinárias e prestações de serviços médicos devem ser mantidos em valores não superiores aos registados para o ano de 2022	Não Cumpriu (+6,1%)
	Os gastos com o pessoal de 2023, excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento das obrigações legais, de indemnizações compensatórias e das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, podem exceder os de 2022, desde que os gastos com aquisições de serviços e fornecimentos externos diminuam, em relação ao valor estimado para o ano de 2022, em montante não inferior	Cumpriu Despesas com FSE reduziram 377.381€ e Despesas com Pessoal deduzidas do efeito das valorizações remuneratórias e das indemnizações e remunerações do O.S aumentaram 323.735€
	O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria deve ser mantido em valor não superior ao estimado para o ano de 2022.	Não Cumpriu (+3,2%)
Recursos Humanos	O N.º de profissionais só pode aumentar desde que se admita que o Mapa de Pessoal seja aprovado no PAO.	Cumpriu N.º RH no final do ano (1770) era inferior ao n.º no final 2022 (1791).

Endividamento

O acréscimo do endividamento deve restringir-se prioritariamente ao eventual défice operacional e ao financiamento de projetos de investimento com comparticipação comunitária, cingindo-se a proporção entre o endividamento remunerado e o capital social realizado ao limite de 2%.

Cumpriu

Não existe endividamento remunerado na ULSBA.

No Plano de Atividades e Orçamento para 2023 tinha sido proposto um valor do indicador de eficiência operacional de 9.968€ por doente padrão. Para o cálculo deste indicador, o número de doentes padrão ainda é provisório, uma vez que, segundo informação da ARS, o ano de 2023 ainda não está encerrado. Com base nas estimativas de produção descritas na alínea 1) do presente ponto, prevê-se que os gastos operacionais por doente padrão sejam 10.450€, acima do proposto.

Quadro 9.11: : Eficiência Operacional – Grau de Cumprimento do PAO e comparação com execução anos anteriores

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2019 Exec.	2023/2022		2023/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	2 183 052	648 479	-10 399 551	-10 166 343	12 582 603	120,99%	12 349 395	121,47%
(1) CMVMC	17 848 315	18 496 556	17 172 174	13 350 369	676 141	3,94%	4 497 946	33,69%
(2) FSE	30 165 089	30 695 024	30 542 470	25 275 299	-377 381	-1,24%	4 889 790	19,35%
(3) Gastos com o pessoal	65 257 913	65 963 652	62 854 239	54 503 604	2 403 674	3,82%	10 754 309	19,73%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais	391 186	514 612	479 021	395 221	-87 835	-18,34%	-4 035	-1,02%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais					0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF)					0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	5 216 805	4 794 833	3 049 031	372 796	2 167 774	71,10%	4 844 009	1299,37%
v. Efeito do Absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)					0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i. a v	59 649 922	60 654 207	59 326 187	53 735 587	323 735	0,55%	5 914 335	11,01%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais e/ou de imposições legais					0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5)	113 271 317	115 155 232	110 568 883	93 129 272	2 702 434	2,44%	20 142 045	21,63%
(7) Volume de negócios (VN)	110 979 622	114 268 737	98 547 074	82 049 403	12 432 548	12,62%	28 930 219	35,26%
Subsídios à exploração					0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Indemnizações Compensatórias					0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais e/ou de imposições legais					0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	110 979 622	114 268 737	98 547 074	82 049 403	12 432 548	12,62%	28 930 219	35,26%
(10) Doentes Padrão	10 839	11 552	11 421	11 537	-582	-5,10%	-698	-6,05%
Indicadores de Eficiência								
(11) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	102,06%	100,78%	112,20%	113,50%	-10,13 p.p	-9,03%	-0,11 p.p	-0,10%
(12) GO/Doentes Padrão (6)/(10)	10 450	9 968	9 681	8 072	76 916 p.p	7,94%	2 378 p.p	0,29%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento	51 926	21 018	29 362	31 023	22 564	76,85%	20 903	67,38%
ii. Gastos com Ajudas de custo	114 686	130 715	117 940	120 947	-3 254	-2,76%	-6 261	-5,18%
iii. Gastos associados à frota automóvel	318 497	362 112	344 254	365 360	-25 757	-7,48%	-46 863	-12,83%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e	22 097	30 033		19 067	22 097	#DIV/0!	3 030	15,89%
(11) Total dos gastos (i) + (ii) + (iii) + (iv), cfr. alínea c) n.º 4 artigo	507 207	543 878	491 556	536 397	15 651	3,18%	-29 190	-5,44%
N.º de viaturas	57	66	57	63	0,00	0,00%	-6	-9,52%

Fonte: SICC

No Plano de Atividades e Orçamento para 2023 tinha sido orçamentada uma despesa total de ajudas de custos de 130.715€, sendo que a execução ficou 12% abaixo do orçamentado e 3% abaixo do ano anterior.

Foi orçamentada uma despesa com deslocações e estadas de 21.018€, mas a execução excedeu o valor

do orçamento e o registado no ano passado pois com a retoma da atividade e das formações presenciais, houve um maior número de deslocações. No entanto, o maior impacto resultou da necessidade de realização de trabalho no exterior, em que os profissionais utilizam transporte próprio. Alguns destes gastos dizem também respeito a projetos internacionais com financiamento externo que obrigaram a viagens internacionais. O Projeto Leaves – um ensaio clínico realizado no contexto de um consórcio internacional, o Active & Assisted Living Programme, da União Europeia, cuja entidade nacional responsável é a Fundação Ciência e Tecnologia e com a qual a ULSBA estabeleceu um protocolo. Outro projeto é financiado pela Fundação La Caixa, e consiste na criação de equipas de apoio psicossocial no âmbito de um Programa de Apoio Integral a Pessoas com Doenças Avançadas. Ou seja, as despesas em deslocações no âmbito destes projetos têm o correspondente financiamento, pelo que se deduzirmos os gastos 51.926€ com as deslocações que têm financiamento específico, o desvio é menor aproximadamente do valor de 2022.

Quanto aos gastos com viaturas, inscrevemos em plano despesas num total de 362.112€ e a execução foi 318.497€, ou seja, verificou-se uma redução quer em relação ao orçamentado, quer em relação ao ano anterior, de -12% e -7,5%, respetivamente. O número de veículos ativos do parque automóvel manteve-se nos 57 que existiam no final de 2022. Os gastos por viatura diminuíram 7,5% face a 2022.

Quadro 9.12: Gastos com Viaturas – Grau de Cumprimento do PAO e comparação com execução anos anteriores

	2023	Previsão 2023	2022	2019	Δ (%) exec/orçam	Δ (%) exec/2022
Gasto médio por viatura	5 588	5 487	6 040	5799	1,8%	-7,5%
N.º Viaturas	57	66	57	63	-13,6%	0,0%
Gastos com viaturas	318 497	362 112	344 254	365 360	-12,0%	-7,5%

Fonte: Serviço Transportes / Financeiros

Os gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria totalizaram 22.097€, ou seja menos 26,4% do que o valor orçamentado. Em 2022 não se verificaram gastos desta natureza.

O Plano de Recursos Humanos constante do PAO previa que a ULSBA tivesse 1.918 funcionários com contrato de trabalho no final de 2023. No entanto, a essa data existiam 1.770 profissionais contratados, menos 148 que o previsto e menos 21 que no ano transato.

Quadro 9.13: Dotação de Pessoal a 31/12/2023– Comparação com previsão e ano transato

Grupo Profissional	N.º Profiss. 31/12/2023	N.º Profiss. Previstos 31/12/2023	N.º Profiss 31/12/2022	N.º Profiss 31/12/2021	2023/ Previsto 2023	2023/ 2022
Pessoal Dirigente / CA	18	20	18	19	-2	-1
Médicos	136	171	136	147	-36	-11
Internos	49	74	66	60	0	6
Enfermeiros	628	643	630	628	-1	2
Técnicos Superiores de Saúde	32	31	29	30	-2	-1
Técnicos de Diagnóstico e	146	163	141	144	-15	-3
Técnicos Superiores	53	68	52	49	-15	3
Informático	10	13	12			
Assistentes Técnicos	258	276	257	260	-14	-3
Assistentes Operacionais	439	457	448	454	2	-6
Outros Profissionais	1	2	2	18	-4	-4
Total RH	1770	1918	1791	1809	-148	-21

Fonte: Serviço Recursos Humanos

Os gastos com pessoal totalizaram 65.257.913€, mais 3,8% que no ano transato.

As valorizações remuneratórias ocorridas no ano foram as seguintes:

- Aumento do Salário Mínimo Mensal Nacional de 705€ para 760€, com um gasto adicional em remunerações certas e permanentes e respetivos descontos para a Segurança Social de **348.235 €**
- Aumento da Função Pública e atualização intercalar que teve um impacto de **1.842.154 €** que inclui os respetivos descontos para a Segurança Social;
- Atualização do subsídio de alimentação, que passou para 6€, a partir de janeiro de 2023, e que representa um impacto de **385.530€**;
- Alteração do nível remuneratório de 86 enfermeiros, que teve um gasto adicional cerca de **523.000€**;
- Aplicação dos Acordos Coletivos de várias carreiras profissionais, com alteração do nível remuneratório que representa um gasto adicional de **422.380€**, e pagamento de retroativos, que teve um impacto de **1.695.505**.

Quadro 9.14: Evolução de Recursos Humanos

	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2023/2022	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	6	5	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	13	14	13	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1752	1898	1773	-21	-1,18%
TOTAL	1770	1918	1791	-21	-1,17%
N.º Trabalhadores/N.º CD	353	319	357	-4,2	-1,18%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	36.869€	34.392€	35.094€	1.774€	5,1%

Fonte: RH

O absentismo continuou a apresentar um peso muito significativo, tendo uma taxa de **11,11 %** o que se revela um fator de condicionamento da normal dinâmica de funcionamento dos Serviços e das equipas podendo conduzir a significativas perdas de produtividade. O número médio de ausência por colaborador em 2023 foi 27,4 dias. Estas ausências necessariamente originaram uma maior pressão sobre os serviços.

Por outro lado, em virtude da enorme carência de pessoal médico, a nível nacional, não foi, de todo, possível proceder à contratação de elementos médicos como planeado, pelo que se teve de recorrer à realização de horas extraordinárias do pessoal existente e a contratos de prestação de serviços médicos. Em 2023 houve necessidade de celebração de mais 20 contratos de prestação de serviços, quer em nome individual quer em regime de prestação de serviços, para substituição de 4 médicos que se aposentaram, bem como para reforçar equipas sobretudo no serviço de urgência nas especialidades de obstetrícia/ginecologia, pediatria, anestesiologia, cirurgia, ortopedia e medicina geral e familiar, bem como no serviço de internamento e nas consultas hospitalares e nos centros de saúde. Em 2023 a ULSBA também contratou dois médicos em regime de prestação de serviços nas especialidades de cardiologia e oftalmologia para redução das listas de espera de consultas. Outro fator que também contribuiu para o acréscimo dos gastos com a prestação de serviços médicos foi o aumento do valor hora.

O princípio de referência definido no Despacho Conjunto de adaptação do despacho 252/2022/SET estabelece que em 2023 os gastos globais com horas extraordinárias e prestações de serviços médicos

devem ser mantidos em valores não superiores aos estimados para o ano de 2022, o que não foi conseguido, pelas justificações acima indicadas.

Quadro 9.15: Gastos Horas Extraordinárias e Serviços Médicos (em euros)

Gastos Horas Extraordinárias e Serviços Médicos	2023	2022	Variação 2023/2022
Gastos com as Prestações de Serviços Médicos	3.975.965	3.295.736	20,6%
Gastos com Honorários Médicos	1.925.527	1.490.334	29,2%
Gastos com as Horas Extraordinárias	6.428.994	6.837.109	-6,0%
Total	12.330.486	11.623.179	6,1%

Fonte: SICC

3. Nível de Execução do Plano de Investimentos

Em cumprimentos das instruções para a prestação de contas referentes a 2023 e em complemento ao quadro de investimentos apresentado no capítulo 5, procedeu-se à elaboração do quadro patente na página seguinte.

No mesmo, são apresentados os investimentos inscritos em PAO e a sua execução financeira, sendo que a ULSBA não recorreu a endividamento bancário para a execução de qualquer dos projetos.

Globalmente, a taxa de execução situou-se nos 48,5%, considerando o valor previsto Plano de Atividades e o executado no ano.

As notas explicativas sobre cada projeto encontram-se sinteticamente resumidas na coluna de observações. No entanto, no capítulo 5 encontram-se informações com mais detalhe relativamente aos projetos inscritos no PAO e os investimentos realizados.

Quadro 9.16: Execução do Plano de Investimentos 2023 (parte 1)

Plano de Investimento	PAO 2023	Executado 2023							Desvio (PAO vs Executado)
		Total	Fontes de Financiamento						
			Autofinanciamento (Receita própria)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos Comunitários	PRR	Outros	
Aquisição e Instalação de Equipamento de RMN	1 500 000,00 €	1 499 625,00 €	224 943,75 €	- €	- €	1 274 681,25 €	- €	- €	- 375,00 €
Saúde + Próxima – beneficiação das TIC	291 870,00 €	439 434,26 €	81 361,46 €	- €	- €	358 072,80 €	- €	- €	147 564,26 €
Construção de Centro de Saúde em Vidigueira	237 754,00 €	603 328,22 €	341 742,24 €	- €	- €	261 585,98 €	- €	- €	365 574,22 €
Construção do Centro de Saúde de Ourique	2 020 615,00 €	390 524,39 €	- €	- €	- €	- €	390 524,39 €	- €	- 1 630 090,61 €
Construção de Extensão de Saúde em Rio de Moinhos	86 249,00 €	123 083,83 €	18 462,57 €	- €	- €	104 621,26 €	- €	- €	36 834,83 €
Construção Bloco de Partos	1 414 597,05 €	20 596,35 €	20 596,35 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 1 394 000,70 €
Aquisição de Equipamentos Hospitalares Diversos	1 026 872,00 €	711 513,76 €	106 727,06 €	- €	- €	604 786,70 €	- €	- €	- 315 358,24 €
Dotar o ACES de equipamentos que disponibilizem serviços de MCDT	1 086 833,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 1 086 833,00 €
Requalificação de edifícios do ACES	73 800,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 73 800,00 €
Dotar o ACES de viaturas e unidades móveis para cuidados de proximidade	307 500,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 307 500,00 €
Dotar o ACES de equipamentos no âmbito dos rastreios e do diagnóstico precoce	251 120,00 €	44 864,87 €	- €	- €	- €	- €	44 864,87 €	- €	- 206 255,13 €
Dotar o ACES de mais gabinetes de Consultas do Pé Diabético, de Saúde Oral, e de Movimento e Reabilitação	394 117,00 €	29 696,03 €	- €	- €	- €	- €	29 696,03 €	- €	- 364 420,97 €
Dotar o ACES de equipamentos para resposta qualificada em situações de emergência	113 652,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 113 652,00 €
Viaturas para as equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência	73 800,00 €	73 431,00 €	- €	- €	- €	- €	73 431,00 €	- €	- 369,00 €
Alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados em lugares de ECCI	369 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 369 000,00 €
Criação das Equipas de Saúde Mental Comunitárias	265 559,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 265 559,00 €
Total em euros	9 513 338,05 €	3 936 097,71 €	793 833,44 €	- €	- €	2 603 747,98 €	538 516,29 €	- €	- 5 577 240,34 €

Quadro 9.17: Execução do Plano de Investimentos 2023 (parte 2)

Plano de Investimento	Observações/medidas
Aquisição e Instalação de Equipamento de RMN	Custos ligeiramente abaixo do previsto
Saúde + Próxima – beneficiação das TIC	Execução em 2022 abaixo do previsto implicou maior execução em 2023.
Construção de Centro de Saúde em Vidigueira	Execução em 2022 abaixo do previsto implicou maior execução em 2023.
Construção do Centro de Saúde de Ourique	Início da empreitada mais tarde do que o previsto implicou uma menor execução em 2023.
Construção de Extensão de Saúde em Rio de Moinhos	Execução em 2022 abaixo do previsto implicou maior execução em 2023.
Construção Bloco de Partos	Execução em 2023 abaixo do previsto devido a atrasos no projeto de execução.
Aquisição de Equipamentos Hospitalares Diversos	O investimento teve uma reprogramação em baixa que somado a custos de execução abaixo do previsto se traduziu num menor valor de execução.
Dotar o ACES de equipamentos que disponibilizem serviços de MCDT	O investimento não teve execução financeira em 2023, passa para 2024
Requalificação de edifícios do ACES	O investimento não teve execução financeira em 2023, passa para 2024
Dotar o ACES de viaturas e unidades móveis para cuidados de proximidade	O investimento não teve execução financeira em 2023, passa para 2024
Dotar o ACES de equipamentos no âmbito dos rastreios e do diagnóstico precoce	As Submedidas i1.05 e i1.06 foram executadas abaixo do valor previsto e a execução da meta i1.03 passou para 2024
Dotar o ACES de mais gabinetes de Consultas do Pé Diabético, de Saúde Oral, e de Movimento e Reabilitação	A Submedida i1.04 foi executada abaixo do valor previsto. A i1.15 teve execução parcial em 2022 e 2023, passando para 2024, assim como a criação dos gabinetes do movimento.
Dotar o ACES de equipamentos para resposta qualificada em situações de emergência	A submedida i1.18 passou para 2024.
Viaturas para as equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência	Custos ligeiramente abaixo do previsto
Alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados em lugares de ECCI	A medida i2.03 apenas terá execução em 2024

5. Execução do Orçamento de Caixa submetido no SOE para 2023

Verifica-se um aumento face a 2022 de 10,0% na receita líquida cobrada, a qual totalizou cerca de 126,8 milhões de euros. As despesas pagas totalizaram 124,5 milhões, o que resultou num excedente de 2.348.829€. O ano encerrou com 22,4 milhões de euros de compromissos assumidos por pagar, menos 12,6% que no encerramento de 2022.

Quadro 9.18: Execução Orçamental – Comparação com os anos anteriores

UM: €

	2023	2022	2021	2020	Δ (%)
Receita cobrada líquida	126.821.892	115 269 617	110.604.563	102.520.472	10,0%
Despesas pagas	124.473.063	114 538 089	110.073.900	102.064.162	8,7%
Excedente	2.348.829	731 529	530.663	456.310	221,1%
Compromissos assumidos por pagar	22.353.203	25 608 235	24.667.831	21.651.463	-12,7%

Fonte: SICC

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Dotações Disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Obrigações por pagar
	[1]	[2]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[16]=[8]-[14]
Despesa Corrente	23 850 757,03	120 382 691,00	-20 086 634,35	140 469 325,35	140 469 325,35	140 469 325,35	118 836 222,29	195 412,45	195 412,45	20 714 914,35	97 925 895,49	118 640 809,84	21 828 515,51
D1 Despesas com o pessoal	2 695 733,82	69 958 962,00	-2 047 915,33	70 201 859,33	70 201 859,33	70 201 859,33	68 030 841,32	69 513,79	69 513,79	2 626 464,07	65 334 863,46	67 961 327,53	2 240 531,80
D1.1 Remunerações certas e permanentes	1 167 656,59	44 491 411,00	-529 860,57	43 216 218,57	43 216 218,57	43 216 218,57	42 473 989,95	55 521,06	55 521,06	1 166 815,72	41 251 653,17	42 418 468,89	797 749,68
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	457 537,82	12 700 565,00	-496 576,41	13 197 176,41	13 197 176,41	13 197 176,41	12 775 944,97	62,24	62,24	457 537,82	12 318 344,91	12 775 882,73	421 293,68
D1.3 Segurança social	1 070 539,41	12 766 986,00	-1 021 478,35	13 788 464,35	13 788 464,35	13 788 464,35	12 780 906,40	13 930,49	13 930,49	1 002 110,53	11 764 865,38	12 766 975,91	1 021 488,44
D2 Aquisição de bens e serviços	21 009 164,00	49 921 961,00	-17 871 108,43	69 598 087,43	69 598 087,43	69 598 087,43	50 306 105,56	125 387,34	125 387,34	18 033 413,93	32 147 304,29	50 180 718,22	19 417 369,21
D3 Juros e outros encargos	87 167,91	37 525,00	-111 664,58	149 189,58	149 189,58	149 189,58	34 535,67	12,73	12,73	69,60	34 453,34	34 522,94	114 666,64
D4 Transferências de Subsídios Correntes	0,00	3 908,00	0,20	3 907,80	3 907,80	3 907,80	4 385,13	477,33	477,33	0,00	3 907,80	3 907,80	0,00
D4.1 Transferências correntes	0,00	3 908,00	0,20	3 907,80	3 907,80	3 907,80	4 385,13	477,33	477,33	0,00	3 907,80	3 907,80	0,00
D4.1.1 Administrações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 Administração central - Estado												0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras Entidades												0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança social												0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional												0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local												0,00	0,00
D4.1.2 Instituições sem fins lucrativos												0,00	0,00
D4.1.3 Famílias		3 908,00	0,20	3 907,80	3 907,80	3 907,80	4 385,13	477,33	477,33	0,00	3 907,80	3 907,80	0,00
D4.1.4 Outras												0,00	0,00
D4.2 Subsídios												0,00	0,00
D5 Outras despesas correntes	58 691,30	460 335,00	-55 946,21	516 281,21	516 281,21	516 281,21	460 354,61	21,26	21,26	54 966,75	405 366,60	460 333,35	55 947,86
Despesas de Capital	1 757 477,91	11 765 638,00	5 390 140,31	6 375 497,69	6 375 497,69	6 375 497,69	5 832 252,90	0,00	0,00	1 689 293,25	4 142 959,65	5 832 252,90	543 244,79
D6 Aquisição de bens de capital	1 757 477,91	11 765 638,00	5 390 140,31	6 375 497,69	6 375 497,69	6 375 497,69	5 832 252,90	0,00	0,00	1 689 293,25	4 142 959,65	5 832 252,90	543 244,79
D7 Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administração Central - Estado												0,00	0,00
D7.1.2 Administração Central - Outras entidades												0,00	0,00
D7.1.3 Segurança social												0,00	0,00
D7.1.4 Administração Regional												0,00	0,00
D7.1.5 Administração Local												0,00	0,00
D7.2 Instituições sem fins lucrativos												0,00	0,00
D7.3 Famílias												0,00	0,00
D7.4 Outras												0,00	0,00
D8 Outras Despesas de Capital												0,00	0,00
D9 Ativos financeiros												0,00	0,00
D10 Passivos Financeiros												0,00	0,00
Total	25 608 234,94	132 148 329,00	-14 696 494,04	146 844 823,04	146 844 823,04	146 844 823,04	124 668 475,19	195 412,45	195 412,45	22 404 207,60	102 068 855,14	124 473 062,74	22 371 760,30

Classificações Orçamentais Detalhadas		Previsões Corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos e restituições		Receitas Cobradas Liquidas			Receitas por cobrar no final do período
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período Corrente	Total	
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]=[9]+[10]	[11]
Receita Corrente		119 691 927,00	-3 974 521,59	4 170 620,70	234 053 979,70	114 558 151,81	119 692 386,48	493,85	493,85	565 329,76	119 126 562,87	119 691 892,63	3 974 555,96
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos											0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos											0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde											0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	469 757,00	-86 284,38	86 184,39	644 454,65	174 597,66	469 996,90	260,65	260,65	58,10	469 678,15	469 736,25	86 305,13
R4	Rendimentos de propriedade											0,00	
R5	Transferências Correntes	3 343 894,00	-26 344,98	26 350,00	3 354 777,49	10 888,51	3 343 888,98	0,00	0,00	21 760,00	3 322 128,98	3 343 888,98	26 350,00
R5.1	Administrações Públicas	3 243 445,00	-26 346,85	26 350,00	3 254 330,36	10 888,51	3 243 441,85	0,00	0,00	21 760,00	3 221 681,85	3 243 441,85	26 350,00
R5.1.1	Administração Central - Estado											0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	3 243 442,00	-26 349,85	26 350,00	3 254 330,36	10 888,51	3 243 441,85	0,00	0,00	21 760,00	3 221 681,85	3 243 441,85	26 350,00
R5.1.3	Segurança social	1,00	1,00									0,00	0,00
R5.1.4	Administração regional											0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	2,00	2,00									0,00	0,00
R5.2	Exterior - EU	100 448,00	0,87		100 447,13		100 447,13				100 447,13	100 447,13	0,00
R5.3	Outras	1,00	1,00									0,00	0,00
R6	Vendas de bens e serviços	115 877 886,00	-3 860 814,82	4 058 048,31	230 053 318,15	114 372 665,64	115 878 111,01	233,20	233,20	543 511,66	115 334 366,15	115 877 877,81	3 860 823,01
R7	Outras receitas correntes	390,00	-1 077,41	38,00	1 429,41	0,00	389,59	0,00	0,00		389,59	389,59	1 077,82
Receita de Capital		12 456 402,00	6 057 931,50	0,00	7 982 360,86	1 583 890,36	6 991 044,33	592 573,83	592 573,83	0,00	6 398 470,50	6 398 470,50	0,00
R8	Vendas de bens de investimento											0,00	0,00
R9	Transferências Correntes	10 582 415,00	6 057 931,05	0,00	6 108 374,31	1 583 890,36	5 117 057,78	592 573,83	592 573,83	0,00	4 524 483,95	4 524 483,95	0,00
R9.1	Administrações Públicas	5 776 917,00	4 064 023,43	0,00	3 196 336,80	1 483 443,23	2 305 467,40	592 573,83	592 573,83	0,00	1 712 893,57	1 712 893,57	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado											0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	5 776 917,00	4 064 023,43		3 196 336,80	1 483 443,23	2 305 467,40	592 573,83	592 573,83		1 712 893,57	1 712 893,57	0,00
R9.1.3	Segurança social											0,00	0,00
R9.1.4	Administração regional											0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local											0,00	0,00
R9.2	Exterior - EU	4 805 497,00	1 993 906,62		2 912 037,51	100 447,13	2 811 590,38				2 811 590,38	2 811 590,38	0,00
R9.3	Outras	1,00	1,00									0,00	0,00
R10	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		0,00		0,00				0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	102 272,00	0,45		102 271,55		102 271,55				102 271,55	102 271,55	0,00
R12	Ativos Financeiros											0,00	0,00
R13	Passivos Financeiros	1 771 715,00			1 771 715,00		1 771 715,00				1 771 715,00	1 771 715,00	0,00
Outras Receitas		731 531,00	2,44	0,00	731 528,56	0,00	731 528,56	0,00	0,00	0,00	731 528,56	731 528,56	0,00
Saldo da Gerência anterior - operações orçamen		731 531,00	2,44		731 528,56		731 528,56				731 528,56	731 528,56	0,00
Total		132 879 860,00	2 083 412,35	4 170 620,70	242 767 869,12	116 142 042,17	127 414 959,37	593 067,68	593 067,68	565 329,76	126 256 561,93	126 821 891,69	3 974 555,96

9.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE não contraiu qualquer tipo de empréstimo financeiro durante esta gerência, nem detém qualquer passivo remunerado.

Quadro 9.19: Empréstimo financeiro

Passivo Remunerado	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos financeiros (€)	0	0	0	0	0
Taxa Média de Financiamento (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: SICCC

9.3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Lei do Orçamento do Estado para 2022), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO 2022), a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, não detém qualquer tipo de empréstimo financeiro, estando a contratação deste tipo de instrumentos financeiros dependente da aprovação da tutela.

Por despacho n.º 1266/2017 do Senhor Secretário de Estado da Saúde, a ULSBA recebeu a verba de 6.891.937€ referente a um aumento do capital estatutário. O capital foi subscrito no ano de 2017 e foi realizado em 2018.

Em 2022, foi atribuída à ULSBA uma verba de entrada de capital para cobertura de prejuízos, através do Despacho Conjunto das Finanças e Saúde, de 22 de dezembro de 2022, num total de 1.022 milhão euros, tendo sido atribuído à ULSBA o montante de 10.260.513,00€. Esta verba destina-se ao pagamento de dívida vencida a fornecedores externos, por ordem de maturidade.

Em 2023, a ULSBA foi objeto de um aumento de capital resultante do Despacho conjunto do Senhor Ministro das Finanças e do Senhor Ministro da Saúde, de 22 de dezembro de 2023, no valor de 1.625.968,00€.

Quadro 9.20: Passivo remunerado

Passivo remunerado	2023	2022
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado	-	-
Capital Social/Capital Estatutário	90.025.968	88.400.000
Novos Investimentos com expressão material em 2023	-	-
Variação do Endividamento	-	-

Fonte: SICCC

9.4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, a ULSBA remete trimestralmente à ACSS a informação sobre a evolução do PMP para efeitos de monitorização, assim como publica no site da instituição uma lista das suas dívidas certas líquidas e exigíveis há mais de 30 dias, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do DLEO 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio de pagamento é de 122,28 dias, inferior ao de 31/12/2022 em 36,42 dias. Esta redução foi possível devido ao aumento do valor da capitação em 2023, bem como às verbas extraordinárias recebidas nos termos do Despacho n.º 1025/2023/SEO, que totalizaram 3 105 037 €, bem como as recebidas na sequência do Despacho de S.E. o Senhor Ministro das Finanças e S.E. o Senhor Ministro da Saúde de 22 de dezembro e de 29 de dezembro de 2023, no montante de 1.625.968€ e 145 747€, respetivamente, para regularização passivos e de pagamentos em atraso.

Quadro 9.21: Prazo Médio de Pagamento

PMP	2023	2022	Variação 23/22	
			Valor	%
Prazo (dias)	122,28	158,70	-36,42	-22,9%

Fonte: ACSS

Nota: PMP do ano de 2023 foi apurado com base em saldos, não definitivos, de contas de fornecedores e outros credores, pelo que não é o valor final e sim o que está publicado pela ACSS.

No ano de 2023 a dívida a fornecedores externos, totalizou 15.869.965€, o que representa uma diminuição de 2.494.304€ comparativamente ao ano anterior. Este resultado foi possível devido ao reforço do valor dos adiantamentos por conta do contrato programa de 2023, bem como as verbas extras recebidas, num total de 4.876.752€, para pagamento a fornecedores.

Quanto ao total das dívidas vencidas e pagamentos em atraso, comparativamente ao ano de 2022, também diminuiram 1 milhão 365 mil euros. Em 31/12/2023 o montante da dívida vencida a F.E era de 6.056.979€

Os Pagamentos em Atraso a Fornecedores Externos, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio eram em 31/12/2023, os seguintes:

Quadro 9.22: Pagamentos em atraso – Fornecedores Externos

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Valor dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011 (€)		
		90-180 dias	180-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	5.531.517	147.739	-12.929	235.127
Aquisições Capital	99.861	33.197	0	22.467
Total	5 631 378	180 936	-12 929	257 594

Fonte: SICC

Os Pagamentos em Atraso a Entidades do SNS, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio eram em 31/12/2023, os seguintes:

Quadro 9.23: Pagamentos em atraso – SNS

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Valor dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011 (€)		
		90-180 dias	180-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	409.646	639.698	189.459	2.325.694
Aquisições Bens Capital				4.122
Total	409.646	639.698	189.459	2.329.816

Fonte: SICC

Os Pagamentos em Atraso a Outras Entidades do Estado, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio eram, em 31/12/2023, os seguintes:

Quadro 9.24: Pagamentos em atraso – Outras entidades do Estado

	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011 (€)		
		90-180 dias	180-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	13.482	0	0	271
Aquisições Bens Capital	886	1.903	0	0
Total	14.368	1.903	0	271

Fonte: SICC

9.5. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NAS APROVAÇÕES DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ANOS ANTERIORES E DILIGÊNCIAS TOMADAS

Os Relatórios de Gestão e Contas dos exercícios de 2014, 2015, e 2016 foram aprovados através do Despacho nº. 892/2018, de 19/11/2018, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, tendo as recomendações do acionista sido acolhidas nos termos do que se divulgou aquando da prestação de contas de 2019. Até à data, a ULSBA não tomou conhecimento da aprovação das contas de 2013, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

9.6. REMUNERAÇÕES

9.6.1. DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

9.6.1.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos membros do Conselho de Administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho e 48/2013, de 29 de julho.

Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual, e conforme Despacho dos Gabinetes do Ministro da Saúde e do Secretário de Estado do Tesouro nº. 7307/2023, de 30 de junho de 2023, foi autorizado a optar pelo vencimento do lugar de origem o Diretor Clínico dos Cuidados de Saúde Primários Dr. Luís Carlos Paixão Coentro.

Foi dado cumprimento ao disposto no despacho de 25 de março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, que determinou a não atribuição de prémios de gestão aos membros do órgão de administração, salientando-se que esta atribuição nunca foi considerada até à presente data.

Durante o ano de 2023 ocorreu alteração de mandato dos membros do Conselho de Administração.

Relativamente ao anterior conselho de administração o mesmo cessou o respetivo mandato a 31 de dezembro de 2022, permanecendo, no exercício de funções até à nomeação dos novos titulares, ou seja, até 5 de abril de 2023. O atual Conselho de Administração foi nomeado para o triénio de 2023-2025, com efeitos a partir do dia 6 de abril de 2023.

Mandato do Conselho de Administração cessante – de 1-01-2023 a 5-04-2023

Quadro 9.25: Mandato do Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº. mandatos
			Forma	Data	Sim/ Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2020-2022	Presidente	Maria Conceição Baptista Margalha	Despacho nº 3455/2020	11-03-2020	Sim	ULSBA	O	3
2020-2022	Vogal	Iria Cristina Martins Manangão Velez a)	Despacho nº 3455/2020	11-03-2020				3
2020-2022	Vogal	Manuel Francisco Carvalho Soares	Despacho nº 3455/2020	11-03-2020				3
2020-2022	Vogal	Joaquim Manuel Castanho Brissos	Despacho nº 3455/2020	11-03-2020				3

a) A vogal Iria Velez renunciou ao cargo, com efeitos a 15/01/2023

Fonte: D.R (2ª. série nº. 56 de 19-3-2020)

Mandato do Conselho de Administração em exercício para o triénio 2023-2025, é composto pelos seguintes elementos:

Conselho de Administração em exercício – de 6-04-2023 a 31-12-2023
Quadro 9.26: Mandato do Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Identificação da data autorização e forma	Nº. mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)		
2023-2025	Presidente	José Carlos Capucho Queimado	Despacho nº 4610/2023	10-04-2023	Não	N/A	N/A	-	1
2023-2025	Vogal	Vanessa Pinto de Almeida Faria Almodôvar	Despacho nº 4610/2023	10-04-2023	Não	N/A	N/A	-	1
2023-2025	Vogal Diretora Clínica CSH	Vera Cláudia Raposo Guerreiro Balsinha	Despacho nº 4610/2023	10-04-2023	Não	N/A	N/A	-	1
2023-2025	Vogal Enfermeiro Diretor	António Joaquim Inácio Páscoa	Despacho nº 4610/2023	10-04-2023	Não	N/A	N/A	-	1
2023-2025	Vogal Diretor Clínico CSP	Luís Carlos Paixão Coentro	Despacho nº 7307/2023	30-06-2023	Sim	ULSBA	O	Despacho MS e SET nº. 7307/2023 de 30-06-2023	1

Fonte: D.R (2ª. série n.º 75 de 17-4-2023), (2ª. série nº. 133 de 11-7-2023)

No período de incidência do presente relatório de gestão, os membros do conselho de administração auferiram as remunerações, constantes nos quadros seguintes:

Conselho de Administração cessante: de 1-01-2023 a 5-04-2023
Quadro 9.27: Estatuto do Gestor Público do Conselho de Administração

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
Nome	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas de representação
Maria Conceição Baptista Margalha	N	B	5.758,47	1.748,05
Iria Cristina Martins Manangão Velez	S	B	3.811,52	1.520,03
Manuel Francisco Carvalho Soares	S	B	3.811,52	1.520,03
Joaquim Manuel Castanho Brissos	S	B	3.811,52	1.520,03

Fonte: RHV

Quadro 9.28: Remuneração Anual dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Remuneração Anual 1-01-2023 a 5-04-2023 (€)				
	Fixa* (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Maria Conceição Baptista Margalha	24.436,69	0,00	24.436,69	-	24.436,69
Iria Cristina Martins Manangão Velez	2.658,25	10.618,72 a)	13.276,97	-	13.276,97
Manuel Francisco Carvalho Soares	16.883,24	0,00	16.883,24	-	16.883,24
Joaquim Manuel Castanho Brissos	16.883,24	0,00	16.883,24	-	16.883,24
Total	60.861,43	10.618,72	71.480,15	-	71.480,15

*Vencimento e despesas de representação

Fonte: RHV

a) referente a férias não gozadas e subsídio de férias e de natal

Quadro 9.29: Benefícios Sociais dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA Nome	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			
Maria da Conceição Baptista Margalha	6,00	408,00	CGA	5.803,71	n.a	n.a	n.a
Iria Cristina Martins Manangão Velez	6,00	60,00	SS	3.153,28	n.a	n.a	n.a
Manuel Francisco Carvalho Soares	6,00	402,00	SS	4.009,77	n.a	n.a	n.a
Joaquim Manuel Castanho Brissos	6,00	408,00	CGA	4.009,77	n.a	n.a	n.a

Fonte: RHV

Quadro 9.30: Encargos com Viaturas

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescente
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(N.º)
Maria da Conceição L. Margalha	N	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Iria Cristina Martins Manangão Velez	N	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Manuel Francisco Carvalho Soares	N	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Joaquim Manuel Castanho Brissos	N	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Aos membros do Conselho de Administração não lhes foi atribuída viatura

Quadro 9.31: Gastos anuais associados a deslocações em serviço dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Maria da Conceição Lopes Margalha	0	0	0	n.a	0	0
Iria Cristina Martins Manangão Velez	0	0	0	n.a	0	0
Manuel Francisco Carvalho Soares	0	0	0	n.a	0	0
Joaquim Manuel Castanho Brissos	0	0	0	n.a	0	0

Fonte: RHV

Conselho de Administração em exercício de funções: de 6-04-2023 a 31-12-2023

Quadro 9.32: Estatuto do Gestor Público do Conselho de Administração

Membro do CA Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas de representação
José Carlos Capucho Queimado	S	B	4.474,87	1.789,95
Vanessa Pinto de Almeida Faria Almodôvar	S	B	3.579,90	1.431,96
Vera Cláudia Raposo Guerreiro Balsinha	S	B	3.579,90	1.431,96
António Joaquim Inácio Páscoa	S	B	3.579,90	1.431,96
Luís Carlos Paixão Coentro	N	B	5.167,87	1.431,96

Fonte: RHV

Quadro 9.33: Remuneração Anual dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA Nome	Remuneração Anual 6-04-2023 a 31-12-2023 (€)				
	Fixa* (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)= (3)-(4)
José Carlos Capucho Queimado	64 288,99		64 288,99		64 288,99
Vanessa Pinto de Almeida Faria Almodôvar	51 397,67		51 397,67		51 397,67
Vera Cláudia Raposo Guerreiro Balsinha	51 397,67	8 554,14	59.951,81		59.951,81
António Joaquim Inácio Páscoa	51 397,67		51 397,67		51 397,67
Luís Carlos Paixão Coentro	44 766,85		44 766,85		44 766,85
Total	263.248,85	8.554,14	271.802,99		271.802,99

*Vencimento e despesas de representação

Fonte: RHV

a) referente a atividade médica assistencial (Horas extraordinárias)

Quadro 9.34: Benefícios Sociais dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA Nome	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			
José Carlos Capucho Queimado	6,00	990,00	CGA	15 268,64	n.a	n.a	n.a
Vanessa Pinto de Almeida Faria Almodôvar	6,00	900,00	SS	12 206,95	n.a	n.a	n.a
Vera Cláudia Raposo Guerreiro Balsinha	6,00	912,00	SS	14 238,55	n.a	n.a	n.a
António Joaquim Inácio Páscoa	6,00	930,00	CGA	12 206,95	n.a	n.a	n.a
Luís Carlos Paixão Coentro	6,00	648,00	CGA	10 632,13	n.a	n.a	n.a

Fonte: RHV

Quadro 9.35: Acumulação de funções dos membros do Conselho de Administração

Membro do Conselho de Administração	Acumulação de Funções			Indicação da autorização e forma
	Empresa	Função	Regime	
José Carlos Capucho Queimado	Faculdade Economia da Universidade do Algarve	Docência	Público	Despacho do Gabinete do Ministro da Saúde e Secretário Estado do Tesouro n.º 4610/2023, de 10 abril
Vera Cláudia Raposo Guerreiro Balsinha	ULSBA	Atividade médica assistencial	Público	Despacho do Ministro da Saúde n.º 9982/2023, de 19 setembro

Quadro 9.36: Encargos com Viaturas

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(N.º)
José Carlos Capucho Queimado	N	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Vanessa Pinto de Almeida F Almodôvar	N	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Vera Cláudia Raposo Guerreiro Balsinha	N	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
António Joaquim Inácio Páscoa	N	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Luís Carlos Paixão Coentro	N	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Aos membros do Conselho de Administração não lhes foi atribuída viatura

Quadro 9.37: Gastos anuais associados a deslocações em serviço dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
José Carlos Capucho Queimado	0	0	0	n.a	0	0
Vanessa Pinto de Almeida Faria Almodôvar	0	0	0	n.a	0	0
Vera Cláudia Raposo Guerreiro Balsinha	0	0	0	n.a	0	0
António Joaquim Inácio Páscoa	0	0	0	n.a	0	0
Luís Carlos Paixão Coentro	0	0	0	n.a	0	0

Fonte: RHV

No global as remunerações do Conselho de Administração em 2023 totalizaram 343.283,14€.

Quadro 9.38: Remuneração Agregada dos membros do Conselho de Administração

Remuneração Agregada CA	Fixa Bruta	Outras	Total
Remuneração do CA	324.110,28€	19.172,86€	343.283,14€

Fonte: RHV

9.6.1.2. FISCALIZAÇÃO

Conselho Fiscal

A ULSBA não tem conselho fiscal.

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Por despacho n.º 1517/2016 do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, foi nomeado, para o triénio 2016-2018, o **Fiscal Único Efetivo CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.**, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 89 e na CMVM sob o n.º 20161416, representado por Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 938, e na CMVM sob o n.º 20160555, portadora do cartão de cidadão n.º 7853126 e com o domicílio profissional em Lisboa, na Rua Castilho, n.º 39 – 9.º A, cujo mandato produz efeitos à data da sua assinatura, em 29 de dezembro de 2016. Como **Fiscal Único Suplente** foi nomeado o **Dr. Luís Manuel da Silva Rosa**, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 628 e na CMVM sob o n.º 20160274 e com domicílio profissional em Lisboa, na Rua Castilho, n.º 39 – 9.º A.

Entretanto em janeiro de 2023, a referida sociedade CRC, SROC, Lda., realizou uma fusão por incorporação na sociedade Moore Stephens & Associados, SROC, S.A, com o NIF 505062615, e inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 173, e registada na CMVM com o n.º 20161476. Não foi nomeado nenhum membro suplente

A remuneração anual líquida do Fiscal Único efetivo é a constante da cláusula 9.ª do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Conselho de Administração desta entidade e o respetivo Fiscal Único, em harmonia com o estabelecido nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores

Oficiais de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída à Presidente do Conselho de Administração.

Quadro 9.39: Identificação SROC/ROC

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º anos funções exercidos sociedade
		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º. Registo na CMVM	Forma	Data	Data Contrato	
2016-2018	Fiscal Único Efetivo	Moore Stephnes & Associado, SROC, S.A.	SROC nº 173	20161476	Despacho SEATF 1517/2016	29-12-2016	-	8

Fonte: Despacho n.º 1517/2016

O ROC auferiu, no ano de 2023 a remuneração, sem IVA, indicada abaixo.

Quadro 9.40: Remuneração Anual ROC

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços €		Valor anual de Serviços Adicionais €	
	Valor Anual €	Identificação do Serviço	Valor Anual €	Identificação do Serviço
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A	16.914,96	Serviços inerentes às competências do artº 82.º do Dec.Lei n.º 52/2022, de 4 agosto	-	-

Fonte: SICCC

- a). Acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor;
b) Deslocações e alimentação

9.6.2. DO AUDITOR EXTERNO

A ULSBA não tem auditor externo.

9.7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO EGP

- **À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos:** os membros do Conselho de Administração não possuem, nem utilizam, qualquer meio de pagamento para realizar despesas ao serviço da empresa.
- **Ao não reembolso de despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal:** em cumprimento do n.º 2 do art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, não foram reembolsados, aos membros do Conselho de Administração, quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.
- **Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.** Nem os antigos membros do Conselho de Administração nem os atuais membros usufruem de viaturas de serviço.
- **Ao valor das despesas associadas a comunicações:** os vogais executivos Joaquim Brissos, Manuel Soares e Vanessa Pinto de Almeida Almodôvar, tiveram telemóvel atribuído, sendo as despesas em 2023 as constantes do quadro abaixo.

Quadro 9.41: Gastos com Comunicações dos membros do CA

Membro do CA Nome	Gastos com comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor anual	Observações
Joaquim Manuel Castanho Brissos	70	1,32	
Manuel Francisco Carvalho Soares	25	21,22	
Vanessa Pinto de Almeida Faria Almodôvar	70	6,91	

9.8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE, cumpre o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º. 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do EGP, no que se refere à realização de despesas que não estejam documentadas ou confidenciais. Todas as despesas realizadas apresentam ou têm por base um documento de suporte que as justifica.

9.9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES

De acordo com o n.º. 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º. 18/2014, de 7 de março, as empresas do setor empresarial do estado devem promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações. Assim, a ULSBA, tem adotado as medidas no que respeita ao Princípio de Igualdade de Género.

A ULSBA elaborou o Relatório para a Igualdade e Remunerações por Género, relativo ao ano de 2022, dando cumprimento ao previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março. O relatório pode ser consultado no site institucional através do seguinte link.

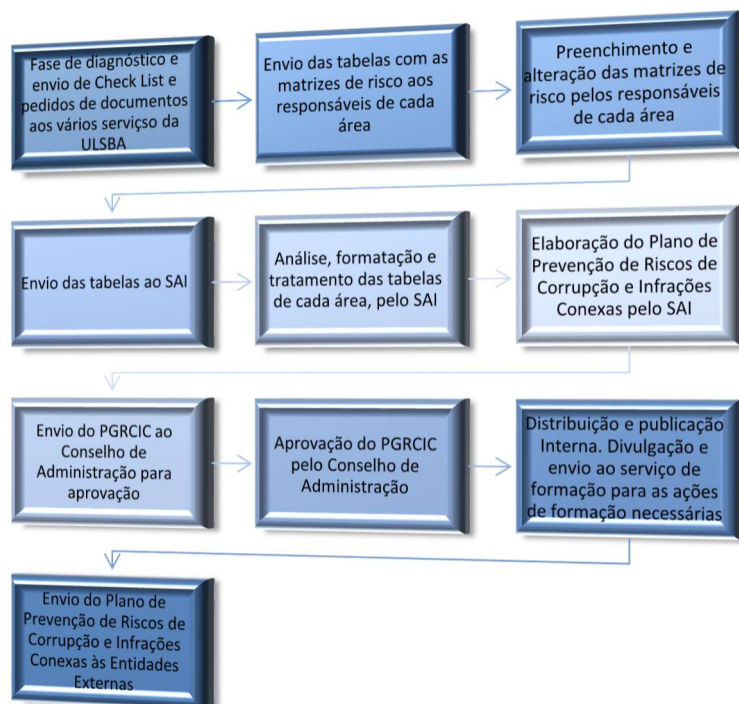
<https://www.ulsba.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/15/2023/03/Relat%C3%B3rio-de-Execu%C3%A7%C3%A3o-do-Plano-de-Preven%C3%A7%C3%A3o-de-Riscos-de-Corrupt%C3%A7%C3%A3o-e-Infra%C3%A7%C3%B5es-Conexas-2023-12.04.2024.pdf>

Na sequência do relatório as empresas do setor empresarial do Estado, devem conceder medidas concretas a integrar nos planos para a igualdade a cuja elaboração estão vinculados nos termos do n.º. 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º. 19/2012, de 8 de março, que deem resposta às situações detetadas de desigualdade salarial entre mulheres e homens.

A ULSBA, EPE aplica o princípio da igualdade salarial, com respeito pelo género porquanto as remunerações são atribuídas em função das carreiras/categorias e tabelas salariais em vigor e não em função desse mesmo género.

9.10. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2022-2023 (2ª versão) sendo um documento que envolve de forma transversal toda a instituição, deve ser elaborado com ponderação, de forma organizada, planificada e consistente. E assim, na elaboração do PPRCIC de 2022-2023, o SAI adotou a seguinte metodologia:



O Plano de Prevenção dos Riscos da Corrupção e Infrações Conexas de 2022-2023, foi finalizado em dezembro de 2022 e comunicado às entidades tipificadas nos estatutos da ULSBA e SNS. O relatório de execução do ano de 2022, foi elaborado no 1.º Trimestre de 2023 e o de 2023 será elaborado até ao final do 1.º trimestre de 2024.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para 2022-2023 foi publicado no site da intranet da instituição Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo visível a todos os funcionários durante 15 dias, continuando disponível nas “notícias da ULSBA”. Também, foi publicado no site institucional da ULSBA, e visível na internet a todos os que pretendam consultá-lo. Além disso, foi publicado no site da Auditoria Interna da intranet pertencente à ULSBA. Foi ainda enviado ao Serviço de Formação e Investigação um pedido do SAI para serem incluídas no Plano de Formação anual ações de formação profissional para divulgação do mesmo.

9.11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No cumprimento das regras de contratação pública, o Serviço de Aprovisionamento e Logística da ULSBA realizou no ano transato, 2787 procedimentos, cujos encargos financeiros assumidos foram de cerca de 25 milhões de euros. Essas aquisições foram repartidas pelas diferentes áreas de suporte à

prestação de cuidados, conforme quadro que se apresenta.

Destacamos quer as compras da farmácia, reagentes e material de consumo clínico, correspondem a 63% do volume financeiro total. Já os investimentos realizados não representam mais do que 4% dessa despesa, conforme retrata a informação do seguinte quadro.

Quadro 9.42: Procedimentos de Aquisição e Volume Financeiro

Rótulos de Linha	AD SIMPLIFICADO	QT	AJUSTE DIRETO	QT	C. PÚBLICO	QT	C. PRÉVIA	QT	CONT. EXCLUÍDA	QT	REN. CONTRATO	QT	SPMS	QT	TOT. VALOR	TOT. QT
CAT	187 178,94 €	272	602 858,78 €	164	82 748,25 €	1	8 487,00 €	1					86 370,61 €	3	967 643,58 €	441
Consumo Clínico	520 086,01 €	297	519 460,62 €	64	388 948,30 €	3	85 033,48 €	4			1 148 037,15 €	22	503 276,62 €	31	3 164 842,18 €	421
Farmacia	85 123,93 €	117	1 112 531,04 €	91	0,00 €	0	1 976,69 €	1	0,00 €	0	0,00 €	0	9 272 845,59 €	282	10 472 477,25 €	491
Investimento	106 397,31 €	95	427 073,03 €	26	315 389,13 €	8	120 932,18 €	8			0,00 €	1	179 882,07 €	5	1 149 673,72 €	143
Outros	276 974,98 €	537	34 660,82 €	24	72 637,04 €	1	136 175,82 €	3	7 757,34 €	3	19 226,27 €	2	85 319,46 €	2	632 751,73 €	572
Reagentes	32 498,75 €	74	361 961,49 €	29	24 993,60 €	1	13 234,80 €	1			1 540 759,69 €	11	1 872,40 €	1	1 975 320,73 €	117
Sem NE	16 116,82 €	36	112 196,63 €	47	90 292,55 €	8	71 094,38 €	14	0,00 €	14			56 254,95 €	18	345 955,33 €	137
Sem NE S.Médicos									0,00 €	97					0,00 €	97
Serviços	107 072,53 €	142	1 249 301,49 €	81	0,00 €	4	223 764,24 €	10	743 660,46 €	71	190 399,26 €	2	0,00 €	2	2 514 197,98 €	312
Transportes									3 437 517,72 €	56					3 437 517,72 €	56
TOTAL GERAL	1 331 449,27 €	1570	4 420 043,90 €	526	975 008,87 €	26	660 698,59 €	42	4 188 935,52 €	241	2 898 422,37 €	38	10 185 821,70 €	344	24 660 380,22 €	2787

Fonte: Serviço de Aprovisionamento e Logística-março-2024

A ULSBA assume elevada despesa com o transporte de doentes, cerca de 14% do valor das aquisições realizadas. O facto deve-se sobretudo às distâncias a percorrer que são consideráveis e às quantidades de pedidos para responder às necessidades de saúde dos utentes.

Os procedimentos que tivemos que realizar para aquisição de serviços tem significado e são cerca de 10% da totalidade.

Realizámos 26 procedimentos por concurso público, que não atingiu 1 milhão de euros; a contratação excluída com 241 procedimentos, e encargos superiores a 4 milhões de euros, abrange um elevado e cada vez maior número de médicos de especialidades que nos obriga a contratação e deslocações para prestação de serviços de urgência.

9.12. ADESÃO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

A ULSBA é entidade compradora voluntária tendo efetuado ao abrigo do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) significativo número de aquisições ao abrigo dos acordos quadro da ESPAP, mas sempre através da Unidade Ministerial de Compras (UMC), representada pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), bem como aderiu a vários outros procedimentos centralizados por aquela UMC. Utilizámos os acordos quadro e contratos públicos disponíveis no catálogo eletrónico de compras na saúde.

Do valor global de compras:

Mais de 40% são procedimentos centralizados de agregação pela Unidade Ministerial de Compras, através dos SPMS. Assim, vemos um acréscimo de ganhos porque as instituições de pequena e média dimensão não têm o poder negocial das grandes instituições.

	Valor
Valor Total de processos de compra	24.660.380 €
Processos centralizados SPMS	10.185.821 €

Celebrámos no ano de 2023, contratos ao abrigo de vários acordos quadro da ESPAP, via SPMS e de processos centralizados exclusivos da UMC-SPMS.

Destacam-se os seguintes contratos celebrados em 2023:

1. Fornecimento de Eletricidade;
2. Gás Natural;
3. Papel;
4. Economato;
5. Consumíveis de Impressão;
6. Combustíveis Rodoviários;
7. Segurança e Vigilância;
8. Higiene e Limpeza;
9. Serviços de Manutenção Corretiva e Evolutiva de Sistemas Informáticos para os sistemas Glinnt, Maxdata, Sectra e Sisqual;
10. Medicamentos.

9.13. PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

O parque automóvel da ULSBA, EPE, dispõe de 56 viaturas, 32 em regime de aluguer operacional de veículos (AOV); são propriedade da ULSBA, EPE, 16 viaturas onde está incluída a viatura da VMER, cedida pelo INEM. A ARSA cedeu-nos ainda 8 veículos, através de protocolo específico.

Em função das necessidades, o Serviço de Transportes gere diariamente a afetação das viaturas.

Na sede, unidade hospitalar, dispomos de 50% dos veículos, incluindo a VMER, e as que o Serviço de Instalações e Equipamentos, responsável pelas manutenções de todos os edifícios e instalações nos concelhos, utiliza nas suas deslocações praticamente diárias. As restantes viaturas distribuem-se nas diferentes unidades de saúde que constituem os cuidados de saúde primários.

O quadro que se segue, reporta os encargos que assumimos com a referida frota, distribuídos pelas rubricas de combustíveis, IUC, manutenção, leasing/renting portagens e seguros. Esta despesa que é na ordem dos 318.497,29€, advém sobretudo dos encargos com combustível, fruto das deslocações diárias a Lisboa, Évora e trabalho de profissionais nos diferentes concelhos da área de referência.

Quadro 9.43: Gastos com viaturas em 2023 e 2022

Ano	Combustível	IUC	Manutenção	Leasing/ Renting	Portagens	Seguros	Total
2023	130.300,78€	1.081,90€	41.462,14€	124.561,88€	12.705,18€	8.385,41€	318.497,29€
2022	157.409,11 €	1.015,54 €	35.144,74 €	128.355,50 €	13.823,05 €	8.505,68 €	344.253,62 €

Fonte: Serviço de Transportes

9.14. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS

Na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2023-2025, foram tidas em consideração as orientações da Tutela emanadas no Despacho do Secretário de Estado do Tesouro n.º 252/2022-SET, de 18 de agosto, que definiu as instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IEPG) para 2023-2025.

Quadro 9.44: Gastos Operacionais

Gastos Operacionais	Orçamento 31/12/2023	Realizado 31/12/2023	Δ (%) (Orç- Real)	Realizado 31/12/2022	Δ (%) (2023/2022)
Custo Mercadorias vendidas e matérias Consumidas	18 496 556	17 848 315	-3,5%	17 172 174	3,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	30 695 024	30 165 089	-1,7%	30 542 470	-1,2%
Gastos com Pessoal	65 963 652	65 257 913	-1,1%	62 854 239	3,8%
Gastos de depreciações e de amortização	1 603 922	1 973 964	23,1%	1 605 335	23,0%
Perdas por imparidade	89 104	203 543	128,4%	21 276	856,7%
Provisões do exercício	105 637	1 011 295	857,3%	376 466	168,6%
Outros Gastos e Perdas	1 490 512	1 332 217	-10,6%	1 236 139	7,8%
Total Gastos Operacionais	118 444 407	117 792 334	-0,6%	113 808 099	3,5%

Fonte: SICC

Quadro 9.45: Indicadores de Eficiência Operacional

							UM:€	
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2023/2022		2023/orç		Observações
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %	
GO/Doentes Padrão	10 450	9 968	9 681	769	7,9%	482	4,8%	Não cumpre
Horas extraordinárias, serviços médicos e honorários	12 330 486	12 870 952	11 623 179	707 307	6,1%	-540 466	-4,2%	Não cumpre
Fornecimentos e Serviços Externos	30 165 089	30 695 024	30 542 470	-377 381	-1,2%	-529 935	-1,7%	Cumpre
Gastos com Pessoal sem os impactos	59 649 922	60 654 207	59 326 187	323 735	0,5%	-1 004 285	-1,7%	Cumpre
i. Gastos com Deslocações e Alojamento	51 926	21 018	29 362	22 564	76,8%	30 908	147,1%	Não cumpre
ii. Gastos com Ajudas de custo	114 686	130 715	117 940	-3 254	-2,8%	-16 029	-12,3%	Cumpre
iii. Gastos associados à frota automóvel	318 497	362 112	344 254	-25 757	-7,5%	-43 615	-12,0%	Cumpre
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	22 097	30 033	0	22 097	#DIV/0!	-7 936	-26,4%	
(11) Total dos gastos (i) + (ii) + (iii) + (iv)	507 207	543 878	491 556	15 651	3,2%	-36 671	-6,7%	Não cumpre

Fonte: SICC

Para o cálculo do rácio dos gastos operacionais pelo volume de negócios foi utilizado o número de doente padrão, provisório, uma vez que, segundo informação da ARS a informação do mês de dezembro, ainda não é a definitiva. O rácio dos gastos operacionais anuais pelo doente padrão apresenta uma evolução desfavorável em 2023 face ao estimado para 2022.

Quanto ao rácio dos gastos globais com horas extraordinárias e prestações de serviços médicos, a ULSBA, não cumpriu este rácio, uma vez que apresenta um acréscimo de 6,1% comparativamente ao período homólogo

Os gastos globais com horas extraordinárias totalizaram 6 milhões 429 mil euros, menos 408 mil euros comparativamente ao período homólogo e menos 612 mil euros que o valor estimado para 2023.

Quanto aos gastos com prestação de serviços médicos atingiram o valor de 3 milhões 976 mil euros, superior em 20,6% o valor realizado em 2022. Estes acréscimos explicam-se pela dificuldade que a ULSBA continua a ter no recrutamento de médicos para o mapa de efetivos nas especialidades mais carenciadas, obrigando ao recurso a contratos de prestação de serviços, para reforçar equipas sobretudo no serviço de urgência em défice decorrentes de aposentações, nas especialidade de obstetria/ginecologia, pediatria, anestesiologia, cirurgia, ortopedia e medicina geral e familiar, bem como no serviço de internamento e nas consultas hospitalares e nos centros de saúde bem como alguns serviços de MCDT. Para além do aumento no número de contratos, este acréscimo também se justifica pela subida do aumento do valor unitário das horas.

Em 2023 celebraram-se mais 20 contratos de prestação de serviços, quer em nome individual quer com empresas.

Os gastos com honorários também apresentam um crescimento de 29,2% comparativamente aos valores de 2022.

Quadro 9.46: Gastos Horas Extraordinárias e Serviços Médicos

Gastos Horas Extraordinárias e Serviços Médicos	2023	2022	Variação 2023/2022
Gastos com as Prestações de Serviços Médicos	3.975.965	3.295.736	20,6%
Gastos com Honorários Médicos	1.925.527	1.490.334	29,2%
Gastos com as Horas Extraordinárias	6.428.994	6.837.109	-6,0%
Total	12.330.486	11.623.179	6,1%

Fonte: SICC

Os gastos com fornecimentos externos apresentam um total de 30 milhões e 165 mil euros, traduzindo-se numa redução de 1,2% comparativamente ao período homólogo e numa diminuição de 1,7% face ao valor estimado para 2023, concretizando a redução esperada no PAO.

Em 2023, os gastos com pessoal totalizaram 65 milhões e 258 mil euros, representando um acréscimo de 3,8% (+2 milhões 404 mil euros) face ao registado no período homólogo e menos 1,1% (- 706 mil euros) comparativamente ao valor estimado em orçamento. Para este aumento contribuiu a aplicação de várias medidas legislativas, ocorridas no ano de 2023, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 80-B/2022, de 28 de novembro (atualização reposicionamento remunerações dos enfermeiros); o Decreto-Lei n.º 84-F/2022 de 16 de dezembro (atualização valor base remuneratório Administração Pública (BRAD) para 761,58€); Decreto-Lei n.º 85-A/2002, de 22 de dezembro (atualização da RMMG para 760€); Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril (atualização intercalar remunerações em 1%); Decreto-Lei n.º 50-A/2022, de 25 de julho, na sua redação atual (regime remuneratório especial à prestação de trabalho suplementar aos médicos); Portaria n.º 280/2022, de 18 de novembro e Portaria 107-A/2023 de 18 de abril (atualização do subsídio de alimentação); e aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho das carreiras gerais.

Se ao total dos gastos com pessoal forem excluídos os relativos aos órgãos sociais, deduzidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, os gastos atingem o valor de 59 milhões 650 mil euros, ou seja representando um acréscimo de 0,5% mais 324 mil euros comparativamente a 2022 e menos 1 milhão e 4 mil euros face ao valor previsto em orçamento.

Analisando os gastos globais com as deslocações, ajudas de custos e alojamento, gastos associados à frota automóvel, e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria, totalizaram 507.207€, verificando-se um acréscimo de 3,2% face a igual período homólogo e uma redução 6,7% face ao valor estimado em orçamento.

9.15. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Em cumprimento do previsto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, durante o exercício de 2023 a ULSBA manteve as suas disponibilidades maioritariamente no IGCP e não efetuou aplicações financeiras. Contudo, ao longo do exercício, existiram ainda alguns movimentos e saldos, poucos expressivos, que foram efetuados na banca privada, somente para valores movimentados pelo Sistema de Pagamentos a Convencionados. Em 2022 foi enviado ofício n.º SAI-ULSBA/2022/1997, de 20 de maio, reforçando o pedido para que nos seja concedida autorização para dispensa parcial do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado, nos termos do n.º 6 do artigo 115 do decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, tendo obtido através do ofício n.º SGC-2022/93, de 17 de junho de 2022, despacho favorável de autorização no sentido de excecionar do cumprimento da UTE, para os anos de 2022 e 2023, somente os valores movimentados pelo sistema de pagamentos a convencionados.

A ULSBA cumpre o disposto no n.º 3 do artigo 28.º do RJSPE, conjugado com o artigo 105.º da LOE 2023 e artigo 91.º do DLEO 2023, presta informação à DGTF, através do formulário SIRIEF, dos montantes e as entidades em que se encontram aplicadas as disponibilidades e aplicações financeiras.

Em 31/12/2023 o saldo da conta no IGCP era de 3.093.369,18 €, representando 99,9% da totalidade dos depósitos bancários, o saldo no Novo Banco era de 49,47 € e no Millennium BCP era de 1.421,50 €. Não existiram juros a entregar em 2023.

IGCP	1.º Trimestre (€)	2.º Trimestre (€)	3.º Trimestre (€)	4.º Trimestre (€)
Disponibilidades	2.141.384,53	2.769.872,75	3.933.440,00	3.093.369,18
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	2.141.384,53	2.769.872,75	3.933.440,00	3.093.369,18

Banca Comercial	1.º Trimestre (€)	2.º Trimestre (€)	3.º Trimestre (€)	4.º Trimestre (€)
Novo Banco	142,80	142,80	142,80	49,47
Millennium BCP	1.425,92	1.220,25	18.510,51	2.027,88
Total	1.568,72	1.363,05	2.326,17	2.077,35
Juros auferidos	0	0	0	0

9.16. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

No período em análise a ULSBA não recebeu recomendações do Tribunal de Contas, nem foi alvo de ações de auditoria daquela Entidade.

As auditorias que se encontram a decorrer são de anos anteriores e cujos processos, ainda, se encontram em curso:

Tribunal de Contas

- Auditoria ao reforço de ventiladores mecânicos invasivos do SNS para resposta à COVID-19.

IGAS

- Processo n.º 3/2020-INS – Inspeção ao Serviço de Urgência Básica de Moura;

- Processo n.º 2/2021/INS – Inspeção ao Plano de Vacinação contra a COVID-19;
- Processo n.º 10/2021-INQ – Processo de inquérito ao Plano de Vacinação contra a COVID-19;
- Auditoria n.º 21/2021-AUD – Auditoria à gestão da mudança para a transformação digital;
- Processo n.º 0007/2023-INS – Inspeção ao Procedimento de Interrupção da Gravidez;
- Auditoria n.º 26/2023-AUD – Cumprimento dos objetivos do Programa da Promoção de Investigação e Desenvolvimento no SNS;
- Auditoria n.º 29/2023-AUD – Desburocratização e Simplificação Administrativa no SNS;
- Auditoria n.º 044/2023-AUD – Sistema de Controlo Interno e de Comunicação de Irregularidades dos estabelecimentos do SNS

ERS

- Processo de inquérito n.º ERS 102-2020.
- Notificação de apensação ao processo de monitorização n.º PMT/10/2020.

9.17. ELABORAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 1 DE AGOSTO

A Unidade Local de Saúde apresentou o plano para a igualdade de género e não discriminação para o ano de 2023, o qual tem como principais objetivos:

- Reconhecer sem qualquer tipo de reserva que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um direito fundamental;
- A aposta na promoção tendente à mudança de paradigma no que concerne à cultura de organização de forma a permitir a integração da igualdade nos atos de gestão;
- A redução dos desequilíbrios detetados e a prevenção para que não aconteçam no futuro.

A adoção de medidas concretas no que respeita ao Princípio de Igualdade do Género estão salvaguardadas desde logo, pela Constituição da República Portuguesa e pela obrigatoriedade legal de tornar claro nos processos de recrutamento que não existe discriminação de género. Política de Igualdade – em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. Não há diferenciação nestes processos, como também não o há em processos de promoção, em remunerações ou ainda em nomeações para cargos de chefia.

O Plano para a igualdade de género está publicado na página oficial da ULSBA, podendo ser consultado no seguinte link:

<https://www.ulsba.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/15/2023/03/Plano-Igualdade-Genero-2023-26.02.2024.pdf>

9.18. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A apresentação da demonstração não financeira é obrigatória para as grandes empresas ou empresas

mãe de um grande grupo que sejam entidades de interesse público, que à data de 31 de dezembro excedam um número médio de 500 trabalhadores, a qual deverá igualmente ser apresentada pelas demais empresas públicas, sempre que o impacto da respetiva atividade nas questões sociais, ambientais e relativas aos trabalhadores, entre outras, o justifique.

Sempre que a empresa apresente a demonstração não financeira (incluída no relatório de gestão ou em relatório separado) fica dispensada da apresentação, no relatório de gestão, das referências ao desempenho não financeiro previstas no n.º 3 do artigo 66.º do CSC ou no n.º 3 do artigo 508.º-G do CSC.

A ULSBA considera que todos os pontos elencados no artigo 66.º-B n.º 2 do CSC, se encontram disponíveis no Relatório do Governo Societário, elaborado anualmente, pelo que, considera não ser necessária a apresentação de um novo documento, conforme previsto no n.º 8 do artigo 66.º-B do CSC.

9.19. INFORMAÇÃO NO SITE DO SEE

A divulgação de informação, nos termos dos Princípios de Bom Governo, encontra-se disponível no *site* do SEE, conforme indicações do seguinte quadro.

Quadro 9.47: Informação a constar no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/ N.A	Data Atualização	
Estatutos	S	2022	Decreto-Lei n.º 52/2022, 4 de agosto
Caracterização da Empresa	S	2023	Informação atualizada PAO 2024-2026
Função de tutela e acionista	S		A informação consta site SEE
Modelo Governo / Identificação Órgãos Sociais	S	2023	Informação atualizada em 2023 no RGS
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	2023	Informação atualizada em 2023 no RGS
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2023	Informação atualizada em 2023 no RGS
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2023	Informação atualizada em 2023 no RGS
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho Administração	S	2023	Informação atualizada em 2023 no RGS
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2023	Informação atualizada em 2023 no RGS
Esforço Financeiro Público	S	2018	
Ficha Síntese	S	2016	Aguarda despacho aprovação contas 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 para atualização
Informação Financeira histórica e atual	S	2016	Aguarda despacho aprovação contas 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 para atualização
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2016	Informação atualizada em 2023 no RGS
- Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	2016	Informação atualizada em 2023 no RGS
- Outras transações	S	2016	Informação atualizada em 2023 no RGS
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2016	Informação atualizada em 2023 no RGS
Económico	S	2016	Informação atualizada em 2023 no RGS
Social	S	2016	Informação atualizada em 2023 no RGS
Ambiental	S	2016	Informação atualizada em 2023 no RGS
- Avaliação do cumprimento dos PBG	S	2016	Informação atualizada em 202 no RGS
- Código de Ética	S	2022	Revisto pelo C.A em 19/10/2022

Foram efetuadas todas as atualizações à informação no site SEE solicitadas pela DGTF.

A informação relativa à ficha síntese, informação financeira histórica e atual e princípios do bom governo, publicado no site do SEE, é referente ao ano de 2016, uma vez que as contas a partir desse ano ainda não foram aprovadas pela Tutela e cuja atualização depende da intervenção da DGTF. No entanto esta mesma informação encontra-se atualizada a 31/12/2023 no Relatório do Governo Societário e publicada no site institucional.

9.20. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Quadro 9.48: Cumprimentos de Orientações Legais

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão			
Cuidados de Saúde Primários	S	42,5% cumprimento	9.1
Cuidados de Saúde Hospitalares	S	24,0% cumprimento	9.1
Eficiência e Sustentabilidade Económico-Financeira	S	9,2% cumprimento	9.1
Resultados em Intern, consultas hosp. e urgências evitáveis	S	18,4% cumprimento	9.1
Índice Desempenho Global	S	94,0% cumprimento	9.1
Metas a atingir constantes no PAO 2023			9
Investimento	S	48,5% cumprimento face ao PAO 2023	9.1
Nível de endividamento	N.A	N.A	9.2
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	94,0% cumprimento	9.1
Gestão do Risco Financeiro	N.A	N.A	9.2
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A	N.A	9.3
Evolução do PMP a fornecedores	S	-36,42 dias	9.4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	3.586.749€	9.4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação do acionista na ultima aprovação de contas	N.A	Até à data, a ULSBA, não tomou conhecimento da aprovação das contas de 2013, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022	9.5
Reservas emitidas na última CLC			
Não existem avaliações atualizadas do património imobiliário que permitam confirmar o justo valor dos terrenos e edifícios.		Por motivos de constrangimentos financeiros não foram realizadas, ainda, as avaliações	-
Não existe inventário permanente, nem a prática regular de contagens físicas e de controlo dos bens nos armazéns avançados nos diversos serviços e conferência de terceiros, impossibilitando a verificação do montante inicial e final do ativo e o eventual montante dos ajustamentos ao Ativo		Em 2022 implementou-se o armazém avançado Bloco Operatório. Para 2023 ponderou-se a implementação em outros serviços, mas com a nomeação de nova coordenação do serviço o processo atrasou-se.	-
Existem Responsabilidades por registar no Passivo de 301.358€		Referem-se a diferenças identificadas na reconciliação de terceiros que, em parte, foram regularizadas no exercício de 2023	-
Remunerações/honorários			
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023	N.A	Já não existem reduções remuneratórias	9.6.1
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	N.A	Nunca foram atribuídos cartões de crédito aos membros do CA	9.7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	N.A	Nunca se verificou reembolso de despesas representação pessoal	9.7
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	-	9.7

Quadro 9.49: Cumprimentos de Orientações Legais (continuação)

Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	N.A	Não existem viaturas serviço atribuídas aos-membros do C.A	9.7
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Todas as despesas realizadas apresentam ou têm por base um documento de suporte que as justifique	9.8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://www.ulsba.min-saude.pt/category/instrumentos-de-gestao/	9.9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://www.ulsba.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/15/2023/03/Relat%C3%B3rio-de-Execu%C3%A7%C3%A3o-do-Plano-de-Preven%C3%A7%C3%A3o-de-Riscos-de-Corrup%C3%A7%C3%A3o-e-Infra%C3%A7%C3%B5es-Conexas-2023-12.04.2024.pdf	9.10
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	A regra é a utilização da plataforma eletrónica de compras públicas, com exceção dos ajustes diretos	9.11
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A	-	-
Contratos submetidos a visto prévio do TC		No ano de 2023 não foram submetidos contratos ao TC	9.11
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas		41,3% dos processos de compras foram processos centralizados na SPMS	9.12
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Total Gastos Operacionais 118.444.407€	9.14
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)			9.15
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99,9%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	2.077,35€	9.15
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A	-	9.15
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)			
Auditoria ao reforço de ventiladores mecânicos invasivos do SNS para resposta à COVID 19		Em curso, pelo que ainda não são conhecidas conclusões	9.16
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	https://www.ulsba.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/15/2023/03/Plano-Igualdade-Genero-2023-26.02.2024.pdf	9.17
Apresentação da demonstração não financeira	S	-	9.18

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da competência estatutária, o Conselho de Administração, por deliberação de 15 de abril de 2024, propõe que o resultado líquido apurado, no exercício de 2023, no valor de 79.918,36 euros tenha a seguinte aplicação:

Resultados transitados: 79.918,36 euros

Beja, 15 de abril de 2024

11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11.1. BALANÇO ANALÍTICO

Quadro 11.1: Balanço Analítico em 31-12-2023 (em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente		29 720 317,43	27 047 553,89
Ativos fixos tangíveis	1-2-5-12-23	28 510 727,50	26 231 239,32
Ativos intangíveis	1-2-3-23	897 272,72	542 199,30
Outros ativos financeiros	1-2-18	312 317,21	274 115,27
Ativo corrente		38 109 190,80	36 607 236,28
Inventários	1-2-10-18	4 781 251,88	4 638 980,75
Clientes, contribuintes e utentes	1-2-13-18	1 004 112,45	1 199 631,04
Estado e outros entes públicos	1-2-18	107 544,78	242 319,16
Outras contas a receber	1-2-14-18	29 106 008,66	29 681 616,48
Diferimentos	1-2	9 489,00	8 570,19
Caixa e depósitos	1-2-18	3 100 784,03	836 118,66
Total Ativo		67 829 508,23	63 654 790,17
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		-23 898 103,76	-25 323 039,24
Património/Capital	1-2-18	90 025 968,00	88 400 000,00
Reservas	1-2-18	7 285,63	7 285,63
Resultados transitados	1-2-18	-138 888 957,16	-123 927 897,34
Excedentes de revalorização	1-2-5-18	8 485 762,26	8 713 888,32
Outras variações no Património Líquido	1-2-18	16 391 919,15	13 605 989,95
Resultado líquido período	1-2-18	79 918,36	-12 122 305,80
Total do Património Líquido		-23 898 103,76	-25 323 039,24
PASSIVO			
Passivo não corrente		2 809 625,16	1 910 904,62
Provisões	1-2-15	2 809 625,16	1 910 904,62
Passivo corrente		88 917 986,83	87 066 924,79
Fornecedores	1-2-18	12 240 770,86	12 932 750,32
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	1-2-18	54 882 608,72	51 474 354,04
Estado e outros entes públicos	1-2	2 317 020,62	2 842 175,45
Fornecedores de investimentos	1-2	499 642,59	1 653 765,52
Outras contas a pagar	1-2-18	17 563 346,04	18 163 879,46
Diferimentos	1-2	1 414 598,00	
Total do Passivo		91 727 611,99	88 977 829,41
Total do Património Líquido e Passivo		67 829 508,23	63 654 790,17

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

11.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, E. P.E

Capital social 88.400.000,00€ NIPC 508 754 275

R. Dr. António Fernando Covas Lima, s/n

7800 Beja

Quadro 11.2: Demonstração de Resultados por Natureza de 01-jan 2023 a 31 de dezembro 2023 (em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	1-2-23	468 303,37	357 451,86
Prestações de serviços e concessões	1-2-13-23	110 511 318,82	98 189 621,85
Transferências e subsídios correntes obtidos	1-2-14-23	3 343 888,98	115 879,62
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	1-2-10	-17 848 314,53	-17 172 174,29
Fornecimentos e serviços externos	1-2	-30 165 089,27	-30 542 469,84
Gastos com pessoal	1-2-23	-65 257 912,71	-62 854 238,93
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	1-2	-78 351,70	-427,76
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1-2	-125 040,59	-19 465,08
Provisões (aumentos/reduções)	1-2-15	-898 720,54	-268 042,19
Outros rendimentos	1-2-13-14-23	3 565 187,35	3 030 452,46
Outros gastos	1-2	-1 332 216,75	-1 236 138,69
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		2 183 052,43	-10 399 550,99
Gastos/reversões de depreciação e amortização	1-2-3-4-5-23	-1 973 963,58	-1 605 335,27
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		209 088,85	-12 004 886,26
Juros e rendimentos similares obtidos	1-2	2 382,66	326,79
Juros e gastos similares suportados	1-2	-35 944,24	-20 776,00
Resultado antes de impostos		175 527,27	-12 025 335,47
Imposto sobre o rendimento	1-2-18-23	-95 608,91	-96 970,33
Resultado líquido do período		79 918,36	-12 122 305,80

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

11.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA

Quadro 11.3: Demonstração de Fluxos de Caixa a 31 Dezembro 2023 (em euros)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Recebimento de clientes	1-2-13	113 815 623,20	101 364 815,18
Recebimento de transferências e subsídios correntes	1-2-14	3 243 441,85	156 615,09
Recebimento de utentes	1-2	468 907,13	512 079,50
Pagamento a fornecedores	1-2	-50 497 219,05	-49 887 655,86
Pagamento ao pessoal	1-2-19	-50 130 565,41	-45 423 311,54
Pagamentos a contribuintes / utentes	1-2	-493,85	-114,40
Pagamento Prestações sociais	1-2	-11 177 518,16	-10 027 312,13
Caixa gerada pelas operações		5 722 175,71	-3 304 884,16
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento	1-2-18	-5 150,89	-115 741,93
Outros recebimentos/pagamentos	1-2-13	-3 117 811,97	-4 420 590,21
Fluxo de caixa das actividades operacionais (a)		2 599 212,85	-7 841 216,30
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	1-2-5-12	-4 973 912,26	-2 735 183,34
Ativos intangíveis	1-2-3	-666 851,16	-262 892,94
Investimentos financeiros	1-2	-30 686,95	-69 869,24
Outros ativos	1-2	-203 144,49	-1 568,25
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos tangíveis	1-2-5	8 604,01	30 392,50
Investimentos financeiros	1-2	7,99	28 268,55
Subsídios ao investimento	1-2	3 802 906,91	824 123,67
Juros e rendimentos similares	1-2	1 088,25	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		-2 061 987,70	-2 186 729,05
Fluxo de Caixa das Actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	1-2	1 625 968,00	
Cobertura de prejuízos	1-2-18	145 747,00	10 260 513,00
Doações	1-2-18		9 250,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	1-2	-44 274,78	-20 692,08
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)		1 727 440,22	10 249 070,92

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Quadro 11.4: Demonstração de Fluxos de Caixa a 31 Dezembro 2023 (em euros) (Cont)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	1-2	2 264 665,37	221 125,57
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1-2	836 118,66	614 993,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1-2	3 100 784,03	836 118,66
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1-2	836 118,66	614 993,09
Equivalentes a caixa no início do período			
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior (SGA)		836 118,66	614 993,09
De execução orçamental	1-2	731 528,56	530 662,85
De operações de tesouraria	1-2	104 590,10	84 330,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1-2	3 100 784,03	836 118,66
Equivalentes a caixa no fim do período			
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes a caixa			
Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		3 100 784,03	836 118,66
De execução orçamental	1-2	2 348 828,95	731 528,56
De operações de tesouraria	1-2	751 955,08	104 590,10

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

11.4. DEMONSTRAÇÃO NAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Quadro 11.5: Demonstração individual das alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2023 (em euros)

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Total do património líquido
		Capital/ Património Subscrito	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
Posição no início do período (1)		88 400 000,00	7 285,63	-123 927 897,34	8 713 888,32	13 605 989,95	-12 122 305,80	-25 323 039,24	-25 323 039,24
Alterações no período								0,00	0,00
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico								0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00	0,00
Correção de erros materiais								0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização	1-2-5-18			228 126,06	-228 126,06			0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações								0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	1-2-18					2 785 929,20		2 785 929,20	2 785 929,20
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	1-2-18			-15 334 932,88			12 122 305,80	-3 212 627,08	-3 212 627,08
(2)		0,00	0,00	-15 106 806,82	-228 126,06	2 785 929,20	12 122 305,80	-426 697,88	-426 697,88
Resultado Líquido do Período (3)							79 918,36	79 918,36	79 918,36
Resultado Integral (4) = (2)+(3)							12 202 224,16	-346 779,52	-346 779,52
Operações com detentores de capital no período	1-2-18	1 625 968,00						1 625 968,00	1 625 968,00
Subscrições de capital / património								0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão								0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	1-2-18			145 747,00				145 747,00	145 747,00
outras operações								0,00	0,00
(5)		1 625 968,00	0,00	145 747,00	0,00	0,00	0,00	1 771 715,00	1 771 715,00
Posição no fim do período (6) = (1)+(2)+(3)+(5)		90 025 968,00	7 285,63	-138 888 957,16	8 485 762,26	16 391 919,15	79 918,36	-23 898 103,76	-23 898 103,76

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

12. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, devendo manter-se, contudo o número de ordem das que forem utilizadas. Com vista a uma mais fácil divulgação da informação pretendida sempre que possível a mesma será também apresentada em quadros.

As notas consideradas reportam ao período de encerramento do exercício em 31/12/2023.

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Identificação da entidade, período de relato

1.1.1. Designação da entidade

A ULSBA EPE, tem o número de identificação de pessoa coletiva nº 508754275 e sede social, em Beja. Está registada na Conservatória do registo comercial de Beja.

1.1.2. Endereço da entidade

A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo EPE está sediada na seguinte morada:

- Rua Dr. António Fernando Covas Lima S/N

- 7801-849 Beja

Possui Centros de Saúde em todos os concelhos do Distrito de Beja, com exceção de Odemira.

1.1.3. Código da Classificação Orgânica

A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo EPE, tem como classificação orgânica o código 6527.

1.1.4. Tutela

A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo EPE, tem como tutela o Ministério da Saúde.

1.1.5. Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E³ é uma entidade pública empresarial⁴, com um capital social de **90. 250.968** euros⁵.

Engloba o Hospital José Joaquim Fernandes, em Beja, e os Centros de Saúde de Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa, e Vidigueira⁶. Foi criada em 1 de outubro de 2008 pelo Dec. Lei nº 183/2008 de 4 de setembro, sendo

³ Doravante designada ULSBA,EPE

⁴ A ULSBA,EPE, foi criada pelo DL nº 183/2008 de 4 de setembro de 2008.

⁵ O capital inicial da ULSBA,EPE foi constituído pelo capital estatutário do anterior Centro Hospitalar do Baixo Alentejo EPE, e uma dotação em capital de 3.538.000,00 €, seguindo-se diversos aumentos de capital conforme certidão permanente.

⁶ Todos os Centros de Saúde do Baixo Alentejo, com exceção do Centro de Saúde de Odemira (O Hospital de São Paulo foi transferido para a Santa Casa Misericórdia em janeiro de 2015).

uma entidade pública empresarial (E.P.E), cujo acionista é o Estado. Pessoa coletiva de direito público, com natureza empresarial, é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Dec. Lei nº 558/99 de 17 de dezembro e do art.º 18º do anexo da Lei nº 27/2002 de 8 de novembro. Em consequência, é-lhe aplicado o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Dec. Lei nº 558/99 de 17 de dezembro) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais (CSC).

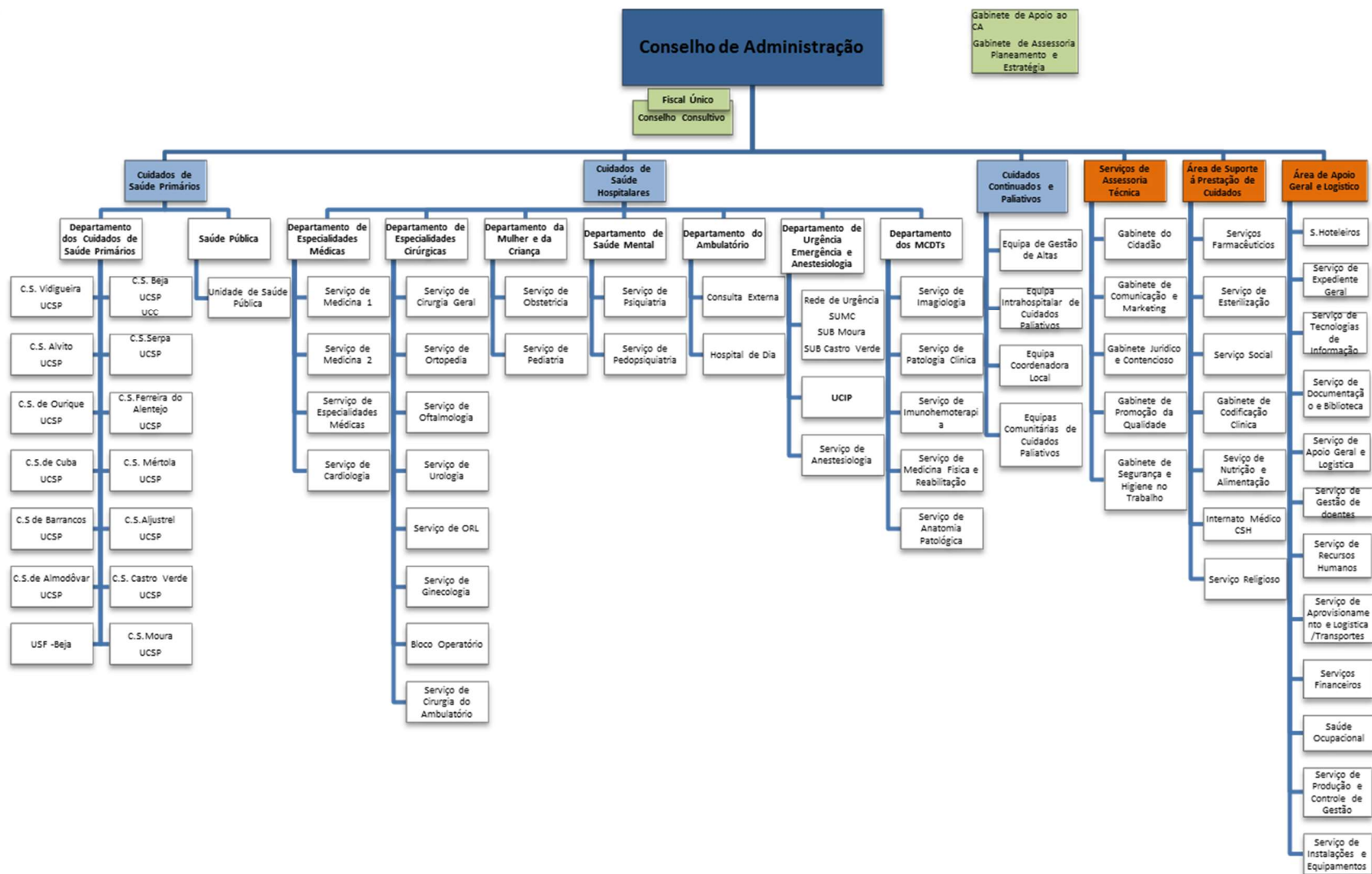
1.1.6. Natureza da atividade

A ULSBA EPE é uma entidade que presta serviços de saúde, tendo o C.A.E principal 86100 – Atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento e os C.A.E secundários, 86210 – Atividades de prática médica de clínica geral, ambulatório e 68200 – arrendamento de bens imobiliários.

1.1.7. Estrutura organizacional

A ULSBA apresenta a estrutura definida no presente organograma.

Comissões Técnicas
C. de Farmácia e Terapêutica
C. de Integração de Cuidados
C. da Qualidade
C. de Ética
PPCIRA
C. Coordenadora Oncológica
C. Técnica de I. V. Gravidez
C. de Transfusão e Hemoderivados
C. de Gestão Integrada da Doença
C. do Processo Clínico
C. de Saúde e Segurança no Trabalho
C. de Apoio à Criança e à Família
C. de Normalização do Equipamento e Material de Consumo Clínico



1.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras da entidade, período de relato

A ULSBA EPE adotou o normativo contabilístico SNC-AP desde 01/01/2018, conforme legislação aplicável.

1.3. Referencial contabilístico aplicado e disposições deste normativo que tenham sido derogadas

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto Lei 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

1.4. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

1.5. Forma como a transição de normativos anteriores para o normativo SNC-AP afetou de forma substancial a posição financeira e o desempenho orçamental

Não aplicável

1.5.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Rubricas	2023	2022
Numerário	5 337,50	5 723,80
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3 095 446,53	830 394,86
Equivalentes a caixa		
Caixa e seus equivalentes	3 100 784,03	836 118,66
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes no balanço	3 100 784,03	836 118,66

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do corrente exercício foram preparadas de acordo com os critérios de mensuração seguintes:

- Ativos intangíveis: após o seu reconhecimento, foram registados pelo custo, deduzidas as amortizações acumuladas e as imparidades acumuladas para cada classe de bens;
- Os ativos fixos tangíveis foram mensurados ao custo, ou seja, o equivalente a dinheiro,

acrescidos das benfeitorias aos bens. Subsequentemente, foram deduzidas as depreciações acumuladas e imparidades. Nos Ativos Fixos Tangíveis sem contraprestação como no caso das ofertas de ativos fixos tangíveis, foi utilizado o valor de mercado, ou excecionalmente, o valor patrimonial tributável (§ 19 NCP5). Estas políticas contabilísticas foram aplicadas a uma classe inteira de ativos;

- As provisões, foram mensuradas de acordo com as estimativas do dispêndio exigido para liquidar a obrigação à data de relato e tendo em conta o § 40 da NCP 15;
- Os inventários foram mensurados pela quantia mais baixa entre o valor realizável líquido, salvo nas aquisições sem contraprestação, valorizadas ao justo valor;
- Os rendimentos sem contraprestação foram mensurados pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade;
- Ao nível dos passivos, os rendimentos sem contraprestação, foram mensurados pela melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação à data de relato;
- As ofertas e doações foram mensuradas pelo justo valor à data de aquisição tendo por referência o valor de mercado;

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A depreciação e amortização dos bens do ativo fixo tangível e ativo intangível, foram efetuadas tendo por base o seu período de vida útil estimado. Os ativos fixos tangíveis foram reconhecidos como ativos, tendo por base o fluxo de futuros benefícios económicos para a entidade e apenas os que foram mensurados fiavelmente. Assim, o custo do ativo fixo tangível engloba:

- O seu preço de compra, incluindo os seus direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis (caso do IVA), após a dedução dos descontos e abatimentos;
- Quaisquer outros custos atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessária, bem como o funcionamento do mesmo;
- A estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local onde está localizado.

Não existem ativos intangíveis com vida útil indefinida, pelo que, todos os bens foram amortizados.

Não houve registos ao valor presente, atendendo que o ativo não foi escriturado ao valor presente descontado de futuros influxos líquidos de caixa que se podia esperar dos negócios exercidos. E os passivos não foram registados ao valor presente, descontados dos futuros efluxos de caixa ou seus equivalentes que se esperaria serem necessários para liquidar os passivos no decorrer dos negócios efetuados.

A ULSBA tem vindo a adotar uma política contabilística de não depreciar os bens de valor inferior a 1.000 euros, incluindo o gasto como bens considerados como de desgaste rápido, num único período de tributação, mantendo a consistência da mesma política de anos anteriores.

2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante os anos financeiros seguintes)

Atendendo à natureza pública da instituição e ao facto de receber financiamentos públicos a ULSBA não incorre no incumprimento do princípio da continuidade apesar de registar no seu balanço, no total do património líquido, valores abaixo do desejável.

No entanto, considera-se a existência de algum risco no que se refere à divulgação de ativos e passivos, nomeadamente:

- Registo dos valores dos contratos programas e objetivos regionais, cujo método de registo pode distorcer de forma significativa o valor das demonstrações financeiras;
- Não foram efetuados testes de imparidade de ativos, pelo que, não se contabilizou quaisquer valores em perdas por imparidade em ativos;
- Existência de ativos e passivos não reconciliados, por falta de recursos humanos disponíveis;
- Risco na aplicação da NCP 26, por não existirem aplicações informáticas capazes de efetuar registos automáticos, tendo a mesma sido efetuada de forma manual com elevadas probabilidade de erros;
- A ULSBA no corrente exercício, não contabilizou impostos diferidos.

2.4. Erros materiais de períodos anteriores

No decurso do exercício de 2023 não foram registados valores considerados como materialmente relevantes que pudessem afetar as demonstrações financeiras.

NOTA 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade, que no caso, não existiram.

Foram apenas contabilizados os bens intangíveis suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros e cujo registo tivesse sido efetuado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta a partir da data da sua utilização.

O período de vida útil varia entre 3 e 7 anos, utilizando-se, essencialmente, uma taxa de amortização que varia entre **33,33% e 14,28%**.

A ULSBA relativamente aos Ativos Intangíveis, aplicou o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, possuindo fichas de cadastro atualizadas à data de relato financeiro, onde consta para além da outra informação, especificamente, para cada bem do ativo intangível, a respetiva vida útil, ou taxa de amortização, o valor das amortizações do exercício e acumuladas, e a quantia escriturada líquida final.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, aplicando as taxas de amortização constantes do Classificador complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional.

O **quadro 3.1** representa para os ativos intangíveis, a variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

3.1 Divulgação para cada classe de bens de ativos intangíveis

3.1.1 Vidas úteis ou taxas de amortização usadas

As taxas de amortização utilizadas são as decorrentes para a vida útil do bem em causa de acordo com o Classificador Complementar 2 (CC2).

A ULSBA possui fichas de cadastro de bens atualizadas à data de relato, onde consta para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

3.1.2 Métodos de amortização usados em ativos intangíveis

Método de amortização dos ativos intangíveis: a ULSBA utilizou o método da linha reta, com depreciações mensais (duodécimos).

3.1.3 Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no início e final do período

Quadro 3.1 Ativos intangíveis – Variação das Amortizações e Perdas por Imparidades Acumuladas (em euros)

ATIVOS INTANGÍVEIS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]+[3]+[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]+[7]+[8]
Projectos de desenvolvimento	12 238,50			12 238,50	12 238,50	-2 447,70		9 790,80
Programas de computador e sistemas de informação	528 197,96	-49 992,46		478 205,50	1 022 876,75	-185 078,65		837 798,10
Propriedade industrial e intelectual	2 774 010,20	-2 722 254,90		51 755,30	2 774 010,20	-2 724 326,38		49 683,82
Outros ativos intangíveis				0,00				0,00
Total	3 314 446,66	-2 772 247,36	0,00	542 199,30	3 809 125,45	-2 911 852,73	0,00	897 272,72

3.1.4 Itens de cada linha da demonstração de resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

A ULSBA não efetuou quaisquer testes de imparidade aos bens intangíveis. Assim, não existem valores registados na demonstração de resultados por natureza relativos a “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

3.1.5 Reconciliação da quantia escriturada no início e final do período, conforme quadro seguinte

Quadro 3.2 Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período (em euros)

ATIVOS INTANGÍVEIS	Variações									
	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças Câmbiais	Diminuições	Quantia escriturada final
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]	[10]	[11]=[2]+...+[10]
Projectos de desenvolvimento	12 238,50						-2 447,70			9 790,80
Programas de computador e sistemas de informação	478 205,50	494 678,79					-135 086,19			837 798,10
Propriedade industrial e intelectual	51 755,30						-2 071,48			49 683,82
Outros ativos intangíveis										0,00
Total	542 199,30	494 678,79	0,00	0,00	0,00	0,00	-139 605,37	0,00	0,00	897 272,72

De acordo com os requisitos exigidos pela NCP 3, a ULSBA não apresentou revalorizações dos ativos intangíveis, que só deverão ser efetuadas de acordo com diploma legal. Assim, a coluna 5 não apresenta valores.

Quadro 3.3 - Ativos intangíveis – Adições (em euros)

ATIVOS INTANGÍVEIS	Adições								
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, ou perdido para Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Total
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[9]=[6]+[7]+[8]
Projectos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação		494 678,79							494 678,79
Propriedade industrial e intelectual									
Outros ativos intangíveis									
Total	0,00	494 678,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494 678,79

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 Ativos Fixos Tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

5.1.1 Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis foram mensurados, inicialmente, ao custo de aquisição, incluindo o custo de colocar os bens no local de utilização. Não foi utilizado o modelo de revalorização, sendo utilizado na valorização dos bens, o modelo do custo, deduzido das depreciações e imparidades, caso existam. Nas transações sem contraprestação foi usado o justo valor e/ou, eventualmente, o valor patrimonial tributário.

5.1.2 Métodos de depreciação usados

A ULSBA procedeu ao registo dos seus Ativos Fixos Tangíveis atendendo aos critérios constantes no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, aplicando o método de linha reta na depreciação dos bens cadastráveis.

5.1.3 Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

A vida útil de cada bem registado em ativo fixo tangível varia entre 3 e 50 anos, e em consequência, as taxas de depreciação utilizadas variaram entre **33,33%** e **2%**. A ULSBA aplicou o Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro. Para cada elemento do ativo fixo tangível, na respetiva ficha de cadastro, consta, entre outra informação, a vida útil ou taxa de depreciação e a quantia escriturada líquida.

5.1.4 Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Não existiram imparidades no período de 2023. A quantia escriturada bruta de ativos fixos tangíveis foi de **€ 75.014.802,95** e a quantia depreciável de **€ 46.504.075,45**. O quadro 5.1 descreve as variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Quadro 5.1: Ativos tangíveis – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas (em euros)

Ativos Fixos Tangíveis	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos fixos em concessão								
Ativos fixos em concessão em curso	310 807,04	-88 384,20		222 422,84	310 807,04	-126 256,75		184 550,29
	310 807,04	-88 384,20	0,00	222 422,84	310 807,04	-126 256,75	0,00	184 550,29
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	4 870 998,00			4 870 998,00	4 870 998,00			4 870 998,00
Edifícios e outras construções	32 379 065,54	-18 719 925,54		13 659 140,00	32 694 867,19	-19 122 299,88		13 572 567,31
Equipamento Básico	22 365 335,61	-19 340 634,71		3 024 700,90	24 528 254,11	-20 240 780,27		4 287 473,84
Equipamento Transporte	359 325,37	-359 325,29		0,08	432 756,37	-360 855,11		71 901,26
Equipamento Administrativo	7 026 649,87	-6 421 275,98		605 373,89	7 103 269,73	-6 531 847,16		571 422,57
Outros	235 824,02	-94 760,30		141 063,72	263 719,00	-122 036,28		141 682,72
Ativos fixos tangíveis em curso	3 707 539,89			3 707 539,89	4 810 131,51			4 810 131,51
	70 944 738,30	-44 935 921,82	0,00	26 008 816,48	74 703 995,91	-46 377 818,70	0,00	28 326 177,21
Total	71 255 545,34	-45 024 306,02	0,00	26 231 239,32	75 014 802,95	-46 504 075,45	0,00	28 510 727,50

5.1.5 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações

A variação dos saldos dos ativos tangíveis está demonstrada no quadro seguinte 5.2.

Quadro 5.2: Ativos Tangíveis – Quantia escriturada e variação do período (em euros)

Ativos Fijos Tangíveis	Variações no período									
	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]	[10]	[11]=[2]+...+[10]
Ativos Fijos em concessão										
Ativos fixos em concessão em curso	222 422,84						-37 872,55			184 550,29
	222 422,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-37 872,55	0,00	0,00	184 550,29
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	4 870 998,00									4 870 998,00
Edifícios e outras construções	13 659 140,00	315 801,65					-402 374,34			13 572 567,31
Equipamento Básico	3 024 700,90	2 485 470,45					-1 210 547,37		-12 150,14	4 287 473,84
Equipamento de Transporte	0,08	73 431,00					-1 529,82			71 901,26
Equipamento Administrativo	605 373,89	120 853,02					-154 714,48		-89,86	571 422,57
Outros	141 063,72	27 938,65					-27 319,65			141 682,72
Ativos fixos Tangíveis em curso	3 707 539,89	1 102 591,62								4 810 131,51
	26 008 816,48	4 126 086,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 796 485,66	0,00	-12 240,00	28 326 177,21
Total	26 231 239,32	4 126 086,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 834 358,21	0,00	-12 240,00	28 510 727,50

No presente exercício, não foram dados quaisquer bens do ativo fixo tangível como garantia de passivos. Os ativos fixos tangíveis em curso, foram realizados no ano e transitaram também do ano anterior.

O quadro 5.3 apresenta uma divulgação dos ativos adicionais no exercício através de novas aquisições, compras, bem como os ativos sem contraprestação.

Quadro 5.3: Ativos tangíveis – Adições (em euros)

Ativos Fijos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança ou legado ao Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	Total
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]=[2]+...+[11]
Ativos Fijos em Concessão											
Ativos fixos em concessão											0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		315 801,65									315 801,65
Equipamento básico		2 482 696,21				2 774,24					2 485 470,45
Equipamento transporte		73 431,00									73 431,00
Equipamento Administrativo		119 381,13				1 471,89					120 853,02
Outros		27 938,65									27 938,65
Ativos fixos tangíveis em curso		1 102 591,62									1 102 591,62
	0,00	4 121 840,26	0,00	0,00	0,00	4 246,13	0,00	0,00	0,00	0,00	4 126 086,39
Total	0,00	4 121 840,26	0,00	0,00	0,00	4 246,13	0,00	0,00	0,00	0,00	4 126 086,39

O quadro 5.4 demonstra a diminuição de ativos fixos tangíveis ocorridos no exercício económico de 2023.

Quadro 5.4: Ativos Tangíveis – Diminuições (em euros)

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [1] + ... + [6]
Ativos Fixos em Concessão						
Ativos fixos em concessão						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras concessões						
Equipamento básico					-12 150,14	-12 150,14
Equipamento transporte						
Equipamento Administrativo					-89,86	-89,86
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 240,00	-12 240,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 240,00	-12 240,00

5.2 Divulgação para cada classe de ativos fixos tangíveis

5.2.1 A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

A ULSBA registou no exercício de 2023 o valor de € 4.126.086,39 em bens de investimento na classe de Ativos Fixos Tangíveis.

5.2.2 A quantia da compensação por terceiros relativa a bens do ativo fixo tangível em imparidade incluída nos resultados

O item em causa está descrito de forma separada na demonstração de resultados. Todavia, na ULSBA, não existem bens do ativo fixo tangível, em imparidade.

5.3 Divulgação da depreciação durante o exercício, reconhecida nos resultados

A ULSBA apresentou o valor de € 1.834.358,21 registado em depreciações do ativo fixo tangível, evidenciado na demonstração de resultados no exercício de 2023.

5.4 Divulgação segundo a NCP 2 da natureza e efeito de qualquer alteração de estimativa contabilística com efeito material no período corrente

Não existem estimativas segundo a NCP 2 que possam alterar de forma substancial o período corrente no que respeita a valores residuais, custos de desmantelamento ou método de depreciação.

5.5 Se os ativos fixos tangíveis forem apresentados por quantias revalorizadas deve ser divulgado:

5.5.1 Data e eficácia da revalorização

A última revalorização ocorrida foi em 2006, efetuada por auditor independente.

5.5.2 Dispositivo legal de suporte

A avaliação de bens do ativo fixo tangível ocorreu em 2006 e não teve qualquer legislação como

suporte. Foi efetuada por auditor independente, que avaliou todos os bens existentes no anterior Centro Hospitalar do Baixo Alentejo EPE, cujos bens transitaram para a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo EPE.

5.5.3 O excedente de revalorização, no início e fim do período de relato, indicando as alterações no seu saldo

A ULSBA tem registado no património líquido um excedente de revalorização referente à revalorização efetuada no exercício de 2006 no valor de **€ 8.485.762,26**, tendo existido na altura a intervenção de um perito avaliador. No corrente exercício, não existiu quaisquer revalorizações de bens.

Os terrenos não foram objeto de realização do excedente de revalorização, atendendo a que o mesmo só será realizado caso sejam vendidos. O equipamento básico, de transporte e restantes bens, com exceção dos edifícios, já foram totalmente realizados, pois a avaliação ocorreu em 2006 e a mesma foi efetuada de acordo com o uso.

No presente exercício foi efetuada uma realização do excedente de revalorização, de acordo com o descrito no quadro “Variação do excedente de revalorização”, na rubrica Edifícios de **€ 228.126,06**.

Quadro 5.3: Variação do Excedente de Revalorização (em euros)

Ativos Fixos Tangíveis	Excedente de revalorização inicial	Reforço	Realização	Transferências	Excedente de revalorização final
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[2]+[3]-[4]-[5]
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras concessões	8 713 888,32		228 126,06		8 485 762,26
Equipamento básico					
Equipamento transporte					
Equipamento Administrativo					
Outros					
Ativos fixos tangíveis em curso					
	8 713 888,32	0,00	228 126,06	0,00	8 485 762,26
Total	8 713 888,32	0,00	228 126,06	0,00	8 485 762,26

NOTA 6 – LOCAÇÕES

6.1 Locações operacionais

6.1.1. Futuros pagamentos mínimos de locação segundo locações operacionais não canceláveis

Quadro 6.1: – Locações Operacionais – Locatário (em euros)

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros Pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 ano e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento de transporte										
Ajuste Direto n.º47006623	6 506,44	6 506,44		6 323,54						
Contrato n.º 154/2020	852 943,80	121 849,11		317 484,78		121 849,11	413 609,91		535 459,02	
Total	859 450,24	128 355,55		323 808,32		121 849,11	413 609,91	0,00	535 459,02	0,00

6.1.2 A existência e os termos de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento

O contrato de Locação Operacional n.º 154/2020 respeita a 32 novas viaturas de passageiros (5 lugares) tipo furgão e teve início em junho 2021. O procedimento de ajuste direto n.º 47006623 respeita apenas a uma única viatura comercial e refere-se somente ao aluguer operacional pelo período de um ano.

6.1.3 Restrições impostas por acordos de locação, tais como as respeitantes ao retorno dos resultados, retorno de contribuições de capital, dividendos ou distribuições similares, dívida adicional e futuras locações

As rendas dos respetivos contratos serão pagas pela Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, mediante transferência bancária, no prazo de 30 dias da data de receção da fatura.

O incumprimento do pagamento no prazo devido implica a contagem de juros de mora à taxa legal em vigor, bem como às consequências previstas na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), com as alterações subsequentes.

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

10.1 Aspetos a divulgar relativos a inventários

10.1.1. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio

Os inventários foram mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido, com exceção dos inventários sem contraprestação valorizados ao justo valor. Os valores de custo englobam os custos para manter o produto no seu local utilizável, como sejam transportes, taxas, direitos de importação, impostos e outros. O quadro 10.1 reflete a *quantia recuperável dos inventários* à data de 31/12/2023.

Quadro 10.1: – Inventários (em euros)

Rubricas	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
	[1]	[2]	[3] = [1]-[2]
Mercadorias			
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	4 877 569,92	-96 318,04	4 781 251,88
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	4 877 569,92	-96 318,04	4 781 251,88

10.1.2 A quantia total registada de inventários e a quantia escriturada por classificação apropriada à entidade

Quadro 10.2: – Inventários - Movimentos do período (em euros)

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos/ Gastos	Variações inventários	Perdas por imparidades	Reversões de perdas por imparidades	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9] = [1] + [2] + ... + [8]
Mercadorias									
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	4 638 980,75	17 653 178,26	-17 848 314,53		-78 351,70		-113 504,56	529 263,66	4 781 251,88
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	4 638 980,75	17 653 178,26	-17 848 314,53		-78 351,70		-113 504,56	529 263,66	4 781 251,88

10.1.3 A quantia de inventários reconhecida como gasto do período

No presente período de relato financeiro, foram reconhecidos **€ 17.848.314,53** em gastos do exercício.

10.1.4 A quantia do aumento que seja reconhecida na demonstração dos resultados do período

Quadro 10.3: – Movimentos ocorridos nas imparidades (em euros)

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
	[1]	[2]	[3]	[4]=[1]+[2]-[3]
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	17 966,34	78 351,70		96 318,04
Total	17 966,34	78 351,70		96 318,04

10.1.5. As circunstâncias ou acontecimentos que levaram à reversão de uma redução de inventários

No exercício de 2022 foi registado na contabilidade da ULSBA um aumento das imparidades no valor de 427,76, ocasionada pelos bens existentes em armazém sem movimento durante os últimos 5 anos.

NOTA 12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Regra geral os contratos de construção celebrados por entidades do sector público não determinam o montante de fluxos financeiros que serão gerados durante ou após o seu desenvolvimento e concretização. Este rendimento está normalmente associado a uma dotação orçamental, outra receita semelhante, subsídios ou empréstimos. Nestes casos o que está em causa na contabilização de contratos de construção é a imputação de custos de construção ao período de relato em que o trabalho de construção é executado e o reconhecimento dos respetivos gastos.

No período em análise foram reconhecidos na rubrica de investimento em curso as despesas identificadas no quadro 12.1 e referentes a cada um dos projetos nele identificados

Quadro 12.1: – Contratos de Construção (em euros)

Descrição do contrato [1]	Rendimento [2]			Gasto [3]			Fase de acabamento [4]	Adiantamentos recebidos [5]	Quantias retidas [6]
	Períodos anteriores	Período	Total	Períodos anteriores	Período	Total			
Construção do Centro de Saúde de Vidigueira			0,00	1 501 758,05	650 596,04	2 152 354,09			58 068,35
Construção da Extensão de Saúde de Rio de Moinhos			0,00	236 607,17	100 068,15	336 675,32			225 536,23
Construção do Centro de Saúde de Mértola			0,00	4 328,95		4 328,95			216,45
Construção do Centro de Saúde de Ourique			0,00		161 859,12	161 859,12			8 092,97
Total	0,00	0,00	0,00	1 742 694,17	912 523,31	2 655 217,48	0,00	0,00	291 914,00

Nota 13 – Rendimentos de Transações com Contraprestação

13.1 Divulgação de transações com contraprestação

Os rendimentos com contraprestação proveniente dos serviços descritos no quadro 13.1 foram contabilizados quando:

- Os mesmos foram mensurados com fiabilidade;
- Todas as vantagens e riscos foram transferidos para o comprador;
- Será provável que benefícios económicos futuros efluam para a ULSBA;
- Os custos de transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- Deixa de haver controlo sobre o serviço vendido por parte da ULSBA.

O rédito da prestação de serviços foi mensurado quando houve a probabilidade de benefícios económicos futuros efluírem para a ULSBA.

O rédito dos juros obtidos tem como pressuposto os factos mencionados anteriormente, e é contabilizado tendo por base o juro efetivo, descontado das taxas e impostos (taxa de juro efetiva), que no presente exercício, não ocorreu.

13.1.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento incluindo os métodos adotados para determinar as fases de acabamento das transações que envolvam contraprestações

Não existem bens em fase de acabamento que envolvam contraprestações.

13.1.2 Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período incluindo o rendimento proveniente

Quadro 13.1: – Rendimentos com Contraprestação (em euros)

Tipo de transação com contraprestação	Rendimentos reconhecidos no período
Prestação de Serviços	110 511 318,82
Venda de Bens	
Juros	1 088,25
Outros - Taxas moderadoras e outros	4 033 490,72
Total	114 545 897,79

NOTA 14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Quadro 13.1: – Rendimentos sem Contraprestação (em euros)

Tipo rendimento	Rendimentos do período reconhecidos em:		Quantias a receber		
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Fim do período	Adiantamentos
Transferências por contrato programa					3 404 842,72
Outras instituições do Estado					115,15
Adiantamento outras instituições					166,67
Subsídios actividade operacional	3 343 888,98				
Legados, ofertas e doações		4 359,50			
Cauções - Casa função					0,00
Total	3 343 888,98	4 359,50			3 405 124,54

NOTA 15 – PROVISÕES, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

15.1. Para cada classe de provisões, é divulgado o descrito no quadro seguinte.

Quadro 15.1: Provisões (em euros)

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições				Quantia Escriturada final
		Reforços	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
[1]	[2]	[3]	[6] = [3]+[4]+[5]	[7]	[8]	[9]	[10] = [7]+[8]+[9]	[11] = [2]+[6]+[10]
Processos judiciais em curso	1 910 904,62	1 140 071,85	1 140 071,85	-12 187,60	-100 386,41	-128 777,30	-241 351,31	2 809 625,16
Total	1 910 904,62	1 140 071,85	1 140 071,85	-12 187,60	-100 386,41	-128 777,30	-241 351,31	2 809 625,16

As provisões são reconhecidas quando a ULSBA tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas trimestralmente e à data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas na área, judicial, acidentes de trabalho, doenças profissionais e outras

15.2 Divulgação adicional para cada classe de provisões

Quadro 15.2: Passivos Contingentes (em euros)

Aviso n.º 14922/2023 (Taxa Juro segundo semestre 2023 - 12,00%)

Entidade	N.º Processo	Valor da ação	Data da ação	Probabilidade ocorrência	Taxa juro diária	N.º Dias	Valores registados				
							Valor	Valor Desreconhecido	Valor atual	Valor Gasto/Liquidado	Valor contabilístico
Cinclus, Project Management, S.A.	63/13.9BEBJA	27 497,88	set/13	50%	0,03288%	3772	34 100,38		34 100,38		34 100,38
Maria Virgínia Ferreira Guarda	98/13.1BEBJA	16 348,68	jan/13	50%	0,03288%	4015	21 580,26		21 580,26		21 580,26
João Cândido Ferreira Gomes Gante	191/15.6BEBJA	64 767,60	jun/15	100%	0,02192%	2312	97 587,92		97 587,92	-48 400,18	49 187,74
Frederico Augusto Bate Palma	194/17.6TBJA	50 752,11	jun/17	50%	0,02192%	1674	69 373,27	-69 373,27	-0,00		-0,00
Nuno Jorge de Sousa Ferreira	111/15.8BEBJA	6 236,00	ago/15	50%	0,03288%	3073	12 536,24		12 536,24		12 536,24
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2210/15.7BELSB	165 251,09	jul/15	50%	0,03288%	3104	168 637,61	-168 637,61	0,00		0,00
Carlos Alberto Rodrigues Monte Verde	253/17.5BEBJA	5 021,10	mai/17	50%	0,02192%	1795	6 996,52		6 996,52	-6 996,52	0,00
João Fernando Garcia Silveira Barbeiro	280/17.2BEBJA	9 134,20	fev/17	50%	0,03288%	2432	16 437,56	-11 437,56	5 000,00	-5 000,00	-0,00
Jorge Ângelo Ramos dos Santos	561/18.8BEBJA	8 209,02	ago/18	50%	0,03288%	1978	13 547,36		13 547,36		13 547,36
Maria José Rodrigues Guerreiro	173/18.6BEBJA	85 000,00	jun/18	50%	0,03288%	2039	141 980,27		141 980,27		141 980,27
EUREST, Portugal – Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	2197/19.7BEBJA	219 846,62	jul/19	90%	0,03288%	1644	338 672,21		338 672,21		338 672,21
Paulo Jorge Mendes Damas Moreira	609/20.6BEPRT	431 788,12	jun/20	50%	0,03288%	1309	617 610,80		617 610,80		617 610,80
Basedois, Informática e Telecomunicações, Lda.	1383/20.1BELSB	30 001,00	jan/20	50%	0,02192%	730	34 801,16	-34 801,16	0,00		0,00
Dr.ª Maria Del Carmen Rebanal Colino e Dr.ª Sarogini Raicar	266/19.2T9BJA	74 947,29	fev/19	80%	0,03288%	1702	116 884,91	-116 884,91	0,00		0,00
Nevin Alieva Yuseinova e Yaroslav Valentinov Rumenov	138/21.0BEBJA	100 000,00	jul/18	50%	0,03288%	2009	166 049,32		166 049,32		166 049,32
António José Maia de Oliveira	107/22.3BEBJA	33 634,71	mar/22	70%	0,03288%	671	7 419,91		7 419,91		7 419,91
Florival José Medeiros Soeiro	74/21.0BEBJA	30 000,01	jan/21	50%	0,03288%	1095	40 800,01		40 800,01		40 800,01
José António Pena Lopes Freitas	203/21.4BEBJA	300 000,00	abr/21	50%	0,03288%	1005	399 123,29		399 123,29		399 123,29
Sara Cristina Moraes	1543/22.0T9BJA	1 000,00	jan/22	50%	0,03288%	730	1 240,00		1 240,00		1 240,00
Luís Carlos Ramalho Fresco	229/23.3BEBJA	30 000,01	mar/23	90%	0,03288%	306	33 018,09	-33 018,09	0,00		0,00
EUROFACTOR Portugal, Sociedade de Factoring, S.A.	7591/14.7YYLSB	55 500,00	jul/14	100%	0,02192%	2739	88 818,25	-88 818,25	-0,00		-0,00
Bancafarma factoring, SPA	54/20.3BEBJA	348 150,43					348 150,43		348 150,43		348 150,43
Bancafarma factoring, SPA	113964/20.2YIPRT	236 504,71					236 504,71		236 504,71		236 504,71
Bancafarma factoring, SPA	473/21.8 BELSB	7 291,76					7 291,76		7 291,76		7 291,76
Bancafarma Factoring, SPA.	96287/22.1YIPRT	142 276,82					142 276,82		142 276,82		142 276,82
Bancafarma Factoring, SPA.	96934/22.5YIPRT	55 751,77					55 751,77		55 751,77		55 751,77
Bancafarma Factoring, SPA.	4412/23.3YIPRT	3 485,88					3 485,88		3 485,88		3 485,88
Project & View Unipessoal, Lda.	13454/23.8YIPRT	832,71					832,71		832,71		832,71
Bancafarma Factoring, SPA.	15112/23.4YIPRT	6 547,62					6 547,62		6 547,62		6 547,62
Bancafarma Factoring, SPA.	108143/22.7YIPRT	57 726,84					57 726,84		57 726,84		57 726,84
Bancafarma Factoring, SPA.	46888/23.8YIPRT	11 338,66					11 338,66		11 338,66		11 338,66
Bancafarma Factoring, SPA.	64975/23.0YIPRT	38 603,97					38 603,97		38 603,97		38 603,97
Bancafarma Factoring, SPA.	81085/23.3	2 206,35					2 206,35		2 206,35		2 206,35
Bancafarma Factoring, SPA.	122031/23.6YIPRT	55 059,85					55 059,85		55 059,85		55 059,85

Total Provisão a:	30/09/2023	2 970 408,26	2 911 551,76
Reversão da Provisão		-100 386,41	-101 926,61
		2 870 021,85	2 809 625,15

15.2.1 Indicação das incertezas acerca da quantia ou momento desses efluxos e principais pressupostos assumidos respeitantes a acontecimentos futuros

Na estimativa das provisões para processos judiciais apenas considerámos relevantes as ações judiciais intentadas contra a ULSBA, cuja probabilidade de ocorrência é de pelo menos 50% em a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo poder a incorrer nesse gasto.

NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

17.1 Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e quem deu essa autorização

A ULSBA foi informada para contabilizar verbas relativas ao Contrato Programa de 2023, conforme quadro seguinte.

Quadro 17.1: Acontecimento após a data de relato (em euros)

Contratualização final 2023		
A1	Produção (Inclui Bloco Partos)	102 145 310,00
A2	Incentivos	11 349 479,00
A3	Custos de contexto	0,00
A4	Adenda Bloco Partos	1 414 597,05
A5	Adicional de Gastos com pessoal (Adenda)	3 081 585,93
A5=A1+A2+A3+A4	Total Contratado	117 990 971,98
D1	% de execução CP mais elevada	98,00%
D2	% de IDG mais elevada	88,50%
Actividade Económica 2023		
B1=A1xD1	Rendimentos Produção	100 045 656,41
B2=A2xD2	Rendimentos Incentivos	10 044 288,92
B3=A2xD2	Rendimentos de capital - bloco partos (se executado a 100%)	1 414 597,05
B4=A3+A4	Rendimentos Contexto + Ad. Pessoal	3 081 585,93
B5=B1+B2+B3+B4	Total de Rendimentos	114 586 128,31
B6	Faturação emitida	110 089 945,33
B7=B5-B6-B4	Acrescimos de rendimentos	0,00
Movimento Financeiro		
C1=B1+B3	Faturação Emitida	110 089 945,33
C2=B2	Rendimentos Contexto + Ad. Pessoal	3 081 585,93
C3	Imputação a passivos	23 451,98
C4	Programa Bloco Partos - Executado	0,00
C5	Programa Bloco Partos - Não Executado	1 414 598,00
C6	Total do Adiantamento-caixa (Inclui Bloco Partos)	118 014 423,96
C7=C6-C3-C1-C2+C5	Saldo do Adiantamento 2023 (CP+BP)	4 819 440,72
C8	Saldo do Adiantamento 2023 (CP)	3 404 842,72
C9	Saldo do Adiantamento 2023 (BP)	1 414 598,00

Foi emitido Acordo Modificativo que prorrogou para o ano de 2023 o Contrato-programa para definição de objetivos do plano de atividades da ULSBA que foi estabelecido para o triénio 2017-2019, no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde. Foi igualmente alterado o anexo ao referido

Contrato-programa.

17.2 Acontecimentos após a data de relato, que não deram lugar a ajustamentos materialmente relevantes. Divulgação para cada categoria material de acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos:

Sem aplicação

17.2.1 Natureza do acontecimento

Sem aplicação

17.2.2 Estimativa do seu efeito financeiro, ou uma declaração que essa estimativa pode ser feita

Sem aplicação

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A entidade deve divulgar, em relação às políticas contabilísticas, as bases da mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

18.1 Bases de mensuração, relativas às políticas contabilísticas utilizadas para instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os ativos/passivos financeiros da ULSBA foram todos mensurados inicialmente ao justo valor. Foram incluídos os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou emissão do passivo financeiro.

Posteriormente, e após o reconhecimento inicial, foram efetuadas todas as alterações de justo valor e reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto nos casos tipificados no normativo.

Apesar do registo inicial, a ULSBA não mensurou os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

A ULSBA reconheceu as imparidades em dívidas de clientes e inventários, cujos valores foram refletidos na demonstração de resultados. Nos ativos mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetivo. No caso da ULSBA o valor das imparidades será o valor escriturado deduzido dos bens sem valor (obsoletos).

Nos ativos financeiros mensurados ao custo a perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para o ativo semelhante. No caso da ULSBA não foi possível determinar o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

18.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros das diferentes categorias

Quadro 18.1: Ativos Financeiros (em euros)

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Reversão de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros ativos financeiros - Investimentos financeiros	274 115,27	17 653 178,26		38 308,69	-17 848 314,53	-78 351,70	-106,75	312 317,21
Outros ativos financeiros - Inventários	4 638 980,75			529 263,66			-113 504,56	4 781 251,88
Outros ativos financeiros - Meios monetários líquidos	836 118,66			499 103 222,82			-496 838 557,45	3 100 784,03
Outros ativos financeiros - Outras contas a receber	29 681 616,48			220 479 724,16			-221 055 331,98	29 106 008,66
Outros ativos financeiros - clientes	1 199 631,04		151,01	111 145 465,56			-125 191,60	-111 215 943,56
Total	36 630 462,20	17 653 178,26	151,01	831 295 984,89	-17 848 314,53	-203 543,30	-829 223 444,30	38 304 474,23

Quadro 18.2: Passivos Financeiros (em euros)

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia Escriturada final
		Aquisições	Outros	Liquidações	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Outros passivos financeiros - Fornecedores	12 932 750,32	56 180 073,03		-27 531 473,72	-29 340 578,77	12 240 770,86
Outros passivos financeiros - Adiantamento de clientes	51 474 354,04		119 124 294,41		-115 716 039,73	54 882 608,72
Outros passivos financeiros - Outras contas a pagar	18 163 879,46		76 744 026,50		-77 344 559,92	17 563 346,04
Total	82 570 983,82	56 180 073,03	195 868 320,91	-27 531 473,72	-222 401 178,42	84 686 725,62

18.3 Bases de determinação do justo valor para todos os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor

18.4 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A ULSBA tem registado os valores de imparidades:

- Dívidas de clientes – **€ 976.481,60**
- Inventários – **€ 96.318,04**

18.5 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

A ULSBA tem subscrito e realizado o capital social de **€ 90.025.968,00**.

18.6 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal por categoria, ou na falta deste o valor unitário, face ao capital subscrito, das ações ou quotas subscritas durante o período dentro dos limites do capital autorizado, bem como o seu número.

O capital social da ULSBA no valor de **€ 90.025.968,00** pertence ao acionista Estado, através dos *ministérios da Saúde e das Finanças*.

18.7 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço, com indicação do seu número e do âmbito dos direitos que conferem

Durante o período de relato, a ULSBA, conforme Despachos Conjuntos do Ministério das Finanças e da Saúde de 22 de dezembro de 2023, e ao abrigo da al f) nº 2 do art.º 67º do DL nº 52/2022, de 4 de agosto, na sua redação atual, e do n.º 2 do artigo 8.º da Lei nº 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o orçamento de estado para 2023, **foi operado um aumento de Capital Estatutário** no montante de **€1.625.968,00**, destinado a ser aplicado exclusivamente para liquidação de faturas de fornecedores externos que tenham recorrido a factoring. Ainda, através do Despacho emitido pelo Senhor Ministro das Finanças e pelo Senhor Ministro da Saúde, em 29 de dezembro de 2023, foi realizada, por esta Direção-Geral, uma entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, em numerário, no valor de **€145.747,00**, destinado à liquidação dos pagamentos em atraso a fornecedores externos registados.

Outras informações:

a) Capital Próprio/Património líquido

Pela evolução do Património Líquido, verifica-se que o total perfaz **€ -23.898.103,76**.

Por sua vez, o capital social realizado é de **€ 90.025.968,00**.

Não está salvaguardado o artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

b) Variação na conta “Adiantamento de clientes, utentes e Instituições do Ministério da saúde”

A conta de adiantamentos de clientes na qual são também registados os valores recebidos através do contrato programa, no ano de 2022 encerrou com um saldo de **€51.474.354,04** e no exercício de 2023 encerrou com um saldo de **€54.882.608,72**. Existem constantes flutuações nesta conta devido às políticas e diretrizes emanadas da ACSS que distorcem a comparabilidade da informação financeira.

c) Garantias extra balanço

Os quadros seguintes descrevem as garantias extra balanço dos extintos hospital José Joaquim Fernandes e Sub-região de Saúde de Beja.

Quadro 18.3: Garantias Hospital JJF e Centro Hospitalar do Baixo Alentejo

Entidade Bancária	N.º da Garantia	Data	Empresa	Valor	Data Liberação	Observações
Banco Espírito Santo	320 930	31/08/2005	Pinto Caeiro - Sociedade de Construções, Lda.	2 088,17	Com comunicação da ULSBA	Empresa insolvente.
Banco Espírito Santo	322 718	17/11/2005	Pinto Caeiro - Sociedade de Construções, Lda.	354,31	Com comunicação da ULSBA	Empresa insolvente.
Banco Espírito Santo	335407	13/07/2007	Pinto Caeiro - Sociedade de Construções, Lda.	2 597,50	Com comunicação da ULSBA	Empresa insolvente.
Banco Espírito Santo	329 236	07/09/2006	Pinto Caeiro - Sociedade de Construções, Lda.	2 765,47	Com comunicação da ULSBA	Empresa insolvente.
Banco Espírito Santo	331 214	13/12/2006	Pinto Caeiro - Sociedade de Construções, Lda.	1 955,66	Com comunicação da ULSBA	Empresa insolvente.
Banco Espírito Santo	331 213	13/12/2006	Pinto Caeiro - Sociedade de Construções, Lda.	2 142,80	Com comunicação da ULSBA	Empresa insolvente.
Banco Espírito Santo	331 396	20/12/2006	Pinto Caeiro - Sociedade de Construções, Lda.	598,39	Com comunicação da ULSBA	Empresa insolvente.
Banco Espírito Santo	334 285	18/05/2007	Pinto Caeiro - Sociedade de Construções, Lda.	3 870,00	Com comunicação da ULSBA	Empresa insolvente.
Banco Espírito Santo	343 933	03/09/2008	Pinto Caeiro - Sociedade de Construções, Lda.	3 200,16	Com comunicação da ULSBA	Empresa insolvente.
Banco Millennium BCP	125-02-1625243	29/12/2009	Arquinave-Sociedade de Construção, S.A.	4 924,98		Pedida a Libertação da Garantia Bancária em 06/01/2022.
Banco Santander Totta, S.A.	GAR./362304880984 93	05/12/2008	Aermigeste - Sociedade de Construções, Lda.	48 175,99	Com comunicação da ULSBA	Pedida a Libertação da Garantia Bancária em 06/01/2022.
Caixa de Crédito Agrícola de Beja e Mértola, C.R.L.	8372010	04/02/2010	Construções Claudino Gonçalves, Lda.	3 814,15	Com comunicação da ULSBA	Empresa insolvente.
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	0237. 002987. 293	19/12/2008	Imocastro - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.	4 866,50		Empresa insolvente.
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Guia de depósito	15/01/2008	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	296,24		Empresa insolvente Edoc 60155 com informação do Gabinete Jurídico.
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Guia de depósito	16/06/2008	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	4 074,70		

Entidade Bancária	N.º da Garantia	Data	Empresa	Valor	Data Liberação	Observações
AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	80. 10. 000689	19/09/2005	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	9 920,84		Empresa insolvente Edoc 60155 com informação do Gabinete Jurídico.
AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	80. 10. 000771	07/11/2005	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	55 873,95		Empresa insolvente Edoc 60155 com informação do Gabinete Jurídico.
AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	80. 10. 000787	17/11/2005	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	4 041,65		Empresa insolvente Edoc 60155 com informação do Gabinete Jurídico.
AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	80. 10. 000838	26/12/2005	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	9 920,84		Empresa insolvente Edoc 60155 com informação do Gabinete Jurídico.
AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	80. 10. 000839	26/12/2005	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	4 041,65		Empresa insolvente Edoc 60155 com informação do Gabinete Jurídico.
AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	80. 10. 001798	01/02/2008	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	46 647,99		Empresa insolvente Edoc 60155 com informação do Gabinete Jurídico.
Mapfre Caucion y Credito	7800514933532	14/03/2005	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	55 873,95		Empresa insolvente Edoc 60155 com informação do Gabinete Jurídico.
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	N/NR 532007068	12/07/2007	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	9 523,82		Empresa insolvente - Edoc 60155 com informação do Gabinete Jurídico.
	Guia Receita 541	17/08/2007	Pinto Caeiro - Sociedade de Construções, Lda.	90,00		Empresa insolvente.
	Guia receita 154	05/02/2007		488,73		
	Caução /Depósito - guia receita n.º 1339	24/09/2014	Eurodial	38 178,00		Devolvida a 25/05/2021.
Banco Millennium - BCP	GAR./ 00125-02- 1991141	18/11/2015	Lease Plan Portugal - Comércio e Aluguer	25 572,62	Com comunicação da ULSBA	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488021 916	16/03/2017	Abbot Laboratórios, Lda.	10 687,50	Com comunicação da ULSBA	

Entidade Bancária	N.º da Garantia	Data	Empresa	Valor	Data Liberação	Observações
Banco BIC PORTUGÊS, SA.	Caução	02/05/2017	Inforlandia S.A.	12 226,33	Com comunicação da ULSBA	Pedida a Libertação da Garantia Bancária em 14/11/2019 - 07/11/2022
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488023113	11/08/2017	MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	14 908,18	Com comunicação da ULSBA	
Deutsche Bank AG	GAR./BGA1700570	14/12/2017	Amgem Biofarmacêutica, Lda. Portugal	10 782,00	Com comunicação da ULSBA	
Cosec - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.	Caução Garantia	03/01/2018	Eurest Portugal - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	119 932,66	Com comunicação da ULSBA	Pedida a Libertação da Garantia Bancária em 07/05/2021.
BBVA	GAR./000980026131	06/07/2018	Beckman Coulter Portugal, Unipessoal, Lda.	10 942,50	Com comunicação da ULSBA	
Millennium BCP	GAR./00125-02-2118110	20/07/2018	Acail Gás, S.A.	13 795,16	Com comunicação da ULSBA	
Banco BPI	GAR./18301531	03/09/2018	Fujifilm Europe GMBH - Sucursal em Portugal	7 724,65	Com comunicação da ULSBA	
BNP PARIBAS	GAR./18271	31/08/2018	Siemens Healthcare, Lda.	16 120,05	Com comunicação da ULSBA	
Millennium BCP	GAR./00125-02-2139561	19/12/2018	Merck Sharp & Dhme, Lda.	5 499,07	Com comunicação da ULSBA	
Deutsche Bank AG	GAR./bga1801039	11/12/2018	Roche Farmacêutica Química, Lda.	9 838,94	Com comunicação da ULSBA	
Bankinter, S.A.	GAR./0429401	05/12/2018	Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	18 105,27	Com comunicação da ULSBA	
BBVA	GAR./730980009592	10/01/2019	Janssen - Cilag Farmacêutica, Lda.	19 260,41	Com comunicação da ULSBA	
Millennium BCP	GAR./00125.02.2141460	04/01/2019	Stryker Portugal - Produtos Médicos, UNIPESSOAL, Lda.	1 547,10	Com comunicação da ULSBA	
Banco BPI	GAR./19300081	16/01/2019	Pfizer Biofarmacêutica, Soc. Unipessoal, Lda.	4 169,09	Com comunicação da ULSBA	
BNP PARIBAS	GAR./19095	17/01/2019	General Electric Healthcare Portugal, Soc. Unip. Lda.	4 460,00	Com comunicação da ULSBA	
Deutsche Bank AG	GAR./BGA1900109	18/01/2019	Merck, S.A.	5 046,73	Com comunicação da ULSBA	

Entidade Bancária	N.º da Garantia	Data	Empresa	Valor	Data Liberação	Observações
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	GAR./B700782	17/01/2019	Biogen Portugal sociedade Farmacêutica, Unipessoal, Lda	5 610,66	Com comunicação da ULSBA	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488027 165	30/01/2019	Canon Medical Systems, S.A.	16 250,00	Com comunicação da ULSBA	Pedida a Libertação da Garantia Bancária em 30/09/2021.
Deutsche Bank AG	GAR. BGA1900190	31/01/2019	Fresenius Kabi Pharma Portugal, Lda.	2 204,95	Com comunicação da ULSBA	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488002 7155	29/01/2019	Medtronic Portugal, Lda.	12 490,00	Com comunicação da ULSBA	
BNP PARIBAS	GAR./19111	23/01/2019	Siemens Healthcare, Lda.	11 476,55	Com comunicação da ULSBA	
Cosec - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.	Seg./Caução Ap. 100019994/200	04/02/2019	2045 - Gália/Serviços de Vigilância e Segurança, A.C.E.	15 780,02	Com comunicação da ULSBA	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488027 559	12/03/2019	Iberlim- Soc. Técnica de Limpezas, S.A.	26 550,19	Com comunicação da ULSBA	
Millennium BCP	GAR./00125-02- 2164220	03/06/2019	Stryker Portugal - Produtos Médicos, Unipessoal, Lda.	2 501,07	Com comunicação da ULSBA	
Deutsche Bank AG	GAR./BGA1900581	30/07/2019	Celgene Sociedade Unipessoal, Lda.	5 025,29	Com comunicação da ULSBA	
Cosec - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.	Seg./Caução Ap. 100020466/200	19/07/2019	Abbott Laboratórios, Lda	11 721,30	Com comunicação da ULSBA	
Novo Banco	GAR./N00412585	25/09/2019	Boston Scientific Portugal	8 980,00	31/12/2020	
Novo Banco	GAR./N00412586	25/09/2019	Boston Scientific Portugal	5 916,00	31/12/2020	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488029 517	09/10/2019	Medtronic Portugal, Lda.	13 161,00	Com comunicação da ULSBA	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488029 539	11/10/2019	Medtronic Portugal, Lda.	18 936,00	Com comunicação da ULSBA	
Novo Banco	GAR./N00412909	24/10/2019	Boston Scientific Portugal	4 266,00	Com comunicação da ULSBA	
Novo Banco	GAR./N00412889	24/10/2019	Boston Scientific Portugal	9 816,00	Com comunicação da ULSBA	
BBVA	GAR./730980010756	24/10/2019	Janssen Cilag Farmacêutica, Lda.	4 701,07	Com comunicação da ULSBA	

Entidade Bancária	N.º da Garantia	Data	Empresa	Valor	Data Liberação	Observações
BNP PARIBAS	GAR./19615	18/12/2019	Novartis Farma - Prod. Farmacêuticos, S.A.	5 882,00	31/12/2020	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488030865	20/02/2020	Medtronic Portugal, Lda.	6 382,50	31/12/2020	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488030864	20/02/2020	Medtronic Portugal, Lda.	12 040,00	31/12/2020	
BNP PARIBAS	GAR.415/20	29/04/2020	Siemens Healthcare, Lda.	3 200,40	31/12/2020	
BNP PARIBAS	GAR./20220	02/06/2020	Siemens Healthcare, Lda.	2 093,49	31/12/2020	
Novo Banco	GAR./N00414650	02/06/2020	Iberlim- Soc. Técnica de Limpezas, S.A.	10 046,96	Com comunicação da ULSBA	Pedida a Libertação da Garantia Bancária em 07/05/2021.
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	Depósito Caução	19/06/2020	Somos Ambiente, ACE.	1 836,86	Com comunicação da ULSBA	Pedida a Libertação da Garantia Bancária em 29/09/2021.
Deutsche Bank AG	GAR./BGA2000338	08/07/2020	Fresenius Kabi Pharma Portugal, Lda.	907,96	30/11/2020	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488032011	10/07/2020	Grifols Portugal	945,00	31/07/2022	
Novo Banco	GAR./00414907	08/07/2020	Boston Scientific Portugal	2 861,00	Com comunicação da ULSBA	
BBVA	GAR./730980012232	14/07/2020	B. BRAUN Medical, Lda.	1 333,65	Com comunicação da ULSBA	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488032051	15/07/2020	Medtronic Portugal, Lda.	556,80	09/07/2021	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488032101	21/07/2020	Medtronic Portugal, Lda.	605,99	14/07/2021	
Caixa Geral Depósitos	Gar./ Depósito Bancário	14/07/2020	Teprel	805,56	Com comunicação da ULSBA	
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	Gar. Depósito Bancário	08/07/2020	Biosonda	1 882,65	Com comunicação da ULSBA	
Deutsche Bank AG	GAR./BGA2000428	01/09/2020	GlaxoSmithKline - Prod. Farmacêuticos, Lda.	4 322,40	31/12/2020	
BBVA	GAR./730980013313	01/09/2020	B. BRAUN Medical , Lda.	876,00	Com comunicação da ULSBA	

Entidade Bancária	N.º da Garantia	Data	Empresa	Valor	Data Liberação	Observações
Deutsche Bank AG	GAR./BGA2000680	30/12/2020	Thermo Fisher	10 269,66	31/12/2023	
Onix Asigurari, S.A.	Ap. 150000387	15/12/2020	Lado Renovado Construções, Lda.	623,17	Com comunicação da ULSBA	
Banco Santander Totta, S.A.	GAR./962300488033945	31/12/2021	Gilead Sciences, LDA	10 189,80	31/12/2021	
Banco Santander Totta, S.A.	GAR./962300488034332	08/03/2021	Ambimed - Gestão Ambiental, Lda.	26 943,23	31/12/2021	Com comunicação da ULSBA.
BNP Paribas	GRE21194	04/03/2021	Novartis Farma - Prod. Farmacêuticos, S.A.	9 928,31	31/12/2021	
Millennium BCP	GAR./00125-02-2246525	08/02/2021	Merck Sharp & Dohme, Lda.	6 775,83	31/12/2021	
BBVA	GAR./730980014154	09/02/2021	Janssen - Cilag Farmacêutica, Lda.	12 424,18	31/12/2021	
Fidelidade-Companhia de seguros, S.A.	Seguro caução n.º 202102034	15/02/2021	EDP Comercial, S.A.	15 278,02	Com comunicação da ULSBA	
Novo Banco	GAR./N00417197	06/04/2021	Eurest Portugal - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	186 553,18	Com comunicação da ULSBA	
Deutsche Bank AG	GAR./BGA2100124	05/02/2021	ViiVHIV Healthcare	5 581,88	31/12/2021	
Deutsche Bank AG	GAR./BGA2100354	17/03/2021	Roche Farmacêutica Química, Lda	5 012,14	31/12/2021	
BNP PARIBAS	GRE21302	29/04/2021	Biomerieux Portugal	20 037,75	31/12/2024	
Cosec - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.	Seg./Caução Ap. 100022257/200	29/04/2021	Abbott Laboratórios, Lda	24 467,00	31/12/2023	
Novo Banco	GAR./N00417688	29/04/2021	Boston Scientific Portugal	1 664,00	29/12/2023	
Deutsche Bank AG	GAR./BGA2100550	31/05/2021	Siemens Healthcare, Lda	41 974,16	30/06/2024	
Banco Santander Totta, S.A.	GAR./962300488035597	06/07/2021	Gilead Sciences, LDA	6 566,40	31/12/2021	
Banco Santander Totta, S.A.	GAR./962300488037182	10/02/2022	Gilead Sciences, LDA	14 862,44	31/12/2022	

Entidade Bancária	N.º da Garantia	Data	Empresa	Valor	Data Liberação	Observações
Millennium BCP	GAR./00125-02-2264023	08/06/2021	Acail Gás, SA	2 179,16	Com comunicação da ULSBA	
Novo Banco	GAR./N00418304	29/07/2021	J. J. Surgical Vision Spain SL	12 209,10	31/12/2021	
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	GAR./530000162183	12/08/2021	Construções Parreira & Ramos, Lda.	12 325,00	Com comunicação da ULSBA	
Millennium BCP	GAR./00125-02-2265656	16/06/2021	Augusto & Augusto - Construção e Reparação, Lda.	26 988,34	Com comunicação da ULSBA	
Atryadius Crédito Y Caucción, S.A.	Seg./Caução 4.253.990	30/04/2021	Lado Renovado Construções, Lda.	25 000,00	Com comunicação da ULSBA	
Millennium BCP	GAR./00125-02-2284582	16/11/2021	Canon Medical Systems, S.A.	54 750,00	Com comunicação da ULSBA	
Caixa Geral Depósitos	Gar./ Depósito Bancário	04/11/2021	Decunify	12 475,00	Com comunicação da ULSBA	
Millennium BCP	GAR./00125-02-2284635	16/11/2021	Stryker Portugal - Produtos Médicos, Unipessoal Lda.	27 112,50	Com comunicação da ULSBA	
BBVA	GAR./730980016605	17/02/2022	Janssen - Cilag Farmacêutica, Lda.	11 738,17	31/12/2022	
BBVA	GAR./000980028319	24/05/2022	Cepheid Ibéria, S.L.U.	41 917,50	31/12/2022	
BNP PARIBAS	SEGURO AP.100022257/200	29/04/2021	Abbott Laboratórios, Lda.	24 467,00	31/12/2023	
BNP PARIBAS	GAR./ GRE22279	06/06/2022	Biomerieux Portugal	26 100,00	30/09/2025	
Bankinter, S.A.	GAR./0511915	21/02/2022	Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	50 978,38	Com comunicação da ULSBA	
Bankinter, S.A.	GAR./0543265	23/02/2023	Iberdrola Clientes Portugal Unipessoal	32 934,59		C/comunicação da ULSBA
Millennium - BCP	GAR./00125-02-2343545	10/03/2023	Sá Limpa - Facility Services, Lda.	27 162,60		C/comunicação da ULSBA
Banco Santander Totta, S.A.	GAR./962300488040531	05/04/2023	Medtronic Portugal, Lda.	12 856,00	31/12/2023	
BNP PARIBAS	GAR./ GRE23175	29/03/2023	Novartis Farma - Prod. Farmacêuticos, S.A.	11 986,46	31/12/2023	
BNP PARIBAS	GAR./ GRE23223	04/04/2023	Janssen - Cilag Farmacêutica, Lda.	12 021,83	31/12/2023	

Entidade Bancária	N.º da Garantia	Data	Empresa	Valor	Data Liberação	Observações
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488040528	04/04/2023	Gilead Sciences, LDA	10 516,97	31/12/2023	
Novo Banco	GAR./N00423596	10/07/2023	Eurest Portugal - Sociedade Europeia de Restaurantes, LDA.	33 143,60		C/comunicação da ULSBA
BBVA	GAR./730980018692	02/11/2023	CEPHEID IBERIA, S.L.U.	30 363,00	31/12/2023	
Novo Banco	GAR./N00425026	22/01/2024	Eurest Portugal - Sociedade Europeia de Restaurantes, LDA.	236 132,36		C/comunicação da ULSBA
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488042883	09/02/2024	Abbott Laboratórios, Lda	40 924,00	31/01/2027	
BBVA	GAR./730980019609	26/02/2024	Janssen - Cilag Farmacêutica, Lda.	19 086,45	31/12/2024	
BNP PARIBAS	GAR./ GRE24139	22/02/2024	Novartis Farma - Prod. Farmacêuticos, S.A.	10 681,49	31/12/2024	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488042937	19/02/2024	Gilead Sciences, LDA	13 446,53	31/12/2024	
Banco Santander Totta , S.A.	GAR./962300488043056	29/02/2024	Medtronic Portugal, Lda.	12 856,00	31/12/2024	
Millennium - BCP	GAR./00125-02-2386375	23/02/2024	Merck Sharp & Dohme, Lda.	11 122,66	31/12/2024	

Quadro 18.4: Garantias Sub-Região

Data	Entidade retentora	Entidade pagadora retenção	Tipo caução			Valor
25/12/1992	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 2	FT- 92075	2 900,12
31/12/1992	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 3	FT- 92082	3 048,03
26/03/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 1 a 5	FT- 93009	1 730,39
08/03/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 5	FT- 93008	1 932,13
09/02/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 4	FT- 93002	1 816,73
14/04/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 6	FT- 93020	1 925,10
21/10/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 1	FT- 93080	891,05
07/05/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 7	FT- 93033	1 862,13
22/06/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 8	FT- 93044	5 788,00
17/05/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 6 e 7	FT- 93034	621,11
25/01/1994	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 16	FT- 93090	2 220,28
25/01/1994	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 15	FT- 93089	797,69
22/12/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 15	FT- 93088	2 702,31
17/11/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 14	FT- 93084	1 818,61
05/11/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 14	FT- 93083	4 514,73
01/10/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição nº 13	FT- 93008	3 199,43
06/09/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 12	FT- 93073	1 207,68
18/08/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 4,5,8 e 9	FT- 93057	691,39
27/07/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 10	FT- 96060	4 310,69
20/07/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Trabalhos a mais nº 1	FT- 93042	986,95
07/07/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 9	FT- 93049	2 124,12
06/09/1993	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 11	FT- 93072	1 597,02
25/01/1994	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 15	FT- 93089	797,69
21/12/1992	ARS	Campo e Mar - Sociedade de Construções, Lda.	Construção CS Beja	Auto medição 2	FT- 92075	858,66
Total						50 342,05

d) Composição e referência à Conta “Estado e outros entes públicos”

A conta Estado e outros entes públicos tem a seguinte composição:

Quadro 18.5: Estado e Outros Entes Públicos (em euros)

Rúbrica	Valor
Ativo	
Pagamento Especial por Conta	107 544,78
Passivo	
Imposto a pagar	-52 653,97
Retenção de Impostos sobre rendimentos	-814 309,72
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-89 660,09
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-1 360 396,84
Total	-2 209 475,84

Considerações sobre esta conta:

Pagamento especial por conta: pode ser solicitado o reembolso, no prazo de 90 dias a contar do termo do período em que poderia efetuar a dedução, ou seja, o sexto período seguinte àquele em que é feito o pagamento. No entanto, no corrente exercício não será solicitado o reembolso do PEC liquidado no ano de 2017 em virtude de o mesmo ser utilizado para dedução ao valor a pagar de IRC respeitante ao período em análise.

Imposto a pagar: corresponde ao IRC resultante das operações de apuramento do lucro tributável e respetiva matéria coletável relativamente ao exercício de 2023, a que acresce as Tributações Autónomas e a derrama municipal, a pagar em maio de 2024.

IRS – Retenções na fonte (Cat A, F, H): corresponde aos valores a pagar de IRS, retenções na fonte realizadas no mês de dezembro 2023 e pagos em janeiro de 2024.

IVA: corresponde ao imposto sobre o valor acrescentado, apurado nas operações sujeitas a tributação, nomeadamente com IVA autoliquidado, nos meses de novembro e dezembro de 2023, e pago em janeiro e fevereiro de 2024;

Segurança social, CGA, ADSE e outras tributações: corresponde ao valor destas contribuições e descontos relativos a dezembro de 2023 e pagos em janeiro de 2024.

e) Elaboração e reporting de informação financeira e fiscal

Foram cumpridas todas as obrigações respeitantes ao envio da informação financeira à DGTF, DGO, elaboração do orçamento financeiro por rubricas da contabilidade pública, envio de todas as declarações fiscais à AT (DP Iva mensais, Modelo 30 mensais, Modelo 22, IES, Modelo 44, Modelo 25, DMR AT mensais, Modelo 10, Modelo 45, guias de retenção na fonte, DMR SS mensais, guias da CGA, Fundos de Compensação do Trabalho, IUC, SAFT, Ficheiro inventários, guias de transporte e outros).

f) Adoção do SNC-AP

O SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Para efeitos da aplicação deste normativo, entende-se por entidades públicas reclassificadas as entidades que, independentemente da sua forma ou designação, tenham sido incluídas nos subsectores da administração central, regional, local e segurança social das administrações públicas, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas sectoriais publicadas pela autoridade estatística nacional.

Para efeitos de cumprimento das obrigações decorrentes da Lei de Enquadramento Orçamental (aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro) as entidades públicas reclassificadas encontram-se identificadas na lista das entidades que compõem o sector das administrações públicas divulgada até 30 de junho pela autoridade estatística nacional (INE). Deste modo, a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo EPE, estando incluída na listagem mencionada, é considerada Empresa Pública Reclassificada, *tendo sido obrigada a adotar o SNC-AP a partir de 01 de janeiro de 2018, conforme Decreto-Lei que publica o mesmo.*

g) Variações patrimoniais negativas e positivas

O quadro seguinte discrimina os valores registados e as variações ocorridas em cada uma das contas de património líquido. Estes valores servirão de base para análise dos registos a efetuar na Mod.22 IRC, no campo respeitante às variações patrimoniais negativas e positivas

Quadro 18.6: Variações Patrimoniais (em euros)

Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Reclassificação/ Realização	Diminuições	Acumulado
Património	88 400 000,00	1 625 968,00			90 025 968,00
Instrumentos capital próprio		145 747,00		-145 747,00	0,00
Reservas	7 285,63	0,00	0,00	0,00	7 285,63
Reservas legais	7 285,63				7 285,63
Outras reservas					0,00
Resultados transitados	-123 927 897,34	2 185 963,13	0,00	-17 147 022,95	-138 888 957,16
De períodos anteriores - realização excedentes de revalorização	8 342 305,16	228 126,06			8 570 431,22
Entrada de capital para cobertura de prejuízos	10 260 513,00	145 747,00			10 406 260,00
Resultado transitado do Período Anterior	-157 017 925,22	1 757 237,10		-16 336 128,99	-171 596 817,11
Resultados transitados - Regularizações	14 487 209,72	54 852,97		-810 893,96	13 731 168,73
Excedente revalorização	8 713 888,32			-228 126,06	8 485 762,26
Outras variações no património líquido	13 605 989,95	3 834 041,67		-1 048 112,47	16 391 919,15
Património líquido antes do resultado do exercício	-13 200 733,44	7 791 719,80	0,00	-18 569 008,48	-23 978 022,12

NOTA 23 - INFORMAÇÃO MENCIONADA NO ANTERIOR NORMATIVO SNC

23.1. Outras políticas contabilísticas relevantes

Os bens registados no ativo tangível e intangível foram, respetivamente, depreciados e amortizados de acordo com as taxas constantes no Classificador Complementar 2. Na adoção pela primeira vez do SNC-AP estas taxas foram reajustadas às vidas uteis remanescentes desses ativos.

As ofertas são valorizadas aos preços de mercado ou justo valor, tratando-se de bens de equipamento.

O quadro 23.1 apresenta por rubrica de ativos as taxas (mínimas e máximas) de depreciação e amortização utilizadas em 2023.

Quadro 23.1: Taxas de amortização utilizadas em 2023

Rúbricas	Taxas mínimas	Taxas máximas	N.º anos mínimo	N.º anos máximo
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	2,00%	33,33%	3	50
Equipamento básico	2,00%	50,00%	2	50
Equipamento de transporte	12,50%	25,00%	4	8
Equipamento Administrativo	10,00%	50,00%	2	10
Outros ativos fixos tangíveis	12,50%	50,00%	2	8
Ativos intangíveis				
Projetos de desenvolvimento	33,33%	33,33%	3	3
Programas de computador e sistemas de informação	25,00%	33,33%	3	4
Propriedade industrial e intelectual	14,28%	33,33%	3	7

A ULSBA tem vindo a registar todos os edifícios do seu ativo fixo tangível na Conservatória do Registo Predial. Assim, até à data de 31/12/2023, estavam registados na mesma os edifícios descritos em baixo.

Quadro 23.2: – Imóveis Registrados na Conservatória

Prédio n.º	Designação	Morada	Freguesia	Art. M. Finanças	Fração
139	Casa função	Rua Salvador Alhente, Nº.6	União Freguesias Beja	2324	M
82	Casa função	Rua Dr.Manuel Marques Costa, Nº.1, 1º Dtº.	União Freguesias Beja	2312	D
1555		Gaveto da R.Eça Queiroz e Ramalho Ortigão	União Freguesias Beja	1953	
105	Casa função	Rua Pablo Neruda, Nº.15	União Freguesias Beja	3035	B
112	Casa função	Rua Pablo Neruda, Nº.17	União Freguesias Beja	2810	A
114	Casa função	Rua Pablo Neruda, Nº.11	União Freguesias Beja	2798	A
117	Casa função	Rua António Vilar e David Abreu, Nº.8	União Freguesias Beja	2814	B
436	CDP	Rua Rainha D. Amélia, Nº.2	União Freguesias Beja	437	
852	Extensão Saúde	Rua Nova Santo António	Brinches	1124	
6438	Extensão Saúde	Rua de Evidel	União Freguesias Ferreira Alentejo	1972	
	Centro saúde	Rua D. José do Patrocínio Dias	União Freguesias Beja	2845	
	Centro saúde	Centro de Saúde da Vidigueira (Rústico)	Vidigueira	497-D	
	Extensão Saúde	Traseira da Rua de Aljustrel	Messejana	1249	
1762	Centro saúde	Avenida General Humberto Delgado	União Freguesias Castro Verde	2899	
2291	Centro saúde	Avenida de Algaes	União Freguesias Aljustrel	1479	
2292	Dispensário	Avenida 1º Maio	União Freguesias Aljustrel	1387	
1174	HJJF	Rua Dr. António Fernando Covas Lima	União Freguesias Beja	1664	
1234	Casa função	Gaveto das Ruas D. Frei Amador Arrais e Rua 5 de Outubro	União Freguesias Beja	3	L
1234	Casa função	Gaveto das Ruas D. Frei Amador Arrais e Rua 5 de Outubro	União Freguesias Beja	3	N
1234	Casa função	Gaveto das Ruas D. Frei Amador Arrais e Rua 5 de Outubro	União Freguesias Beja	3	G
1234	Casa função	Gaveto das Ruas D. Frei Amador Arrais e Rua 5 de Outubro	União Freguesias Beja	3	H
Omisso	Ala Fisioterapia	Largo do Côrro	União Freguesias Serpa	3426	
3593	Centro Saúde	Rua Dr. Santos Martins	Mértola	3208	
C.R.P.	Extensão Saúde	Semblana, 7700-270 Senhora Graça dos Padrões	Almodôvar e Graça dos Padrões	641	
Omisso	Extensão Saúde	Rua de Trás, 7700-232 Rosário	Rosário	605	
Omisso	Extensão Saúde	Travessa da Fonte Nova, 7885-033 Amareleja	Amareleja	1959	
902	Casa função	Praceta Manuel José Piroleira, Nº.24 Serpa	Salvador e Santa Maria	3086	
913	Terreno	Largo de S.Paulo (Terreno para construção)	Salvador e Santa Maria	2377	

Existem ainda alguns prédios urbanos por registar na conservatória do registo predial que respeitam aos edifícios dos centros de saúde construídos pelo Estado, sem que tenham sido tomadas, à data, diligências para atualizar os registos dos terrenos onde foram edificados, constando ainda nas conservatórias de registo predial em nome dos antigos proprietários (Dioceses, Camaras Municipais, Ministérios, particulares já falecidos). Não tendo sido facultados elementos e documentação pelas entidades responsáveis pelas construções, torna-se num trabalho muito moroso e com muitos obstáculos, sendo muito difícil obter um título de propriedade e proceder à escritura pública que transfira a propriedade para a ULSBA.

Quadro 23.3: – Imóveis não Registados na Conservatória

N.º Inventário	Morada	Freguesia	Artº M. Finanças	Fração	Proprietário
35556	Centro Saúde Alvito	Alvito			Desconhecido
35562	Centro Saúde Cuba	Cuba			Desconhecido
35563	Centro Saúde Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo			Desconhecido
35566	Centro Saúde Moura	Santo Agostinho			Desconhecido
35574	Centro Saúde Serpa	Salvador			Desconhecido
35576	Extensão Saúde Pias	Pias			Desconhecido
35577	Extensão Saúde Vale de Vargo	Vale de Vargo			Desconhecido
35578	Extensão Saúde V.N.S.Bento	Vila Nova S. Bento			Desconhecido
35579	Extensão Saúde Ficalho	Vila Verde Ficalho			Desconhecido
54167	Centro Saúde Almodôvar	Almodôvar			Desconhecido

23.2 - Fluxos de Caixa

23.2.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Os valores apresentados na demonstração de fluxos de caixa não estão sujeitos a qualquer indisponibilidade ou contingência que limite o seu uso, contudo existem valores pré-definidos pelo Órgão de Gestão relativos a fundos de maneo atribuídos a serviços e a cada um dos centros de saúde que constituem um fundo fixo de caixa. A demonstração de fluxos de caixa foi preparada tendo por base o método direto.

Os fundos fixos estão identificados no quadro abaixo, conforme constam registados na contabilidade à data de 31/12/2023:

Quadro 23.4: – Fundos maneo da ULSBA (em euros)

Rúbricas	Valor
Tesouraria	1 000,00
Serviço de doentes	387,50
Centros de Saúde	3 950,00
Aljustrel	500,00
Almodôvar	200,00
Alvito	300,00
Barrancos	50,00
Beja	500,00
Castro Verde	500,00
Cuba	200,00
Ferreira do Alentejo	350,00
Mértola	650,00
Moura	200,00
Ourique	250,00
Serpa	200,00
Vidigueira	50,00
Total	5 337,50

23.3 R dito

23.3.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O quadro seguinte identifica as prestações de serviços realizadas no exercício de 2023 e consequentemente a mensuração do rédito que lhe está associado. Refira-se que este foi apenas registado quando se manifestou a probabilidade de benefícios econ micos futuros eflu rem para a ULSBA.

Quadro 23.5: – Mapa R dito reconhecido no período (em euros)

Designação	2023	2022
Prestação de serviços - Contrato programa	110 089 945,33	96 758 983,13
Prestação de serviços - Outras entidades	421 373,49	1 430 638,72
Impostos, contribuintes e taxas	468 303,37	357 451,86
Total	110 979 622,19	98 547 073,71

23.4 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

23.4.1 - Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios e apoios do governo podem-se dividir em duas tipologias: subsídios ao investimento e subsídios à exploração, consoante se destinem a apoiar a aquisição de bens deprec veis e amortizáveis do ativo tangível ou intangível ou a compensar gastos no desenvolvimento da atividade. A forma de registo e reconhecimento difere consoante o caso.

Quando se trata de subsídios ao investimento, os mesmos, na generalidade dos casos, são reconhecidos no momento do recebimento em património líquido, sendo numa fase posterior imputados a rendimentos numa base sistemática de acordo com as taxas de depreciação de forma a balance -los com os respetivos gastos. Os subsídios destinados a financiar gastos de exploração são imputados diretamente a rendimentos do período. São contabilizados como subsídios à exploração.

23.4.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

No quadro seguinte apresenta-se o plano de imputação dos subsídios a rendimentos de acordo com as taxas de depreciação e amortização dos bens a que respeitam.

Quadro 23.6: – Mapa do Plano de Amortização de Subsídios (em euros)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO	PLANO DE AMORTIZAÇÃO DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO				
	A REALIZAR	REALIZADO	IMPUTADO (EM PERÍODOS ANTERIORES)	A IMPUTAR	IMPUTADO (NO PERÍODO)
PROJECTOS SUB-REGIÃO	1 136 948,36	1 136 948,36	654 560,88	482 387,48	6 226,86
PROJECTO PLANO EMERGENCIA	100 879,28	100 879,28	80 325,00	20 554,28	4 462,50
PROJECTO MEDICINA FÍSICA I	39 489,50	39 489,50	7 790,00	31 699,50	410,00
PROJECTO MEDICINA FISICA II	133 169,57	133 169,57	128 149,71	5 019,86	9 468,32
PROJECTO UNIDADE CONVALESCENÇA	109 268,65	109 268,65	72 623,88	36 644,77	5 187,42
PROJECTO PLATAFORMA ELEVATORIA	27 225,00	27 225,00	2 736,15	24 488,85	182,41
PROJECTO HOSPITAL DE DIA	565 900,42	565 900,42	490 669,83	75 230,59	36 383,64
PROJECTO DEP. SAUDE MENTAL	2 231 101,72	2 231 101,72	1 435 656,00	795 445,72	111 555,09
SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DIVERSOS	3 156 512,41	3 156 512,41	739 362,43	2 417 149,98	289 153,24
CENTRO SAUDE MÉRTOLA	281 457,71	281 457,71	13 603,78	267 853,93	5 629,15
PROJECTO SUBSTITUIÇÃO EQUIPAMENTO CARDIOLOGIA	285 949,93	285 949,93	248 988,54	36 961,39	18 965,79
REMODELAÇÃO EXTENSÃO MESSEJANA	114 677,87	114 677,87	21 547,94	93 129,93	2 494,67
SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO BLOCO OPERATÓRIO	365 924,96	365 924,96	352 588,98	13 335,98	69 159,82
SUBSTITUIÇÃO EQUIPAMENTOS IMAGIOLOGIA	1 072 648,03	1 072 001,90	1 019 015,63	52 986,27	192 797,01
INTERNALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLINICAS NO SNS	28 634,40	28 634,40	12 671,61	15 962,79	5 186,63
INTERNALIZAÇÃO DE EXAMES DE ENDOSCOPIA GASTROENTEROLÓGICA NO SNS	140 394,74	140 394,74	67 528,73	72 866,01	23 908,44
SAMA2020 SAÚDE+PRÓXIMA	639 999,19	639 999,19	139 719,09	500 280,10	139 719,09
TOTAL					920 890,08

23.5 - Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento resultam de impostos correntes e diferidos. O imposto corrente foi calculado tendo por base o resultado líquido e as posteriores correções fiscais, exigidas segundo os códigos fiscais. No presente exercício não foram contabilizados impostos diferidos.

A taxa de IRC aplicada é de 21% sobre a matéria coletável apurada e adicionada das tributações autónomas de viaturas, ajudas de custo, despesas de representação, da derrama municipal e estadual quando aplicável.

23.5.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

Quadro 23.7: – Mapa Demonstração cálculo IRC – Tributações Autónomas

Rúbrica	Valor	Taxa	Agravamento Taxa	Total Taxa	IRC
Gastos com viaturas					
Gastos com viaturas < 27.500	269 546,74	10,00%	0,00%	10,00%	26 954,67
Gastos com viaturas > 27.500 < 35.000	2 764,10	27,50%	0,00%	27,50%	760,13
Gastos com viaturas > 35.000	25 735,08	35,00%	0,00%	35,00%	9 007,28
Ajudas de custo					
Ajudas de custo, Kms viatura própria e outros	172 532,69	5,00%	0,00%	5,00%	8 626,63
Total	470 578,61				45 348,71

Quadro 23.8: – Mapa demonstração cálculo IRC – Apuramento Lucro Tributável – Matéria Coletável

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	79 918,36
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciáveis/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]	702	59 181,47
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	481 093,40
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	-341 993,57
A ACRESCEER		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	1 009 732,00
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	142 782,85
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º-A, n.º 1, al. a)]	724	95 608,91
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º-A, n.º 1, al. e)]	728	46 608,62
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º-A, n.º 1, al. f)]	727	1 719,11
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31.º-B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), não aceites como gastos	719	76 365,08
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	89 268,21
SOMA (campos 708 a 752)	753	1 120 091,21
A DEDUZIR		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	756	462 501,76
Benefícios fiscais (Artigo 43.º-D - Regime fiscal de incentivo à capitalização das empresas)	774	73 168,56
SOMA (campos 754 a 775)	776	535 670,32
PREJÚZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777	
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 ≥ 776) (a transportar para o quadro 09)	778	584 420,89

09	APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL					
(transporte do Q.07)	Cód.	Regime geral	Cód.	Com redução de taxa	Cód.	Com isenção
1. PREJUÍZO FISCAL	301		312		323	
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302	584 420,89	313		324	
Prejuízos fiscais dedutíveis	303	45 686 126,85	314		325	
3. DEDUÇÕES: Prejuízos fiscais deduzidos	309	379 873,58	320		331	
4. MATÉRIA COLETÁVEL: (2 - 3)	311	204 547,31	322		333	

10	CÁLCULO DO IMPOSTO					
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%	347-B	42 954,94				
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)			351	42 954,94		
COLETA TOTAL (351 + 373)			378	42 954,94		
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	356	42 954,94				
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) ≤ 378			357	42 954,94		
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) ≥ 0			358	-	0,00	
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0			361	-	0,00	
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0			362			
Derrama municipal	364	7 305,26				
Tributações autónomas	365	45 348,71				
TOTAL A PAGAR [361 ou (- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0			367	52 653,97		

23.5.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

Quadro 23.9: Mapa demonstração cálculo IRC

Rúbrica	2023	2022
Resultado antes de impostos	175 527,27	-12 025 335,47
Lucro tributável	584 420,89	
Dedução Prejuízos fiscais	-379 873,58	
Matéria Coletável	204 547,31	
Taxa de IRC sobre lucros	21,00%	21,00%
Coleta	42 954,94	
Pagamento Especial por Conta	-42 954,94	
Total do IRC Liquidado	-0,00	
Tributações autónomas	45 348,71	96 970,33
Derrama	7 305,26	0,00%
Imposto sobre o rendimento período (estimado)	95 608,91	96 970,33
Imposto sobre o rendimento período (a pagar)	52 653,97	
Imposto sobre o rendimento período corrente	95 608,91	96 970,33
Imposto sobre o rendimento período diferido	0,00	0,00

23.6. Benefícios dos empregados:

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gastos do período.

O direito a férias e subsídio de férias vence-se no final de cada ano, sendo pagos no período seguinte. Foi constituída uma provisão para férias e subsídio de férias e o gasto foi reconhecido no exercício de 2023.

Relativamente aos benefícios de funcionários reconhecidos como gastos do período, o quadro seguinte representa o quantitativo contabilizado em 2023 e 2022:

Quadro 23.10: – Mapa remunerações Órgãos Sociais e Pessoal

Rúbrica	2023	2022
Órgãos sociais:		
Remunerações	308 538,66	371 269,30
Ajudas de custo		
Subsídio de refeição	5 666,00	6 089,00
Remunerações periféricas	76 981,72	101 662,89
Sub-Total	391 186,38	479 021,19
Remunerações do pessoal:		
Remunerações	52 365 901,85	49 941 045,66
Pensões	47 624,06	57 134,01
Outros custos com pessoal	453 563,07	540 787,74
Sub-Total	52 867 088,98	50 538 967,41
Encargos sociais	11 999 637,35	11 836 250,33
Sub - Total	11 999 637,35	11 836 250,33
Gasto Total	65 257 912,71	62 854 238,93

23.7 – Outras informações

23.7.1 - Comparabilidade da informação financeira entre o ano corrente e ano anterior

a) Balanço

Quadro 23.11: Evolução balanço (em euros)

Rúbricas	2023	2022	Variação
Ativo			
Ativo não corrente	29 720 317,43	27 047 553,89	2 672 763,54
Ativo corrente	38 109 190,80	36 607 236,28	1 501 954,52
Total Ativo	67 829 508,23	63 654 790,17	4 174 718,06
Património Líquido	-23 898 103,76	-25 323 039,24	1 424 935,48
Total Património Líquido	-23 898 103,76	-25 323 039,24	1 424 935,48
Passivo			
Passivo não corrente	2 809 625,16	1 910 904,62	898 720,54
Passivo corrente	88 917 986,83	87 066 924,79	1 851 062,04
Total Passivo	91 727 611,99	88 977 829,41	2 749 782,58
Total Património Líquido e Passivo	67 829 508,23	63 654 790,17	4 174 718,06

Pela comparação, com o ano anterior, dos principais grupos de rubricas do balanço verificamos que existe uma tendencia geral de crescimento que fica sobretudo mais uma vez evidenciada ao

nível do Ativo não corrente que apresenta um crescimento na ordem de +2.672 763,54 euros e que se deve quase exclusivamente ao aumento dos Ativos Fixos Tangíveis. O ativo corrente apresenta também um expressivo crescimento ainda que resulte somente dos valores que permaneceram em depósitos bancários à data de 31/12/2023. Em resumo, a sustentação do aumento do ativo deve-se a uma estratégia de investimentos continuada, em instalações, novas obras em curso e manutenção das existentes e equipamentos.

A melhoria evidenciada no Património Líquido, ainda que continue negativo, resulta dos resultados líquidos positivos obtidos no exercício económico de 2023 no valor de +79.918,36 euros. No entanto, foram integrados em resultados transitados o valor negativo de -12.122.305,80 euros respeitantes aos Resultados Líquidos obtidos no exercício anterior.

b) Demonstração de resultados

Quadro 23.12: Evolução dos Resultados (em euros)

Rúbricas	2023	2022	Varição
Impostos e taxas	468 303,37	357 451,86	110 851,51
Vendas e prestação de serviços	110 511 318,82	98 189 621,85	12 321 696,97
Subsídios à exploração	3 343 888,98	115 879,62	3 228 009,36
Outros rendimentos e ganhos	3 565 187,35	3 030 452,46	534 734,89
Imparidade inventários (reversões)			0,00
Imparidade dívidas a receber (reversões)	151,01	1 382,92	-1 231,91
Provisões processos judiciais (reversões)	112 574,01	108 424,14	4 149,87
Juros e rendimentos similares	2 382,66	326,79	2 055,87
Total Rendimentos	118 003 806,20	101 803 539,64	16 200 266,56
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-17 848 314,53	-17 172 174,29	-676 140,24
Fornecimentos e serviços externos	-30 165 089,27	-30 542 469,84	377 380,57
Gastos com pessoal	-65 257 912,71	-62 854 238,93	-2 403 673,78
Imparidade inventários	-78 351,70	-427,76	-77 923,94
Imparidade dívidas a receber	-125 191,60	-20 848,00	-104 343,60
Provisões processos judiciais	-1 011 294,55	-376 466,33	-634 828,22
Outros Gastos e perdas	-1 332 216,75	-1 236 138,69	-96 078,06
Gastos de depreciação/amortização	-1 973 963,58	-1 605 335,27	-368 628,31
Juros e custos similares	-35 944,24	-20 776,00	-15 168,24
Imposto	-95 608,91	-96 970,33	1 361,42
Total de Gastos	-117 923 887,84	-113 925 845,44	-3 998 042,40
Resultado líquido do período	79 918,36	-12 122 305,80	12 202 224,16

Ao nível das principais rubricas de desempenho financeiro da organização salienta-se o aumento na ordem dos +12.321.696,97 nas principais rubricas que integram o volume de negócios da entidade nas quais estão também incluídos a imputação a rendimentos aferidos ao contrato

programa. Destaca-se também o aumento expressivo +3.228.009,36 da rubrica de subsídios à exploração, em grande parte justificados com o reconhecimento direto a resultados do valor de +3.081.585,93 de rendimentos de contexto (adicional pessoal). Assim, existiu uma variação positiva no total de rendimentos no valor de 16.200.266,56 que justificam a tendência positiva dos resultados alcançados no exercício de 2023.

Relativamente ao total de gastos existiu um aumento de -3.998.042,40 quase exclusivamente justificados pelo aumento de gastos com o pessoal (-2.403.673,78), com o crescimento da estimativa de Provisões Judiciais (-634.828,22) e dos gastos com depreciações e amortizações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis (-368.628,31). Existiu uma diminuição pouco expressiva dos fornecimentos e serviços externos.

30.2 – Considerações gerais do controlo interno

Por indicação do Tribunal de Contas continua a fazer parte integrante deste relatório uma nota sobre as considerações relacionadas com o controlo interno.

Contas de custos e proveitos:

- 1 – Foram verificados todos os documentos contabilísticos do ano, verificada a sua regularidade fiscal, e efetuadas as correções fiscais conforme legislação em vigor;
- 2 – Todas as Faturas registadas na contabilidade foram sujeitas a validação, segundo o princípio da segregação de funções, conferidas com a nota de encomenda e guia de entrada; são conferidas via EDOC nos serviços que solicitam os bens e serviços;
- 3 – A ULSBA está a enviar mensalmente, o ficheiro SAFT, e possui uma aplicação para reconciliar o ficheiro SAFT – com a aplicação de faturação SONHO e a contabilidade. Estes elementos são também utilizados na conferência das Declarações de IVA;

Contas de terceiros e existências:

- 1 – Foram efetuadas as contagens físicas dos bens inventariados com distribuição dos procedimentos de contagens;
- 2 – Existe segregação de funções entre quem compra, quem confere e quem paga, em serviços diferentes e existentes na ULSBA;
- 3 – Existe conferências dos bens adquiridos, em quantidade e qualidade, por funcionário responsável na área do aprovisionamento;
- 4 – É efetuada a conferência mensal dos ficheiros de consumos, compras e outros entre a contabilidade e aprovisionamento, contudo, não são analisadas as divergências. O processo de análise de divergências está a ser implementado.

Contas de investimentos:

- 1 – Os bens adquiridos são registados no SIGA, etiquetados, havendo conferência anual entre a contabilidade e aprovisionamento dos mesmos;
- 2 – Os abates seguem regras procedimentos próprios estabelecidos pela Comissão de Abates. É elaborado auto de abate, autorizado pelo Conselho de Administração, e comunicado à autoridade tributária a data do mencionado abate;

- 3 – As ofertas em espécie são registadas ao justo valor de acordo com valores existentes no mercado para o mesmo tipo de bens;
- 4 – Foram elaborados os mapas fiscais, nomeadamente a modelo 32 relativa a ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis;
- 5 – Foram elaborados os mapas de mais e menos valias fiscais e corrigidas as mesmas na modelo 22;
- 6 – Não foi testada a imparidade dos ativos fixos em curso;
- 7 – Não foram conferidos os bens relativos a investimentos nos serviços onde se encontram alocados, nem existem procedimentos para identificar as “transferências” de bens entre serviços;

Tesouraria:

- 1 – Não foram efetuadas “contagens surpresa” ao Caixa, embora tenham sido solicitadas declarações de responsabilidade pelos valores existentes em fundo maneio;
- 2 – São elaboradas reconciliações bancárias mensalmente e registadas as divergências;
- 3- O espólio está na posse da área de tesouraria, sendo esta responsável pela verificação, registo e conferência do mesmo;

Área financeira:

- 1 – Não existem segregações de funções, o funcionário que tem acesso às contas correntes é o mesmo que efetua os pagamentos;
- 2 – Não existe definição de procedimentos de reconciliação continuada ao longo do cada exercício de contas de “terceiros”, nomeadamente, “adiantamento clientes”, “Adiantamento fornecedores” e outras;
- 4 – As faturas em pré-contencioso são devidamente identificadas e reencaminhadas para os serviços jurídicos;
- 5 - Existe manual de procedimentos contabilísticos e controlo interno, apesar do mesmo não se encontrar atualizado.

Contrato Programa:

A conta “adiantamento de clientes” suporta valores elevados respeitantes a verbas transferidas pela ACSS e que não estão regularizados, nomeadamente, contratos programa de anos anteriores por encerrar. Tal situação tem enorme impacto em algumas rubricas do balanço, em especial, nas rubricas de passivo de curto prazo.

O Contabilista Certificado:

O Conselho de Administração:

13. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

I - Finalidade das demonstrações orçamentais

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adaptado; e
- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

As demonstrações orçamentais proporcionam informação de uma entidade sobre:

- Dotações de despesa e previsões de receita;
- Alterações orçamentais;
- Cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas;
- Despesas pagas e receitas cobradas;
- Grau de execução orçamental (despesas e receitas);
- Desempenho orçamental.

(Decreto Lei nº 192/2015, de 11 de setembro)

II - Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais

A elaboração das demonstrações orçamentais é da responsabilidade do serviço financeiro. Ao Órgão de Gestão cabe a sua aprovação e apresentação aos demais utilizadores da informação financeira.

13.1. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

13.1.1. ORÇAMENTO INICIAL DA RECEITA E PLURIANUAL

Euros

Rúbrica	Orçamento 2023			Plano Orçamental Plurianual			
	Período Ant.	Período	Soma	2023	2024	2025	2026
Receita corrente	0,00	119 691 927,00	119 691 927,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1 Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos			0,00				
R1.2 Impostos indiretos			0,00				
R2 Contribuições para sistemas proteção social e subsistemas de saúde			0,00				
R3 Taxas, multas e outras penalidades		469 757,00	469 757,00				
R4 Rendimentos de propriedade			0,00				
R5 Transferências e subsídios correntes	0,00	3 343 894,00	3 343 894,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1 Transferências correntes	0,00	3 343 894,00	3 343 894,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1 Administrações Públicas	0,00	3 243 445,00	3 243 445,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1 Administração Central - Estado			0,00				
R5.1.1.2 Administração Central - Outras		3 243 442,00	3 243 442,00				
R5.1.1.3 Segurança Social		1,00	1,00				
R5.1.1.4 Administração Regional			0,00				
R5.1.1.5 Administração Local		2,00	2,00				
R5.1.2 Exterior - UE		100 448,00	100 448,00				
R5.1.3 Outras		1,00	1,00				
R5.2 Subsídios correntes			0,00				
R6 Vendas de bens e serviços		115 877 886,00	115 877 886,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7 Outras receitas correntes		390,00	390,00				
Receita de capital	0,00	10 684 687,00	10 684 687,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8 Vendas de bens de investimento		0,00	0,00				
R9 Transferências e subsídios de capital	0,00	10 582 415,00	10 582 415,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1 Transferências de capital	0,00	10 582 415,00	10 582 415,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1 Administrações Públicas	0,00	5 776 917,00	5 776 917,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português			0,00				
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		5 776 917,00	5 776 917,00				
R9.1.1.3 Segurança Social			0,00				
R9.1.1.4 Administração Regional			0,00				
R9.1.1.5 Administração Local			0,00				
R9.1.2 Exterior - UE		4 805 497,00	4 805 497,00				
R9.1.3 Outras		1,00	1,00				
R9.2 Subsídios de capital			0,00				
R10 Outras receitas de capital			0,00				
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos		102 272,00	102 272,00				
Receita efetiva [1]	0,00	130 376 614,00	130 376 614,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita não efetiva [2]	0,00	1 771 715,00	1 771 715,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Receita com ativos financeiros			0,00				
R13 Receita com passivos financeiros		1 771 715,00	1 771 715,00				
Receita Total [3] = [1]+[2]	0,00	132 148 329,00	132 148 329,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13.1.2. ORÇAMENTO INICIAL DA DESPESA E PLURIANUAL

		Orçamento 2023			Plano Orçamental Plurianual				Euros
Rubrica		Período Ant.	Período	Soma	2023	2024	2025	2026	
D1	Despesa corrente	0,00	120 382 691,00	120 382 691,00	5 484 264,38	1 358 102,00	0,00	0,00	
D1.1	Despesas com o pessoal	0,00	69 958 962,00	69 958 962,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D1.1.1	Remunerações certas e permanentes		44 491 411,00	44 491 411,00					
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais		12 700 565,00	12 700 565,00					
D1.3	Segurança Social		12 766 986,00	12 766 986,00					
D2	Aquisições de bens e serviços		49 921 961,00	49 921 961,00	5 484 264,38	1 358 102,00			
D3	Juros e outros encargos		37 525,00	37 525,00					
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	3 908,00	3 908,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1	Transferências correntes	0,00	3 908,00	3 908,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado			0,00					
D4.1.1.2	Administração Central - Outras			0,00					
D4.1.1.3	Segurança social			0,00					
D4.1.1.4	Administração Regional			0,00					
D4.1.1.5	Administração Local			0,00					
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo			0,00					
D4.1.3	Famílias		3 908,00	3 908,00					
D4.1.4	Outras			0,00					
D4.2	Subsídios correntes			0,00					
D5	Outras despesas correntes		460 335,00	460 335,00					
D6	Despesas de capital	0,00	11 765 638,00	11 765 638,00	928 486,90	0,00	0,00	0,00	
D6	Aquisição de bens de capital		11 765 638,00	11 765 638,00	928 486,90				
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado			0,00					
D7.1.1.2	Administração Central - Outras			0,00					
D7.1.1.3	Segurança social			0,00					
D7.1.1.4	Administração Regional			0,00					
D7.1.1.5	Administração Local			0,00					
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo			0,00					
D7.1.3	Famílias			0,00					
D7.1.4	Outras			0,00					
D7.2	Subsídios de capital			0,00					
D8	Outras Despesas de Capital			0,00					
	Despesa efetiva [1]	0,00	132 148 329,00	132 148 329,00	6 412 751,28	1 358 102,00	0,00	0,00	
	Despesa não efetiva [2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9	Despesa com ativos financeiros			0,00					
D10	Despesa com passivos financeiros			0,00					
	Despesa total [3]=[1]+[2]	0,00	132 148 329,00	132 148 329,00	6 412 751,28	1 358 102,00	0,00	0,00	

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica Orçamental	Forma de realização	Fonte financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos								Total previsto	
					RG	RP	EU	EMPR	Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização em 2023	Períodos seguintes							
														Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Outros		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	1	Aquisição e instalação de equipamento de Ressonância Magnética	D7	O	-	225 000,00	1 275 000,00	-	11-10-2015	31-12-2023	6	-	1 500 000,00	-	-	-	-	-	-	1 500 000,00	
Capacitação e Modernização	2	Saúde + Próxima - Beneficiação das TIC	D7	O	-	140 384,59	795 512,70	-	12-05-2020	31-12-2023	6	644 027,00	291 870,29	-	-	-	-	-	-	935 897,29	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	3	Construção de Centro de Saúde em Vidigueira	D7	E	-	274 088,00	1 553 165,00	-	01-07-2020	30-06-2023	6	1 576 673,00	250 580,80	-	-	-	-	-	-	1 827 253,80	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	4	Construção de Centro de Saúde em Ourique	D7	E	-	-	3 075 000,00	-	16-09-2022	17-04-2023	3	-	203 144,00	2 871 856,00	-	-	-	-	-	3 075 000,00	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	5	Construção de Extensão de Saúde em Rio de Moinhos	D7	E	-	48 208,01	273 178,70	-	01-06-2021	30-06-2023	6	217 616,39	103 770,31	-	-	-	-	-	-	321 386,70	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	6	Construção Bloco de Partos	D7	E	-	1 414 597,05	-	-	01-06-2023	31-12-2024	3	-	24 231,00	1 390 366,05	-	-	-	-	-	1 414 597,05	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	7	Dotar o ACES de equipamentos que disponibilizem serviços de MCDT's no sentido de melhorar a sua resolutilidade	D7	O	-	-	1 086 833,40	-	01-01-2022	31-12-2024	1	-	-	1 086 833,40	-	-	-	-	-	1 086 833,40	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	8	Requalificação de edifícios do ACES para aumentar eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais	D7	O	-	-	141 650,00	-	01-01-2022	31-12-2024	1	-	-	141 650,00	-	-	-	-	-	141 650,00	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	9	Dotar o ACES de viaturas e unidades móveis para cuidados de proximidade	D7	O	-	-	541 200,00	-	01-01-2022	31-12-2024	1	-	-	541 200,00	-	-	-	-	-	541 200,00	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	10	Dotar o ACES de equipamentos no âmbito dos rastreios do cancro do cólo do útero e do colon, do diagnóstico precoce da hipertensão arterial, asma e DPOC e retinópata diabética	D7	O	-	-	343 031,00	-	01-01-2022	31-12-2024	3	20 590,20	44 864,87	277 575,93	-	-	-	-	-	343 031,00	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	11	Dotar o ACES de mais gabinetes de consulta do pé diabético, de saúde oral e de movimento e reabilitação	D7	O	-	-	411 054,00	-	01-01-2022	31-12-2024	3	-	29 696,03	381 357,97	-	-	-	-	-	411 054,00	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	12	Dotar o ACES de equipamentos para resposta qualificada em situações de emergência	D7	O	-	-	113 652,00	-	01-01-2022	31-12-2024	1	-	-	113 652,00	-	-	-	-	-	113 652,00	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	13	Viaturas para as equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência	D7	O	-	-	73 800,00	-	01-01-2022	31-12-2023	6	-	73 800,00	-	-	-	-	-	-	73 800,00	
Outros investimentos	14	Aquisição de equipamentos hospitalares diversos	D7	O	-	394 689,36	2 236 573,04	-	11-10-2015	31-12-2023	6	1 509 480,00	1 121 782,40	-	-	-	-	-	-	2 631 262,40	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	15	Alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados em lugares de ECCI	D7	O	-	-	369 000,00	-	01-01-2023	31-12-2024	1	-	-	369 000,00	-	-	-	-	-	369 000,00	
Adequação/melhoramento de serviços prestados	16	Criação das Equipas de Saúde Mental Comunitárias	D7	O	-	-	265 559,00	-	01-01-2023	31-12-2024	0	-	-	265 559,00	-	-	-	-	-	265 559,00	
Total					-	2 496 967,01	12 554 208,84	-				Total	3 968 386,59	3 643 739,70	7 439 050,35	-	-	-	-	-	15 051 176,64

Notas:

1 - Objetivo, 2 - Designação projeto, 3 - Nome projeto, 5 - A - Administração direta, E - Empreitadas, O - outros fornecimentos, RG - receitas gerais, RP - Receitas próprias, EU - união europeia, EMPR - contratação empréstimos

Fase execução: 0 - não iniciada, 1 - com projeto técnico, 2 - adjudicada, 3 - execução física até 25%, 4 - execução física a 50%, 5 - execução física a 75%, 6 - execução física superior a 75%

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13.3. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

							Euros
Rubricas Recebimentos	Fontes de Financiamento						2022
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
Saldo de gerência anterior	592 445,83	0,00	139 082,73	0,00	104 590,10	836 118,66	614 993,09
Operações Orçamentais [1]	592 445,83		139 082,73			731 528,56	530 662,85
Devolução do saldo oper. Orçamentais						0,00	
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades						0,00	
Operações de tesouraria [A]					104 590,10	104 590,10	84 330,24
Receita Corrente	2 980 229,54	116 611 215,96	100 447,13	0,00	0,00	119 691 892,63	103 632 101,20
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos						0,00	
R1.2 Impostos indiretos						0,00	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde						0,00	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	469 736,25					469 736,25	515 032,90
R4 Rendimentos de propriedade						0,00	
R5 Transferências e subsídios correntes	161 855,92	3 081 585,93	100 447,13	0,00	0,00	3 343 888,98	104 999,62
R5.1 Transferências correntes	161 855,92	3 081 585,93	100 447,13	0,00	0,00	3 343 888,98	104 999,62
R5.1.1 Administrações Públicas	161 855,92	3 081 585,93	0,00	0,00	0,00	3 243 441,85	104 798,77
R5.1.1.1 Administração Central - Estado						0,00	
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	161 855,92	3 081 585,93				3 243 441,85	104 798,77
R5.1.1.3 Segurança Social						0,00	
R5.1.1.4 Administração Regional						0,00	
R5.1.1.5 Administração Local						0,00	
R5.1.2 Exterior - U E			100 447,13			100 447,13	
R5.1.3 Outras						0,00	200,85
R5.2 Subsídios correntes						0,00	
R6 Venda de bens e serviços	2 348 247,78	113 529 630,03				115 877 877,81	103 011 222,45
R7 Outras receitas correntes	389,59					389,59	846,23
Receita de Capital	0,00	1 414 598,00	3 109 885,95	0,00	0,00	4 524 483,95	833 373,67
R8 Venda de bens de investimento						0,00	
R9 Transferências e subsídios de capital	0,00	1 414 598,00	3 109 885,95	0,00	0,00	4 524 483,95	833 373,67
R9.1 Transferências de capital	0,00	1 414 598,00	3 109 885,95	0,00	0,00	4 524 483,95	833 373,67
R9.1.1 Administrações Públicas	0,00	1 414 598,00	298 295,57	0,00	0,00	1 712 893,57	0,00
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português						0,00	
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		1 414 598,00	298 295,57			1 712 893,57	
R9.1.1.3 Segurança Social						0,00	
R9.1.1.4 Administração Regional						0,00	
R9.1.1.5 Administração Local						0,00	
R9.1.2 Exterior - U E			2 811 590,38			2 811 590,38	824 123,67
R9.1.3 Outras						0,00	9 250,00
R9.2 Subsídios de capital						0,00	
R10 Outras receitas de capital						0,00	
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	102 271,55					102 271,55	12 966,65
Receita Efetiva [2]	3 082 501,09	118 025 813,96	3 210 333,08	0,00	0,00	124 318 648,13	104 478 441,52
Receita não efetiva [3]	0,00	1 771 715,00	0,00	0,00	0,00	1 771 715,00	10 260 513,00
R12 Receita com ativos financeiros						0,00	
R13 Receita com passivos financeiros		1 771 715,00				1 771 715,00	10 260 513,00
Soma [4] = [1]+[2]+[3]	3 674 946,92	119 797 528,96	3 349 415,81	0,00	0,00	126 821 891,69	115 269 617,37
Operações de Tesouraria [B]					674 358,73	674 358,73	34 203,67

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13.4. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (CONT)

Rubricas Pagamentos		Fontes de Financiamento					Euros	
		Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	2022
Despesa corrente		3 082 484,00	115 539 242,35	19 083,49	0,00	0,00	118 640 809,84	111 565 540,22
D1	Despesas com o pessoal	0,00	67 961 327,53	0,00	0,00	0,00	67 961 327,53	61 536 696,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes		42 418 468,89				42 418 468,89	38 480 259,51
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais		12 775 882,73				12 775 882,73	11 522 290,42
D1.3	Segurança Social		12 766 975,91				12 766 975,91	11 534 146,07
D2	Aquisição de bens e serviços	3 082 484,00	47 079 150,73	19 083,49			50 180 718,22	49 555 442,62
D3	Juros e outros encargos		34 522,94				34 522,94	20 692,08
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	3 907,80	0,00	0,00	0,00	3 907,80	797,76
D4.1	Transferências correntes	0,00	3 907,80	0,00	0,00	0,00	3 907,80	797,76
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português						0,00	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						0,00	
D4.1.1.3	Segurança Social						0,00	
D4.1.1.4	Administração Regional						0,00	
D4.1.1.5	Administração Local						0,00	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo						0,00	
D4.1.3	Famílias		3 907,80				3 907,80	797,76
D4.1.4	Outras						0,00	
D4.2	Subsídios correntes						0,00	
D5	Outras despesas correntes		460 333,35				460 333,35	451 911,76
Despesa de capital		0,00	2 641 003,93	3 191 248,97	0,00	0,00	5 832 252,90	2 972 548,59
D6	Aquisição de bens de capital		2 641 003,93	3 191 248,97			5 832 252,90	2 972 548,59
D7	Transferência e subsídios de capital		0,00	0,00			0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português						0,00	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						0,00	
D7.1.1.3	Segurança Social						0,00	
D7.1.1.4	Administração Regional						0,00	
D7.1.1.5	Administração Local						0,00	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo						0,00	
D7.1.3	Famílias						0,00	
D7.1.4	Outras						0,00	
D7.2	Subsídios de capital						0,00	
D8	Outras despesas de capital						0,00	
Despesa efetiva [5]		3 082 484,00	118 180 246,28	3 210 332,46	0,00	0,00	124 473 062,74	114 538 088,81
Despesa não efetiva [6]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros						0,00	
D10	Despesa com passivos financeiros						0,00	
Soma [7] = [5] + [6]		3 082 484,00	118 180 246,28	3 210 332,46	0,00	0,00	124 473 062,74	114 538 088,81
Operações de tesouraria [C]						26 993,75	26 993,75	13 943,81
Saldo para a gerência seguinte		592 462,92	1 617 282,68	139 083,35	0,00	751 955,08	3 100 784,03	836 118,66
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]		592 462,92	1 617 282,68	139 083,35	0,00	0,00	2 348 828,95	731 528,56
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]		0,00	0,00	0,00	0,00	751 955,08	751 955,08	104 590,10
Saldo Global [2] - [5]		17,09	-154 432,32	0,62	0,00	0,00	-154 414,61	-10 059 647,29
Despesa primária		3 082 484,00	118 145 723,34	3 210 332,46	0,00	0,00	124 438 539,80	114 517 396,73
Saldo corrente		-102 254,46	1 071 973,61	81 363,64	0,00	0,00	1 051 082,79	-7 933 439,02
Saldo de capital		0,00	-1 226 405,93	-81 363,02	0,00	0,00	-1 307 768,95	-2 139 174,92
Saldo Primário		17,09	-119 909,38	0,62	0,00	0,00	-119 891,67	-10 038 955,21
Receita total [1] + [2] + [3]		3 674 946,92	119 797 528,96	3 349 415,81	0,00	0,00	126 821 891,69	115 269 617,37
Despesa Total [5] + [6]		3 082 484,00	118 180 246,28	3 210 332,46	0,00	0,00	124 473 062,74	114 538 088,81

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13.5. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Euros																	
Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões Corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos e restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros				
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período Corrente	Total		2023	2024	2025	2026	Períodos seguintes
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]=[9]+[10]	[11]					
Receita Corrente	119 691 927,00	-3 974 521,59	4 170 620,70	234 053 979,70	114 558 151,81	119 692 386,48	493,85	493,85	565 329,76	119 126 562,87	119 691 892,63	3 974 555,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos												0,00	0,00				
R1.2 Impostos Indiretos												0,00	0,00				
R2 Contribuições para sistemas de protecção												0,00	0,00				
R3 Taxas, multas e outras penalidades	469 757,00	-86 284,38	86 184,39	644 454,65	174 597,66	469 996,90	260,65	260,65	58,10	469 678,15	469 736,25	86 305,13					
R4 Rendimentos de propriedade											0,00						
R5 Transferências Correntes	3 343 894,00	-26 344,98	26 350,00	3 354 777,49	10 888,51	3 343 888,98	0,00	0,00	21 760,00	3 322 128,98	3 343 888,98	26 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1 Administrações Publicas	3 243 445,00	-26 346,85	26 350,00	3 254 330,36	10 888,51	3 243 441,85	0,00	0,00	21 760,00	3 221 681,85	3 243 441,85	26 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1 Administração Central - Estado												0,00	0,00				
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	3 243 442,00	-26 349,85	26 350,00	3 254 330,36	10 888,51	3 243 441,85	0,00	0,00	21 760,00	3 221 681,85	3 243 441,85	26 350,00					
R5.1.3 Segurança social	1,00	1,00										0,00	0,00				
R5.1.4 Administração regional												0,00	0,00				
R5.1.5 Administração Local	2,00	2,00										0,00	0,00				
R5.2 Exterior - EU	100 448,00	0,87		100 447,13		100 447,13				100 447,13	100 447,13	0,00					
R5.3 Outras	1,00	1,00										0,00	0,00				
R6 Vendas de bens e serviços	115 877 886,00	-3 860 814,82	4 058 048,31	230 053 318,15	114 372 665,64	115 878 111,01	233,20	233,20	543 511,66	115 334 366,15	115 877 877,81	3 860 823,01					
R7 Outras receitas correntes	390,00	-1 077,41	38,00	1 429,41	0,00	389,59	0,00	0,00		389,59	389,59	1 077,82					
Receita de Capital	12 456 402,00	6 057 931,50	0,00	7 982 360,86	1 583 890,36	6 991 044,33	592 573,83	592 573,83	0,00	6 398 470,50	6 398 470,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8 Vendas de bens de investimento												0,00	0,00				
R9 Transferências Correntes	10 582 415,00	6 057 931,05	0,00	6 108 374,31	1 583 890,36	5 117 057,78	592 573,83	592 573,83	0,00	4 524 483,95	4 524 483,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1 Administrações Publicas	5 776 917,00	4 064 023,43	0,00	3 196 336,80	1 483 443,23	2 305 467,40	592 573,83	592 573,83	0,00	1 712 893,57	1 712 893,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1 Administração Central - Estado												0,00	0,00				
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades	5 776 917,00	4 064 023,43		3 196 336,80	1 483 443,23	2 305 467,40	592 573,83	592 573,83		1 712 893,57	1 712 893,57	0,00					
R9.1.3 Segurança social												0,00	0,00				
R9.1.4 Administração regional												0,00	0,00				
R9.1.5 Administração Local												0,00	0,00				
R9.2 Exterior - EU	4 805 497,00	1 993 906,62		2 912 037,51	100 447,13	2 811 590,38				2 811 590,38	2 811 590,38	0,00					
R9.3 Outras	1,00	1,00										0,00	0,00				
R10 Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		0,00		0,00				0,00	0,00	0,00					
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	102 272,00	0,45		102 271,55		102 271,55				102 271,55	102 271,55	0,00					
R12 Ativos Financeiros												0,00	0,00				
R13 Passivos Financeiros	1 771 715,00			1 771 715,00		1 771 715,00				1 771 715,00	1 771 715,00	0,00					
Outras Receitas	731 531,00	2,44	0,00	731 528,56	0,00	731 528,56	0,00	0,00	0,00	731 528,56	731 528,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo da Gerência anterior - operações orçamen	731 531,00	2,44		731 528,56		731 528,56				731 528,56	731 528,56	0,00					
Total	132 879 860,00	2 083 412,35	4 170 620,70	242 767 869,12	116 142 042,17	127 414 959,37	593 067,68	593 067,68	565 329,76	126 256 561,93	126 821 891,69	3 974 555,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13.6. DEMOSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Euros														
Classificações orçamentais detalhadas	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações Disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas		
										Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período Corrente	Total
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]
Despesa Corrente	23 850 757,03	120 382 691,00	0,00	0,00	-20 086 634,35	140 469 325,35	140 469 325,35	140 469 325,35	118 836 222,29	195 412,45	195 412,45	20 714 914,35	97 925 895,49	118 640 809,84
D1 Despesas com o pessoal	2 695 733,82	69 958 962,00	0,00	0,00	-2 047 915,33	70 201 859,33	70 201 859,33	70 201 859,33	68 030 841,32	69 513,79	69 513,79	2 626 464,07	65 334 863,46	67 961 327,53
D1.1 Remunerações certas e permanentes	1 167 656,59	44 491 411,00			-529 860,57	43 216 218,57	43 216 218,57	43 216 218,57	42 473 989,95	55 521,06	55 521,06	1 166 815,72	41 251 653,17	42 418 468,89
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	457 537,82	12 700 565,00			-496 576,41	13 197 176,41	13 197 176,41	13 197 176,41	12 775 944,97	62,24	62,24	457 537,82	12 318 344,91	12 775 882,73
D1.3 Segurança social	1 070 539,41	12 766 986,00			-1 021 478,35	13 788 464,35	13 788 464,35	13 788 464,35	12 780 906,40	13 930,49	13 930,49	1 002 110,53	11 764 865,38	12 766 975,91
D2 Aquisição de bens e serviços	21 009 164,00	49 921 961,00			-17 871 108,43	69 598 087,43	69 598 087,43	69 598 087,43	50 306 105,56	125 387,34	125 387,34	18 033 413,93	32 147 304,29	50 180 718,22
D3 Juros e outros encargos	87 167,91	37 525,00			-111 664,58	149 189,58	149 189,58	149 189,58	34 535,67	12,73	12,73	69,60	34 453,34	34 522,94
D4 Transferências de Subsídios Correntes	0,00	3 908,00	0,00	0,00	0,20	3 907,80	3 907,80	3 907,80	4 385,13	477,33	477,33	0,00	3 907,80	3 907,80
D4.1 Transferências correntes	0,00	3 908,00	0,00	0,00	0,20	3 907,80	3 907,80	3 907,80	4 385,13	477,33	477,33	0,00	3 907,80	3 907,80
D4.1.1 Administrações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 Administração central - Estado														0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras Entidades														0,00
D4.1.1.3 Segurança social														0,00
D4.1.1.4 Administração Regional														0,00
D4.1.1.5 Administração Local														0,00
D4.1.2 Instituições sem fins lucrativos														0,00
D4.1.3 Famílias		3 908,00			0,20	3 907,80	3 907,80	3 907,80	4 385,13	477,33	477,33	0,00	3 907,80	3 907,80
D4.1.4 Outras														0,00
D4.2 Subsídios														0,00
D5 Outras despesas correntes	58 691,30	460 335,00			-55 946,21	516 281,21	516 281,21	516 281,21	460 354,61	21,26	21,26	54 966,75	405 366,60	460 333,35
Despesas de Capital	1 757 477,91	11 765 638,00	0,00	0,00	5 390 140,31	6 375 497,69	6 375 497,69	6 375 497,69	5 832 252,90	0,00	0,00	1 689 293,25	4 142 959,65	5 832 252,90
D6 Aquisição de bens de capital	1 757 477,91	11 765 638,00			5 390 140,31	6 375 497,69	6 375 497,69	6 375 497,69	5 832 252,90	0,00	0,00	1 689 293,25	4 142 959,65	5 832 252,90
D7 Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administração Central - Estado														0,00
D7.1.2 Administração Central - Outras entidades														0,00
D7.1.3 Segurança social														0,00
D7.1.4 Administração Regional														0,00
D7.1.5 Administração Local														0,00
D7.2 Instituições sem fins lucrativos														0,00
D7.3 Famílias														0,00
D7.4 Outras														0,00
D8 Outras Despesas de Capital														0,00
D9 Ativos financeiros														0,00
D10 Passivos Financeiros														0,00
Total	25 608 234,94	132 148 329,00	0,00	0,00	-14 696 494,04	146 844 823,04	146 844 823,04	146 844 823,04	124 668 475,19	195 412,45	195 412,45	22 404 207,60	102 068 855,14	124 473 062,74

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13.7. DEMOSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (CONT)

Euros													
Classificações orçamentais detalhadas	Compromissos a Transitar	Obrigações por pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros					Obrigações para períodos futuros					
			2022	2023	2024	2025	Períodos seguintes	2022	2023	2024	2025	Períodos seguintes	
	[15]=[7]-[8]	[16]=[8]-[14]											
Despesa Corrente	0,00	21 828 515,51	5 484 264,38	1 358 102,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1 Despesas com o pessoal	0,00	2 240 531,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.1 Remunerações certas e permanentes	0,00	797 749,68											
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	0,00	421 293,68											
D1.3 Segurança social	0,00	1 021 488,44											
D2 Aquisição de bens e serviços	0,00	19 417 369,21	5 484 264,38	1 358 102,00	0,00	0,00							
D3 Juros e outros encargos	0,00	114 666,64											
D4 Transferências de Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1 Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1 Administrações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 Administração central - Estado	0,00	0,00											
D4.1.1.2 Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00											
D4.1.1.3 Segurança social	0,00	0,00											
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00											
D4.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00											
D4.1.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00											
D4.1.3 Famílias	0,00	0,00											
D4.1.4 Outras	0,00	0,00											
D4.2 Subsídios	0,00	0,00											
D5 Outras despesas correntes	0,00	55 947,86											
Despesas de Capital	0,00	543 244,79	928 486,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6 Aquisição de bens de capital	0,00	543 244,79	928 486,90	0,00	0,00								
D7 Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00											
D7.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00											
D7.1.3 Segurança social	0,00	0,00											
D7.1.4 Administração Regional	0,00	0,00											
D7.1.5 Administração Local	0,00	0,00											
D7.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00											
D7.3 Famílias	0,00	0,00											
D7.4 Outras	0,00	0,00											
D8 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00											
D9 Ativos financeiros	0,00	0,00											
D10 Passivos Financeiros	0,00	0,00											
Total	0,00	22 371 760,30	6 412 751,28	1 358 102,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13.8. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica Orçamental	Forma de realização	Fonte financiamento				Datas	
					RG	RP	EU	EMPR	Início	Fim
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]
Adequação/melhoramento de serviços prestados	1	Aquisição e instalação de equipamento de Ressonância Magnética	D7	O	-	224 943,75	1 274 681,25	-	11-10-2015	31-12-2023
Capacitação e Modernização	2	Saúde + Próxima - Beneficiação das TIC	D7	O	-	288 497,34	794 963,92	-	12-05-2020	31-12-2023
Adequação/melhoramento de serviços prestados	3	Construção de Centro de Saúde em Vidigueira	D7	E	-	746 305,07	1 433 696,42	-	01-07-2020	31-12-2023
Adequação/melhoramento de serviços prestados	4	Construção de Centro de Saúde em Ourique	D7	E	-	-	3 075 000,00	-	16-09-2022	17-04-2023
Adequação/melhoramento de serviços prestados	5	Construção de Extensão de Saúde em Rio de Moinhos	D7	E	-	57 681,46	288 457,36	-	01-06-2021	30-06-2023
Adequação/melhoramento de serviços prestados	6	Construção Bloco de Partos	D7	E	-	1 414 597,05	-	-	01-06-2023	31-12-2024
Adequação/melhoramento de serviços prestados	7	Dotar o ACES de equipamentos que disponibilizem serviços de MCDT's no sentido de melhorar a sua resolutividade	D7	O	-	-	1 086 833,40	-	01-01-2022	31-12-2024
Adequação/melhoramento de serviços prestados	8	Requalificação de edifícios do ACES para aumentar eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais	D7	O	-	-	141 650,00	-	01-01-2022	31-12-2024
Adequação/melhoramento de serviços prestados	9	Dotar o ACES de viaturas e unidades móveis para cuidados de proximidade	D7	O	-	-	541 200,00	-	01-01-2022	31-12-2024
Adequação/melhoramento de serviços prestados	10	Dotar o ACES de equipamentos no âmbito dos rastreios do cancro do cólo do útero e do colon, do diagnóstico precoce da hipertensão arterial, asma e DPOC e retinopatia diabética	D7	O	-	-	343 031,00	-	01-01-2022	31-12-2024
Adequação/melhoramento de serviços prestados	11	Dotar o ACES de mais gabinetes de consulta do pé diabético, de saúde oral e de movimento e reabilitação	D7	O	-	-	411 054,00	-	01-01-2022	31-12-2024
Adequação/melhoramento de serviços prestados	12	Dotar o ACES de equipamentos para resposta qualificada em situações de emergência	D7	O	-	-	113 652,00	-	01-01-2022	31-12-2024
Adequação/melhoramento de serviços prestados	13	Viaturas para as equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência	D7	O	-	-	73 800,00	-	01-01-2022	31-12-2023
Outros investimentos	14	Aquisição de equipamentos hospitalares diversos	D7	O	-	333 149,04	1 887 844,56	-	11-10-2015	31-12-2023
Adequação/melhoramento de serviços prestados	15	Alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados em lugares de ECCI	D7	O	-	-	369 000,00	-	01-01-2023	31-12-2024
Adequação/melhoramento de serviços prestados	16	Criação das Equipas de Saúde Mental Comunitárias	D7	O	-	-	265 559,00	-	01-01-2023	31-12-2024
Outros investimentos	17	Investimentos diversos não previstos	D7	O	-	763 775,54	-	-	01-01-2023	31-12-2023
Total					-	3 828 949,25	12 100 422,91	-	Total	

Notas:

1 - Objetivo, 2 - Designação projeto, 3 - Nome projeto, 5 - A - Administração direta, E - Empreitadas, O - outros fornecimentos, RG - receitas gerais, RP - Receitas próprias, EU - união europeia, EMPR - contratação empréstimos
Fase execução: 0 - não iniciada, 1 - com projeto técnico, 2 - adjudicada, 3 - execução física até 25%, 4 - execução física a 50%, 5 - execução física a 75%, 6 - execução física superior a 75%

a) Valores do orçamento da enviado à DGO para o ano 2020

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13.9. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (CONT.)

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Montante previsto			Montante executado			Nível execução financeira anual (%)	Nível execução financeira global (%)
			Ano 2023 (a)	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano 2023	Total		
[1]	[2]	[3]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
Adequação/melhoramento de serviços prestados	1	Aquisição e instalação de equipamento de Ressonância Magnética	1 499 625,0	-	1 499 625	-	1 499 625	1 499 625	100%	100%
Capacitação e Modernização	2	Saúde + Próxima - Beneficiação das TIC	439 434,3	-	439 434	644 027	439 434	1 083 461	100%	100%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	3	Construção de Centro de Saúde em Vidigueira	603 328,2	-	603 328	1 576 673	603 328	2 180 001	100%	100%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	4	Construção de Centro de Saúde em Ourique	390 524,4	2 684 476	3 075 000	-	390 524	390 524	100%	13%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	5	Construção de Extensão de Saúde em Rio de Moinhos	126 115,8	-	126 116	217 616	123 084	340 700	98%	98%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	6	Construção Bloco de Partos	1 414 597,1	-	1 414 597	-	20 596	20 596	1%	1%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	7	Dotar o ACES de equipamentos que disponibilizem serviços de MCDT's no sentido de melhorar a sua resolutividade	1 086 833,0	-	1 086 833	-	-	-	0%	0%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	8	Requalificação de edifícios do ACES para aumentar eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais	73 800,0	67 850	141 650	-	-	-	0%	0%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	9	Dotar o ACES de viaturas e unidades móveis para cuidados de proximidade	307 500,0	233 700	541 200	-	-	-	0%	0%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	10	Dotar o ACES de equipamentos no âmbito dos rastreios do cancro do cólio do útero e do colon, do diagnóstico precoce da hipertensão arterial, asma e DPOC e retinopatia diabética	251 120,0	91 911	343 031	20 590	44 865	65 455	18%	19%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	11	Dotar o ACES de mais gabinetes de consulta do pé diabético, de saúde oral e de movimento e reabilitação	394 116,6	16 937	411 054	-	29 696	29 696	8%	7%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	12	Dotar o ACES de equipamentos para resposta qualificada em situações de emergência	113 652,0	-	113 652	-	-	-	0%	0%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	13	Viaturas para as equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência	73 800,0	-	73 800	-	73 431	73 431	100%	100%
Outros investimentos	14	Aquisição de equipamentos hospitalares diversos	711 513,8	-	711 514	1 509 480	711 514	2 220 994	100%	100%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	15	Alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados em lugares de ECCI	369 000,0	-	369 000	-	-	-	0%	0%
Adequação/melhoramento de serviços prestados	16	Criação das Equipas de Saúde Mental Comunitárias	265 559,0	-	265 559	-	-	-	0%	0%
Outros investimentos	17	Investimentos diversos não previstos	-	-	-	-	763 776	763 776	-	-
Total			8 120 519,10	3 094 873,97	11 215 393,07	3 968 386,63	4 699 873,25	8 668 259,88	58%	54%

Notas:

1 - Objetivo, 2 - Designação projeto, 3 - Nome projeto, 5 - A - Administração direta, E - Empreitadas, O - outros fornecimentos, RG - receitas gerais, RP - Receitas próprias, EU - união europeia, EMPR - contratação empréstimos

Fase execução: 0 - não iniciada, 1 - com projeto técnico, 2 - adjudicada, 3 - execução física até 25%, 4 - execução física a 50%, 5 - execução física a 75%, 6 - execução física superior a 75%

a) Valores do orçamento da enviado à DGO para o ano 2020

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

14. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

14.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Euros							
Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]+[5]+[6]	[8]
R1	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	P	382 841,00	88 454,00	1 538,00	0,00	469 757,00	
R4	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5	P	147 825,00	4 596 631,00	1 418 393,00	17 831,00	3 343 894,00	
R5.1	P	147 825,00	4 596 631,00	1 418 393,00	17 831,00	3 343 894,00	
R5.1.1	P	147 575,00	4 496 183,00	1 418 144,00	17 831,00	3 243 445,00	
R5.1.1.1	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.2	P	144 025,00	4 496 183,00	1 414 597,00	17 831,00	3 243 442,00	
R5.1.1.3	M	500,00	0,00	499,00	0,00	1,00	
R5.1.1.4	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.5	P	3 050,00	0,00	3 048,00	0,00	2,00	
R5.1.2	M	0,00	100 448,00	0,00	0,00	100 448,00	
R5.1.3	P	250,00	0,00	249,00	0,00	1,00	
R5.2	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	P	115 446 703,00	3 790 876,00	6 466 681,00	3 106 988,00	115 877 886,00	
R7	P	0,00	390,00	0,00	0,00	390,00	
R8	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9	P	4 486 531,00	1 518 524,00	112 020,00	4 689 380,00	10 582 415,00	
R9.1	P	4 486 531,00	1 518 524,00	112 020,00	4 689 380,00	10 582 415,00	
R9.1.1	M	1 073 381,00	1 414 598,00	0,00	3 288 938,00	5 776 917,00	
R9.1.1.1	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.2	M	1 073 381,00	1 414 598,00	0,00	3 288 938,00	5 776 917,00	
R9.1.1.3	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.4	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.5	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2	P	3 401 577,00	103 926,00	100 448,00	1 400 442,00	4 805 497,00	
R9.1.3	M	11 573,00	0,00	11 572,00	0,00	1,00	
R9.2	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11	M	9 255,00	92 983,00	0,00	34,00	102 272,00	
R12	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	M	0,00	0,00	14,00	1 771 729,00	1 771 715,00	
R14	M	0,00	731 531,00	0,00	0,00	731 531,00	
Total		120 473 155,00	10 819 389,00	7 998 646,00	9 585 962,00	132 879 860,00	

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

14.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Rubrica	Tipo	Despesa					Euros
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]+[5]+[6]	[8]
D1	P	64 800 387,00	13 586 996,00	11 770 968,00	3 342 547,00	69 958 962,00	
D1.1	P	40 830 160,00	9 299 827,00	8 981 123,00	3 342 547,00	44 491 411,00	
D1.2	P	11 918 127,00	1 653 223,00	870 785,00	0,00	12 700 565,00	
D1.3	P	12 052 100,00	2 633 946,00	1 919 060,00	0,00	12 766 986,00	
D2	P	48 842 732,00	28 086 172,00	28 802 032,00	1 795 089,00	49 921 961,00	
D3	P	20 624,00	16 901,00	0,00	0,00	37 525,00	
D4	P	2 750,00	3 908,00	2 750,00	0,00	3 908,00	
D4.1	P	2 750,00	3 908,00	2 750,00	0,00	3 908,00	
D4.1.1	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3	P	2 750,00	3 908,00	2 750,00	0,00	3 908,00	
D4.1.4	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5	P	195 465,00	264 870,00	0,00	0,00	460 335,00	
D6	P	6 611 197,00	3 230 240,00	2 524 125,00	4 448 326,00	11 765 638,00	
D7	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.1	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.2	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.3	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.4	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.2	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total		120 473 155,00	45 189 087,00	43 099 875,00	9 585 962,00	132 148 329,00	

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

14.3. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A realização antecipada de pagamentos previstos para anos posteriores ou a modificação do montante total de pagamentos de qualquer projeto constante do plano plurianual de investimentos aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas alterações ao orçamento. O quadro descrito nas demonstrações orçamentais e relativo aos projetos de investimentos plurianuais demonstra o valor considerado em investimentos plurianuais na ULSBA.

14.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA

O presente quadro das operações de tesouraria, permite explicar todas as operações que geram influxos ou efluxos de caixa, mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas com expressão na tesouraria e contabilidade pública da ULSBA. De realçar que as operações de tesouraria englobam apenas: intermediação de fundos; cobrança de receita por conta de outrem ou entrega; cauções e garantias; recursos próprios comunitários. Portanto, operações residuais. A contabilidade pública funciona numa lógica orçamental, logo, tudo ou quase tudo, deve ser orçamentado pela entidade.

Quadro 14.1: Operações de tesouraria

					Euros
Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
0713.17.02	Operações de tesouraria - outras operações de tesouraria		81 784,90		81 784,90
0723.12.02.00	Operações de tesouraria - outras operações de tesouraria			26 993,75	-26 993,75
0714.17.02	Operações de tesouraria - recursos próprios europeus		592 573,83		592 573,83
0719.17.02	Outras operações de tesouraria	104 590,10			104 590,10
	Total	104 590,10	674 358,73	26 993,75	751 955,08

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

14.5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

14.5.1. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Não foi possível inserir o mapa pretendido, por a ULSBA não dispor de uma aplicação informática capaz de gerar os dados pretendidos conforme o normativo aplicável.

14.5.2. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – CONTRATAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Quadro 14.2: Contratação administrativa (em euros)

Tipo de Contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto			
	Número dos Contratos	Preço contratual	Número dos Contratos	Preço contratual	Número dos Contratos	Preço contratual	Número de Contratos	Valor
	[1]	[2]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]
Empreitada de obras públicas	1	2 676 994,16					1	2 676 994,16
Aquisição de Serviços	5	1 187 143,05	6	192 282,70			11	1 379 425,75
Locação ou aquisição de bens móveis	1	73 431,00	4	79 896,09			5	153 327,09
Concessão de obras públicas								
Concessão de serviços públicos								
Sociedade								
Outros					60	1 234 086,57	60	1 234 086,57

Notas:

Os ajustes directos incluem as situações ao abrigo do artigo 24.º do CCP

As consultas prévias incluem as situações ao abrigo do artigo 259.º do CCP

Outros - Aquisição de bens de consumo

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

14.6. . TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

14.6.1. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Quadro 14.3: transferências e subsídios concedidos (em euros)

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Observações
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]	[9]
Transferências correntes									
04.08.02-Outras	Portaria	Estágios	Estagiários	3 908,00	3 907,80	3 907,80	0,00		
Total transferências correntes				3 908,00	3 907,80	3 907,80	0,00		
Transferências de capital									
Total transferências de capital				0,00	0,00	0,00	0,00		
Subsídios									
Total subsídios				0,00	0,00	0,00	0,00		

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

14.6.2. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS

Quadro 14.4: transferências e subsídios recebidos (em euros)

Euros								
Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências /subsídios ocorrida no exercício	Observações
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]-[5]	[7]	[8]
Transferências correntes								
060307-Serviços e Fundos Autónomos	Despacho 14898/2011	Cobertura de gastos	INEM, IP.	150 284,00	150 283,99	0,01		
060307-Serviços e Fundos Autónomos	Processo n.º 226 CEI+/22, Processo n.º 013/EAAE/23, Processo n.º 0001/MA/23	Contrato Emprego Inserção+, emprego apoiado mercado aberto	IEFP, IP.	11 572,00	11 571,93	0,07		
060307-Serviços e Fundos Autónomos	Adenda Contrato Programa	Rendimentos de Contexto e Adicional de Gastos com Pessoal	ACSS, IP	3 081 586,00	3 081 585,93	0,07		
060501-Continente				1,00		1,00		
060502-Região Autónoma dos Açores				1,00		1,00		
060604 - Outras transferências				1,00		1,00		
060701-Instituições sem fins lucrativos				1,00		100,00		
060901-União Europeia - Instituições	Portugal 2020	Financiar projetos	Portugal 2020	100 448,00	100 447,13	0,87		
Total transferências correntes				3 343 894,00	3 343 888,98	104,02		
Transferências de capital								
100308 - Serviços e fundos autónomos	Despacho n.º 557/2023	Investimento	Ministério da Saúde	1 414 598,00	1 414 598,00	0,00		
100310 - Serviços e fundos autónomos - Participação comunitária em projetos co-financiados	Plano de Recuperação e Resiliência	Investimento	União Europeia	4 362 319,00	298 295,57	4 064 023,43		
100801-Famílias				1,00	0,00	1,00		
100901- União Europeia - Instituições	Portugal 2020	Financiar projetos ULSBA	Portugal 2020	4 805 497,00	2 811 590,38	1 993 906,62		
Total transferências capital				10 582 415,00	4 524 483,95	6 057 931,05		
Subsídios								
Total subsídios				0,00	0,00	0,00		

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

14.7. DÍVIDA POR ANTIGUIDADE DE SALDOS (INTERVALOS DE ANTIGUIDADE)

Descrição	Divida Vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias)				Euros
	Curto Prazo [A]	Médio / Longo Prazo [B]	[C]				
			< 90 [1]	[90 - 180] [2]	[180 - 365] [3]	> 365 dias [4]	
Despesas correntes	12 224 688,12	0,00	5 864 972,91	830 938,16	186 265,91	2 721 650,41	
Despesas de pessoal	1 218 199,02	0,00	0,00	0,00	0,00	844,34	
Remunerações certas e permanentes	796 905,34	0,00	0,00	0,00	0,00	844,34	
Abonos variáveis ou eventuais	421 293,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SS - Encargos com saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADSE e outros da AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros sectores fora da AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SS - Contribuições de segurança social	919 731,31	0,00	365,39	13 975,02	0,00	0,00	
CGA	386 919,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança social - Regime geral	532 703,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras	108,43	0,00	365,39	13 975,02	0,00	0,00	
SS - Outras	1 582,32	0,00	3 164,64	4 746,96	9 493,92	68 428,88	
Aquisições de bens e serviços	10 033 583,27	0,00	5 833 306,60	812 216,18	176 735,99	2 561 527,17	
Juros e outros encargos	0,00	0,00	27 541,84	0,00	0,00	87 124,80	
Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administrações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	51 592,20	0,00	594,44	0,00	36,00	3 725,22	
Despesas de capital	380 808,60	0,00	99 371,57	36 475,58	0,00	26 589,04	
Aquisições de bens de capital	380 808,60	0,00	99 371,57	36 475,58	0,00	26 589,04	
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reembolsos de passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Soma	12 605 496,72	0,00	5 964 344,48	867 413,74	186 265,91	2 748 239,45	

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

14.8. DÍVIDA POR ANTIGUIDADE DE SALDOS (NATUREZA DA DESPESA)

Euros

Descrição	Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa		
		[E] = [2]+[3]+[4]-[D]	Curto prazo [F]=[A]+[C]	Médio / Longo prazo [G]=[B]	SOMA [H]=[F]+[G]
Despesas correntes	0,00	3 738 854,48	21 828 515,51	0,00	21 828 515,51
Despesas de pessoal	0,00	844,34	1 219 043,36	0,00	1 219 043,36
Remunerações certas e permanentes		844,34	797 749,68		797 749,68
Abonos variáveis ou eventuais		0,00	421 293,68		421 293,68
SS - Encargos com saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADSE e outros da AP		0,00	0,00		0,00
Outros sectores fora da AP		0,00	0,00		0,00
SS - Contribuições de segurança social	0,00	13 975,02	934 071,72	0,00	934 071,72
CGA		0,00	386 919,58		386 919,58
Segurança social - Regime geral		0,00	532 703,30		532 703,30
Outras		13 975,02	14 448,84		14 448,84
SS - Outras		82 669,76	87 416,72		87 416,72
Aquisições de bens e serviços		3 550 479,34	19 417 369,21		19 417 369,21
Juros e outros encargos		87 124,80	114 666,64		114 666,64
Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administrações públicas		0,00	0,00		0,00
Outras transferências correntes		0,00	0,00		0,00
Subsídios		0,00	0,00		0,00
Outras despesas correntes		3 761,22	55 947,86		55 947,86
Despesas de capital	0,00	63 064,62	543 244,79	0,00	543 244,79
Aquisições de bens de capital		63 064,62	543 244,79		543 244,79
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administrações Públicas		0,00	0,00		0,00
Outras transferências de capital		0,00	0,00		0,00
Aquisição de ativos financeiros		0,00	0,00		0,00
Reembolsos de passivos financeiros		0,00	0,00		0,00
Outras despesas de capital		0,00	0,00		0,00
Soma	0,00	3 801 919,10	22 371 760,30	0,00	22 371 760,30

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE

Ano: 2023 Mês: CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: Euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Class. Func.	Classificação Econômica			Act.	Projecto Região	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau %	Erros					
				Código	Al.Sub.	Designação						do Ano	de Anos Ant.	Total	Dotação não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar							
																				(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
1	90	37	00	014	022	5.1.1	0.73.0	01.01.02	00.00	ORGÃOS SOCIAIS	130	00000.00000	227 169		241 129	212 603	14 566	227 169	- 13 960		13 960	100		
								01.01.03	AD.00	PERSONAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO	130	00000.00000	14 227 301		14 570 444	13 670 760	556 540	14 227 300	- 343 143	1	343 143	100		
								90.00	PERSONAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO	130	00000.00000		1					1		1				
								01.01.04	AD.00	PERSONAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRAT	130	00000.00000	17 388 429		15 909 826	15 158 991	424 585	15 583 575	1 478 803	1 805 054	326 251	90		
								90.00	PERSONAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRAT	130	00000.00000		1					1		1				
								00.00	PERSONAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRAT	130	00000.00000		1					1		1				
								01.01.06	AD.00	PERSONAL CONTRATADO A TERMO - PESSOAL EM	130	00000.00000	2 811 393		2 868 385	2 748 504	62 888	2 811 392	- 56 992		56 993	100		
								00.00	PERSONAL CONTRATADO A TERMO - RECRUTAMEN	130	00000.00000		1					1		1				
								01.01.07	AD.00	PERSONAL EM REGIME TAREFA OU AVENÇA - PE	130	00000.00000	25 185		25 534	24 834	350	25 184	- 349	1	350	100		
								01.01.08	AD.00	PERSONAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO - PESSOA	130	00000.00000	99 810		103 404	97 773	2 137	99 910	- 3 494		3 495	100		
								01.01.09	AD.00	PERSONAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO - PE	130	00000.00000	663 049		681 972	644 302	18 767	663 048	- 18 903	1	18 904	100		
								01.01.11	AD.00	REPRESENTAÇÃO - PESSOAL EM FUNÇÕES	130	00000.00000	111 273		115 426	107 227	4 045	111 272	- 4 153	1	4 154	100		
								01.01.12	AD.00	SUPLEMENTOS E PRÊMIOS - PESSOAL EM FUNÇ	130	00000.00000	524 470		541 152	502 914	21 555	524 469	- 16 682	1	16 683	100		
								01.01.13	AD.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO - PESSOAL EM FUNÇ	130	00000.00000	2 122 288		2 122 287	2 122 287		2 122 287		1		100		
								00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO - RECRUTAMENTO PES	130	00000.00000		1					1		1				
								01.01.14	SF.A0	SUBSIDIO DE FÉRIAS - PESSOAL EM FUNÇÕES	130	00000.00000	3 215 805		3 228 047	3 184 250	31 555	3 215 805	- 12 242		12 242	100		
								SF.B0	SUBSIDIO DE FÉRIAS - ALTERAÇÕES OBRIGAT	130	00000.00000		1					1		1				
								SF.D0	SUBSIDIO DE FÉRIAS - RECRUTAMENTO PESO	130	00000.00000		1					1		1				
								SM.A0	SUBSIDIO DE NATAL - PESSOAL EM FUNÇÕES	130	00000.00000	2 796 973		2 798 548	2 767 144	29 828	2 796 973	- 1 575		1 575	100			
								SM.B0	SUBSIDIO DE NATAL - ALTERAÇÕES OBRIGAT	130	00000.00000		1					1		1				
								SM.D0	SUBSIDIO DE NATAL - RECRUTAMENTO PESSOA	130	00000.00000		1					1		1				
								01.01.15	00.00	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/P	130	00000.00000	10 065		10 065	10 065		10 065		1		100		
								Total do Subagrupamento 01 :					44 223 538		43 216 219	41 251 453	1 166 816	42 418 469	1 007 320	1 805 070	797 750	96		
								01.02.01	AD.00	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	130	00000.00000	21		21			21		21			99	
								TF.00	REGIME DE TELETRABALHO	130	00000.00000	1 378		1 400	1 378			1 378	- 22		22	100		
								01.02.02	00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	130	00000.00000	6 764 434		6 947 752	6 507 892	256 541	6 764 433	- 183 318	1	183 319	100		
								01.02.04	00.00	AJUDAS DE CUSTO	130	00000.00000	114 686		114 686			114 686					100	
								01.02.05	00.00	ABONO P/ FALHAS	130	00000.00000	40 488		40 717	40 005	482	40 487	- 229	1	230	100		
								01.02.06	00.00	FORMAÇÃO	130	00000.00000	47 971		49 355	46 212	1 758	47 970	- 1 384	1	1 385	100		
								01.02.08	00.00	SUBSIDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNC	130	00000.00000	119 727		123 516	115 338	4 388	119 726	- 3 789	1	3 790	100		
								01.02.09	00.00	SUBSIDIO DE PREVENÇÃO	130	00000.00000	1 164 454		1 204 810	1 121 419	43 234	1 164 453	- 40 156	1	40 156	100		
								01.02.10	00.00	SUBSIDIO DE TRABALHO NOTURNO	130	00000.00000	2 427 759		2 512 750	2 337 593	90 165	2 427 758	- 84 991	1	84 992	100		
								01.02.12	00.00	INDENIZACÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	130	00000.00000	616		615			615		1		100		
								01.02.13	90.00	PREMIOS DE DESEMPENHO	130	00000.00000	184 903		281 305	254 541	5 684	260 237	- 96 400	- 75 324	21 078	141		
								01.02.14	00.00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	130	00000.00000	1 833 927		1 920 248	1 778 645	55 262	1 833 927	- 86 321		86 321	100		
								Total do Subagrupamento 02 :					12 700 564		13 197 176	12 318 345	457 538	12 775 883	- 496 612	- 75 319	421 294	101		
								01.03.03	00.00	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	130	00000.00000	33 828		33 828			33 828					100	
								01.03.04	00.00	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	130	00000.00000	14 942		14 941			14 941		1			100	
								01.03.05	AD.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	130	00000.00000	5 603 144		5 990 063	4 989 654	613 489	5 603 144	- 386 919		386 920	100		
								AD.B0	SEGURANÇA SOCIAL	130	00000.00000	6 831 540		7 364 243	6 459 252	372 288	6 831 540	- 532 703			532 703	100		
								AD.C0	FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	130	00000.00000	30 680		44 052	24 829	5 850	30 679	- 13 372	1		13 373	100		
								AD.D0	FUNDO DE GARANTIA DE COMPENSAÇÃO DO TRA	130	00000.00000	2 491		3 564	2 014	474	2 489	- 1 073	3		1 076	100		
								AD.00	OUTRAS	130	00000.00000	5 091		5 091			5 091							
								01.03.08	00.00	OUTRAS PENSÕES	130	00000.00000	7 188		7 188			7 188					100	
								01.03.09	00.00	SEGUROS	130	00000.00000	134 837		134 837	124 828	10 009	134 837					100	
								01.03.10	AC.00	ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISS	130	00000.00000	292		292			292					100	
								00.00	OUTRAS DESPESAS	130	00000.00000	102 949		102 949			102 949		1				100	
								90.00	PARENTALIDADE	130	00000.00000	1		1 655			- 1 654			1	1 455			
								98.00	SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	130	00000.00000		1		85 761			- 85 760			85 761			
								Total do Subagrupamento 03 :					12 766 981		13 788 464	11 764 865	1 502 111	12 766 978	- 1 021 479	9	1 021 488	100		
								Total do Agrupamento 01 :					69 691 088		70 201 859	65 334 863	2 426 464	67 941 328	- 510 771	1 729 760	2 240 532	98		
								02.01.02	00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	130	00000.00000	430 208		489 445	310 221	109 360	419 580	- 59 437	10 428	70 044	98		

(18)=(12)/(7-8)*100

Página 1 / 7

2024-04-03 15:49

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE

Ano: 2023 Mês: CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: Euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Class. Func.	Classificação Económica			Act.	Projecto Região	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Gran	Erros
				Código	Al.Sub.	Designação						do Ano	de Anos Ant.	Total	Dotação não comprometida	Saldo	Compromissos por pagar		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)
1	90	37	05	014	022	5.1.1.1	0.73.0												
				02.01.05	00.00	ALIMENTACAO-REFEICOES CONFECCIONADAS	130	00000.00000	1 574 475		2 210 298	1 183 581	391 094	1 574 474	- 435 423	1	635 423	100	
				02.01.07	00.00	VESTUARIO E ARTIGOS PESSOAIS	130	00000.00000	1		2 227				- 2 226	1	2 227	100	
				02.01.08	00.00	PAPEL	130	00000.00000	52 413		58 826	35 484	16 929	52 412	- 4 213	1	6 214	100	
				00.00		CONSUMIVEIS DE IMPRESSAO	130	00000.00000	21 070		24 698	17 185	3 884	21 069	- 3 628	1	3 629	100	
				00.00		OUTROS	130	00000.00000	113 282		134 151	81 421	31 440	113 282	- 20 869	1	20 869	100	
				02.01.09	00.00	MEDICAMENTOS DE CREDENCIA HOSPITALAR EXC	130	00000.00000	10 191 875		12 194 775	3 364 807	4 425 647	7 792 474	- 2 002 900	2 399 401	4 402 302	76	
				00.00		VACINAS	130	00000.00000	911 441		1 313 318	279 920	631 540	911 440	- 401 857	1	401 859	100	
				00.00		OUTROS	130	00000.00000	3 112 269		4 297 832	1 320 454	1 791 414	3 112 268	- 1 185 563	1	1 185 564	100	
				02.01.10	00.00	PRODUTOS VENDIDOS EM FARMACIAS PRIVADAS	130	00000.00000	1						1	1			
				00.00		OUTROS	130	00000.00000	133 394		217 889	22 285	111 111	133 394	- 84 493	1	84 493	100	
				02.01.11	00.00	MATERIAL DE CONSUMO CLINICO	130	00000.00000	4 843 090		7 827 618	2 154 300	2 684 789	4 843 089	- 2 984 548	1	2 984 549	100	
				02.01.13	00.00	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	130	00000.00000	247 830		340 004	187 769	80 041	247 830	- 72 174	1	72 175	100	
				02.01.17	00.00	FERRAMENTAS E UTENSILIOS	130	00000.00000	452		452	452	40	452					
				02.01.18	00.00	LIVROS E DOCUMENTACAO TECNICA	130	00000.00000	35 481		35 481	35 481		35 481	- 159		159	100	
				02.01.21	00.00	OUTROS BENS	130	00000.00000	143 555		200 604	100 356	63 199	143 555	- 37 049		37 049	100	
				Total do Subgrupoamento 01 :					21 851 259		29 347 984	9 098 295	10 342 926	19 441 221	- 7 496 737	2 410 038	9 806 775	89	
				02.02.01	00.00	AGENCIA PARA A MODERNIZACAO ADMINISTRAT	130	00000.00000											
				00.00		OUTROS	130	00000.00000	1 575 840		1 764 454	1 408 995	166 844	1 575 839	- 188 614	1	188 615	100	
				02.02.02	00.00	LIMPEZA E HIGIENE	130	00000.00000	918 294		1 141 027	697 363	220 931	918 294	- 222 733	1	222 733	100	
				02.02.03	00.00	CONSERVACAO DE BENS	130	00000.00000	355 454		504 958	279 274	76 180	355 453	- 151 504	1	151 505	100	
				02.02.05	00.00	MANUTENCAO INFORMATICA	130	00000.00000	153 979		178 224	111 305	42 673	153 978	- 24 245	1	24 246	100	
				02.02.06	00.00	LOCACAO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	130	00000.00000	117 445		137 773	106 848	10 417	117 445	- 20 308		20 308	100	
				02.02.08	00.00	LOCACAO DE OUTROS BENS	130	00000.00000	45 221		64 098	37 944	7 277	45 221	- 18 877	1	18 877	100	
				02.02.09	00.00	COMUNICACOES FIXAS DE DADOS	130	00000.00000	1						1	1			
				00.00		COMUNICACOES FIXAS DE VOZ	130	00000.00000	1 049		1 139	781	287	1 048	- 70	1	70	100	
				00.00		COMUNICACOES MOVEIS	130	00000.00000	36 363		37 492	32 008	4 354	36 362	- 1 129	1	1 130	100	
				00.00		OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES	130	00000.00000	71 400		83 463	66 719	4 692	71 400	- 12 063	1	12 064	100	
				02.02.10	00.00	TRANSPORTES	130	00000.00000	885		966	845	39	885	- 81		81	100	
				02.02.12	00.00	OUTRAS	130	00000.00000	57 484		58 494	57 404	79	57 484	- 1 010		1 011	100	
				02.02.13	00.00	DESLOCAOES E ESTADAS	130	00000.00000	51 727		51 926	51 726		51 726	- 199	1	200	100	
				02.02.14	00.00	SERVICOS DE NATUREZA INFORMATICA	130	00000.00000	2 137		275 760	783	1 354	2 137	- 273 623		273 624	100	
				00.00		SERVICOS DE NATUREZA JURIDICA	130	00000.00000	1 296		1 296	1 271	25	1 296					
				00.00		SERVICOS DE NATUREZA ECONOMICA E FINANC	130	00000.00000	22 805		22 804	22 097	707	22 804	1	1			
				02.02.15	00.00	OUTRAS	130	00000.00000	10 301		10 300	10 300		10 300	1	1			
				02.02.17	00.00	EM TERRITORIO NACIONAL	130	00000.00000	17 669		19 896	13 748	3 921	17 669	- 2 227		2 227	100	
				02.02.18	00.00	VIGILANCIA E SEGURANCA	130	00000.00000	585 755		742 493	444 027	141 728	585 755	- 156 738		156 738	100	
				02.02.19	00.00	IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORAS/SCANNER	130	00000.00000	14 900		14 900	14 900		14 900					
				00.00		OUTROS	130	00000.00000	1						1	1			
				00.00		SOFTWARE INFORMATICO	130	00000.00000	284 508		383 846	208 525	75 982	284 507	- 99 358	1	99 359	100	
				00.00		OUTROS	130	00000.00000	510 747		788 546	308 472	262 095	510 747	- 277 779	1	277 780	100	
				02.02.20	00.00	OUTROS	130	00000.00000	1		207 276				- 207 275	1	207 274	100	
				00.00		OUTROS	130	00000.00000	1 087 904		1 343 626	797 345	290 560	1 087 905	- 255 720	1	255 721	100	
				02.02.22	00.00	MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNOSTICO	130	00000.00000	4 218 117		10 935 538	3 971 475	2 915 475	6 887 029	- 6 717 421	- 2 468 912	4 048 508	143	
				00.00		MEIOS COMPLEMENTARES DE TERAPEUTICA	130	00000.00000	2 113 393		3 917 113	99 242	2 014 126	2 113 387	- 1 803 720	6	1 803 724	100	
				00.00		OUTROS INTERVENIENTOS	130	00000.00000	433 710		705 002	247 903	185 802	433 704	- 271 292	4	271 294	100	
				00.00		TOTAL DA ASSISTENCIA AMBULATORIA	130	00000.00000	86 434		145 824	19 418	67 215	86 433	- 59 188	3	59 191	100	
				00.00		OUTROS	130	00000.00000	6 554 013		6 625 117	6 409 374	146 633	6 554 007	- 69 104	1	69 110	100	
				02.02.23	00.00	TRANSPORTE DOENTES	130	00000.00000	2 959 808		3 496 241	2 438 780	521 024	2 959 804	- 536 433	2	536 435	100	
				00.00		OUTROS	130	00000.00000	2		270 642				- 270 640	2	270 642	100	
				02.02.25	00.00	OUTROS SERVICOS	130	00000.00000	470 751		1 008 645	271 789	198 955	470 744	- 537 914	7	537 921	100	
				Total do Subgrupoamento 02 :					22 761 658		34 941 119	18 130 956	7 299 569	25 430 525	- 12 179 461	- 2 468 867	9 510 594	112	
				Total do Agrupamento 02 :					44 612 917		64 289 115	27 229 251	17 642 494	44 871 746	- 19 676 198	- 258 829	19 417 369	101	

(14)=(12)/(17-8)*100

Página 2 / 7

2024-04-03 15:49

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE

Ano: 2023 Mês: CONTA DE GÉNERIA

Unidade: Euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Class. Func.	Classificação Económica			Act.	Projecto Região	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau %	Erros
				Código	Al.Sub.	Designação						do Ano	de Anos Ant.	Total	Dotação não comprometida	Saldo	Compromissos por pagar		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)
1	90	37	00	014	022	0.73.0	130	00000.00000	30 156		61 088	30 086	70	30 156	- 30 932		30 932	100	
						Total do Subagrupamento 04 :			30 156		61 088	30 086	70	30 156	- 30 932		30 932	100	
				03.05.02	30.00	JUROS DE MORA	130	00000.00000	2 500		18 298				- 15 798	2 500	18 298	12	
						05.00 OUTROS JUROS	130	00000.00000	145		17	17		17	- 128	128			
						Total do Subagrupamento 05 :			2 645		18 314	17		17	- 15 669	2 628	18 298	1	
				03.04.01	05.00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	130	00000.00000	4 724		69 787	4 351		4 351	- 45 063	373	65 437	92	
						Total do Subagrupamento 06 :			4 724		69 787	4 351		4 351	- 45 063	373	65 437	92	
						Total do Agrupamento 03 :			37 525		149 190	34 453	70	34 523	- 111 645	3 002	114 467	92	
				04.08.02	A0.00	ESTAGIOS PROFISSIONAIS NA AP	130	00000.00000	3 908									100	
						90.00 OUTRAS	130	00000.00000											
						Total do Subagrupamento 08 :			3 908		3 908	3 908						100	
						Total do Agrupamento 04 :			3 908		3 908	3 908						100	
				04.02.01	00.00	IMPOSTOS E TAXAS	130	00000.00000	420 636		472 603	347 608	52 967	420 635	- 51 967	1	51 948	100	
				04.02.03	00.00	OUTRAS	130	00000.00000	39 499		43 479	37 498	2 000	39 498	- 3 980	1	3 980	100	
						Total do Subagrupamento 02 :			460 335		516 281	405 367	54 967	460 333	- 55 946	2	55 948	100	
						Total do Agrupamento 06 :			460 335		516 281	405 367	54 967	460 333	- 55 946	2	55 948	100	
				07.01.03	90.90	CONSERVACAO OU REPARACAO	130	00000.00000	307 291		316 738	307 290		307 290	- 9 447	1	9 448	100	
				07.01.07	90.00	OUTROS	130	00000.00000	101 077		145 772	11 028	90 049	101 077	- 44 695		64 695	100	
				07.01.08	90.90	OUTROS	130	00000.00000	212 054		220 890	143 918	68 137	212 055	- 8 834	1	8 835	100	
				07.01.09	90.90	OUTROS	130	00000.00000	13 431		22 104	3 888	9 742	13 430	- 8 473	1	8 473	100	
				07.01.10	90.90	OUTROS	130	00000.00000	439 214		520 744	92 038	347 055	439 153	- 81 530	61	81 591	100	
				07.01.13	00.00	INVESTIMENTOS INCORPORADOS	130	00000.00000	1		2 061				- 2 060	1	2 061	100	
				07.01.25	00.00	OUTROS INVESTIMENTOS	130	00000.00000	222 818		151 018	30 263	49 305	79 548		143 250	71 450	36	
						Total do Subagrupamento 01 :			1 296 088		1 399 327	588 486	564 288	1 152 774	- 103 239	143 314	246 553	89	
						Total do Agrupamento 07 :			1 296 088		1 399 327	588 486	564 288	1 152 774	- 103 239	143 314	246 553	89	
						Total da Fonte de Financiamento 511 :			116 101 861		136 559 680	93 596 329	20 888 282	114 484 611	- 20 457 819	1 417 250	22 075 069	99	
			5.1.3	0.73.0	02.02.22	90.00	MEIOS COMPLEMENTARES DE TERAPEUTICA	130	00000.00000	2 920 479		2 920 629	2 920 629	2 920 629	50	50		100	
						Total do Subagrupamento 02 :			2 920 479		2 920 629	2 920 629		2 920 629	50	50		100	
						Total do Agrupamento 02 :			2 920 479		2 920 629	2 920 629		2 920 629	50	50		100	
						Total da Fonte de Financiamento 513 :			2 920 479		2 920 629	2 920 629		2 920 629	50	50		100	
			5.4.1	0.73.0	02.02.23	A0.00	TRANSPORTE DOENTES	130	00000.00000	161 856		161 855		161 855	1	1		100	
						Total do Subagrupamento 02 :			161 856		161 855	161 855		161 855	1	1		100	
						Total do Agrupamento 02 :			161 856		161 855	161 855		161 855	1	1		100	
						Total da Fonte de Financiamento 541 :			161 856		161 855	161 855		161 855	1	1		100	
			7.2.1	0.73.0	02.01.09	A0.00	MEDICAMENTOS DE CREDENCIA HOSPITALAR EXC	130	00000.00000	480 468		480 468		480 468				100	
						90.00 VACINAS	130	00000.00000	269 097		269 097			269 097				100	
						00.00 OUTROS	130	00000.00000	226 160		226 160			226 160				100	
				02.01.11	00.00	MATERIAL DE CONSUMO CLINICO	130	00000.00000	265 383		265 383			265 383				100	
				02.01.13	00.00	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	130	00000.00000	2 910		2 910			2 910				100	
				02.01.21	00.00	OUTROS BENS	130	00000.00000	5 025		5 025			5 025				100	
						Total do Subagrupamento 01 :			1 249 043		1 249 043	1 249 043		1 249 043				100	
				02.02.05	A0.00	SOFTWARE INFORMATICO	130	00000.00000	10 440		10 440	10 440		10 440				100	
				02.02.19	90.00	SOFTWARE INFORMATICO	130	00000.00000	8 736		8 736			8 736				100	
						00.00 OUTROS	130	00000.00000	25 153		25 153			25 153				100	
				02.02.22	A0.00	MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNOSTICO	130	00000.00000	471 728		471 728			471 728				100	
						Total do Subagrupamento 02 :			516 057		516 057	516 057		516 057				100	
						Total do Agrupamento 02 :			1 765 100		1 765 100	1 765 100		1 765 100				100	
				07.01.07	90.00	OUTROS	130	00000.00000	1 590		1 590	1 590		1 590				100	
				07.01.10	90.90	OUTROS	130	00000.00000	5 025		5 025			5 025				100	
						Total do Subagrupamento 01 :			6 615		6 615	6 615		6 615				100	

(16)=(12)/(17-8)*100

Página 3 / 7

2024-04-03 15:49

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE

Ano: 2023 Mês: CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: Euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Class. Func.	Classificação Económica			Act.	Projecto Região	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau	Erros					
				Código	Al.Sub.	Designação						do Ano	de Anos Ant.	Total	Dotação não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar							
Res.Cap.Div.ediv.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7)-(8)-(12)	(15)=(9)-(12)	(16)								
1 90 37 00	014 022	7.2.1	0.73.0	Total do Agrupamento 07 :				-	-	6 615	-	6 615	6 615	-	-	-	100							
				Total da Fonte de Financiamento 721 :				-	-	1 771 715	-	1 771 715	1 771 715	-	-	-	100							
				Total da Medida 022 :				-	-	120 956 111	-	141 413 879	98 450 528	20 888 282	119 338 810	- 20 457 768	1 417 301	22 075 069	99					
				095	5.1.1	0.73.0	01.01.04	AD.00	PESSOAL CONTRATADO A TERMO - PESSOAL EM	130	00000.00000	1					1	1						
							01.01.14	SF.AD	SUBSÍDIO DE FÉRIAS - PESSOAL EM FUNÇÕES	130	00000.00000	1						1	1					
							SE.AD	SUBSÍDIO DE NATAL - PESSOAL EM FUNÇÕES	130	00000.00000	1							1	1					
							Total do Subagrupamento 01 :						3					3	3					
							01.02.02	00.00	MERAS EXTRAORDINÁRIAS	130	00000.00000	1							1	1				
							Total do Subagrupamento 02 :						1						1	1				
							01.03.05	AD.S0	SEGURANÇA SOCIAL	130	00000.00000	1							1	1				
							Total do Subagrupamento 03 :						1						1	1				
							Total do Agrupamento 01 :						5						5	5				
							02.01.09	CO.00	OUTROS	130	00000.00000													
							02.01.11	00.00	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	130	00000.00000	13 522		13 522	13 522		13 522						100	
							Total do Subagrupamento 01 :						13 522		13 522	13 522		13 522					100	
							02.02.08	00.00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	130	00000.00000	1								1	1			
							02.02.22	AD.00	MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO	130	00000.00000	42 840		42 832	42 832		42 832			8	8		100	
							Total do Subagrupamento 02 :						42 841		42 832	42 832		42 832		9	9		100	
				Total do Agrupamento 02 :						56 363		56 353	56 353		56 353		10	10		100				
				Total da Fonte de Financiamento 511 :						56 368		56 353	56 353		56 353		15	15		100				
				Total da Medida 095 :						56 368		56 353	56 353		56 353		15	15		99				
				096	5.1.1	0.73.0	02.01.09	CO.00	OUTROS	130	00000.00000	5 167		5 166		5 166	5 166	1	1		100			
							02.01.11	00.00	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	130	00000.00000	1						1	1					
							Total do Subagrupamento 01 :						5 168		5 166		5 166		2	2		100		
							02.02.08	00.00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	130	00000.00000	67 834		67 835		67 835		67 835		1	1		100	
							02.02.22	AD.00	MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO	130	00000.00000	309 670		309 664		309 664		309 664		6	6		100	
							Total do Subagrupamento 02 :						377 506		377 499		377 499		377 499		7	7		100
							Total do Agrupamento 02 :						382 674		382 665		382 665		382 665		9	9		100
							07.01.10	BD.S0	OUTROS	130	00000.00000	1		3 389					- 3 387	1	3 388	81		
							07.01.15	00.00	OUTROS INVESTIMENTOS	130	00000.00000	209 746		209 745		209 745		209 745		1	1		100	
							Total do Subagrupamento 01 :						209 747		213 133		209 745		209 745		- 3 386	2	3 388	100
							Total do Agrupamento 07 :						209 747		213 133		209 745		209 745		- 3 386	2	3 388	100
							Total da Fonte de Financiamento 511 :						592 421		595 798		592 411		592 411		- 3 377	10	3 388	100
Total da Medida 096 :									592 421		595 798		592 411		592 411		- 3 377	10	3 388	99				
Total do Programa 014 :									121 604 900		142 046 031	98 506 881	21 480 693	119 987 574	- 20 461 131	1 417 326	22 078 457	99						
Total da Subdivisão 00 :									121 604 900		142 046 031	98 506 881	21 480 693	119 987 574	- 20 461 131	1 417 326	22 078 457	99						
Total da Secretaria de Estado 1 :						121 604 900		142 046 031	98 506 881	21 480 693	119 987 574	- 20 461 131	1 417 326	22 078 457	99									

(16)=(12)/(7-8)*100

Página 4 / 7

2024-04-03 15:49

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE

Ano: 2023 Mês: CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: Euro

C. Orgânica Res.Cap.Ord.Ord.Ord.	Prog. Med.	Font. Fin.	Class. Func.	Classificação Económica			Act.	Projecto Região	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau	Erros
				Código	Al.Sub.	Designação						do Ano (12)	de Anos Ant. (11)	Total (12)+(11)+(10)	Dotação não comprometida (12)-(7)-(8)-(9)	Saldos (12)-(7)-(8)-(9)	Compromissos por pagar (12)-(5)-(6)		
8	90	37	00	014	022	4.1.5	0.73.0												
				01.01.02	00.00	ÓRGÃOS SOCIAIS	000	11397.00001	1 467						1 467	1 467			
				01.01.03	AD.00	PERSONAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO	000	11397.00001	4 327						4 327	4 327			
				01.01.04	AD.00	PERSONAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRAT	000	11397.00001	26 513						26 513	26 513			
				Total do Subagrupamento 01 :					32 307						32 307	32 307			
				Total do Agrupamento 01 :					32 307						32 307	32 307			
				02.02.15	80.00	OUTRAS	000	11397.00001	7 016		7 016	7 016	7 016						100
				02.02.17	80.00	EM TERRITÓRIO NACIONAL	000	11397.00001	11 604		11 605	11 605	11 605		1	1			100
				Total do Subagrupamento 02 :					18 622		18 621	18 621	18 621		1	1			100
				Total do Agrupamento 02 :					18 622		18 621	18 621	18 621		1	1			100
				07.01.07	80.00	OUTROS	000	11397.00001	182 428		182 428	182 428	182 428						100
				07.01.08	80.00	OUTROS	000	11397.00001	364 417		364 417	364 417	364 417						100
				07.01.10	80.00	OUTROS	000	11179.00001	2 040 403		1 740 537	1 740 537	1 740 537		300 066	300 066			85
				07.01.15	00.00	OUTROS INVESTIMENTOS	000	10492.00001	507 374		388 219	388 219	388 219		10 987	12 300	1 313		98
							000	11547.00001	110 940		112 577	103 003	7 954		1 417	1	1 418		100
							000	13388.00001	1 449 233						1 449 233	1 449 233			100
				Total do Subagrupamento 01 :					4 855 016		2 894 347	2 219 264	674 151	2 893 416	1 958 649	1 961 600	2 931		60
				Total do Agrupamento 07 :					4 855 016		2 894 347	2 219 264	674 151	2 893 416	1 958 649	1 961 600	2 931		60
				Total da Fonte de Financiamento 415 :					4 905 945		2 914 948	2 230 849	681 167	2 912 037	1 990 977	1 993 908	2 931		59
				5.1.1	0.73.0														
				01.01.02	00.00	ÓRGÃOS SOCIAIS	000	11397.00001	1						1	1			
				01.01.03	AD.00	PERSONAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO	000	11397.00001	1						1	1			
				01.01.04	AD.00	PERSONAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRAT	000	11397.00001	1						1	1			
				Total do Subagrupamento 01 :					3						3	3			
				Total do Agrupamento 01 :					3						3	3			
				02.02.15	80.00	OUTRAS	000	11397.00001	1 238		1 238	1 238	1 238		1	1			100
				02.02.17	80.00	EM TERRITÓRIO NACIONAL	000	11397.00001	2 048		2 048	2 048	2 048		1	1			100
				Total do Subagrupamento 02 :					3 286		3 286	3 286	3 286		1	1			100
				Total do Agrupamento 02 :					3 286		3 286	3 286	3 286		1	1			100
				07.01.07	80.00	OUTROS	000	11397.00001	32 194		32 193	29 473	32 193		1	1			100
				07.01.08	80.00	OUTROS	000	11397.00001	64 309		51 598	12 711	64 309						100
				07.01.10	80.00	OUTROS	000	11179.00001	854 330		798 006	56 323	854 329		1	1			100
				07.01.15	00.00	OUTROS INVESTIMENTOS	000	11547.00001	19 582		18 177	1 404	19 581		285	1	284		100
							000	11824.00001	193 904		92 355	101 551	193 904						100
							000	10492.00001	107 553		118 272	88 495	18 857	107 552		10 719	1	10 720	100
							000	13388.00001	1						1	1			100
				Total do Subagrupamento 01 :					1 271 875		1 282 875	1 051 351	220 519	1 271 870		11 000	5	11 005	100
				Total do Agrupamento 07 :					1 271 875		1 282 875	1 051 351	220 519	1 271 870		11 000	5	11 005	100
				Total da Fonte de Financiamento 511 :					1 275 165		1 286 161	1 053 399	221 757	1 275 156		10 994	8	11 005	100
				Total da Médida 022 :					4 181 110		4 201 129	3 284 269	902 904	4 187 193	1 979 981	1 993 917	13 954		43
				102	4.9.3	0.73.0													
				01.01.04	AD.00	PERSONAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRAT	000	12452.00001	235 559						235 559	235 559			
				Total do Subagrupamento 01 :					235 559						235 559	235 559			
				Total do Agrupamento 01 :					235 559						235 559	235 559			
				02.02.19	00.00	OUTROS	000	13080.00001	463		462	462	462		1	1			100
				Total do Subagrupamento 02 :					463		462	462	462		1	1			100
				Total do Agrupamento 02 :					463		462	462	462		1	1			100
				07.01.03	80.00	CONSERVAÇÃO OU REPARAÇÃO	000	13078.00001	141 650						141 650	141 650			
							000	13082.00001	332 617						332 617	332 617			
							000	13080.00001	5 687						5 687	5 687			

(16)=(12)/(7-8)*100

Página 5 / 7

2024-04-03 15:49

Ano: 2023 Mês: CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: Euro

2024-04-03 15:49

$$(16) = (12) / (7-8) * 100$$

Página 6 / 7

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE

Ano: 2023 Mês: CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: Euro

C.Orgânica	Prog.	Med.	Fin.	Classificação Económica		Previsões Corrigidas	Rec. por cob. início do ano	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida	Rec. por cobrar no final do ano	Grau %	Erros
				Código	Sub.Rub.					do Ano	de Anos ant.	Total	Emittidos	Pagos				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)
1	90	37	00	014	022	5.1.1	06.03.07	01.78	Rec próprias-Administ ctral-SF7	3 081 586		3 081 586			3 081 586		100	
							Total do Grupo 03 :			3 081 586		3 081 586			3 081 586		100	
							Total do Capítulo 06 :			3 081 586		3 081 586			3 081 586		100	
							07.02.05	99.78	Rec próprias-Outras-Ativid de sa	111 605 677	56 128	225 430 026	113 824 316		111 605 710		56 128	85,81
							Total do Grupo 02 :			111 605 677	56 128	225 430 026	113 824 316		111 605 710	56 128	100	
							Total do Capítulo 07 :			111 605 677	56 128	225 430 026	113 824 316		111 605 710	56 128	100	
							10.03.08	01.78	Rec próprias-SFAs-Adm Central	1 414 598		1 414 598			1 414 598		100	
							Total do Grupo 03 :			1 414 598		1 414 598			1 414 598		100	
							Total do Capítulo 10 :			1 414 598		1 414 598			1 414 598		100	
							Total da Fonte de Financiamento 511 :			116 101 861	56 128	229 926 209	113 824 316		116 101 894	56 128	100	
						5.1.3	04.01.08	01.78	Rec próprias -Txs moderadoras	468 233	5 106	642 932	174 598		468 474	4 966	100	
							Total do Grupo 01 :			468 233	5 106	642 932	174 598		468 474	4 966	100	
							04.02.01	01.78	Rec próprias-Juros de mora	1 523	161	1 522			1 522	161	100	
							04.02.99	99.78	Rec próprias -Outras multas e pe	1	80 918					80 918		
							Total do Grupo 02 :			1 524	81 079	1 522			1 522	81 079	100	
							Total do Capítulo 04 :			469 757	86 184	644 455	174 598		469 997	86 044	100	
							06.05.01	99.78	Rec próprias -Outras-Contingente	1								
							06.05.02	01.99	Rec impostos-Regiao Autonoma dos	1								
							Total do Grupo 05 :			2								
							06.06.04	99.78	Rec próprias -Outras-Out transfe	1								
							Total do Grupo 06 :			1								
							06.07.01	01.78	Rec próprias-Institit a- fins lucr	1								
							Total do Grupo 07 :			1								
							Total do Capítulo 06 :			4								
							07.01.08	01.78	Rec próprias-Mercadorias-Venda	1	14						14	
							07.01.09	01.78	Rec próprias-Materias de consum	1								
							07.01.99	99.78	Rec próprias-Outros-Venda bens	1								
							Total do Grupo 01 :			3	14						14	

2024-04-03 15:50

(16)=(14)/(5)*100

Página 1/5

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE

Ano: 2023 Mês: CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: Euro

C. Orgânica Sec. Cap. Div. Adv.	Prog. Med.	Font.	Classificação Económica		Previsões Corrigidas	Rec. por cob. início do ano	Receitas Líquidas	Liquidações Anuladas	Receita Cobrada Bruta			Resgates e Restituições		Rec. Cobrada Líquida	Rec. por cobrar no final do ano	Grau %	Erros
			Código	Sub.Rub. Designação					do Ano	de Anos ant.	Total	Entidos	Pagos				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)
90 37 00	014 022	5.1.3	07.02.01	01.78 Rec próprias-Aluguer de espaços	1 562 770	473 129	1 381 827	8 858	1 136 718	426 051	1 562 769			1 562 769	283 328	100	
			07.02.02	99.78 Rec próprias-Outros-Estudios para	1												
			07.02.05	99.78 Rec próprias-Outras-Ativid de as	316 408	2 107 176	488 754	267 342	277 201	39 440	316 641	233	233	316 408	2 011 947	100	
			07.02.08	01.78 Rec próprias -Serv sociaia recre	1												
			07.02.99	99.78 Rec próprias-Outros- Outros aern	469 072	1 421 602	734 643	178 002	391 050	78 021	469 071			469 071	1 509 173	100	
			Total do Grupo 02 :		2 348 252	4 001 907	2 605 224	454 202	1 804 969	543 512	2 348 481	233	233	2 348 248	3 804 448	100	
			Total do Capítulo 07 :		2 348 255	4 001 921	2 605 224	454 202	1 804 969	543 512	2 348 481	233	233	2 348 248	3 804 462	100	
			08.01.99	99.78 Rec próprias-Outras-Out rec corr	390	38	1 429		390		390			390	1 078	100	
			Total do Grupo 01 :		390	38	1 429		390		390			390	1 078	100	
			Total do Capítulo 08 :		390	38	1 429		390		390			390	1 078	100	
			10.08.01	01.78 Rec próprias-Familias	1												
			Total do Grupo 08 :		1												
			Total do Capítulo 10 :		1												
			15.01.01	01.13 Rec próprias-RMAP-Org Min Saude	102 272		102 272		102 272		102 272			102 272		100	
				01.15 Rec próprias-RMAP-Org Min das Ir													
			Total do Grupo 01 :		102 272		102 272		102 272		102 272			102 272		100	
			Total do Capítulo 15 :		102 272		102 272		102 272		102 272			102 272		100	
			Total da Fonte de Financiamento 513 :		2 920 679	4 088 143	3 353 380	628 800	2 377 569	543 570	2 921 139	494	494	2 920 645	3 891 584	100	
		5.2.1	16.01.03	00.00 NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNAD	564 093		564 092		564 092		564 092			564 092		100	
			Total do Grupo 01 :		564 093		564 092		564 092		564 092			564 092		100	
			Total do Capítulo 16 :		564 093		564 092		564 092		564 092			564 092		100	
			Total da Fonte de Financiamento 521 :		564 093		564 092		564 092		564 092			564 092		100	
		5.2.2	16.01.01	00.00 NA POSSE DO SERVIÇO	16 718		16 717		16 717		16 717			16 717		100	
			Total do Grupo 01 :		16 718		16 717		16 717		16 717			16 717		100	
			Total do Capítulo 16 :		16 718		16 717		16 717		16 717			16 717		100	
			Total da Fonte de Financiamento 522 :		16 718		16 717		16 717		16 717			16 717		100	
		5.4.1	06.03.07	01.78 Rec próprias-Administ ctral-SFS	161 856	26 350	172 744	10 889	140 096	21 760	161 856			161 856	26 350	100	
			Total do Grupo 03 :		161 856	26 350	172 744	10 889	140 096	21 760	161 856			161 856	26 350	100	
			Total do Capítulo 06 :		161 856	26 350	172 744	10 889	140 096	21 760	161 856			161 856	26 350	100	
			Total da Fonte de Financiamento 541 :		161 856	26 350	172 744	10 889	140 096	21 760	161 856			161 856	26 350	100	

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, ESE

Ano: 2023 Mês: CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: Euro

C. Orgânica Sec. Cap. Div. Serv.	Prog.	Font.	Classificação Económica		Previsões Corrigidas	Rec. por cob. início do ano	Receitas Líquidas	Liquidações Anuladas	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida	Rec. por cobrar no final do ano	Grau %	Erros
			Código	Sub. Rub. Designação					do Ano	de Anos ant.	Total	Emitidos	Pagos				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)
90 37 00	014 022	7.2.1	12.07.03 01.78	Rec próprias-Dotacoes de capital	1 771 715		1 771 715		1 771 715		1 771 715			1 771 715		100	
				Total do Grupo 07 :	1 771 715		1 771 715		1 771 715		1 771 715			1 771 715		100	
				Total do Capítulo 12 :	1 771 715		1 771 715		1 771 715		1 771 715			1 771 715		100	
				Total da Fonte de Financiamento 721 :	1 771 715		1 771 715		1 771 715		1 771 715			1 771 715		100	
				Total da Medida 022 :	121 536 922	4 170 621	235 804 859	114 464 004	120 972 084	565 330	121 537 413	494	494	121 536 920	3 974 062	100	
095	5.1.1	07.02.05 99.78	Rec próprias-Outras-Ativid de as		56 368		56 353		56 353		56 353			56 353		100	
				Total do Grupo 02 :	56 368		56 353		56 353		56 353			56 353		100	
				Total do Capítulo 07 :	56 368		56 353		56 353		56 353			56 353		100	
				Total da Fonte de Financiamento 511 :	56 368		56 353		56 353		56 353			56 353		100	
				Total da Medida 095 :	56 368		56 353		56 353		56 353			56 353		100	
096	5.1.1	07.02.05 99.78	Rec próprias-Outras-Ativid de as		592 421		592 411		592 411		592 411			592 411		100	
				Total do Grupo 02 :	592 421		592 411		592 411		592 411			592 411		100	
				Total do Capítulo 07 :	592 421		592 411		592 411		592 411			592 411		100	
				Total da Fonte de Financiamento 511 :	592 421		592 411		592 411		592 411			592 411		100	
				Total da Medida 096 :	592 421		592 411		592 411		592 411			592 411		100	
				Total do Programa 014 :	122 185 711	4 170 621	236 453 623	114 464 004	121 620 848	565 330	122 186 177	494	494	122 185 684	3 974 062	100	
				Total da Subdivisão 00 :	122 185 711	4 170 621	236 453 623	114 464 004	121 620 848	565 330	122 186 177	494	494	122 185 684	3 974 062	100	
				Total da Secretaria de Estado 1 :	122 185 711	4 170 621	236 453 623	114 464 004	121 620 848	565 330	122 186 177	494	494	122 185 684	3 974 062	100	

2024-04-03 15:50

(16)=(14)/(5)*100

Página 3/5

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE

Ano: 2023 Mês: CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: Euro

C. Orgânica	Prog.	Med.	Font.	Classificação Económica		Previsões Corrigidas	Rec. por cob. início do ano	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida	Rec. por cobrar no final do ano	Grau	Erros
				Código	Sub.Rub. Designação					do Ano	de Anos ant.	Total	Emittidos	Pagos				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (9) + (12)	(14)	(15)	(16) = (13) - (14)	(17) = (8) + (16) - (10) - (11)	(18)	(19)
8	90	37	00	014	022	4.1.5	06.09.01 01.78 Rec próprias-FEDER-Intervenc e	100 448		100 447		100 447			100 447		100	
							Total do Grupo 09 :	100 448		100 447		100 447			100 447		100	
							Total do Capítulo 06 :	100 448		100 447		100 447			100 447		100	
							10.09.01 01.78 Rec próprias -FEDER-Intervenc e	4 805 497		2 912 038	100 447	2 811 590			2 811 590		59	
							Total do Grupo 09 :	4 805 497		2 912 038	100 447	2 811 590			2 811 590		59	
							Total do Capítulo 10 :	4 805 497		2 912 038	100 447	2 811 590			2 811 590		59	
							Total da Fonte de Financiamento 415 :	4 905 945		3 012 485	100 447	2 912 038			2 912 038		59	
				4.8.8	16.01.01 00.00 NA POSSE DO SERVIÇO			139 083		139 083		139 083			139 083		100	
							Total do Grupo 01 :	139 083		139 083		139 083			139 083		100	
							Total do Capítulo 16 :	139 083		139 083		139 083			139 083		100	
							Total da Fonte de Financiamento 488 :	139 083		139 083		139 083			139 083		100	
				5.1.1	07.02.05 99.78 Rec próprias-Outras-Ativid de as			1 275 165		1 275 156		1 275 156			1 275 156		100	
							Total do Grupo 02 :	1 275 165		1 275 156		1 275 156			1 275 156		100	
							Total do Capítulo 07 :	1 275 165		1 275 156		1 275 156			1 275 156		100	
							Total da Fonte de Financiamento 511 :	1 275 165		1 275 156		1 275 156			1 275 156		100	
				5.2.1	16.01.03 00.00 NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADO			11 637		11 636		11 636			11 636		100	
							Total do Grupo 01 :	11 637		11 636		11 636			11 636		100	
							Total do Capítulo 16 :	11 637		11 636		11 636			11 636		100	
							Total da Fonte de Financiamento 521 :	11 637		11 636		11 636			11 636		100	
							Total da Medida 022 :	6 331 830		4 438 360	100 447	4 337 913			4 337 913		69	
				102	4.8.3	10.03.10 01.78 Rec próprias-SFAs-Partic comuni		4 362 319		1 781 739	1 483 443	890 869		592 574	298 296	= 592 574	7	
							Total do Grupo 03 :	4 362 319		1 781 739	1 483 443	890 869		592 574	298 296	= 592 574	7	
							Total do Capítulo 10 :	4 362 319		1 781 739	1 483 443	890 869		592 574	298 296	= 592 574	7	
							Total da Fonte de Financiamento 483 :	4 362 319		1 781 739	1 483 443	890 869		592 574	298 296	= 592 574	7	
							Total da Medida 102 :	4 362 319		1 781 739	1 483 443	890 869		592 574	298 296	= 592 574	7	
							Total do Programa 014 :	10 694 149		6 220 099	1 583 890	5 228 782		592 574	4 636 208	= 592 574	43	
							Total da Subdivisão 00 :	10 694 149		6 220 099	1 583 890	5 228 782		592 574	4 636 208	= 592 574	43	
							Total da Secretaria de Estado 8 :	10 694 149		6 220 099	1 583 890	5 228 782		592 574	4 636 208	= 592 574	43	
							Total de Operações Orçamentais:	132 879 860	4 170 621	242 673 721	116 047 894	126 849 630	565 330	127 414 959	593 068	126 821 892	3 381 488	95
TOTAL GERAL								132 879 860	4 170 621	242 673 721	116 047 894	126 849 630	565 330	127 414 959	593 068	126 821 892	3 381 488	95

(16) = (14) / (5) * 100

Página 4/5

O Conselho de Administração

Assinado por: **VERA CLÁUDIA RAPOSO
GUERREIRO BALSINHA**
Num. de Identificação: 11783226
Data: 2024.07.12 15:24:47+01'00'



**JOSÉ
CARLOS
CAPUCHO
QUEIMADO**
Assinado de forma
digital por JOSÉ
CARLOS CAPUCHO
QUEIMADO
Dados: 2024.07.15
12:23:13 +01'00'

**VANESSA
PINTO DE
ALMEIDA FARIA
ALMODÔVAR**
Assinado de forma
digital por VANESSA
PINTO DE ALMEIDA
FARIA ALMODÔVAR
Dados: 2024.07.12
15:41:49 +01'00'

Assinado por: **LUÍS CARLOS PAIXÃO COENTRO**
Num. de Identificação: 10274063
Data: 2024.07.17 11:46:33+01'00'



Assinado por: **ANTÓNIO JOAQUIM INÁCIO
PÁSCOA**
Num. de Identificação: 10187139
Data: 2024.07.17 12:53:39+01'00'



Assinado por: **MANUEL ANTÓNIO RAMALHO
SANTOS MACHADO**
Num. de Identificação: 09614707
Data: 2024.07.17 14:45:39+01'00'

O Contabilista Certificado



